

SETE LAGOAS: A DINÂMICA FUNCIONAL DE UM
LUGAR NA REDE URBANA DE MINAS GERAIS

Marly Nogueira

Universidade Federal do Rio de Janeiro
Instituto de Geociências - Departamento de Geografia
Doutorado em Geografia
Orientador: Professor Dr. Roberto Lobato Azevedo Corrêa

3 N778s 2003 T

ueira, Marly.

Lagoas [manuscrito] : a



680301

Ac. 344096

Rio de Janeiro

2003

043
N778s
T

SETE LAGOAS: A DINÂMICA FUNCIONAL DE UM LUGAR NA REDE URBANA DE MINAS GERAIS

MARLY NOGUEIRA

Tese submetida ao Programa de Pós-Graduação em Geografia do Instituto de Geociências da Universidade Federal do Rio de Janeiro, como requisito parcial para obtenção do grau de Doutor.

Orientador: Professor Doutor Roberto Lobato Azevedo Corrêa

OK 2004
U.F.M.G. - BIBLIOTECA UNIVERSITÁRIA



125688301

NÃO DANIFIQUE ESTA ETIQUETA

Rio de Janeiro

2003

INSTITUTO DE GEOCIÊNCIAS - UFMG
BIBLIOTECA

0349-77260

BIBLIOTECA UNIVERSITARIA

M/05/03

1256803-01

Ac 344096

N778s
2003

Nogueira, Marly
Sete Lagoas: a dinâmica funcional de um lugar na
rede urbana de Minas Gerais . - Rio de Janeiro:
UFRJ/IGEO, 2003.
xv, 291.p. : il.

Orientador: Roberto Lobato Azevedo Corrêa
Tese (doutorado) UFRJ. IGEO

1. Urbanização – Sete Lagoas (MG) 2. Cidades
e vilas. 3. Minas Gerais I. Corrêa, Roberto Lobato A.
II. Título.

CDU: 711.4 (815.1)

FOLHA DE APROVAÇÃO

SETE LAGOAS: A DINÂMICA FUNCIONAL DE UM LUGAR NA REDE URBANA
DE MINAS GERAIS

Marly Nogueira

Tese submetida ao corpo docente do Programa de Pós-Graduação em Geografia da Universidade Federal do Rio de Janeiro – UFRJ, como parte dos requisitos necessários à obtenção do grau de Doutor.

Aprovada por:

Professor Doutor Roberto Lobato Azevedo Corrêa – Orientador

Professor Doutor Maurício de Almeida Abreu

Professora Doutora Gisela Aquino Pires do Rio

Professor Doutor Ralfo Edmundo Silva Matos

Professor Doutor Miguel Ângelo Campos Ribeiro

Rio de Janeiro

2003

A Biblioteca do
IAC/UFMG
com agruço
Moyuive
1º/2003

UFMG — BIBLIOTECA UNIVERSITARIA

Nogueira, Marly
Sete Lagoas: a dinâmica
funcional de um lugar na rede...
043 N778s T
Reg.: 1256803-01

120 x 200

MOD. BU-013 - JUL/93 - 20.000

*Ao Eduardo, o presente da maturidade.
A memória de meu pai, uma doce presença.*

INSTITUTO DE GEOCIÊNCIAS - UFMG
BIBLIOTECA

AGRADECIMENTOS

Quando um trabalho da natureza de uma tese de doutorado chega ao fim, pode-se afirmar, com toda a certeza d'alma, que algumas dezenas de pessoas, de alguma forma, independentemente da dimensão e do tipo, têm registradas as suas respectivas contribuições em todo o longo processo, que envolveu a sua elaboração. Como são algumas dezenas de pessoas, peço perdão de antemão, se porventura algum nome não for aqui referido. Afinal, são alguns anos nessa minha trajetória e nem todos os nomes eu consegui guardar na memória.

Aliás, essa palavra, trajetória, foi usada propositalmente, uma vez que quero me reportar ao meu orientador, Professor Roberto Lobato Corrêa. Foi ele o responsável pelo pontapé inicial dessa trajetória, naquele 1º Encontro Nacional da ANPEGE, quando, qual não foi a minha estupefação, lá estava o mestre assistindo a apresentação de uma desconhecida geógrafa das Minas Gerais com seu trabalho sobre o que mais tarde se consolidou, na institucionalização da segunda região metropolitana do Estado, ou seja, a RM do Vale do Aço. Daquele dia em diante, setembro de 1995, tive o enorme prazer e honra de ser incluída como sua aluna, um privilégio para poucos. O mestre Roberto Lobato, tornou-se também, o comandante de toda essa longa jornada, cujo resultado mais imediato é essa tese, embora muitos outros frutos estejam indelevelmente gravados em minha mente e espírito. Argúcia, inteligência, paciência, humor, elegância, sabedoria, competência, enfim, tudo aquilo que sempre esperei de um verdadeiro mestre, encontrei no Professor Roberto Lobato. Ao mestre com carinho, poderia ser uma boa expressão nesse momento e, embora possa ficar parecendo lugar comum, para ser verdadeira, esse é realmente o meu sentimento e tal não me ruboriza. Por isso, mais uma vez, muito obrigada, mestre Roberto Lobato Corrêa.

Agradeço à Capes, por meio do Programa de Incentivo à Capacitação Docente e ao Departamento de Geografia, ambos da minha Universidade Federal de Minas Gerais, por me concederem, respectivamente a bolsa de estudos e a licença, sem as quais, não teria a tranqüilidade que tive para elaborar a tese.

Obrigada a todos os técnicos, funcionários e bibliotecários das empresas e instituições que visitei em busca de informações, dados e entrevistas: bibliotecas

central e setoriais da UFMG e da UFRJ, Fundação João Pinheiro, Banco de Desenvolvimento de Minas Gerais, Secretaria de Estado da Fazenda de Minas Gerais e outros.

Agradeço muito especialmente à virtuosa convivência que obtive com os professores da Pós-Graduação em Geografia da UFRJ, os quais me apresentaram a verdadeira Geografia, aquela que desde então, tenho me esforçado em defender e praticar. Também foi um privilégio ser aluna de mestres tão importantes para a nossa Geografia.

Obrigada ao corpo de funcionários da Secretaria e da Biblioteca da Pós da UFRJ, pelos serviços prestados com tanta atenção e carinho. Idem para as bibliotecárias e funcionários do IGC/UFMG, sempre tão atenciosos e prestativos para comigo, não somente durante a tese, mas desde sempre.

Agradeço também ao povo da cidade de Sete Lagoas, gente afável, bonita e orgulhosa, que durante todo esse tempo me acolheu com todo o carinho e atenção que se possa dispensar a uma pessoa na minha condição de estudiosa e que, de alguma forma, tornou-se uma grande invasora de suas vidas, de suas histórias. Passei horas e dias dos mais interessantes e, na maioria das vezes, de imenso prazer, na companhia de pessoas como funcionários públicos, políticos, empresários e dirigentes de empresas públicas e privadas, jornalistas e figuras históricas, que fazem o lugar Sete Lagoas e tal foi, verdadeiramente, um privilégio.

Obrigada aos meus alunos da graduação em Geografia da UFMG, meninos e meninas promissores, que torceram sempre e com muita vontade por mim.

Obrigada, do fundo d'alma, aos meus queridos amigos desde os mais antigos aos mais novos que andei colecionando nessa minha trajetória. Diletos amigos que me deram muita força, que me incentivaram naqueles momentos mais terríveis de desânimo e com os quais continuei aprendendo a arte da honradez, da disciplina, da coragem e da sabedoria. Amigos que muito me ensinaram e tornaram a minha vida, enfim, bem mais bonita: os colegas de departamento de Geografia da UFMG e muitos do departamento de Geologia e Cartografia, Zé Antônio (Deus), Paulo Aranha, Hélder, Celinho, Valéria, Valadão, Janine Le Sann, Eliane Marinalva, Márcia Machado e Ralfo. Aos meus queridos amigos "cariocas" de todos os cantos do Brasil: Joseli, Guto, Ângelo, Mônica, Rosimeire e Carlos Eduardo, Tosta, Andreilino e Luíz Felipe e aqueles

que não vejo há algum tempo, mas sua presença, foi, no mínimo, virtual: Elisa e Renata. Enfim, aos meus amigos de Belo Horizonte, cujas relações não têm, quase sempre nada a ver diretamente com a Geografia, mas que estiveram comigo, ao meu lado, mesmo assim; a todos eles a minha imensa gratidão.

Agradeço, especialmente à Profa. Janine Le Sann pela consultoria prestada para a concepção dos mapas da tese, sem a qual, o trabalho executado pelos alunos-desenhistas, Cynthia, Leonardo e Alexandre não teria a qualidade apresentada.

Finalmente, como não poderia deixar de ser, devo a mais profunda gratidão à minha família, sem a qual, simplesmente eu não sobreviveria aos turbilhões que, em muitos momentos, me assaltaram durante toda essa longa trajetória. Minha mãe, meus irmãos, Marcos e Márcio, minhas cunhadas e aqueles dois homens que passaram a ser o que de mais vital existe para mim: meu marido Efigênio e meu filho Eduardo. Todos eles sofreram comigo, riram de mim e comigo, suportaram todos os meus acessos de mau humor, me amaram profundamente. Me apoiaram com toda uma infraestrutura, cujos pedaços cada um ajudou com seu especial dom: a praticidade e a eficiência do peão Márcio, a sabedoria e inteligência superior do doutor e filósofo Marquinhos, a doçura da Dona Zezé, a força, o amor e a confiança do Efigênio e a presença vital, energética, divina do Eduardo. Não foi fácil, mas todos eles estiveram comigo durante a trajetória e, por causa disso, eu sou, verdadeiramente, uma pessoa muito abençoada. Obrigada ao Senhor, meu Deus.

SUMÁRIO

LISTA DE MAPAS	ix
LISTA DE TABELAS.....	x
LISTA DE QUADROS.....	xi
LISTA DE FOTOGRAFIAS.....	xii
LISTA DE ANEXOS.....	xiii
INTRODUÇÃO.....	16
1 A IMPORTÂNCIA DE SETE LAGOAS NA REGIÃO CENTRAL DE MINAS GERAIS.....	20
1.1 SETE LAGOAS E AS CIDADES DA REGIÃO CENTRAL DE MINAS GERAIS.....	23
1.2 SETE LAGOAS E SUAS ATIVIDADES ECONÔMICAS.....	32
1.2.1 O PAPEL DA CIDADE NA PRODUÇÃO AGROPECUÁRIA.....	33
1.2.1.1 As Cooperativas e a Produção de Leite e Laticínios.....	35
1.2.1.2 As Empresas de Pesquisa Agropecuária e a Modernização da Produção no Cerrado.....	50
1.2.2.0 COMÉRCIO E OS SERVIÇOS EM SETE LAGOAS.....	56
1.2.2.1 As Atividades Comerciais.....	58
1.2.2.2 Os Serviços Ligados à Circulação.....	63
1.2.2.3 Os Serviços Bancários.....	67
1.2.2.4 Os Serviços de Comunicação.....	71
1.2.2.5 Os Serviços de Educação e Saúde.....	71
1.2.3 A INDÚSTRIA EM SETE LAGOAS.....	89
2 A PROBLEMÁTICA E A PESQUISA.....	105
2.1 A PROBLEMÁTICA E A QUESTÃO CENTRAL.....	105
2.2 OS QUESTIONAMENTOS.....	113
2.3 OS PROCEDIMENTOS OPERACIONAIS.....	117
3 A CIDADE VISTA COMO UM LUGAR NA REDE DE CIDADES.....	124
3.1 A TRADIÇÃO DO ESTUDO DA CIDADE E SUA HINTERLÂNDIA.....	126
3.2 O LUGAR GEOGRÁFICO: A EXPRESSÃO DA SINGULARIDADE SOCIALMENTE PRODUZIDA.....	139

4 SETE LAGOAS - A CONSTRUÇÃO DE UMA CENTRALIDADE	157
4.1 DOS PRIMÓRDIOS: BOCA DE SERTÃO	158
4.2 A FERROVIA, O COMÉRCIO E AS ATIVIDADES AGROPECUÁRIAS	162
4.3 A AFIRMAÇÃO DA AGROPECUÁRIA: PESQUISA AGROPECUÁRIA E PECUÁRIA LEITEIRA	171
4.3.1 SETE LAGOAS- CENTRO DE PESQUISA AGROPECUÁRIA.....	171
4.3.2 A PECUÁRIA LEITEIRA: FATOR DE CENTRALIZAÇÃO POLÍTICA E ECONÔMICA.....	180
4.3.2.1 O Banco Agrícola de Sete Lagoas.....	181
4.3.2.2 A Associação Rural Centro de Minas.....	185
4.3.2.3 A Coopersele.....	189
4.4 O PAPEL DA INDÚSTRIA DO GUSA	192
4.5 OUTRAS ESTRATÉGIAS: FATORES DE CENTRALIZAÇÃO	206
4.5.1 O HOSPITAL.....	206
4.5.2 ENSINO MÉDIO PROFISSIONALIZANTE E ENSINO SUPERIOR.....	210
5 RECONSTRUINDO A CENTRALIDADE: ESTRATÉGIAS RECENTES E SUAS CONSEQUÊNCIAS	214
5.1 A DINÂMICA DE UM PROCESSO: NOVAS MENTALIDADES E NOVAS ESTRATÉGIAS	214
5.1.1 A AGÊNCIA DE DESENVOLVIMENTO DE SETE LAGOAS – ADSL.....	222
5.1.2 A AMPLIAÇÃO E A MODERNIZAÇÃO DAS INFRA-ESTRUTURAS VIÁRIA E EDUCACIONAL.....	225
5.2 AS NOVAS ATIVIDADES CRIADAS	233
5.2.1 O SETOR DE AUTOPEÇAS.....	236
5.2.2 A MONTADORA DE VEÍCULOS UTILITÁRIOS LEVES.....	244
5.3 A MODERNIZAÇÃO DAS ATIVIDADES TRADICIONAIS	250
5.3.1 A INDÚSTRIA TÊXTIL.....	254
5.3.2 A INDÚSTRIA DE LATICÍNIOS.....	257
CONSIDERAÇÕES FINAIS	259
REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS	264
ANEXOS	276

LISTA DE MAPAS

Mapa 1: Posição de Sete Lagoas em Minas Gerais.....	21
Mapa 2: Sete Lagoas na Região Central de Minas Gerais.....	26
Mapa 3: A espacialidade da Itambé-2002.....	36
Mapa 4: Rede de agências da Credi-Sete-2002.....	38
Mapa 5: Procedência do leite enviado à Cooper sete (nº de fornecedores)-1999.....	42
Mapa 6: Referência do alcance das relações de Sete Lagoas em Minas Gerais-2000.....	43
Mapa 7: Procedência do leite enviado à Cooper sete (% por município)-1999.....	46
Mapa 8: Municípios que sediam fazendas leiteiras, filiadas à Cooper sete-1999.....	49
Mapa 9: Brasil – Embrapa Rede de Centros de Pesquisa-2002.....	51
Mapa 10: A espacialidade da Epamig-2002.....	54
Mapa 11: FUMEP – E. T. S. L. – procedência dos alunos-2000.....	76
Mapa 12: Sete Lagoas – FEMM – procedência dos alunos-2000.....	81
Mapa 13: Sete Lagoas – HNSG – procedência dos pacientes atendidos-1999.....	87
Mapa 14: Sete Lagoas – HNSG – procedência dos pacientes internados-1999.....	88
Mapa 15: SL: sid. não-integradas – merc. de cons. interno de ferro-gusa-2000.....	94
Mapa 16: SL: sid. não-integradas – merc. de cons. externo de ferro-gusa-2000.....	95
Mapa 17: SL: sid. não-integradas – geog. da prod. e da extração de c. veg.-2000.....	99

LISTA DE TABELAS

Tabela 1: Região Central de Minas Gerais - municípios selecionados: população total (1991 e 2000) e urbana (2000).....	28
Tabela 2: Região Central de Minas Gerais - municípios selecionados: arrecadação de ICMS por setor de atividade – 1999.....	30
Tabela 3: Evolução da população de Sete Lagoas - 1960 – 2000.....	32
Tabela 4: Cooperativa Regional de Produtores Rurais de Sete Lagoas Ltda. Coopersete - procedência do leite enviado (nº de fornecedores)-1999.....	40
Tabela 5: Cooperativa Regional de Produtores Rurais de Sete Lagoas Ltda. Coopersete - procedência do leite enviado (volume)-1999.....	44
Tabela 6: Municípios que sediam fazendas leiteiras da Coopersete, cujos proprietários residem em Sete Lagoas – 1999.....	48
Tabela 7: FUMEP – Escola Técnica Municipal de Sete Lagoas - Procedência dos alunos matriculados – 2000.....	74
Tabela 8: Sete lagoas - Fundação Educacional Monsenhor Messias - procedência dos alunos matriculados – 2000.....	78
Tabela 9: Sete Lagoas - Hospital Nossa Senhora das Graças - procedência dos pacientes atendidos no pronto socorro e ambulatório – 1999.....	83
Tabela 10: Sete Lagoas - Hospital Nossa Senhora das Graças - procedência dos pacientes internados – 1999.....	84
Tabela 11: Sete Lagoas – arrecadação de ICMS – principais gêneros industriais - 1996 – 2000.....	90

LISTA DE QUADROS

Quadro I: Sete Lagoas e hinterlândia: instituições financeiras selecionadas - agências e classificação na rede institucional -2000.....	69
Quadro II: Sete Lagoas: siderúrgicas selecionadas - mercado de consumo do ferro-gusa-2000.....	93
Quadro III: Sete Lagoas: siderúrgicas selecionadas - geografia da produção e da extração de carvão vegetal-2000.....	98

LISTA DE FOTOGRAFIAS

FOTO 1: Fábrica do CEDRO – Caetanópolis.....	161
FOTO 2: Fábrica do CEDRO – Caetanópolis.....	161
FOTO 3: Estação Ferroviária – Sete Lagoas.....	165
FOTO 4: Estação Ferroviária – Sete Lagoas.....	165
FOTO 5: Centro Nacional de Pesquisa de Milho e Sorgo – Sete Lagoas.....	177
FOTO 6: CNPMS – vitrine de tecnologia – Sete Lagoas.....	177
FOTO 7: EPAMIG – edificação – Prudente de Moraes.....	179
FOTO 8: EPAMIG – edifício sede – Prudente de Moraes.....	179
FOTOS 9 e 10: Ângulos variados da fábrica da ITAMBÉ – Sete Lagoas.....	191
FOTO 11 e 12: Siderúrgicas: SAMA e NOROESTE – Sete Lagoas.....	196
FOTO 13: Altos-fornos da COSSISA – Sete Lagoas.....	197
FOTO 14: Pátio de minério da SAMA – Sete Lagoas.....	197
FOTOS 15 e 16: Aspectos de uma siderúrgica na rodovia BR-040 – Sete Lagoas.....	199
FOTO 17: Avenida Renato Azeredo – Sete Lagoas.....	203
FOTO 18: Margem sul da lagoa Paulino – Sete Lagoas.....	203
FOTOS 19 e 20: Margem leste da lagoa Paulino – Sete Lagoas.....	204
FOTO 21: Hospital da INSG – Sete Lagoas.....	204
FOTO 22: Hospital da INSG – Sete Lagoas.....	209
FOTO 23: Escola Técnica de Sete Lagoas.....	212
FOTO 24: Fundação de Ensino Monsenhor Messias – Sete Lagoas.....	235
FOTO 25: Fábrica da BOMBRIL-CIRIO – Sete Lagoas.....	235
FOTOS 26 e 27: Fábricas da SIVEF e da SADA – Sete Lagoas.....	242
FOTO 28: Fábrica da USIMETAL – Sete Lagoas.....	243
FOTO 29: Fábrica da OMR – Sete Lagoas.....	243
FOTOS 30 e 31: Instalações da IVECO – Sete Lagoas.....	249
FOTO 32: Pátio de “pãozinho” de ferro-gusa - SAMA – Sete Lagoas.....	252
FOTO 33: Aspecto do alto-forno da SAMA – Sete Lagoas.....	252
FOTO 34: Carregamento do alto-forno – SAMA – Sete Lagoas.....	253
FOTO 35: Galpão de recebimento do carvão vegetal – SAMA – Sete Lagoas.....	253
FOTOS 36 e 37: Fábrica GMM – Cia. Cedro e Cachoeira – Sete Lagoas.....	256

LISTA DE ANEXOS

Anexo 1: Entrevista em indústria.....	277
Anexo 2: Entrevista em empresa de transporte	280
Anexo 3: Entrevista em distribuidor especializado.....	282
Anexo 4: Entrevista em serviço.....	283
Anexo 5: Entrevista em estabelecimento de ensino.....	284
Anexo 6: Entrevista em hospital.....	285
Anexo 7: Entrevista em estabelecimentos de crédito.....	286
Anexo 8: Entrevista em associação comercial.....	288
Anexo 9: Entrevista nos escritórios da Epamig e da Embrapa.....	289
Anexo 10: Entrevista em cooperativa.....	290
Anexo 11: Entrevista em laticínios.....	291

RESUMO

NOGUEIRA, Marly. **Sete Lagoas: a dinâmica funcional de um lugar na rede urbana de Minas Gerais.**

Orientador: Professor Doutor Roberto Lobato Azevedo Corrêa. Rio de Janeiro: UFRJ/CCMN/IGEO, 2003. Tese.

Estudo de um lugar e sua inserção atual na rede urbana de Minas Gerais. A partir da elaboração de uma descrição da importância da cidade de Sete Lagoas na região central de Minas Gerais verificou-se que, embora a cidade esteja localizada muito próxima da metrópole mineira, Belo Horizonte, ela não foi atingida pelo processo de metropolização de uma forma que pudesse tolher o desenvolvimento de uma relativa autonomia, ao longo do tempo. Daí a necessidade de desvendar a sua inserção naquela rede urbana. Partindo do conceito elaborado de lugar geográfico como a expressão da singularidade socialmente produzida, desenvolve-se toda uma análise do papel exercido pelas elites locais, em suas várias e diversas classes ocupacionais no sentido de imprimir toda uma dinâmica singular no desenvolvimento de Sete Lagoas, de tal forma que tornou-se possível a inteligibilidade de todos os processos envolvidos, seus agentes e suas estratégias e, assim, a inserção da cidade de Sete Lagoas na rede urbana de Minas Gerais, na atualidade, pode ser esclarecida.

ABSTRACT

NOGUEIRA, Marly. **The functional dynamics of an urban web place in Minas Gerais state: the Sete Lagoas city.**

Adviser: Roberto Lobato Azevedo Corrêa. Rio de Janeiro: UFRJ/CCMN/IGEO, 2003. Tese.

This thesis is a place's study and its contemporary attachment in Minas Gerais state urban web. One verified when the making of the Sete Lagoas city meaning description that it didn't attain, by metropolis formation process, to Belo Horizonte city, although the first is on Minas Gerais state central region very near the capital. Along the time, Sete Lagoas city grew up with relative autonomy. Since ever the lack for disclosure its role at that urban web. The departure rises up the evolving concept: geographical place, as the expression of a socially brooded singularity. From this, one displays up whole analysis of the local elite's functions and their several professional groups. They run out the unique dynamics on Sete Lagoas city development. This character rendered rational all the processes: trendsetters, strategies and, after all, the present-day Sete Lagoas city attachment in the Minas Gerais state urban web.

INTRODUÇÃO

A Ciência é movida por indagações. Perguntas tais, como, onde, quando, para que e por que são as que movem a Geografia que, mesmo desde os seus primórdios, quando nem existia como estudo sistemático, tem sido alvo do interesse dos mais diversos povos nas pessoas de seus mais ilustres estudiosos. Hodiernamente, no alvorecer do terceiro milênio e mesmo diante de tão avançados desenvolvimentos tecnológicos, essas indagações permanecem movendo as pessoas, criando paixões e frutificando-se em belos e importantes trabalhos, os quais, no final das contas, ainda não se constituem, satisfatoriamente, em respostas acabadas. É somente dessa forma inacabada que os homens permanecem nessa busca que se tornou infundável, cabendo ao geógrafo, na qualidade de estudioso dos fenômenos socioespaciais, o desvendar de tão, aparentemente, simples indagações.

Qual é a inserção da cidade de Sete Lagoas na rede urbana do Estado de Minas Gerais? Como pôde se desenvolver uma cidade do porte de Sete Lagoas, uma típica cidade média, com tão grande autonomia, tão próxima da terceira maior região metropolitana do Brasil, a RM de Belo Horizonte e não ser literalmente tragada pela enorme importância exercida pela metrópole? Quais foram os objetivos e por que tal processo ocorreu? Que gênese, que dinâmica explicam a atual inserção de Sete Lagoas na rede urbana mineira? Enfim, por que essa cidade é o que é? Tais indagações têm sido, nos últimos cinco anos, o motor que acionou a curiosidade e, finalmente, frutificou no estudo em tela.

Na primeira fase da Geografia Urbana brasileira, correspondente àquela da sistematização metodológica, segundo Müller (1969), as indagações abrangiam praticamente tudo. A realidade das cidades brasileiras, gêneses, dinâmicas, processos políticos, econômicos, sociais e espaciais eram desconhecidos e desvendá-los foi uma primeira missão, cuja consecução resultou em importantes e frutuosos estudos. Mas se a realidade e o conhecimento eram uns nos anos de 1940 e meados dos de 1950, a metodologia geográfica existente à época também era outra. Preocupavam-se os geógrafos, com justa razão, em primeiramente, descrever aquela realidade, redundando em responder apenas a algumas daquelas indagações; faltava alguma

coisa, a qual, com a evolução da Ciência Geográfica, pôde finalmente emergir e manifestar-se em quase toda a sua plenitude, na atualidade.

Foi a própria realidade mutável das cidades brasileiras, a evolução do quadro urbano, o surgimento de miríades de problemas, o crescimento demográfico, que possibilitou ao Brasil tornar-se um país predominantemente urbano, com cerca de 80% de sua população total morando em cidades, a principal responsável pela procura de novas teorias, novos métodos que pudessem responder as incontáveis indagações que a partir desses processos se manifestaram nos últimos decênios.

Uma visibilidade maior dos processos e problemas que singularizam as grandes cidades ou cidades grandes, de acordo com Milton Santos e Roberto Lobato Corrêa, fez com que durante muito tempo os estudos relativos a tais cidades predominassem na academia e fora dela. Embora tivesse havido um período, anos de 1970, durante o qual, as cidades de "porte médio" obtiveram alguma atenção por parte, principalmente, dos órgãos de planejamento nacionais e dos mais importantes estados da federação, essas cidades somente tiveram tal destaque justamente porque estavam incluídas nas estratégias e ações voltadas para a solução dos problemas das cidades grandes, notadamente, na qualidade e na função de barreiras de estancamento dos fluxos migratórios que se dirigiam para as metrópoles.

A temática da metropolização foi substituída pela temática das cidades médias, porque diante de um quadro urbano totalmente diferente do anterior, quando as cidades médias somente interessavam em razão de sua funcionalidade frente às metrópoles, as inquietações e indagações acerca de um fenômeno muito pouco estudado assaltavam a mente com freqüência cada vez maior. Afinal, se o fenômeno da metropolização já parecia arrefecido (os dados estatísticos e os inúmeros estudos assim o proclamavam), as cidades médias surgiam num novo cenário e com outras características que, muito urgentemente, estão a requerer investigações. O que dizer, então, dessa realidade em Minas Gerais, especialmente, de uma cidade média que tem uma localização que, aos olhos desavisados, pode deixar escapar uma situação que não corresponde exatamente ao que parecer ser, ou seja, que nas articulações e interações de Sete Lagoas com a metrópole belo-horizontina, não estão incluídas relações de subordinação e sujeição total à metrópole, embora a proximidade entre as duas cidades possa provocar tal impressão.

Considerando que o cenário urbano nacional, portanto, é outro, cuja realidade apresenta dois quadros distintos, embora conjugados, ou seja, a realidade das metrópoles, seus problemas e sua riqueza e pobreza e a realidade das cidades médias, seu florescimento econômico e demográfico, sua importância cada vez maior diante do ambiente geral da globalização, sua funcionalidade na rede urbana, é que pode justificar-se a escolha de uma dessas cidades médias como objeto de estudo da presente tese.

Sete lagoas foi escolhida por causa das indagações surgidas diante de um novo quadro urbano, que também se manifesta em Minas Gerais, mas, sobretudo, porque tem uma singularidade que precisa ser questionada e, na tentativa de desvendá-la, descobrir-se-á que os novos conceitos teóricos, os quais a Ciência Geográfica coloca ao alcance do estudioso desse processo, permitem uma compreensão muito mais realista da complexidade dos processos em estudo.

O conceito de lugar geográfico como a expressão da singularidade socialmente produzida tal qual será desenvolvido nesse estudo, pretende esclarecer a inserção da cidade de Sete Lagoas na rede urbana de Minas Gerais. A construção desse conceito de lugar geográfico, base teórica sobre a qual será desenvolvido o estudo de Sete Lagoas, certamente, possibilitará responder, em grande medida, as indagações formuladas, ou seja, onde, quando, por que, para que e como foi, por seu turno, construída a singularidade de Sete Lagoas e, acima de tudo, como se trata de um processo socioespacial, quais foram e são, na atualidade, os agentes e as ações característicos desse processo.

Para tanto, o estudo está estruturado em cinco capítulos, os quais pretendem constituir-se ou representar, por sua vez, a própria evolução dos processos em tela. Assim, no primeiro capítulo tem-se a descrição da importância de Sete Lagoas na região central de Minas Gerais, uma descrição da realidade atual da cidade, responsável em grande parte pelo surgimento das inquietações que moveram a elaboração da tese.

O capítulo 2 traz uma discussão sobre a temática das cidades médias e a colocação da problemática surgida em função da relação que, evidentemente, se estabelece entre a realidade das cidades médias brasileiras e a realidade singular de

Sete Lagoas. A questão central imposta por tal realidade é descobrir a inserção de tal cidade na rede urbana mineira.

Para responder a essa questão foi necessário elaborar um novo conceito de lugar geográfico. Considerando que a cidade é um ponto na rede urbana, torna-se necessário levar em conta não somente as articulações e interações desse lugar, mas, fundamentalmente, que esse lugar é uma singularidade construída socialmente, pois afinal, por detrás dos fenômenos econômicos ou políticos ou de qualquer outra natureza está o homem, um agente social, o qual por meio de suas estratégias e ações, é o agente mais importante da construção e da produção do espaço geográfico. Esse é o escopo do capítulo 3.

O quarto capítulo apresenta a análise e discussão dos processos socioespaciais, tendo como marco teórico o conceito de lugar desenvolvido, de construção da centralidade de Sete Lagoas ao longo do século XX, embora tais processos possuam raízes que devem ser buscadas ainda no século XIX.

Finalmente, no capítulo 5 encontrar-se-á a análise do processo de reconstrução da centralidade de Sete Lagoas na atualidade, análise essa que pretende esclarecer os fatores intervenientes no constante processo de construção-manutenção dessa centralidade.

Saliente-se que é por meio da leitura dos capítulos 4 e 5 e das considerações finais, que se pode, de fato, depreender e compreender, enfim, a inserção de Sete Lagoas na rede urbana mineira, porque a dinâmica funcional desse lugar na referida rede urbana foi tornada inteligível.

1 A IMPORTÂNCIA DE SETE LAGOAS NA REGIÃO CENTRAL DE MINAS GERAIS

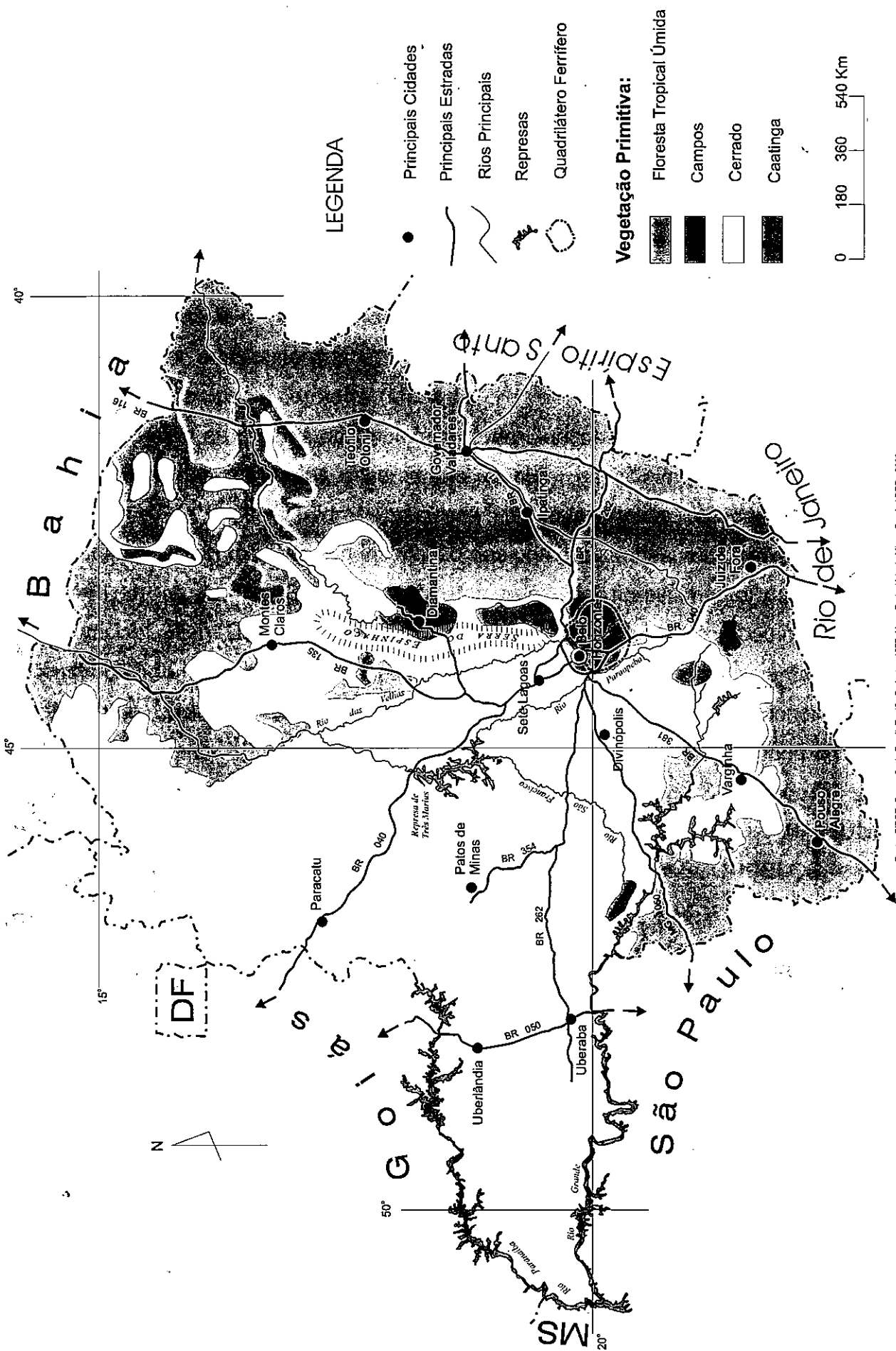
*“Ofertam as três ao homem os dons amáveis
Que ornam o corpo e ornamentam a inteligência:
Aspecto sedutor, bela aparência,
Voz de louvor e gestos de amizade.
Em suma, tudo aquilo que, entre os homens,
Se costuma chamar Civilidade”.*
*Spenser, sobre as Três Graças in “O Livro de Ouro
da Mitologia” Thomas Bulfinch*

A cidade de Sete Lagoas quase sempre ocupou uma posição de expressiva centralidade na região na qual se localiza. Azevedo (1963, a) já havia salientado esse fato, quando descreve a região na qual surgiu Sete Lagoas, destacando que tal cidade, desde há muito tempo, é o centro de uma região cuja paisagem é bastante peculiar. A característica fisionômica regional, dada pela predominância dos calcários, influenciou de maneira definitiva o povoamento e a organização do habitat regional, destacou a referida autora.

A localização de Sete Lagoas, nas proximidades de Belo Horizonte, distando cerca de 70 Km em direção noroeste, com efeito, lhe confere uma posição privilegiada, pois está no contato de duas grandes regiões fisionômicas e socioespaciais no conjunto do estado de Minas Gerais. Está-se falando do contato entre o Quadrilátero Ferrífero, zona de ocorrência predominante de minerais ferrosos e da floresta tropical úmida, como vegetação primitiva do centro-sul e leste (as Minas) e a região dos calcários do Bambuí, com uma típica vegetação de cerrado na qual sobressaem os campos limpos e os cocais, os quais, por sua vez, encontram-se conjugados a uma presença marcante das pastagens (as Gerais). (Mapa 1)

No que tange às características fisionômicas dessas duas regiões é preciso ressaltar a compartimentação tal qual ela se apresenta. Assim, tem-se em primeiro lugar o Espinhaço, espécie de espinha dorsal do relevo que se estende de sul a norte, partindo de Ouro Preto. Palco das primeiras atividades ligadas à fundição do minério de ferro em Minas Gerais, o relevo vigoroso representado pela Serra do Espinhaço,

MAPA 1 : POSIÇÃO DE SETE LAGOAS EM MINAS GERAIS



Fonte: FIBGE. Geografia do Brasil. Região Sudeste - 1977; Mapa Rodoviário de Minas Gerais / DER - 2000
 Organizada por: Mary Nogueira
 Desenho: Cynthia G. Santos - 2001

constitui o grande divisor de águas das bacias dos rios Doce e São Francisco. Em segundo lugar, revelando-se como uma singularidade em virtude de suas extensas e contínuas formações ferríferas, o Quadrilátero Ferrífero, uma das maiores concentrações de minério de ferro do mundo, está localizado na porção meridional da Serra do Espinhaço e tem sua área dividida entre as bacias dos rios Doce e São Francisco mas, cabe a esta a prevalência, na medida em que concentra boa parte das nascentes e trechos importantes de seus afluentes (sub-bacia do rio das Velhas). Finalmente, tem-se o vale do rio São Francisco, com direção oeste-norte e que se caracteriza por seus extensos afloramentos de calcários e pela presença de uma vegetação de campos e cerrados. (Mapa 1)

Enquanto as regiões do Espinhaço e do Quadrilátero Ferrífero iriam assistir ao florescimento das atividades mineradoras do ouro, especialmente, mas também, do diamante e de muitas pedras preciosas e semipreciosas, aliadas ao início da industrialização do ferro, com a instalação das primeiras forjas, ainda nos séculos XVII e XVIII, a região do São Francisco foi palco do florescimento das atividades pecuaristas. Tem-se portanto, muito em função daquela compartimentação, a construção de duas grandes regiões muito diferentes entre si e que guardam as suas respectivas particularidades não só do ponto de vista da fisionomia mas, fundamentalmente, da economia, da socioespacialidade, enfim, da própria civilização que nelas floresceu. E foi no contato dessas duas regiões que Sete Lagoas surgiu. (consulte-se: ANASTÁSIA, 1983, AZEVEDO, 1963 a, CRUZ, 1984, LIMA JÚNIOR, 1965, MATA-MACHADO, 1986, PAULA, 1999, VASCONCELOS, 1974, VASCONCELOS, 1994 e VASCONCELOS, 1999)

Essa posição geográfica da cidade de Sete Lagoas influenciou profundamente não só seu destino, como também a organização espacial de sua região. De fato, em seus primórdios essa posição de contato foi a responsável pela sua função de boca-de-deserto, função essa, responsável em grande medida pelo destaque que Sete Lagoas adquiriu ao longo de sua história.

Embora já não seja mais possível debitar somente ou exclusivamente a essa posição geográfica a centralidade que Sete Lagoas continua mantendo na atualidade, é importante destacá-la, pois foi a partir da conjugação de fatores naturais e fatores socioespaciais que a cidade foi sendo forjada, construindo a sua própria singularidade,

influenciando a organização espacial regional mais imediata para, finalmente, alcançar a atual inserção na rede urbana mineira.

Assim sendo, é que se pretende nesse capítulo elaborar uma descrição da importância de Sete Lagoas na região central de Minas Gerais, tomando como referencial seu comportamento diante de suas atividades econômicas na atualidade, não sem antes fazer uma descrição preliminar da cidade de Sete Lagoas e de outras da região central.

1.1 SETE LAGOAS E AS CIDADES DA REGIÃO CENTRAL DE MINAS GERAIS

Na literatura sobre Minas Gerais a região central sempre foi alvo de muitos estudos e discussões, tendo em vista sua importância no que diz respeito à sua riqueza mineral e industrialização. Marcada por ter-se tornado uma região dedicada à exportação do minério de ferro para o mercado externo e também para a produção de bens industriais intermediários para o mercado interno, essa região é hoje a terceira maior concentração urbano-industrial do país, sendo suplantada apenas pelas concentrações dos estados de São Paulo e do Rio de Janeiro. (GEIGER e CORRÊA, 1971)

Por outro lado, não obstante o papel representado pela indústria no desenvolvimento e na organização da vida regional, há de se salientar a importância das atividades agropastoris ao longo de sua história, fato que continua lhe conferindo, ainda hoje, a sua respectiva particularidade. Como se trata de uma região que se formou no contato de duas grandes porções, a civilização urbana e mineral - as *Minas* e a civilização rural da pecuária - as *Gerais*, não se pode perder de vista o papel representado, particularmente, pelas atividades da pecuária na construção dessa região central. Destarte, conforme atesta Azevedo (1963, b), Minas Gerais, ou a região central do território que ora se constituía em função da concentração das atividades mineradoras, via nascer, ao mesmo tempo, as atividades agropecuárias. (AZEVEDO, 1963,b, MATA-MACHADO, 1986, PAULA, 1999 e VASCONCELOS, 1999)

A região central foi palco dos mais vitais episódios do ciclo da mineração do princípio do século XVII e durante o século XVIII, vindo aí surgir as primeiras vilas e cidades do estado, ainda na primeira metade do século XVIII, dentre as quais deve-se

citar: Mariana, a primeira delas, Ouro Preto, Sabará, São João del Rei, Caeté, Serro, Pitangui e Tiradentes. Com essa destacada quantidade de vilas, tornou-se consequência natural que se concentrasse ali um grande volume populacional, fato que afinal verificou-se, quando o primeiro recenseamento colonial, realizado em 1751, acusou uma população de 266.666 habitantes. (MINAS GERAIS, 1987)

É também nessa região que se localiza a capital estadual, Belo Horizonte, cidade criada na última década do século XIX e que passa a se notabilizar no cenário estadual e nacional somente a partir da década de 60 do século passado, muito em função de um dinamismo econômico comandado pela industrialização. Por isso, Belo Horizonte é hoje a terceira metrópole do país, comandando uma região metropolitana de importante dimensão, cuja área de influência inclui também toda a região central de Minas Gerais. Isso é importante ser salientado, uma vez que, boa parte da região central mineira, especialmente a sua porção sul, constituía área de influência da metrópole do Rio de Janeiro. O desenvolvimento de Belo Horizonte fez com que toda essa porção fosse, aos poucos, sendo conquistada pela metrópole mineira, diminuindo conseqüentemente a esfera de influência da metrópole carioca em território mineiro. (BERNARDES, 1964)

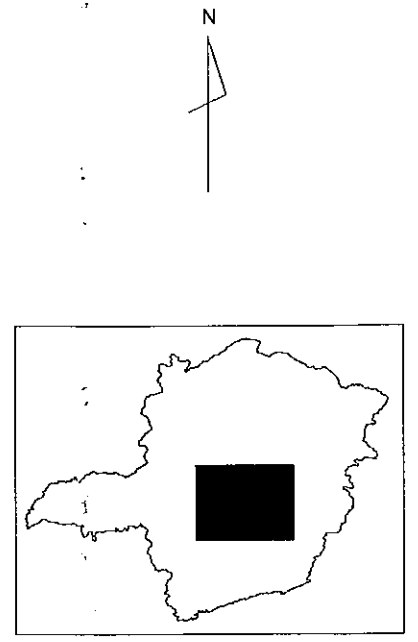
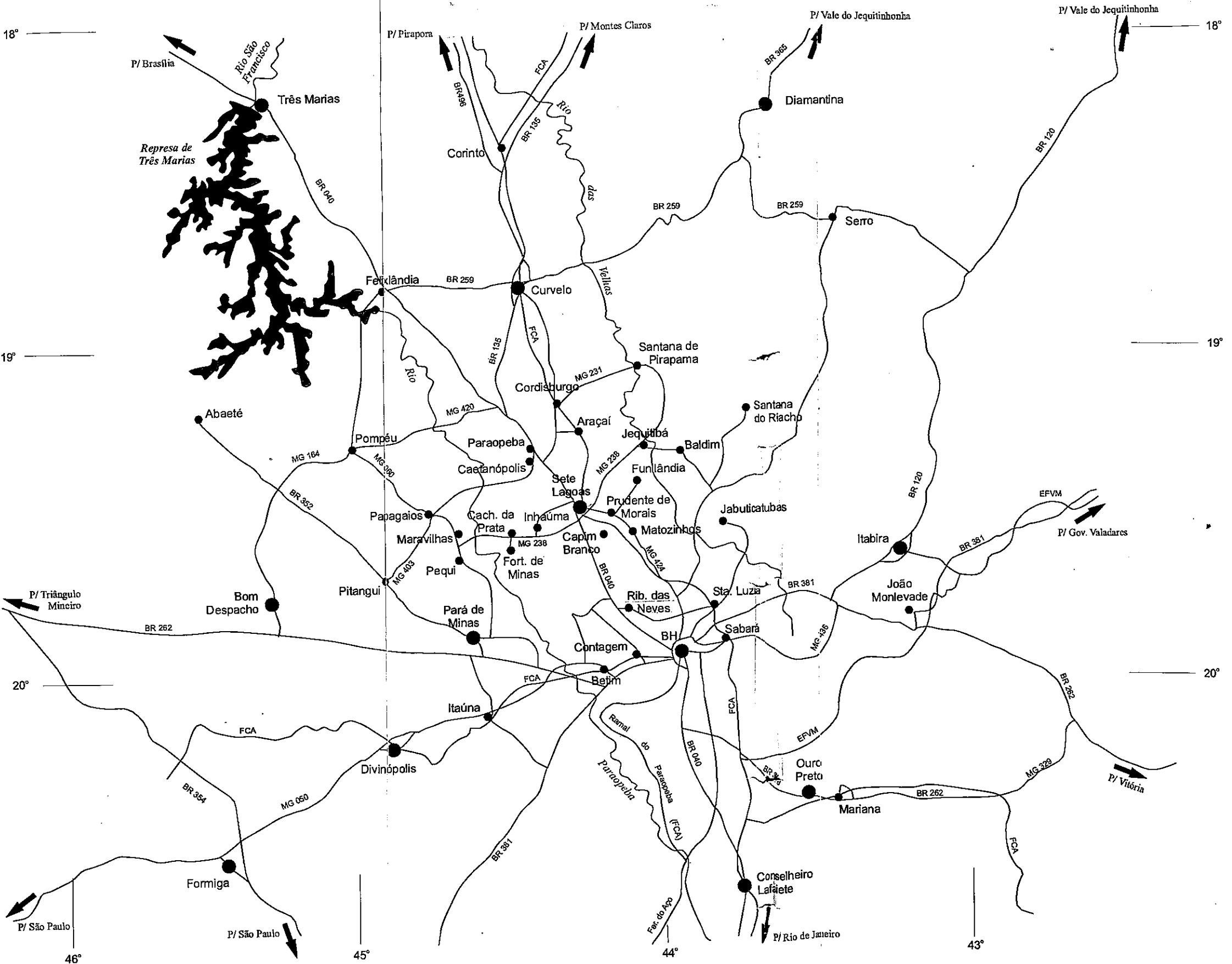
Geiger e Corrêa (1971) apontam que na região central de Minas Gerais até, pelo menos, o princípio dos anos de 1970, a ausência de cidades de porte intermediário foi uma característica marcante. A região se apresentava como uma miríade de pequenas cidades sem expressão, centros locais mas, algumas delas com alguma indústria (a exceção ficava por conta da grande concentração urbana da Região Metropolitana de Belo Horizonte). A regionalização tornou-se impossibilitada, na medida em que não havia relações de complementaridade entre tais centros. No entanto, recorrendo a Bernardes (1964), é possível encontrar alguns fatos indicadores da relativa importância que algumas cidades da região central mineira já possuíam na organização urbana da grande região do Rio de Janeiro. Desse modo, é que Sete Lagoas e Divinópolis aparecem na classificação elaborada como centros regionais de terceira categoria subordinados diretamente a Belo Horizonte. Essas duas cidades, em virtude de um acelerado processo de expansão econômica, já exerciam nessa época (anos de 1960) uma centralidade razoável em suas respectivas zonas de atuação. Mas, a tutela

exercida por Belo Horizonte impediu que elas se tornassem verdadeiras capitais regionais. (BERNARDES, 1964)

A importância que Sete Lagoas e Divinópolis adquiriram ainda na década de 1960 pode ser, em grande medida, debitada às suas respectivas posições face à malha rodoferroviária. Com efeito, enquanto Divinópolis se firmou como entroncamento ferroviário, fato que favoreceu seu desenvolvimento industrial, tornando-a o foco da vida regional da porção sudoeste da região de Belo Horizonte e com projeção em direção ao oeste do estado, Sete Lagoas apresentava-se também com uma grande área de atuação, notavelmente favorecida pela abertura da rodovia que passou a ligar Belo Horizonte a Brasília (atual BR-040). Nessa época, a atuação sete-lagoana já se fazia presente em direção oeste e noroeste de Minas e a abertura da rodovia registrou um aprofundamento das relações da cidade com aquelas tradicionais áreas. (Mapa 2)

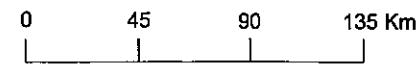
No estudo realizado pelo IBGE (1987) sobre as regiões de influência das cidades, uma adaptação da teoria das localidades centrais à realidade brasileira e que pretendeu ser uma revisão de um pioneiro estudo (IBGE, 1972) sobre a divisão do Brasil em regiões funcionais urbanas, a cidade de Sete Lagoas figura como um centro sub-regional que, diretamente subordinado à metrópole regional de Belo Horizonte, parece confirmar as conclusões elaboradas por Bernardes (1964). Sob a tutela direta de Sete Lagoas estavam onze cidades: Araçuaí, Baldim, Cachoeira dos Macacos (atual Cachoeira da Prata), Caetanópolis, Cordisburgo, Fortuna de Minas, Funilândia, Inhaúma, Jequitibá, Paraopeba e Santana de Pirapama e dois centros de zona Pedro Leopoldo e Pompéu. As cidades de Capim Branco, Matozinhos e Prudente de Moraes subordinavam-se a Pedro Leopoldo e as cidades de Martinho Campos e Papagaios estavam sob a tutela direta de Pompéu. Importa frisar, como será demonstrado mais adiante, que a região de influência direta de Sete Lagoas muito pouco mudou nas duas ou três últimas décadas. Com exceção de Pompéu e de Pedro Leopoldo, esta segunda sendo atraída para a órbita direta da metrópole de Belo Horizonte, independizando-se ambas de Sete Lagoas, em verdade, a região que tal cidade subordina diretamente permaneceu praticamente inalterada nos últimos decênios.

MAPA 2: SETE LAGOAS NA REGIÃO CENTRAL DE MINAS GERAIS



LEGENDA

- Principais Rodovias Federais e Estaduais
- Ferrovias
- Rios Principais
- Sedes Municipais
- Sede de Microrregião Geográfica



O fato acima observado pode indicar, pelo menos, dois outros fatos que se complementam. É que, se a região de influência direta de Sete Lagoas teve uma tendência de diminuir em direção sul em função do processo de metropolização de Belo Horizonte e em direção noroeste, essa mesma região tem-se mantido estável durante um longo período e, embora possa ter perdido, em termos relativos, em atuação direta, não se pode afirmar que a influência sete-lagoana deixou de ser presente nessas direções. Ela é ainda significativa, porém de uma forma mais difusa e, dependendo da direção, possui diferentes graus de intensidade e de freqüência de relacionamentos, fato que faz de Sete Lagoas a principal cidade, a mais bem equipada de toda a região que fica entre os vales dos rios das Velhas e Paraopeba, desde os limites setentrionais da região metropolitana de Belo Horizonte até a represa de Três Marias. (Mapa 2) Na verdade, em direção oeste o confronto de atuação regional sete-lagoana se dá com a área de atuação de Divinópolis que, assim como Sete Lagoas, parece ter mantido o respectivo comando de sua hinterlândia ao longo das últimas décadas.

A centralidade sete-lagoana tornou-se visível também em inúmeras outras oportunidades, tais como quando se pode observar nas diversas divisões regionais efetuadas por órgãos de planejamento tanto federais como estaduais. Assim é o caso da determinação das microrregiões e mesorregiões urbanas (IBGE, 1992), na qual Sete Lagoas, tendo como critério principal a centralidade urbana, surge como centro de uma das mais de trezentas microrregiões identificadas em todo o país. Esse é também o caso da determinação das regiões administrativas, regionalização elaborada pelo governo estadual mineiro (Cetec/IGA, 1997), na qual, Sete Lagoas aparece como o centro de uma das 25 regiões identificadas no Estado.

Objetivando demonstrar, embora sumariamente, alguns aspectos a respeito das cidades da região central é que se recorreu à tabela a seguir:

TABELA 1
REGIÃO CENTRAL DE MINAS GERAIS - MUNICÍPIOS SELECIONADOS
POPULAÇÃO TOTAL (1991 E 2000) E URBANA (2000)
(NÚMEROS ABSOLUTOS E VALORES RELATIVOS -%)

MUNICÍPIO	POPULAÇÃO TOTAL 1991	POPULAÇÃO TOTAL 2000	TAXA DE CR. GEOM. MÉDIO 1991/2000 (% a.a.)	POPULAÇÃO URBANA TOTAL	PARTICIPAÇÃO NA POPULAÇÃO TOTAL (%)
ABAETÉ	20687	22330	0.85	18995	85.06
ARAÇAI	1978	2147	0.92	1760	81.97
BALDÍM	8452	8135	-0.42	4810	59.13
BELO HORIZONTE	2017127	2232747	1.13	2232747	100.00
BETIM	171237	306538	6.68	298116	97.25
BOM DESPACHO	35288	39926	1.38	37205	93.18
CACHOEIRA DA PRATA	3669	3778	0.33	3547	93.89
CAETANÓPOLIS	7402	8571	1.64	7400	86.34
CAPIM BRANCO	6346	7897	2.46	7146	90.49
CONSELHEIRO LAFAIETE	88843	102667	1.62	99345	96.76
CONTAGEM	448991	537806	2.03	533119	99.13
CORDISBURGO	8449	8520	0.09	5687	66.75
CORINTO	25144	24506	-0.29	21414	87.38
CURVELO	58992	67141	1.45	58829	87.62
DIAMANTINA	44308	44260	-0.01	37784	85.37
DIVINÓPOLIS	151382	183764	2.18	177785	96.75
FELIXLÂNDIA	11934	12780	0.76	9445	73.90
FORMIGA	61777	62837	0.19	55537	88.38
FORTUNA DE MINAS	2286	2426	0.66	1504	62.00
FUNILÂNDIA	2617	3277	2.53	1592	48.58
INHAÚMA	4767	5193	0.96	3464	66.71
ITABIRA	85284	98221	1.58	89615	91.24
ITAÚNA	66333	76783	1.64	71695	93.37
JABUTICATUBAS	12720	13523	0.68	7114	52.61
JEQUITIBÁ	5047	5166	0.26	1634	31.63
JOÃO MONLEVADE	59346	66592	1.29	66274	99.52
MARAVILHAS	5534	6223	1.31	4102	65.92
MARIANA	38115	46719	2.29	38689	82.81
MATOZINHOS	23636	30154	2.74	27657	91.72
OURO PRETO	62495	66256	0.65	56284	84.95
PAPAGAIOS	10119	12459	2.34	10201	81.88
PARÁ DE MINAS	61066	72937	1.99	67924	93.13
PARAOPEBA	16995	20378	2.04	17278	84.75
PEQUI	3190	3712	1.70	2554	68.80
PITANGUI	20173	22203	1.07	18566	83.62
POMPÉU	20537	26026	2.67	22232	85.42
PRUDENTE DE MORAIS	6769	8126	2.05	7819	95.52
RIBEIRÃO DAS NEVES	143696	246589	6.18	245143	99.41
SABARÁ	89736	115292	2.82	112630	97.69
SANTA LUZIA	137686	184721	3.32	184026	99.62
SANTANA DE PIRAPAMA	9219	8583	-0.79	2874	33.48
SANTANA DO RIACHO	3404	3735	1.04	1719	46.02
SERRO	19443	21004	0.86	11784	56.10
SETE LAGOAS	143950	184692	2.81	180613	97.79
TRÊS MARIAS	21411	23539	1.06	22486	95.30

FONTE: IBGE: Censos Demográficos 1991 e 2000 – disponíveis na internet via <http://www.ibge.gov.br>.
 Arquivos consultados em outubro de 2001.

A cidade de Sete Lagoas ocupa uma posição de destaque na região central mineira no que diz respeito aos aspectos populacionais considerados, em 2000. Excetuando-se a metrópole regional – Belo Horizonte e os municípios metropolitanos,

Sete Lagoas, com 184692 habitantes, é que possui a maior população total, além de suplantando Divinópolis, com 183764 habitantes, uma cidade média importante da região central. Saliente-se a posição de Sete Lagoas em relação a Belo Horizonte, ou seja, uma vez estabelecido um raio de 100 km a partir da metrópole, não se encontra nenhuma cidade de porte médio, com uma população tão expressiva e que possa ser igualada a Sete Lagoas.

No que diz respeito à taxa de crescimento, Sete Lagoas destaca-se mais uma vez, pois, apresenta um valor bastante expressivo (2.81% a.a.), maior que o valor apresentado por Belo Horizonte (1.13% a.a.) e por Contagem (2.03% a.a.), a segunda maior cidade de Minas Gerais. Além do mais, essa taxa, também, é maior que aquelas apresentadas por outras cidades médias como Divinópolis (2.18% a.a.), Conselheiro Lafaiete (1.62% a.a.) e Formiga (0.19% a.a.). Essas observações podem ser estendidas à região de influência imediata de Sete Lagoas, pois, cidades como Capim Branco, Funilândia, Matozinhos, Papagaios, Paraopeba e Prudente de Moraes apresentaram taxas superiores a 2.0% a.a., fato que as aproxima do comportamento sete-lagoano. Isso pode indicar, também, o reflexo do dinamismo econômico dessa região.

A região central é uma região tipicamente urbana. Dos 46 municípios, apenas quatro não apresentam taxa de urbanização acima dos 50%, embora seja possível fazer uma pequena classificação nesse momento. Pode-se destacar um primeiro grupo de municípios, dentro do qual insere-se Sete Lagoas, que por apresentar as maiores taxas, acima de 75%, contém os municípios mais urbanizados da região: Belo Horizonte e seus municípios metropolitanos, Diamantina, Conselheiro Lafaiete, Corinto, Curvelo, Divinópolis, Formiga, Itabira, Itaúna, Ouro Preto, Pará de Minas e outros. Aqueles municípios que apresentam taxas entre 50% e 75% podem ser considerados como muito urbanizados, porém com uma intensidade menor em relação ao primeiro grupo: Baldim, Cordisburgo, Fortuna de Minas, Inhaúma, Jaboticatubas, Maravilhas e Pequi.

Finalmente, tem-se o grupo dos municípios menos urbanizados, com taxas inferiores a 50%: Funilândia, Jequitibá, Santana de Pirapama e Santana do Riacho. Trata-se de quatro municípios da área de influência direta de Sete Lagoas e essa pequena participação, pode indicar a preponderância das atividades agropecuárias nas economias locais, além de, também, apontar que, tais atividades têm uma grande importância na própria economia regional.

No que diz respeito à arrecadação de ICMS por setor de atividade econômica, para as cidades selecionadas, tem-se a tabela a seguir:

TABELA 2
REGIÃO CENTRAL DE MINAS GERAIS - MUNICÍPIOS SELECIONADOS
ARRECADAÇÃO DE ICMS POR SETOR DE ATIVIDADE - 1999
(VALORES RELATIVOS - %)

MUNICÍPIO	INDÚSTRIA	COMÉRCIO E SERVIÇOS	TOTAL
ABAETÉ	12.03	87.62	99.65
ARAÇÁI	82.41	17.58	99.99
BALDIM	70.21	29.32	99.53
BELO HORIZONTE	49.52	50.51	100.00
BETIM	93.96	6.05	100.00
BOM DESPACHO	34.99	64.69	99.88
CACHOEIRA DA PRATA	73.51	25.14	98.65
CAETANÓPOLIS	93.16	6.82	99.98
CAPIM BRANCO	13.11	86.88	99.99
CONSELHEIRO LAFAIETE	13.87	86.00	99.87
CONTAGEM	59.81	40.09	99.90
CORDISBURGO	51.41	48.58	99.99
CORINTO	25.07	74.93	100.00
CURVELO	16.69	79.56	96.25
DIAMANTINA	17.09	82.08	99.98
DIVINÓPOLIS	64.00	36.00	100.00
FELIXLÂNDIA	24.16	50.89	75.05
FORMIGA	41.11	57.81	98.92
FORTUNA DE MINAS	82.57	17.20	99.77
FUNILÂNDIA	80.23	19.74	100.00
INHAÚMA	77.47	22.12	99.59
ITABIRA	42.81	57.18	99.99
ITAÚNA	72.43	27.55	99.98
JABUTICATUBAS	57.20	42.67	99.87
JEQUITIBÁ	77.36	22.63	99.99
JOÃO MONLEVADE	83.24	16.75	99.99
MARAVILHAS	60.80	39.20	100.00
MARIANA	68.14	31.80	99.98
MATOZINHOS	92.77	7.22	100.00
OURO PRETO	84.09	15.85	99.94
PAPAGAIOS	90.40	9.60	100.00
PARÁ DE MINAS	77.60	22.40	100.00
PARAOPEBA	39.84	58.13	97.97
PEQUI	67.80	32.20	100.00
PITANGUI	52.04	44.67	96.71
POMPÉU	43.37	54.97	98.34
PRUDENTE DE MORAIS	96.31	3.66	99.97
RIBEIRÃO DAS NEVES	83.80	16.20	100.00
SABARÁ	91.39	8.61	100.00
SANTA LUZIA	94.59	5.41	100.00
SANTANA DE PIRAPAMA	45.10	54.90	100.00
SANTANA DO RIACHO	33.77	66.23	100.00
SERRO	53.62	46.37	99.99
SETE LAGOAS	83.01	16.83	99.84
TRÊS MARIAS	97.60	2.39	99.99

FONTE: FUNDAÇÃO JOÃO PINHEIRO - CENTRO DE ESTATÍSTICA E
 INFORMAÇÃO (CEI) 1999.

INSTITUTO DE GEOCIÊNCIAS - UFMG
 BIBLIOTECA

O peso das atividades secundárias e terciárias nas economias locais dos municípios selecionados é realmente muito grande, uma vez que em todos eles os valores alcançados superaram os 95% em 1999. Uma única exceção ficou por conta do município de Felixlândia que apresentou um valor de 75.05% e, mesmo assim, bastante elevado. A grande maioria desses municípios (um total de 29), Sete Lagoas incluído, revela um peso significativo das atividades industriais, pois que mais de 50% de sua arrecadação de ICMS estão nelas concentrados. Em tal conjunto encontra-se desde uma cidade tipicamente industrial como Contagem (59.81%) com um parque industrial extremamente diversificado, até uma pequena cidade mono-industrial como Caetanópolis com 93.16%, cuja atividade industrial se deve exclusivamente à presença de duas unidades fabris da Cia. de Fiação e Tecelagem Cedro e Cachoeira. À tal diferença soma-se o fato de Contagem ser a 2ª cidade do Estado, a qual além de ser o centro industrial que é, constitui-se também numa cidade que pertence à região metropolitana de Belo Horizonte e, finalmente, é um importante centro urbano distribuidor de bens e serviços, haja vista o valor registrado de arrecadação de ICMS nas atividades de comércio e serviços (40.09%). Por outro lado, não fossem as fábricas da Cedro e Cachoeira, Caetanópolis se resumiria à posição de uma simples localidade central, fornecedora de bens e serviços de alcance apenas local, tal qual ela se apresenta na realidade.

As afirmações acima podem ser estendidas ao conjunto referido, isto é, há uma grande heterogeneidade de tipos de centros urbanos no que diz respeito ao peso das atividades tomando como referência a arrecadação de ICMS. Em outras palavras, nesse conjunto há desde pequenas cidades mono-industriais, que adicionalmente são pequenas localidades centrais, cujo peso do setor industrial se deve exclusivamente a existência de apenas uma unidade fabril, tais como, a já citada Caetanópolis e também Funilândia, Matozinhos, Papagaios e Prudente de Moraes, até cidades médias importantes que se caracterizam por terem um setor industrial mais complexo e também por terem áreas de atuação amplas o que lhes garante uma centralidade razoável em suas respectivas hinterlândias: Sete Lagoas, Divinópolis e Ouro Preto, além, evidentemente da metrópole de Belo Horizonte e suas cidades metropolitanas: Contagem, Betim, Santa Luzia, Sabará e Ribeirão das Neves.

Finalmente, importa frisar que os dois indicadores aqui utilizados complementam-se, pois que, se a região central de Minas Gerais caracteriza-se pela predominância de população urbana, torna-se evidente que os valores da arrecadação

de ICMS também demonstrassem um predomínio das atividades secundárias e terciárias, considerando que estas se ligam quase sempre às populações caracteristicamente urbanas, não obstante a expressiva diferença observada entre os vários municípios selecionados, tanto no que diz respeito ao peso da população urbana na população total, como também e, mais precisamente, quanto ao peso das respectivas atividades econômicas nas economias locais.

Terminada essa seção, que procurou fornecer um quadro resumo da região central de Minas Gerais, notadamente no que respeita às cidades selecionadas, tal qual se mostrou, a próxima seção pretende apresentar unicamente a cidade de Sete Lagoas, objeto de estudo da presente tese.

1.2 SETE LAGOAS E SUAS ATIVIDADES ECONÔMICAS

A cidade de Sete Lagoas possui uma posição de destaque na região central de Minas Gerais, tanto no que diz respeito aos aspectos populacionais considerados, como também em relação à riqueza gerada pela arrecadação de ICMS na atualidade. Uma análise desses mesmos aspectos torna-se pertinente no momento. Desse modo, apresenta-se a tabela a seguir:

TABELA 3
EVOLUÇÃO DA POPULAÇÃO DE SETE LAGOAS
 1960 – 2000
 (NÚMEROS ABSOLUTOS E VALORES RELATIVOS -%)

ANOS POPULAÇÃO	CRESCIMENTO RELATIVO (%)									
	1960	1970	1980	1991	2000	60-70	70-80	80-91	91-00	60-00
TOTAL	41656	66585	100628	143950	184692	59.8	51.1	43.1	28.3	343.4
URBANA	36482	61142	94604	140060	180613	67.6	54.7	48.0	29.0	395.1
RURAL	5174	5543	6024	3890	4079	7.1	8.7	-35.4	4.9	-21.2

FONTES: SEPLAN – MG – ANUÁRIO ESTATÍSTICO DE MINAS GERAIS – 1987

FIBGE – CENSO DEMOGRÁFICO DE MINAS GERAIS – 1991

FIBGE – CENSO DEMOGRÁFICO – 2000 disponível na internet via <http://www.ibge.gov.br>. Arquivo consultado em out. de 2001.

Nas últimas quatro décadas Sete Lagoas sofreu um expressivo crescimento populacional, notadamente no que respeita à expansão urbana, cujo crescimento relativo no período 1960-2000 foi ainda maior que o próprio crescimento da população total. No que tange à população rural, observa-se uma variação negativa no lapso de tempo considerado, não obstante as variações positivas registradas nas décadas de 1960, 1970 e 1990. Sete Lagoas, assim como a esmagadora maioria dos municípios brasileiros, experimentou o mesmo fenômeno de crescimento da população urbana em detrimento do crescimento populacional rural, o qual tornou-se característico do processo da modernização brasileira no período considerado. (NOGUEIRA, 1993)

Tendo como objetivo a descrição da atualidade de Sete Lagoas em seus diversos setores econômicos, a próxima seção procurará evidenciar também, por meio da identificação e descrição destes, a importância do lugar (cidade) em sua hinterlândia, seu raio de ação, tipo e grau de intensidade de interações estabelecidas com essa hinterlândia.

1.2.1 O PAPEL DA CIDADE NA PRODUÇÃO AGROPECUÁRIA

Tradicionalmente a economia da cidade de Sete Lagoas deve seu dinamismo às atividades agropecuárias, principalmente no que se relaciona à pecuária leiteira. Essa tradição para as atividades agropecuárias manifestou-se desde muito cedo na região da qual faz parte Sete Lagoas. Como já referido acima, a região de Sete Lagoas permaneceu durante algum tempo fora dos interesses dos exploradores e povoadores que se instalaram em Minas Gerais nos séculos XVII e XVIII porque não apresentava o atrativo do ouro, notadamente, e de outros minerais preciosos. Não obstante, essa mesma região ao se tornar lugar de passagem obrigatória das boiadas oriundas da Bahia, já no final do século XVIII, viu aí florescerem as primeiras atividades agrícolas e de pecuária.

Na atualidade, o levantamento dos principais cultivos presentes no município de Sete Lagoas demonstra que, aqueles produtos que se destacaram no passado ainda permanecem importantes, acrescidos de outros, os quais poderiam ser classificados de mais modernos em função de sua recente aparição no cenário local, principalmente, no que respeita às lavouras temporárias.

Produtos como o arroz, a cana-de-açúcar, o feijão, a mandioca e o milho comparecem na lista dos principais de Sete Lagoas desde sempre, pois basta lembrar

que o município já se destacou em escala estadual, no passado, como grande produtor de mandioca e cereais (Azevedo, 1963, a), ou seja, pode-se salientar, que tais produtos são tradicionais, em função até da antigüidade de seu cultivo. O interessante é verificar a introdução de, pelo menos, dois novos, ou melhor dizendo, modernos cultivos, isto é, a soja e o sorgo, muito em razão da presença de uma unidade da Embrapa na cidade, a qual vem incentivando, há décadas a introdução dessas culturas e sua expansão. Ao lado do tradicional milho, o sorgo e soja constituem importantes itens para o arraçoamento dos rebanhos-bovino e suíno locais.

O que importa salientar, é que no município de Sete Lagoas, tradicionalmente, como atestam os documentos levantados (Azevedo, 1963 e Minas Gerais, 1988), o destaque deve ser dado às culturas temporárias, principalmente, ao milho, arroz, feijão e cana-de-açúcar, quando quer-se referir à agricultura local. Esse é também o destaque conferido no diagnóstico municipal, elaborado pelo Sebrae-MG (1995), no qual aquelas mesmas culturas aparecem como as principais no município. É importante frisar que Sete Lagoas é sede de um importante pólo microrregional produtor de arroz, feijão, milho e produtos da olericultura, fazendo parte, enfim, do cinturão verde abastecedor da metrópole belo-horizontina.

O carvão vegetal e a lenha constituem importantes itens na economia sete-lagoana. Dois fatores contribuem com tal assertiva, isto é, em primeiro lugar, em função da inserção de Sete Lagoas na produção nacional de ferro-gusa, afinal a cidade está classificada como o maior pólo guseiro não integrado do país (Minas Gerais, 1995), torna-se claro como a produção de carvão vegetal, tanto na forma de extração como também na forma de cultivo, através da silvicultura, toma uma expressiva posição na produção local. Em segundo lugar, pelo fato do grande peso que ainda resta da utilização de lenha doméstica, ou, para certos tipos de atividade industrial, como as cerâmicas, sendo que estas ainda têm uma importância residual na economia local.

Sete Lagoas comanda uma das mais importantes e produtivas bacias leiteiras de Minas Gerais. Segundo depoimentos do presidente da COOPERSETE (Cooperativa Regional dos Produtores Rurais de Sete Lagoas) e do vice-presidente da CCPR (Cooperativa Central dos Produtores Rurais de Minas Gerais Ltda.), (2000), a bacia leiteira comandada por Sete Lagoas já ocupou a posição de 1º lugar no Estado, sendo que, atualmente, em virtude de fatores de natureza-as-mais-diversas (econômicas e permanência de valores tradicionais, tornando os produtores menos receptivos às

inovações modernizantes), tal posição foi perdida em favor da bacia leiteira comandada pela cidade de Bom Despacho, localizada na região central de Minas Gerais. (Mapa 2)

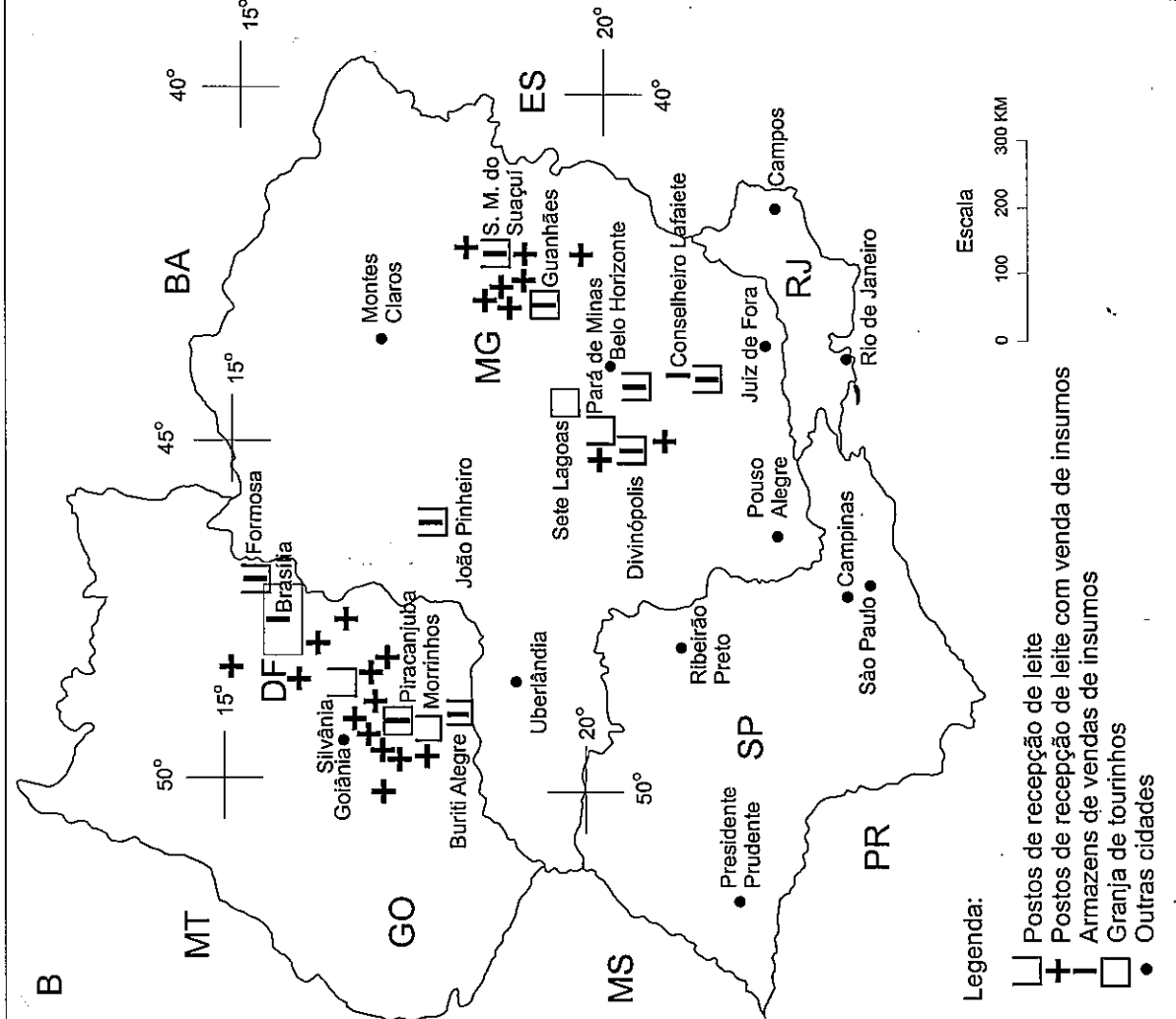
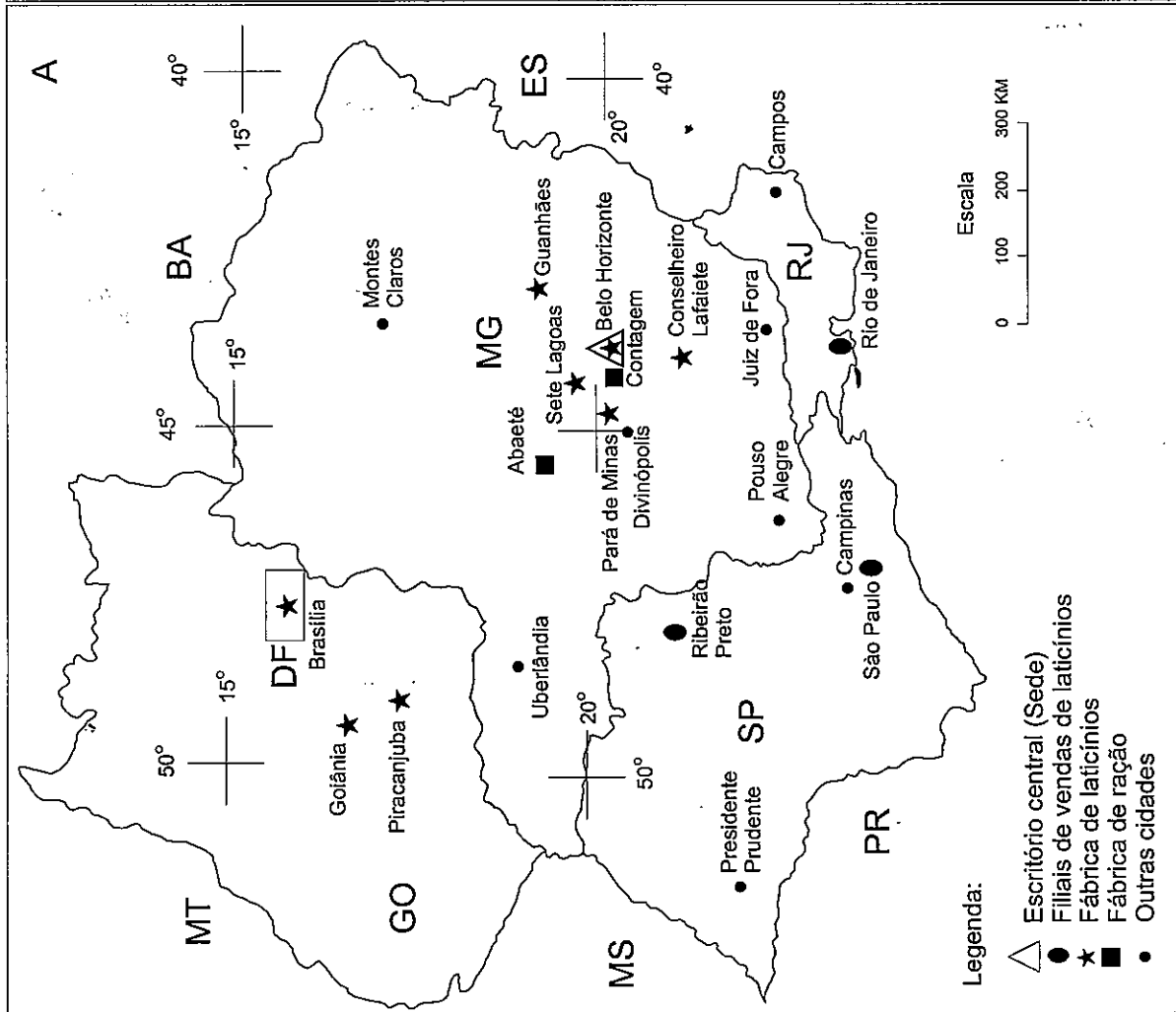
✓ A pecuária de corte é suficiente para o mercado apenas local, enquanto a pecuária leiteira sempre foi e permanece se destacando, tanto em produtividade como no alcance de seu mercado. Há predominância do gado meio-sangue, embora o holandês puro seja freqüentemente encontrado. (Sebrae-MG, 1995) A bovinocultura leiteira tem sua produção voltada quase que exclusivamente para o mercado externo, isto é, para o mercado de Belo Horizonte, uma vez que mais de 90% do leite produzido são localmente beneficiados na usina leiteira da Itambé. O restante, 10%, é beneficiado pela marca "Sete", atingindo apenas o mercado local e regional (hinterlândia).

1.2.1.1 As Cooperativas e a Produção de Leite e Laticínios

As cooperativas rurais em regiões com expressiva atividade rural, seja ela ligada à agricultura ou à pecuária ou ainda a ambas, constituem uma das grandes tradições do campo no Brasil. Em Minas Gerais a Cooperativa Central dos Produtores Rurais de Minas Gerais Ltda. (CCPR), mais conhecida por sua marca comercial, ITAMBÉ, é uma das maiores empresas do setor de alimentos no Brasil, colocando-se em terceiro lugar na indústria de laticínios, sendo a maior de capital nacional, uma vez que, as multinacionais do setor de laticínios como a suíça Nestlé e a italiana Parmalat ocupam o primeiro e o segundo lugares, respectivamente, nesse *ranking*. (NOGUEIRA, 1997)

Sete Lagoas participa como um importante nó da rede geográfica da Itambé em função de sediar uma de suas trinta e uma (31) cooperativas associadas - a Coopersete -, possuir uma das três (3) granjas de tourinhos e por sediar a primeira fábrica de leite em pó de Minas Gerais, numa época, anos de 1950, em que o aumento da produção leiteira assim o exigia. (Mapa 3 A e B)

A Cooperativa Regional de Produtores Rurais de Sete Lagoas Ltda. - COOPERSETE - segundo seu presidente (2000), é uma das mais importantes associadas da Itambé, pois, ocupa o 4º lugar no volume de leite fornecido e o 5º lugar na participação do capital social da referida empresa.



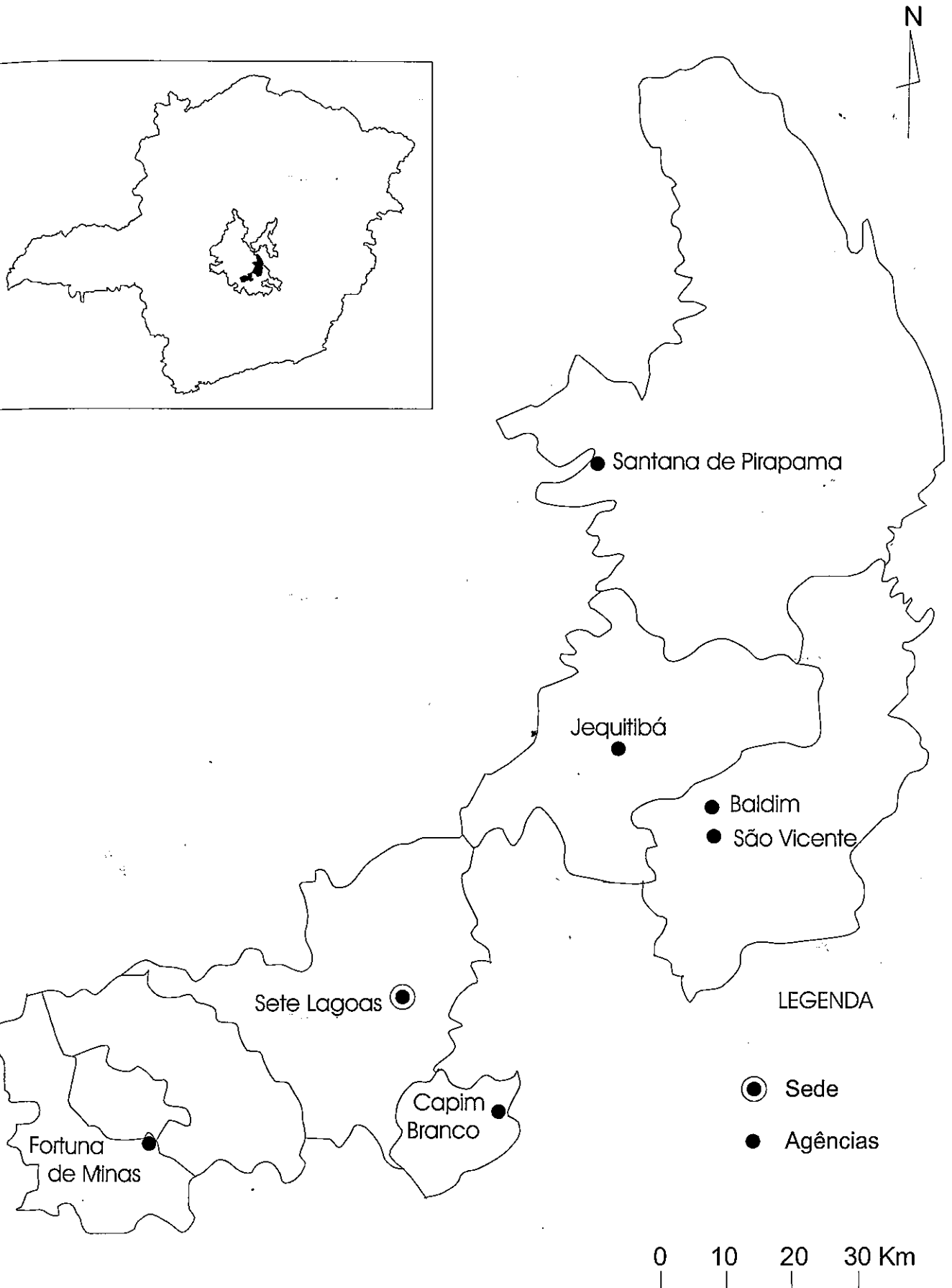
Fonte: Itambé: Relatório Anual, 1996 e Entrevista de Campo, 2000
 Organização: Marly Nogueira Desenho: Alexandre A. L. B. de Vasconcelos, 2002

A Coopersete está presente em 21 municípios mineiros, a maioria do quais, incluídos na região de Sete Lagoas. Segundo seu presidente, em 2000 contavam-se 1300 filiados, dos quais apenas 600 deles, efetivamente, caracterizavam-se como fornecedores de leite para a cooperativa. Filiada à CCPR (ITAMBÉ) a cooperativa mantém junto a esta um representante na qualidade de vice-presidente, além deste ser também o representante dos interesses da Coopersete junto ao Sindicato das Indústrias de Laticínios de Minas Gerais (SILEMG), o qual, por sua vez, faz parte do Sistema da Federação das Indústrias de Minas Gerais (FIEMG).

A sede administrativa da Coopersete localiza-se em Sete Lagoas, sendo que também aí localizam-se a usina e fábrica de laticínios da marca "Sete", um posto de combustíveis de sua propriedade, três armazéns, o departamento técnico-social e o setor de beneficiamento do leite. Completam a organização da cooperativa um armazém na cidade de Maravilhas e, finalmente, o posto de recepção de leite, resfriamento e um armazém em Papagaios. Importa destacar que, em 1986, a cooperativa fundou uma entidade de crédito própria, embora tenha esta total independência das atividades da Coopersete. Trata-se da Credi-Sete, uma cooperativa de crédito rural que financia seus próprios cooperados-correntistas a qual, com sede também em Sete Lagoas, posiciona-se, num total de 102 cooperativas do mesmo gênero existentes em Minas Gerais, em 6º lugar no que tange ao volume de depósitos. Ao longo desses 16 anos de existência a Credi-Sete já possui agências nas seguintes cidades: Capim Branco, Santana de Pirapama, Jequitibá, Fortuna de Minas e Baldim, sendo que nesta última, há também uma agência no distrito de São Vicente, totalizando 6 agências na região de influência de Sete Lagoas. (Mapa 4)

A assistência técnica oferecida aos produtores filiados é terceirizada, na medida em que, a cooperativa concede o aval financeiro ao produtor necessitado de algum tipo de máquina ou trator, ou ainda da ajuda técnica de veterinários, técnicos agrícolas e agrônomos, naturalmente, aqueles que forem os de custos mais baixos.

**MAPA 4 : REDE DE AGÊNCIAS DA COOPERATIVA DE CRÉDITO RURAL
DE SETE LAGOAS - CREDI-SETE - 2002**



Do total de leite captado pela Cooperse, 90% dele são enviados para a usina local da CCPR para a fabricação de leite em pó, leite condensado e doce de leite da marca Itambé. O restante, 10%, é enviado para a fábrica de laticínios da marca "Sete", produzindo manteiga, doce de leite, requeijão, leites desnatado e de caixinha (tetra pak) tipo "C" e, ainda, o leite de saquinho tipo "C", além de vários tipos de queijos (ricota, frescal, mussarela, prato e minas padrão). Saliente-se que, enquanto os produtos Itambé possuem penetração num mercado cada vez mais nacional, com expansão para as regiões Norte e Nordeste, além de intrusões cada vez mais evidentes no Sudeste, via mercados do Rio de Janeiro e de São Paulo (Nogueira, 1997), os produtos da marca Sete limitam-se a um mercado apenas regional, o qual, corresponde justamente à área de influência de Sete Lagoas.

Essa "incapacidade" da marca Sete de extrapolar o mercado regional tem um fundamento, segundo o presidente da Cooperse (2000). É que, na competição com a Itambé, a Cooperse sai em desvantagem, pois, por meio de cláusulas contratuais, fica vedada à cooperativa de Sete Lagoas a expansão mercadológica de sua marca comercial além dos limites da região em que se encontra.

É interessante verificar que, na qualidade de associada da Itambé, a Cooperse possui suas estratégias ou práticas espaciais. Não se trata de uma empresa nacional tal qual a Itambé (Nogueira, 1997), mas é possível argumentar sobre um certo controle da gestão do território exercido pela Cooperse na área de influência de Sete Lagoas, principalmente no que respeita à prática espacial da reprodução da região produtora (Corrêa, 1992). Ora, ao perseguir objetivos de melhoria da qualidade do rebanho através de programas tipo "reprodutor de 1ª linhagem", de sanidade animal (vacinas) e de inseminação artificial, a cooperativa cumpre o papel de assegurar a manutenção da região produtora de leite da qual sobrevive. Essa prática espacial também é reforçada quando da cooperação existente entre a Cooperse, a Epamig e a Embrapa, além de empresas privadas, como a Agroceres, por exemplo, na manutenção de uma boa silagem nas propriedades rurais. A formação de um bom volumoso (silagem e feno), pela inclusão de variedades de capins, de milho e de sorgo constituem tecnologia repassada pelas duas referidas empresas estatais. Na opinião do presidente da Cooperse (2000), a pecuária leiteira permanece crescendo pela melhoria da qualidade do gado, embora esteja sendo necessário investir em outros produtos, tais como os derivados de frutas e, assim conquistar o mercado externo (América Latina e Ásia), somente faltando para isso, o desenvolvimento de tecnologia.

Pela antigüidade de sua ação sobre o espaço regional de Sete Lagoas, é que se pode argumentar sobre a rede geográfica formada pela Cooper sete. Uma rede pequena em extensão mas, expressiva do ponto de vista da natureza das inter-relações e articulações estabelecidas, cujo comando pertence a Sete Lagoas. Essa rede tem nas inter-relações com os municípios dos quais capta leite, certamente, a sua mais importante articulação. Em boa medida, pode-se creditar a centralidade de Sete Lagoas, como decorrência dessas atividades da cooperativa. A área de atuação da Cooper sete abrange um total de 21 municípios, (Tabela 4):

TABELA 4
COOPERATIVA REGIONAL
DE PRODUTORES RURAIS DE SETE LAGOAS LTDA. COOPERSETE
PROCEDÊNCIA DO LEITE ENVIADO – 1999
(NÚMERO DE FORNECEDORES POR MUNICÍPIO – ABSOLUTO E RELATIVO - %)

MUNICÍPIO	Nº FORNECEDORES	%
SETE LAGOAS	137	24,2
PAPAGAIOS	92	16,1
INHAÚMA	73	12,3
MARAVILHAS	33	5,8
ARAÇÁI	30	5,3
FORTUNA DE MINAS	30	5,3
FUNILÂNDIA	30	5,3
JEQUITIBÁ	30	5,3
CAPIM BRANCO	21	3,7
CORDISBURGO	20	3,5
PRUDENTE DE MORAIS	20	3,5
SANTANA DE PIRAPAMA	17	3,0
ESMERALDAS	9	1,6
PARAOPEBA	7	1,2
PEQUI	5	0,9
PRESIDENTE JUSCELINO	5	0,9
MATOZINHOS	4	0,7
CACHOEIRA DA PRATA	3	0,5
POMPÉU	3	0,5
CAETANÓPOLIS	1	0,2
RIBEIRÃO DAS NEVES	1	0,2
TOTAL	571	100,0

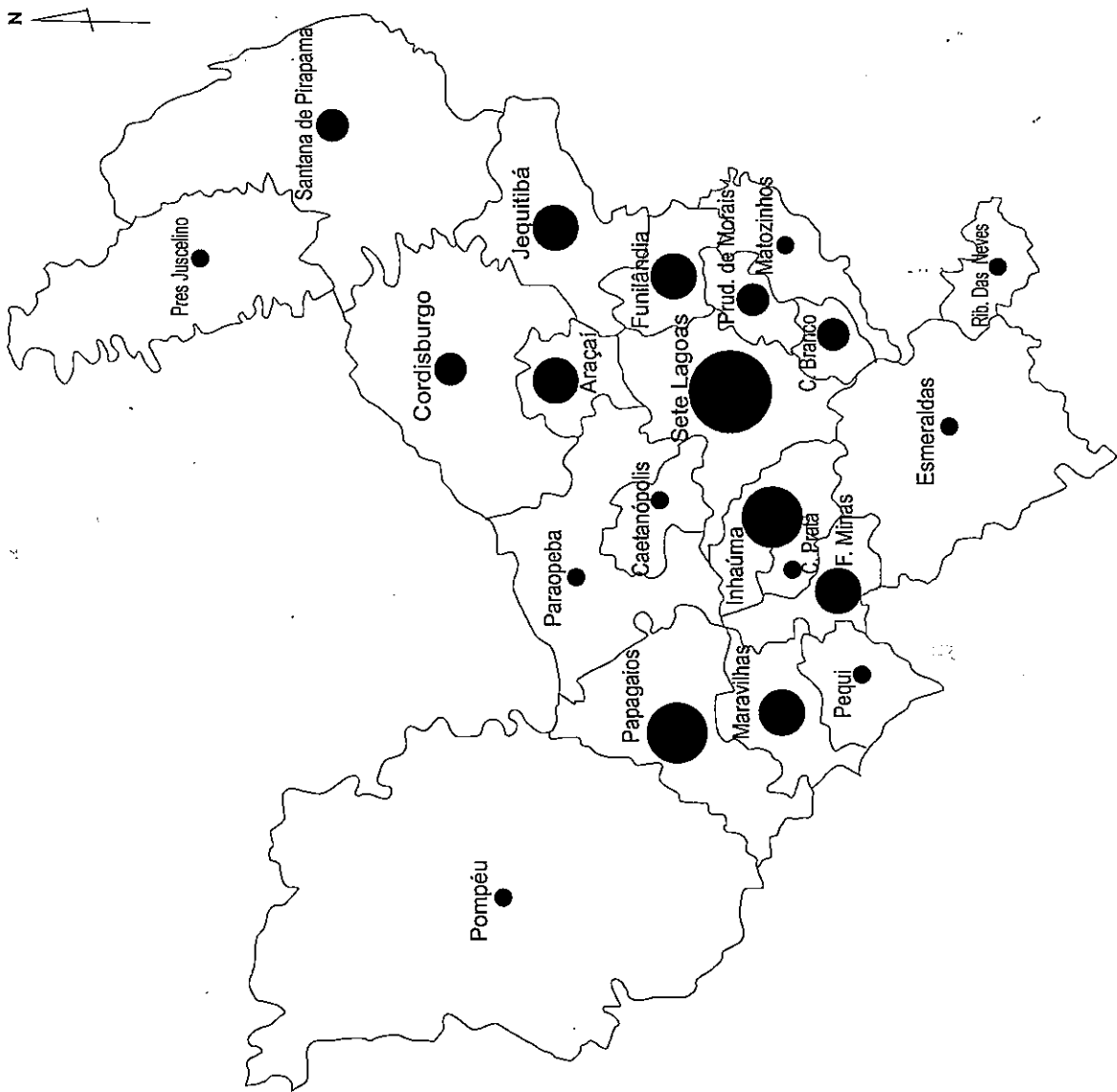
FONTE: COOPERSETE – RELATÓRIO: CONS. DE ADM. – 1999

Pode-se perceber, pela tabela acima, que a área geográfica da Cooper sete, em 1999, corresponde em grande parte, àquela de Sete Lagoas, ficando como únicas exceções os municípios de Baldim (embora neste haja duas agências da Credi-Sete), Santana do Riacho e Jabuticatubas, que não figuram como fornecedores de leite. Por outro lado, estão elencados nessa lista, municípios, que não fazem parte da área de

influência direta de Sete Lagoas mas, justamente por isso, contribuem para que essa área sete-lagoana seja, de alguma forma, ampliada. Tais são os casos dos municípios de Esmeraldas e Ribeirão das Neves, ambos pertencentes à região metropolitana de Belo Horizonte, Pompéu que está incluída na microrregião de Três Marias e Presidente Juscelino que sofreria a influência de Diamantina. (Mapa 5)

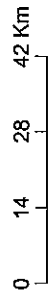
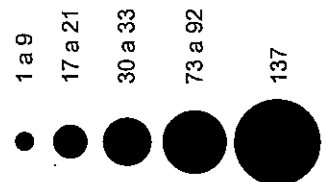
Para facilitar a leitura dos mapas do capítulo, inclui-se um mapa de referência do alcance das relações de Sete Lagoas em Minas Gerais (Mapa 6). Nesse mapa somente estão relacionados aqueles municípios mais citados nas entrevistas de campo realizadas em 2000, ou seja, os municípios que estabelecem um mínimo de articulações com Sete Lagoas.

MAPA 5 : PROCEDÊNCIA DO LEITE ENVIADO À COOPERATIVA REGIONAL DE PRODUTORES RURAIS DE SETE LAGOAS LTDA. - COOPERSETE
NÚMERO DE FORNECEDORES POR MUNICÍPIO - 1999
 (VALORES ABSOLUTOS)

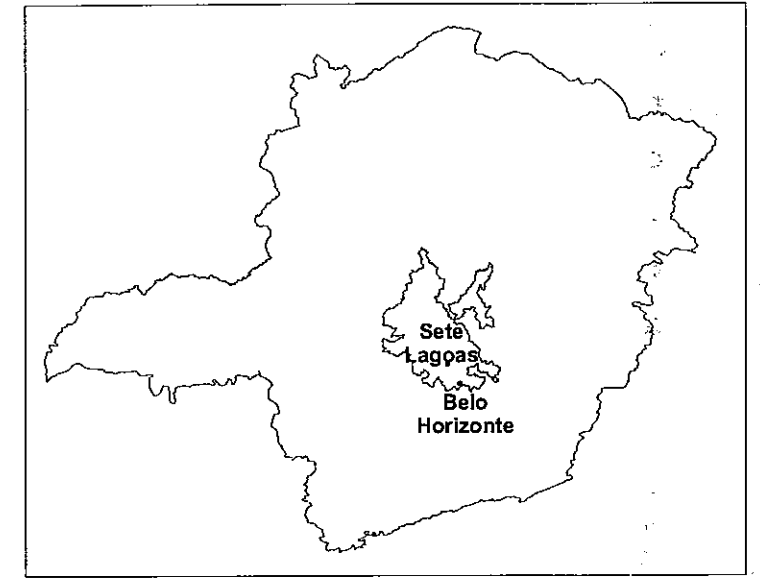


LEGENDA

Número de fornecedores:

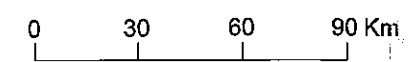


MAPA 6 : MAPA DE REFERÊNCIA DO ALCANCE DAS RELAÇÕES DE SETE LAGOAS EM MINAS GERAIS - 2000



LEGENDA

- Sede Municipal



Importa salientar que, de acordo com a tabela 4 e seu mapa correspondente (5), os municípios que possuem os maiores fornecedores de leite da Coopersele pertencem à área de influência de Sete Lagoas, entre os quais, destacam-se o seu próprio município e os de Papagaios e Inhaúma. Juntos perfazem mais da metade (52.6%) do número total de fornecedores. Essa mesma situação, no que tange às três primeiras posições, pode ser observada quando toma-se como variável a produção de leite em litros enviada à Coopersele, como se vê na tabela a seguir:

TABELA 5
COOPERATIVA REGIONAL
DE PRODUTORES RURAIS DE SETE LAGOAS LTDA. COOPERSELE
PROCEDÊNCIA DO LEITE ENVIADO – 1999
(VOLUME EM LITROS POR MUNICÍPIO – ABSOLUTO E RELATIVO - %)

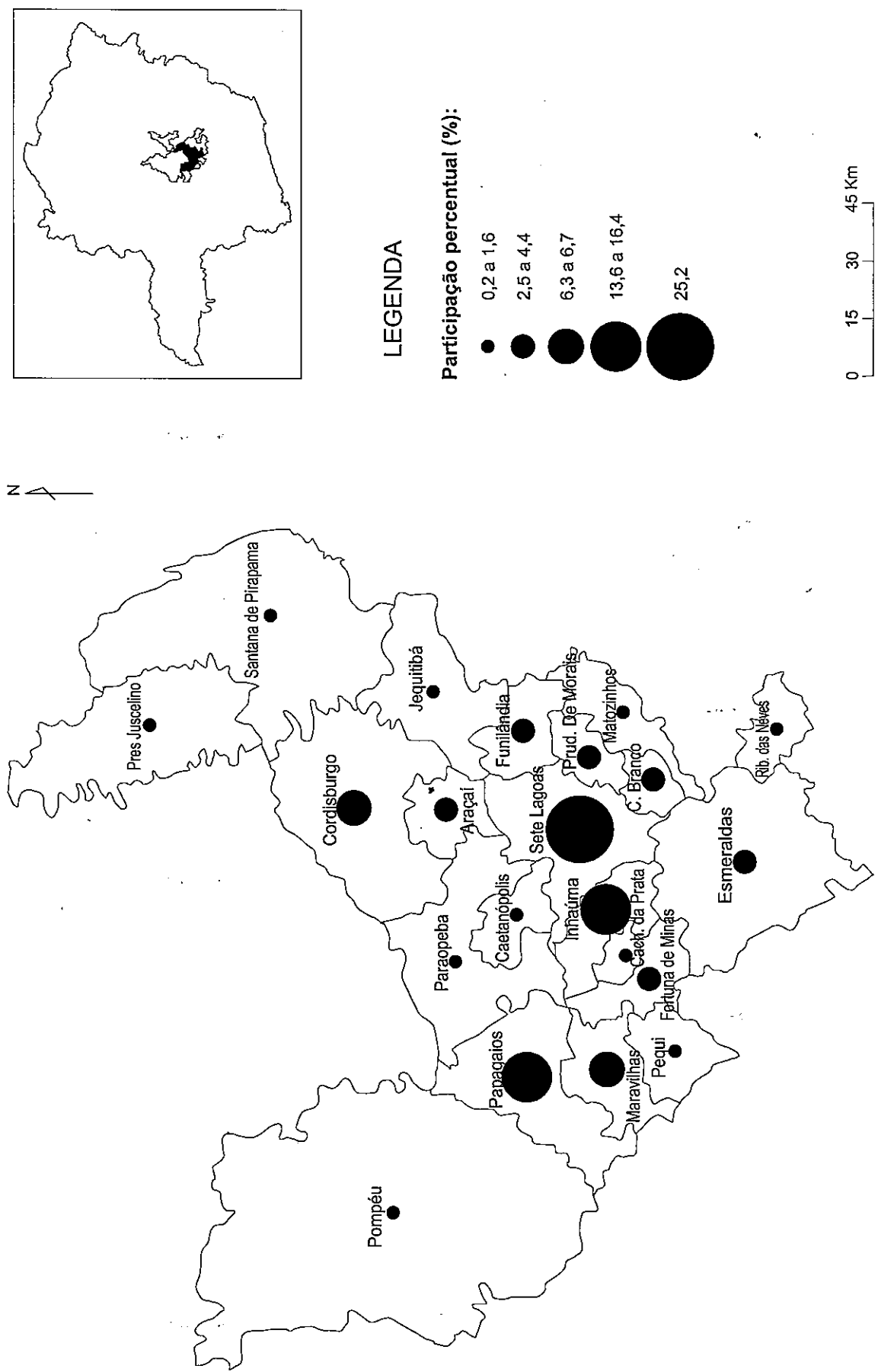
MUNICÍPIO	VOLUME ANUAL (L)	%
SETE LAGOAS	12615888	25,2
PAPAGAIOS	8218628	16,4
INHAÚMA	6812667	13,6
MARAVILHAS	3362557	6,7
CORDISBURGO	3172334	6,3
PRUDENTE DE MORAIS	2194805	4,4
FUNILÂNDIA	2135438	4,3
CAPIM BRANCO	2102573	4,2
FORTUNA DE MINAS	1974667	3,9
ARAÇAI	1659488	3,3
ESMERALDAS	1246267	2,5
PEQUI	788682	1,6
JEQUITIBÁ	770100	1,5
PARAOPEBA	753416	1,5
SANTANA DE PIRAPAMA	716805	1,4
CACHOEIRA DA PRATA	460001	0,9
PRESIDENTE JUSCELINO	377204	0,8
MATOZINHOS	242023	0,5
CAETANÓPOLIS	204567	0,4
POMPÉU	201752	0,4
RIBEIRÃO DAS NEVES	11387	0,2
TOTAL	50021249	100,0

FONTE: COOPERSELE – RELATÓRIO: CONS. DE ADM. - 1999

Pode-se observar que, pela tabela acima, as três primeiras posições, no que respeita à produção de leite por município, não sofreram mudança quando a variável considerada, isto é, o volume de leite enviado à Coopersele. De fato, Sete Lagoas, Papagaios e Inhaúma permanecem como os maiores produtores concentrando 65.2% do total de leite enviado. Com algumas poucas exceções de municípios que melhor se

posicionam na variável volume (Esmeraldas, Cordisburgo e Santana de Pirapama), não há significativas diferenças entre as duas variáveis consideradas. O mapa 7, a seguir, se presta a demonstrar tal fato.

MAPA 7 : PROCEDÊNCIA DO LEITE ENVIADO À COOPERATIVA REGIONAL DE PRODUTORES RURAIS DE SETE LAGOAS LTDA. - COOPERSETE PARTICIPAÇÃO PERCENTUAL POR MUNICÍPIO - 1999



Tomando como base os 100 maiores fornecedores individuais de leite da Cooperse, em 1999, é possível construir um quadro adicional sobre a espacialidade da cooperativa. Apresenta-se a questão relativa àqueles municípios que sediam fazendas leiteiras da Cooperse, cujos proprietários residem em Sete Lagoas. Esse dado é importante, pois, torna-se possível comprovar mais uma vez a centralidade de Sete Lagoas em sua região e levantar questionamentos acerca do controle dos territórios daqueles municípios, exercido pelos fazendeiros sete-lagoanos.

Assim, pela tabela 6, é possível afirmar que dos 100 maiores fornecedores da Cooperse, 44% deles residem em Sete Lagoas, uma participação bastante expressiva, pois que, essa origem sete-lagoana comprova, de certo modo, que tais proprietários controlam através de sua atividade econômica (a pecuária leiteira) a própria economia dos municípios nos quais se localizam as fazendas; afinal eles estão entre os maiores fornecedores da Cooperse.

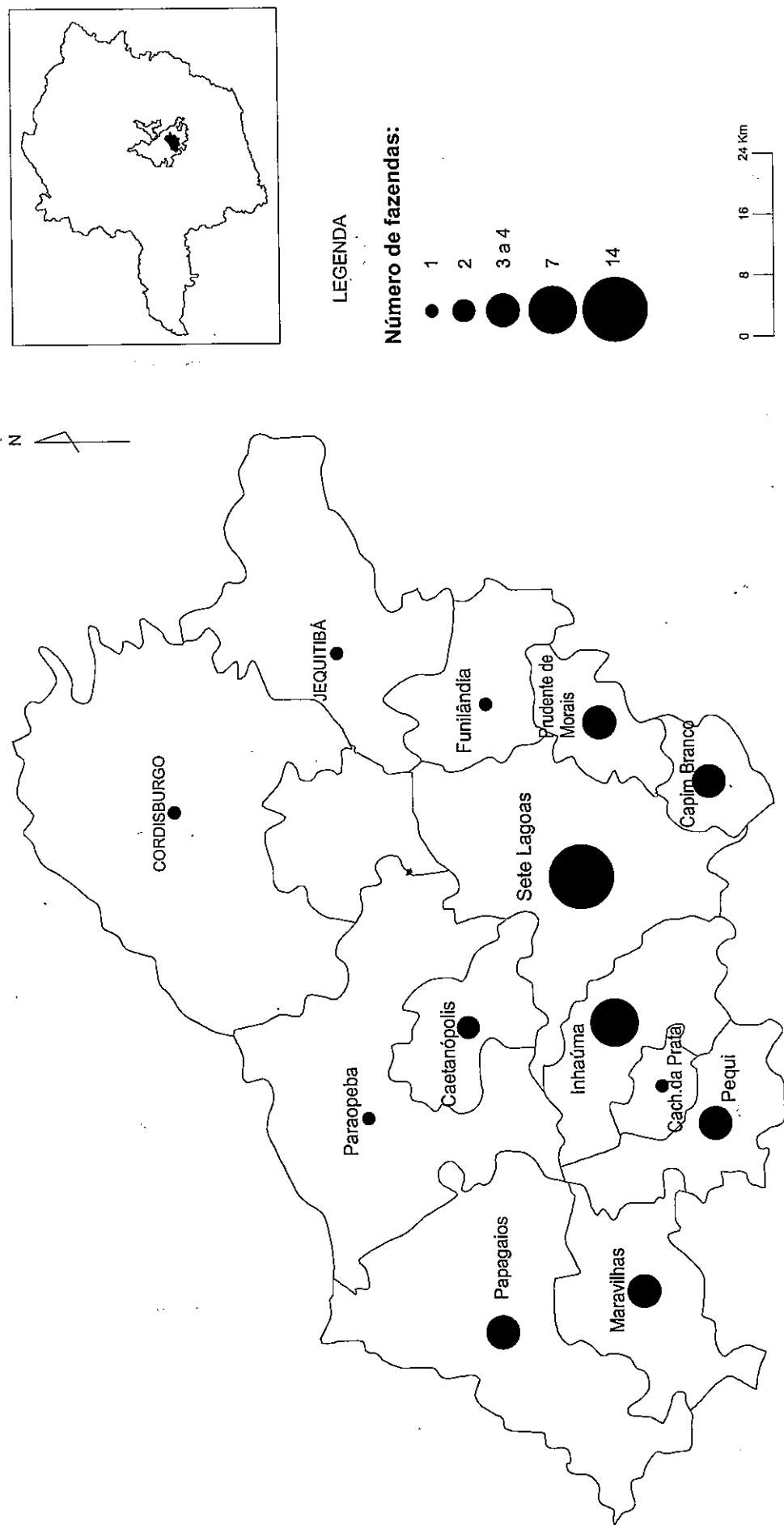
Esse controle pode ser observado no próprio município de Sete Lagoas, com 14 fazendas e em Cordisburgo, onde apenas uma fazenda é responsável por 14.9% do volume total de leite. Também pode-se aventar, que existe esse controle sobre os territórios nos municípios de Inhaúma (7 fazendas), de Maravilhas (3 fazendas), de Capim Branco (4 fazendas) e o de Paraopeba com apenas uma fazenda, pois, afinal, somente ela, corresponde a um total de 2,4% do volume de leite produzido 1999. Importa salientar que, de acordo com o relatório anual (1999) da Cooperse, os dois maiores produtores da cooperativa residem em Sete Lagoas e correspondem exatamente aos proprietários da fazenda de Cordisburgo (Sr. Joaquim Nery com produção de 2597423 litros de leite) e o 1º colocado entre as 14 fazendas de Sete Lagoas, ou seja, o Sr. Joaquim Nogueira, com produção de 1974992 litros de leite. (Tabela 6 e Mapa 8):

TABELA 6
MUNICÍPIOS QUE SEDIAM FAZENDAS LEITEIRAS DA COOPERSETE,
CUJOS PROPRIETÁRIOS RESIDEM EM SETE LAGOAS – 1999
BASE: OS 100 MAIORES FORNECEDORES DA COOPERSETE
(MUNICÍPIO, Nº DE FAZ., PROP. E VOL.: ABS. E REL. - %)

MUN. SEDE FAZENDA	TOT. FAZENDA	PROPRIETÁRIO	VOL. ANUAL (L)	%
SETE LAGOAS	1	JOAQUIM NOGUEIRA	1974992	33.3
	1	IVAN FRANÇA COSTA	583537	
	1	NORBERTO F. NOGUEIRA	430681	
	1	PAULO O. SILVA	374944	
	1	ROGÉRIO DE M.FIGUEIREDO	322544	
	1	EDSON ROCHA FRANÇA	316441	
	1	DILMO G. M. DUTRA	272035	
	1	FRANCISCO F. DE FREITAS	266048	
	1	LUCIANO G. FRANÇA	251129	
	1	BELKISS FRANÇA PAIVA	243616	
	1	OLÍMPIO M. DE FREITAS	204559	
	1	MAURÍCIO J. REIS	198351	
	1	CONSUELO Mª DE O. FREITAS	188692	
	1	ROBERTO A. CHAVES	184098	
TOTAL	14		5811667	
CORDISBURGO	1	JOAQUIM NERY	2597423	14.9
TOTAL	1		2597423	
INHAÚMA	1	AFONSO DA S. FERRÃO	438862	13.9
	1	IRINEU DE MORAIS	355589	
	1	ANTÔNIO DE C. MATOSO	351158	
	1	GERALDO R. V. REIS	345509	
	1	GERALDA T. AMORIM	331768	
	1	MÁRCIO JOSÉ CAMPELO	309175	
	1	FLÁVIO M. F. GANÇALVES	298221	
TOTAL	7		2430282	
MARAVILHAS	1	POÇO PECUÁRIA	700121	7.2
	1	ONÉSIMO J.S.FILHO(ESPÓLIO)	281064	
	1	JOÃO BOSCO MATOSO	266993	
TOTAL			1248178	
CAPIM BRANCO	1	MÁRCIO PEREZ NOGUEIRA	442577	7.0
	1	RAYMUNDO F. CARVALHO	355580	
	1	FERNANDO PEREZ NOGUEIRA	213158	
	1	IVAN PEREZ NOGUEIRA	202611	
TOTAL	4		1213926	
PRUD. DE MORAIS	1	LÉLIO ROBERTO RESENDE	535287	5.7
	1	JOSÉ UBALDO BARBOSA	247199	
	1	OTÁVIO A. DUARTE FRANÇA	216684	
TOTAL	3		999170	
FORTUNA DE MINAS	1	MÁRIO L. VASCONCELOS REIS	404141	5.1
	1	MARCO A. FRANÇA COSTA	302294	
	1	CARMÉLIO P. MACIEL	177400	
TOTAL	3		883835	
PAPAGAIOS	1	JUNCO AGROPASTORIL LTDA.	288423	4.6
	1	EVANDRO V. VASCONCELOS	286694	
	1	PONTAL PECUÁRIA	225594	
TOTAL	3		800711	
PARAOPEBA	1	ARTHUR DE SOUZA PIRES	414584	2.4
TOTAL	1		414584	
CAETANÓPOLIS	1	NHD AGROPECUÁRIA LTDA.	201752	2.1
	1	AUGUSTO GONÇ. F. JÚNIOR	156753	
TOTAL	2		358505	
JEQUITIBA	1	DÉLIO DINIZ LIMA	245553	1.4
TOTAL			245553	
CACH. DA PRATA	1	IVAN LEÃO FRANÇA	212615	1.2
TOTAL	1		212615	
FUNILÂNDIA	1	AFRÂNIO DE A. M.FERREIRA	209975	1.2
TOTAL	1		209975	
TOTAL GERAL	44		17426424	100.00

FONTE: COOPERSETE: RELATÓRIO: CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO – 1999

MAPA 8 : MUNICÍPIOS QUE SEDIAM FAZENDAS LEITEIRAS, FILIADAS À COOPERSETE, CUJOS PROPRIETÁRIOS RESIDEM EM SETE LAGOAS - 1999
(NÚMERO DE FAZENDAS)



Fonte: COOPERSETE - Balanço e Relatório do Conselho de Administração - 1999
Organizadora: Marly Nogueira
Desenho: Cynthia G. Santos - 2001

Retomando, então, a questão da espacialidade ou da rede formada pela Cooperse, finalmente, é fácil perceber como, por meio das atividades dessa cooperativa, a cidade de Sete Lagoas comanda uma importante região no centro de Minas Gerais. Em outras palavras, enquanto centro controlador de vastos territórios dos municípios de sua hinterlândia, por causa das atividades da pecuária, é que se deve reter a dimensão da centralidade de Sete Lagoas nessa porção do estado. Afinal, não obstante a perda de posição como centro da maior bacia leiteira mineira, Sete Lagoas já se firmou no cenário urbano e econômico estadual, desde há muito tempo e, esse detalhe da posição no *ranking* das bacias leiteiras ainda não foi suficiente para diminuir a centralidade dessa cidade em sua região e, porque não dizer, no estado como um todo.

1.2.1.2 As Empresas de Pesquisa Agropecuária e a Modernização da Produção no Cerrado

Sete Lagoas é sede de duas importantes unidades de pesquisa, as quais fazem parte da rede de dois importantes órgãos públicos de coordenação e pesquisa dos setores agrícola e de pecuária no Brasil e em Minas Gerais, respectivamente. Trata-se da Empresa Brasileira de Pesquisa Agropecuária – EMBRAPA e da Empresa de Pesquisa Agropecuária de Minas Gerais – EPAMIG. Novamente, a cidade de Sete Lagoas encontra reforçada a sua posição de centralidade, pois que, constitui um nó muito importante nas redes formadas por essas duas empresas.

A Embrapa, vinculada ao Ministério da Agricultura Pecuária e Abastecimento, tem sua sede em Brasília (DF). Sua rede nacional é composta por 41 Centros de Pesquisa dispersos por quase todos os Estados da federação, além de 15 unidades centrais localizadas em sua sede. Atuando por intermédio do SNPA (Sistema Nacional de Pesquisa Agropecuária) a empresa ainda coordena uma outra rede de instituições públicas federais e estaduais formando o que é denominado de Oepas – Organizações Estaduais de Pesquisa Agropecuária, além de universidades, empresas privadas e fundações na execução de pesquisas e no desenvolvimento de tecnologias agropecuárias para as diferentes áreas geográficas do país. (Mapa 9)

MAPA 9: BRASIL - EMBRAPA REDE DE CENTROS NACIONAIS DE PESQUISA - 2002



Fonte: EMBRAPA. Disponível em: <<http://www.embrapa.br>>. Acesso em: XX jul. 2002

Organizadora: Marly Nogueira

Desenho: Cynthia G. Santos - 2001 & Leonardo Morato - 2002

Sete Lagoas é um dos nós dessa rede formada pela Embrapa, pois que, sedia um dos centros de pesquisa – o Centro Nacional de Pesquisa de Milho e Sorgo, além de também aí estar localizada a Epamig, instituição estadual de pesquisa agropecuária, a qual faz parte da rede da Embrapa e que constitui, também, importante nó da rede por intermédio de sua incorporação ao Oepas.

Ocupando uma área de quase 2000 hectares, o CNPMS localiza-se no km 65 da rodovia-MG-424, distando 12 km da sede do município de Sete Lagoas. De acordo com as informações coletadas em trabalho de campo (2000), naquela unidade, os principais atributos e funções, relativas, evidentemente, às culturas do milho e do sorgo tropical, vinculam-se ao treinamento e qualificação de pessoal especializado, por intermédio do permanente oferecimento de cursos de especialização, os quais atingem não só pesquisadores do Brasil, bem como de outras regiões do mundo, tais como, a América Latina, o Caribe e países de língua portuguesa da África.

Com as pesquisas relativas às culturas do milho para alimentação animal e milho de alta qualidade protéica para alimentação humana e do sorgo tropical, para alimentação humana e animal, a Embrapa possui como carro-chefe de suas atribuições o treinamento com informação acumulada, por meio das pesquisas acima aludidas e o repasse de informação tecnológica para o agronegócio realizado por empresas privadas, além de extensionistas, formando para tal uma rede de informações cujo alvo principal é o usuário. Essa rede torna-se o elo mais forte entre o usuário, que demanda a tecnologia desenvolvida e a Embrapa e, na qual, muitas vezes, o papel do extensionista é de fundamental importância.

A Embrapa deve ser creditado, em grande medida, a permanência da importância da cultura de milho e a introdução da cultura moderna do sorgo na pauta de produção agrícola do município de Sete Lagoas. Certamente esse é um fator dos mais significativos para a economia municipal mas, o fato de Sete Lagoas ser uma referência nacional e até internacional no que tange à pesquisa em milho e sorgo em função da presença da Embrapa é algo realmente muito importante, pois que, coloca esse lugar em diversas interações no mundo, promovendo articulações as mais diversas. Ao conectar Sete Lagoas ao Brasil e a uma grande parte do mundo, especialmente o mundo tropical, a Embrapa cumpre um papel muito significativo para o lugar Sete Lagoas. Para complementar esse raciocínio torna-se importante salientar que, em virtude da concentração de tantos pesquisadores, afinal são 65, dos quais 44 doutores e 21 mestres, formou-se na cidade, uma elite intelectual, a qual pode

contribuir não só para os seus destinos econômicos, bem como para atuação no campo da política, ao procurar engajar seus membros na política local.¹

A Epamig, empresa pública estadual criada em 1974, se encontra vinculada à Secretaria de Estado da Agricultura, Pecuária e Abastecimento.

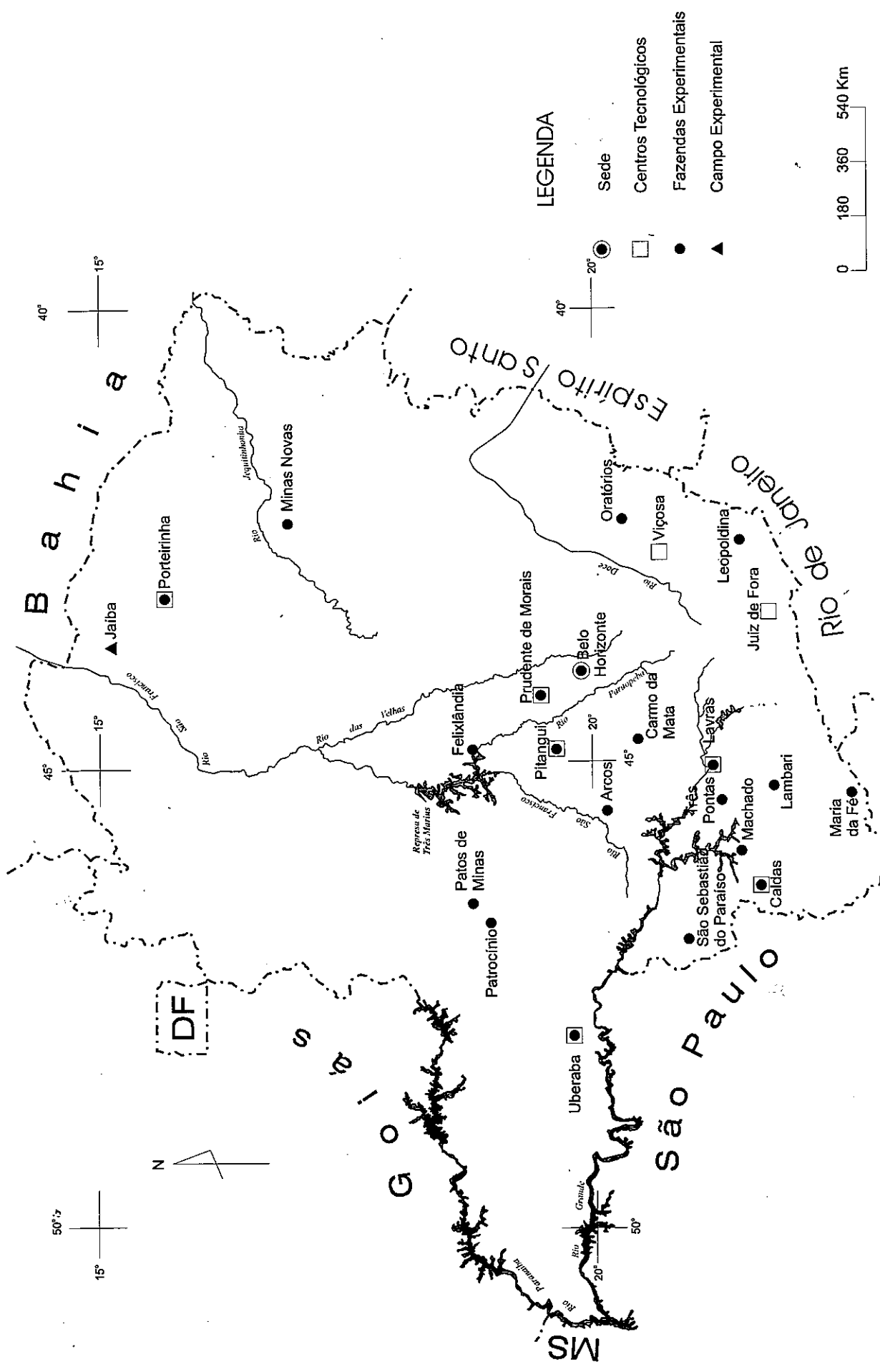
Ocupando uma área de 600 hectares, dos quais, aproximadamente, 50% estão contidos em território de Sete Lagoas, em verdade, a unidade da Epamig localiza-se, ou melhor, tem sua sede no município de Prudente de Moraes. É que, em virtude de suas ligações administrativas e institucionais com a Embrapa e pelo fato de ser Sete Lagoas o pólo difusor, para sua hinterlândia, do trabalho realizado pela empresa convencionou-se, em todo o estado de Minas Gerais, denominá-la como a "Epamig de Sete Lagoas". Além do mais, a localização da sede da empresa é no km 64 da rodovia MG-424, ou seja, boa parte de suas terras faz limites com aquelas da Embrapa.

A Epamig se encontra integrada ao Sistema Operacional, comandado pela Secretaria de Estado da Agricultura, Pecuária e Abastecimento de Minas Gerais. Como acima ressaltado, a Epamig encontra-se também integrada à Embrapa, fazendo parte de sua rede, por meio do SNPA e Oepas, além de fazer parte do próprio Sistema Estadual de Pesquisa Agropecuária em ação coordenada com as universidades mais importantes de Minas Gerais, tais como a Universidade Federal de Viçosa, a Escola Superior de Agricultura de Lavras e a Universidade Federal de Minas Gerais. Tudo isso para atingir as metas de realização de pesquisas agropecuárias visando o desenvolvimento de tecnologias apropriadas aos diversos ecossistemas estaduais.

A rede da Epamig, com sede em Belo Horizonte, compõe-se de 8 (oito) centros tecnológicos, os quais congregam vinte e uma fazendas experimentais e um campo experimental, dispersos por diversas regiões de Minas Gerais. Sete Lagoas (Prudente de Moraes) constitui um importante nó dessa rede, na medida em que, sedia um desses centros tecnológicos, isto é, o Centro Tecnológico do Centro-Oeste (CTCO), o qual por sua vez, possui uma pequena, mas singular rede de três fazendas experimentais sob sua tutela. (Mapa 10)

¹ Esse foi o caso, por exemplo de um de seus pesquisadores (Dr. Evandro Chartuni Mantovani, especialista na área de mecanização agrícola e agricultura de precisão) que, ocupando o cargo de secretário municipal de Agricultura, Indústria e Comércio no período de 1993-1996, foi um dos mentores da criação da Agência de Desenvolvimento de Sete Lagoas (ADSL), cujo papel foi crucial no processo que envolveu, por exemplo, a instalação da IVECO na cidade, na gestão de Múcio José Reis.

MAPA 10 : A ESPACIALIDADE DA EPAMIG - 2002



Fonte: EPAMIG. Disponível em: <http://www.agrdata.mg.gov.br/epamig.htm>. Acesso em: Jun. 2002
 Organizadora: Marly Nogueira Desenho: Cynthia G. Santos - 2001 & Leonardo Morato - 2002

Como pode ser observado pelo mapa 10, a espacialidade da Epamig é comandada por Belo Horizonte, embora, há de se salientar, que a descentralização promovida pela empresa, através da criação dos centros tecnológicos, de fato, traz uma certa autonomia para as cidades que possuem suas sedes, uma vez que, as atividades exercidas nas fazendas experimentais encontram-se diretamente subordinadas à tais cidades.

A denominada "Fazenda Experimental de Santa Rita" (FESR) com 600 hectares de área total sedia o Centro Tecnológico do Centro-Oeste. Esse, como já salientado, comanda mais duas outras fazendas experimentais, isto é, a de Felixlândia (FEFX) e a de Carmo da Mata (FECM). Na verdade, eram quatro as fazendas sob a influência do centro, uma vez que aquela de Arcos foi transferida para a área do Centro Tecnológico/ Instituto Técnico de Agropecuária e Cooperativismo (CT/ITAC) com sede em Pitangui. (Mapa 10)

Segundo dados colhidos junto ao CTCO, a área de abrangência do centro compreende quase toda a Zona Metalúrgica além de partes de quatro outras regiões de Minas Gerais: Alto São Francisco, Alto Jequitinhonha, Rio Doce e Campo das Vertentes (aproximadamente 80.000 km² ou 15% da área do estado). Essa dimensão bastante expressiva do alcance das atividades do CTCO, explica-se pela localização geográfica das regiões nas quais atua em relação aos maiores centros consumidores do estado, sendo Belo Horizonte e sua região metropolitana a mais importante. Afinal, nessas regiões têm-se uma importante bacia leiteira e uma produção hortícola cuja demanda é a maior de Minas. Torna-se, desse modo, clara, a opção da localização de um centro de pesquisa que se destina ao estudo da olericultura e da pecuária de leite na cidade de Sete Lagoas, tão próxima aos maiores centros consumidores de tais produtos, cuja perecibilidade é muito grande, além do fato da tradição e da produtividade leiteira na região sete-lagoana serem muito fortes também.

Assim sendo, o CTCO especializou-se no desenvolvimento de pesquisa e soluções para a olericultura (hortaliças e legumes) e para a pecuária de leite. Para tanto aí estão localizadas duas Secretarias Executivas de Programas da Epamig: a de Pecuária de Leite e a de Olericultura. No Programa de Olericultura estão envolvidos, aproximadamente, nove pesquisadores, os quais dedicam-se, principalmente, às pesquisas para a obtenção de novas práticas de cultivo do alho e da moranga híbrida, assim como às pesquisas relacionadas ao controle e manejo de ervas daninhas. No que respeita à pesquisa leiteira, são cerca de onze pesquisadores, os quais, dedicam-



se aos estudos e trabalhos nas áreas de pastagens, forragicultura, nutrição do gado, reprodução e sanidade animal.

Novamente, é importante frisar que, tal qual se fez com a mesma questão no caso da Embrapa, ao reunir um número expressivo de pesquisadores (14 ao todo), dentre os quais, são 7 mestres e 5 doutores, a Epamig também é um significativo espaço de discussão na cidade de Sete Lagoas, na formação de uma elite intelectual, a qual juntamente com aqueles pesquisadores da Embrapa, acabam por se constituir em expressivos agentes da transformação e da produção do espaço regional de Sete Lagoas, graças ao peso que as atividades agropecuárias têm na economia municipal e regional, confirmando a centralidade dessa cidade em seu espaço regional.

1.2.2 O COMÉRCIO E OS SERVIÇOS EM SETE LAGOAS



Sete Lagoas projeta-se no cenário da região central também em função da pujança de seu setor terciário. De fato, a primeira impressão que se tem ao chegar à cidade, é que se trata de uma cidade que tem sua força muito intimamente ligada ao setor terciário em virtude da grande quantidade e da variedade de equipamentos de comércio e de serviços dispersos em seu espaço urbano.

Segundo Santos e Silveira (2001), as cidades médias têm um papel muito importante no abastecimento, local e regional mais imediato, das informações demandadas pelo setor agrícola circundante. Ora, Sete Lagoas se encaixa com perfeição nessa categoria, uma vez que, como já se viu, através da presença das unidades da Embrapa e da Epamig, as atividades urbanas tornam-se especializadas como conseqüência da vida de relações que se desenvolve na região da qual a cidade faz parte e, por isso, no dizer dos autores acima, as cidades médias tornam-se as *"intérpretes da técnica e do mundo"*. (Santos, Silveira, 2001, p. 281) Ao transferir as informações devidamente "traduzidas" para seu espaço regional, Sete Lagoas incrementa as relações com sua região, alimentando a vida de relações.

Além disso, é preciso salientar que, como as atividades urbanas estão ligadas aos consumos de saúde, lazer, educação, religião, político e informacional e de crédito, ciência e consultorias, respectivamente consumos consumptivo e produtivo, de acordo com Santos e Silveira (2001), as cidades em geral e, pode-se estender, evidentemente, ao caso de Sete Lagoas, desempenham um papel de responder às exigências e

carências de sua região, as quais se tornaram mais diversas e maiores ao longo do tempo.

Assim sendo, é possível argumentar que o setor terciário de Sete Lagoas tem como função principal estabelecer o elo de ligação da cidade com sua região e com o mundo extra-regional, através do consumo de bens e serviços colocados à disposição das populações que acorrem à cidade em busca da satisfação de suas necessidades, além de satisfazer, também, as necessidades do setor produtivo regional, em grande medida, também relacionado à produção agropecuária.

Quando toma-se conhecimento de uma pequena amostra dos equipamentos terciários, é possível ter uma razoável medida do alcance das relações da cidade, principalmente com a sua hinterlândia. Essa determinação indica as qualidades relativas dos equipamentos, ou seja, dependendo do tipo de equipamento de comércio e de serviço, este pode ter um alcance espacial muito forte, médio e fraco. Essa qualificação dos tipos de comércio e de serviços, por sua vez, determina as áreas de influência de Sete Lagoas, as quais podem variar das relações mais fortemente diretas àquelas mais difusas. Em outras palavras, é possível caracterizar a área, o tipo de influência e o grau de intensidade da atuação de Sete Lagoas em sua hinterlândia, por intermédio do alcance espacial de seu setor terciário.

Como ficará explicitado no Capítulo 2, do presente estudo, a consideração dos fixos e fluxos, tal qual adverte Santos (1986), é uma ferramenta muito importante para a descrição da realidade, ao lado das relações sociais que lhe fornecem a existência real. Torna-se possível, a partir daí, a identificação da área de influência de Sete Lagoas, além dos centros urbanos de hierarquia mais elevada com os quais a cidade mantém inter-relações.

Sete Lagoas é uma localidade central que possui equipamentos de comércio e de serviços que atendem não só a população da cidade propriamente dita, como também a de uma série de cidades vizinhas, as quais acorrem à cidade em busca da satisfação de suas necessidades. Tornou-se muito claro durante o trabalho de campo, tanto nas entrevistas dirigidas, como também nos depoimentos livres de muitos agentes sociais, que Sete Lagoas possui uma autonomia bastante respeitável em relação à metrópole regional de Belo Horizonte no que respeita à satisfação das necessidades de consumo e de serviços de sua população, não obstante a distância entre as duas ser muito pequena.

carências de sua região, as quais se tornaram mais diversas e maiores ao longo do tempo.

Assim sendo, é possível argumentar que o setor terciário de Sete Lagoas tem como função principal estabelecer o elo de ligação da cidade com sua região e com o mundo extra-regional, através do consumo de bens e serviços colocados à disposição das populações que acorrem à cidade em busca da satisfação de suas necessidades, além de satisfazer, também, as necessidades do setor produtivo regional, em grande medida, também relacionado à produção agropecuária.

Quando toma-se conhecimento de uma pequena amostra dos equipamentos terciários, é possível ter uma razoável medida do alcance das relações da cidade, principalmente com a sua hinterlândia. Essa determinação indica as qualidades relativas dos equipamentos, ou seja, dependendo do tipo de equipamento de comércio e de serviço, este pode ter um alcance espacial muito forte, médio e fraco. Essa qualificação dos tipos de comércio e de serviços, por sua vez, determina as áreas de influência de Sete Lagoas, as quais podem variar das relações mais fortemente diretas àquelas mais difusas. Em outras palavras, é possível caracterizar a área, o tipo de influência e o grau de intensidade da atuação de Sete Lagoas em sua hinterlândia, por intermédio do alcance espacial de seu setor terciário.

Como ficará explicitado no Capítulo 2, do presente estudo, a consideração dos fixos e fluxos, tal qual adverte Santos (1986), é uma ferramenta muito importante para a descrição da realidade, ao lado das relações sociais que lhe fornecem a existência real. Torna-se possível, a partir daí, a identificação da área de influência de Sete Lagoas, além dos centros urbanos de hierarquia mais elevada com os quais a cidade mantém inter-relações.

Sete Lagoas é uma localidade central que possui equipamentos de comércio e de serviços que atendem não só a população da cidade propriamente dita, como também a de uma série de cidades vizinhas, as quais acorrem à cidade em busca da satisfação de suas necessidades. Tornou-se muito claro durante o trabalho de campo, tanto nas entrevistas dirigidas, como também nos depoimentos livres de muitos agentes sociais, que Sete Lagoas possui uma autonomia bastante respeitável em relação à metrópole regional de Belo Horizonte no que respeita à satisfação das necessidades de consumo e de serviços de sua população, não obstante a distância entre as duas ser muito pequena.

Nas entrevistas realizadas (2000) tanto na Associação Comercial e Industrial de Sete Lagoas (ACI), como também Câmara de Diretores Lojistas (CDL), verificou-se que a função de centralidade de Sete Lagoas em seu espaço regional permanece incontestável, não obstante as vicissitudes pelas quais tem passado, com alguma frequência, a economia local.

Segundo o depoimento de um dos representantes da ACI (2000), com a crise do setor guseiro, na década de 1990, a cidade viu-se forçada a organizar um setor de micro e pequenas empresas comerciais, industriais e de serviços. Nesse sentido foram criadas algumas entidades, entre as quais tiveram grande destaque a ADSL (Agência de Desenvolvimento de Sete Lagoas) e a APEME (Associação de Pequenas e Microempresas), as quais, tiveram um expressivo papel no desencadeamento de ações e busca de novas forças econômicas da cidade e para a cidade. Em outros termos, o *marketing* levado a efeito por tais entidades públicas (a ADSL nasceu no seio da secretaria de indústria e comércio) e privadas funcionou perfeitamente e, ainda, durante os anos de 1990, o comércio local viu-se fortalecido, o qual, associado à chegada de importantes empreendimentos industriais (IVECO, Bombril, Centro Ótico e ASK, por exemplo), fizeram com que as conseqüências da crise do setor guseiro fossem dirimidas. Por outro lado, a cidade passou a depender um pouco menos desse setor, uma vez que os novos setores passam a ter uma importância cada vez maior na economia local.

A chegada desses novos investimentos industriais provocou uma reação em cadeia de efeitos multiplicadores, ou seja, assim como novas indústrias, entre as quais algumas subfornecedoras da FIAT e da IVECO (a ASK, por exemplo, uma empresa italiana fabricante de aparelhos audio-acústicos para automóveis) na cidade se instalaram, houve uma expansão das mais antigas, também subfornecedoras, como por exemplo, a também italiana SADA e a sete-lagoana USIMETAL.

1.2.2.1 As Atividades Comerciais

Os efeitos, acima aludidos, no que respeita ao comércio, foram também evidentes, justificando o citado representante da ACI, com a chegada à cidade dos denominados "estrangeiros", isto é, empresas comerciais de capital não-local, tais como grandes magazines (Lojas Arapuã, Brasimac, Limóveis, Líder Móveis, Supermóveis, Ponto Frio e Ricardo Eletro) e super e hipermercados, tais como o

Supermercados Bretas, o Mineirão e o Carrefour. Ao mesmo tempo, observa-se que o comércio de capital local, embora tenha muitas dificuldades em seguir a mesma dinâmica de expansão, tem se esforçado para acompanhá-la. É no setor de supermercados que mais pode-se verificar essa tendência na cidade e, como exemplo, aponta-se o Hipermercado Santa Helena Center, considerado um ícone de sobrevivência do setor, pois altamente modernizado, foi o pioneiro em Minas Gérias, segundo depoimento dos diretores da CDL (2000), na adoção das vendas virtuais (*home-shop*).

Muito embora haja essa percepção de que a modernização veio para ficar no que respeita ao setor supermercadista, alguns outros setores comerciais na cidade como que insistem na tradição. É o que se pode apontar com relação aos setores do vestuário e calçados, material de construção, uma boa parte do que restou do moveleiro e, finalmente, às casas comerciais de insumos para a produção agropecuária. Constituem setores que permanecem resistentes à modernização em todos os sentidos, principalmente porque ainda pertencem ao capital local e, justamente por isso, pode-se aventar, a modernização na concessão de crédito ao consumidor permanece sendo aquela da relação de confiança entre vendedor e seu cliente, na base do tradicional apontamento no "caderninho" e somente em última instância, o cadastro padrão é utilizado para o consentimento do crédito.

A resistência à modernização é também verificada no que diz respeito à criação e implantação de um shopping center na cidade, pois de acordo com a CDL (2000), há um clima de desconfiança nos empresários locais com relação a levar adiante uma tão ousada empreitada, pois os riscos seriam enormes, mesmo porque, segundo a mesma fonte e a ACI, o mercado consumidor local, típico de shopping center, não se incomoda em se locomover até Belo Horizonte, com seus inúmeros shoppings para lá satisfazer-se, tanto no consumo de bens e serviços, como também de lazer e alguma cultura.

Finalmente, importa salientar, que a permanência do tradicional setor terciário na cidade pode ser uma espécie de estratégia de sobrevivência do próprio empresário de capital local, na medida em que, boa parte da centralidade de Sete Lagoas advém do fato de que ela abastece de bens e serviços praticamente todos os municípios de sua hinterlândia. É possível apontar na paisagem da cidade aquelas regiões que se especializaram no comércio tradicional de eletrodomésticos, tecidos, calçados e produtos populares dispersos por "camelódromos" e lojas antigas, pequenas e populares. Assim, em função de se constituir como passagem obrigatória dos ônibus

intermunicipais, vindos das cidades do norte da hinterlândia, como Jequitibá, Araçá e Cordisburgo, a avenida Antônio Olinto especializou-se nesse tipo de comércio. Do mesmo modo, deve-se considerar a rua Monsenhor Messias, na parte mais antiga da cidade, a qual é via de passagem obrigatória dos ônibus que chegam das cidades da hinterlândia localizadas mais a oeste, tais como Inhaúma, Cachoeira da Prata, Fortuna de Minas, Papagaios e Maravilhas.

Em outros termos, a cidade de Sete Lagoas é uma cidade central que possui um significativo papel no abastecimento de bens e serviços tanto de seu próprio município, como também de muitos municípios de sua hinterlândia, o que faz com que, seja realmente expressiva, sua área de alcance regional. Por outro lado, é uma cidade que vai muito além de uma simples localidade central, pois que, trata-se na verdade, de um lugar, que polariza uma respeitável região, evidentemente, muito em função da quantidade e variedade de seus equipamentos terciários, mas, fundamentalmente porque exerce um papel de liderança regional que vem sendo forjado ao longo da história muito em virtude das ações empreendidas por suas elites locais em todos os níveis de decisão, sejam eles públicos ou privados.

O comércio especializado de veículos é um dos setores comerciais mais destacados de Sete Lagoas. De uma série de concessionárias de veículos, as quais representam as mais importantes montadoras presentes no Brasil (FIAT, VOLKSWAGEN, FORD, CHEVROLET, RENAULT), selecionou-se duas delas para uma análise, a qual pretende evidenciar a área de alcance da cidade nesse tipo de atividade. As concessionárias selecionadas foram a MOTORSETE Ltda. Veículos e Peças, distribuidora da FORD e a ANTONAUTO Veículos e Peças Ltda., distribuidora da FIAT.

As áreas de atuação das concessionárias selecionadas revelam que o município de Sete Lagoas detém a maior parcela do mercado: 65% no caso da Motorsete e 80% no caso da Antonauto, sendo que as parcelas restantes ficam por conta de outros municípios da hinterlândia sete-lagoana. Torna-se fácil perceber que Sete Lagoas é o maior mercado para a venda de veículos na amostra selecionada, quadro que se mantém, quando pode-se apurar com quais outros municípios ficam as parcelas restantes. Assim, independentemente da participação considerada, 20% para a Antonauto e 35% para a Motorsete, os municípios atendidos são quase exatamente os mesmos, embora haja algumas importantes exceções, ou seja, enquanto para a Motorsete o município de Belo Horizonte coloca-se como o 2º mais importante

mercado, para a Antonauto são os municípios de Pedro Leopoldo, Caetanópolis e Paraopeba, os mais importantes. Em seguida, surgem como comuns às duas concessionárias, os municípios de Araçuaí, Baldim, Cachoeira da Prata, Capim Branco, Contagem, Cordisburgo, Curvelo, Fortuna de Minas, Funilândia, Inhaúma, Jequitibá, Maravilhas, Matozinhos, Paraopeba, Pequi, Prudente de Moraes, Santana do Riacho e São José da Varginha. (Mapa 2)

Reflexo direto do desenvolvimento tecnológico atual em relação aos meios de comunicação, as inter-relações da Antonauto e da Motorsete com as montadoras situadas, respectivamente, em Betim/MG e São Bernardo do Campo/SP, se fazem via Internet. Não obstante, quando necessário, isto é, quando torna-se vital o contato interpessoal com representantes das montadoras, as praças de Nova Lima (RM de Belo Horizonte) e Belo Horizonte entram como importante elo de ligação entre as duas partes envolvidas, uma vez que, sediam os escritórios regionais das montadoras da Fiat e da Ford, respectivamente, em Minas Gerais.

Os problemas enfrentados pelas duas revendas relacionam-se, principalmente, à concorrência existente entre as atividades aqui analisadas e aquelas pertencentes a Belo Horizonte e ao "comércio de boca". Essa concorrência com a metrópole regional é considerável, tendo em vista que Belo Horizonte faz parte do mercado de vendas das duas revendas, assim como, as atividades exercidas pelos comerciantes independentes multimarcas, (o denominado "comércio de boca"), os quais comercializam não só veículos usados como também zero km. Segundo os proprietários entrevistados, essa "invasão de território" realizada pelos comerciantes independentes constitui, ao lado dos problemas advindos da denominada guerra fiscal entre os Estados federados, os dois maiores entraves a uma expansão mais significativa de suas respectivas atividades na região de Sete Lagoas.

Como se trata de dois problemas de ordem diferente e que, por isso, dependem de resoluções de âmbitos diversos, pois de ordem fiscal no nível da escala nacional (equiparação de arrecadação de ICMS entre os Estados) e de ordem municipal (regulamentação das atividades do comércio independente), torna-se muito difícil traçar um cenário de médio e longo prazos para essas atividades em Sete Lagoas. Conquanto, pode-se aventar que, até pela antigüidade da atividade na cidade e também pela expansão observada com a chegada de novas concessionárias (Renault, por exemplo), as atividades das concessionárias de veículos sete-lagoanas têm um futuro promissor pela frente, isto é, além de garantir um mercado já tradicional, pode

haver uma expansão considerável, o quer dizer manutenção e expansão geográfica do mercado regional.

Os dois outros representantes das atividades comerciais que foram selecionados, objetivaram a necessidade de complementar a definição da área de atuação regional de Sete Lagoas, muito embora não se deva dizer que se observou alguma alteração nessa área de atuação. Em outras palavras, Sete Lagoas comparece com uma participação muito elevada no mercado característico, tanto da OPTE Livros Ltda., como também na TECIDOS ANÍBAL LANZA Ltda., ou seja, de 80% a 95% dos clientes dessas duas empresas têm origem na própria cidade, querendo isso dizer, que não há uma expressiva diferença entre as empresas agora analisadas e as concessionárias acima descritas. O restante (5% a 20%) está diretamente relacionado à hinterlândia de Sete Lagoas.

No que diz respeito às características das atividades comerciais é que se pode apontar algumas particularidades interessantes que fazem a diferença. É que, enquanto a clientela das concessionárias de veículos caracteriza-se pelo alto poder aquisitivo (o carro particular é um bem caro), tendo profissionais liberais, comerciantes abastados e fazendeiros da região como os principais compradores, a clientela da loja de tecidos pertence às classes C e D (pobres urbanos e rurais e classes média e baixa urbanas sete-lagoanas e da hinterlândia). Como o livro é também um bem caro e inacessível à maioria da população, tem-se uma clientela mais direcionada, isto é, profissionais liberais para a literatura de lazer, estudantes dos cursos desde o fundamental até o superior e clientes tradicionais para a formação de acervos de bibliotecas próprias (Fundação Educacional Monsenhor Messias, Cia. Cedro Cachoeira e Cooperativa de Ensino Integral de Sete Lagoas), segundo depoimento do proprietário da livraria.

Trata-se de duas empresas de capital local, de sociedade limitada e que hoje contam com as facilidades da Internet, do fax e do telefone para o estabelecimento de suas relações com fornecedores, não obstante a necessidade de um representante industrial na loja de tecidos quando de uma encomenda de maior vulto ou da necessidade do proprietário da livraria ter de ir a Belo Horizonte, semanalmente, adquirir os produtos encomendados por seus clientes. Por outro lado, há uma insistência, por parte dos proprietários, na manutenção das relações interpessoais mais diretas com seus clientes, nas quais a confiança e a fidelidade são recíprocas entre

ambas as partes, fato que se traduz no consentimento de crédito, quando necessário, baseado na confiança.

1.2.2.2 Os Serviços Ligados à Circulação

A função de Sete Lagoas como uma localidade central complementa-se com a variada gama de equipamentos de serviços pela cidade oferecida. Os serviços educacionais, hospitalares, bancários e de transporte estão entre aqueles dos mais importantes da cidade, em função tanto da qualidade oferecida, típica de cidades médias, como também pelo mercado atendido, isto é, área de atuação ou alcance atingida.

As duas empresas de transporte selecionadas para entrevista constituem uma amostra razoável de como esse tipo de equipamento terciário é importante para a cidade. É que, em virtude de sua posição em relação à malha viária e também de suas características econômicas, em Sete Lagoas as companhias de transporte de carga adquiriram um papel importante, fato que se traduz na confirmação, mais uma vez, da centralidade do lugar. Em razão da importância adquirida pelo comércio atacadista no passado, Sete Lagoas acabou por tornar-se sede de inúmeras transportadoras, muitas das quais estão em atividade desde então. De fato, a presença das transportadoras na cidade pode representar uma herança daquela época quando a solidariedade orgânica suplantava a solidariedade funcional característica da atualidade. (SANTOS, SILVEIRA, 2001)

A EMPREENDIMENTOS RODEIRO, em 2000, tem a totalidade de seus negócios relacionados com o transporte de gusa, minério de ferro, sucata e outros minerais metálicos, além de minerais não-metálicos, como a ardósia e material de construção como o ladrilho, produtos, em sua maioria, produzidos em Sete Lagoas e em sua região e voltados para os mercados interno e externo, refletindo em determinação de roteiros bem característicos.

Desse modo, pode-se estabelecer que, em termos geográficos, a empresa consegue manter relações de complementaridade, articulando-se com uma série de outros lugares de Minas Gerais e do país. De acordo com as informações prestadas pelo empresário atual, em 2000, foram quatro as linhas regulares estabelecidas por contrato, pois que mais rendosas e que definiam os seguintes roteiros: a) da cidade de Pirapora (MG), em função da presença aí das fábricas da LIASA, INONIBRÁS e MINAS

LIGAS, especializadas na produção de ligas de alumínio, para as cidades do Rio de Janeiro (RJ) e Vitória (ES) para exportação e para a cidade de São Luís (MA) e estado de São Paulo visando o mercado interno; b) da cidade de Três Marias, transportando óxido de zinco para as indústrias petroquímicas das cidades de Suzano e Mauá (SP) e Poços de Caldas (MG); c) da cidade de Papagaios para a capital fluminense, para exportação de ardósia e ladrilhos fabricados na MAP (Mineração Alto das Pedras) com sede nessa cidade mineira e, finalmente, d) a triangulação estabelecida entre as cidades mineiras de Sabará e de João Monlevade e a capixaba Cariacica, visando o transporte de minério de ferro, o gusa e a sucata (estes de Sete Lagoas) para as unidades da Cia. Siderúrgica Belgo Mineira localizadas em tais cidades.

Importa ressaltar que as cidades de Pirapora, Papagaios e Três Marias, devido ao papel desempenhado, possuem cada uma delas pontos de apoio da transportadora, o que parece confirmar a centralidade de Sete Lagoas, tendo em vista, a situação de subordinação administrativa frente à sede da empresa que aí se localiza.

As linhas de menor rentabilidade, segundo o empresário acima, se dão justamente naquelas que envolvem mais diretamente o gusa e calcário produzidos em Sete Lagoas e sua exportação para o mercado externo, principalmente. Assim sendo, o terminal ferroviário de Ouro Preto (MG) é um dos destinos desse gusa, assim como a cidade de Ouro Branco (MG) recebe o calcário, pois é sede da AÇOMINAS. Como frete de retorno nos dois casos tem-se o minério de ferro para alimentar as siderúrgicas sete-lagoanas.

A segunda empresa, EFACIS COMÉRCIO E TRANSPORTES LTDA. é uma das mais antigas transportadoras da cidade. Trata-se de uma empresa familiar de capital local e de sociedade limitada.

Os roteiros, definidos por força de contrato, apresentam-se mais diversificados, tanto em termos de lugares atingidos, como também de produtos transportados. A tradição, em função da antiguidade no lugar, certamente é fator decisivo para que esse alcance e essa diversidade de produtos sejam mais amplos. Pode-se dividir os roteiros em alguns grupos, tal qual como se segue:

1) de Sete Lagoas para:

1.1 Ouro Preto (terminal ferroviário) → ferro-gusa, areia e quartzo para a Cia. de Ferro Ligas. Como retorno: minério de ferro para as siderúrgicas sete-lagoanas.

- 1.2 Ouro Branco→ calcário para a Açominas. Como retorno: escória para Pedro Leopoldo, minério de ferro para as siderúrgicas sete-lagoanas e manganês para Inhaúma.
- 1.3 Cubatão→ ferro-gusa para a COSIPA. Como retorno: carvão coque para Sete Lagoas, gesso para Carandaí e sucata para as siderúrgicas de Itaúna.
- 2) de Prudente de Moraes para Carandaí→ gesso para a fábrica de cimento aí localizada. Como retorno: minério de ferro e grafite para as siderúrgicas sete-lagoanas.
- 3) de Pedro Leopoldo para Juiz de Fora→ ferro-gusa para a unidade da Belgo Mineira. Como retorno: bauxita, grafite e minério de ferro para as siderúrgicas sete-lagoanas.
- 4) de Ouro Preto para Cubatão→ ferro-silício. Como retorno: carvão coque, gesso e sucata para as siderúrgicas sete-lagoanas.
- 5) de Ouro Branco para Sorocaba→ escória. Como retorno: brita para Cubatão e, desta para Sete Lagoas, gesso, carvão coque e sucata.
- 6) de Belo Horizonte para:
 - 6.1 Jaguariúna (SP)→ vasilhame vazio de cerveja. Como retorno: líquido.
 - 6.2 Rio de Janeiro (RJ)→ vasilhame vazio de cerveja. Como retorno: líquido.
 - 6.3 Estrela (RS)→ vasilhame vazio de cerveja. Como retorno: líquido.

Torna-se fácil perceber que, embora, haja uma diversificação maior na pauta de produtos transportados se comparada à pauta da empresa Rodeiro e que essa diversidade pode estar diretamente ligada à maior amplitude da região alcançada pela Efacis, as duas empresas de transporte sobrevivem muito em função do transporte de produtos oriundos da economia de Sete Lagoas e sua hinterlândia, além evidentemente, de se tornarem, em grande medida, responsáveis pelo abastecimento, notadamente, para Sete Lagoas, dos insumos necessários à produção do ferro-gusa, uma das bases da economia local.

Ora, essas articulações estabelecidas através do transporte rodoviário de produtos e insumos podem explicar desde a importância desse tipo de transporte para a economia regional, a qual tem uma grande dependência dele, até a centralidade de Sete Lagoas em sua região, face não só à expressão de sua base econômica (a indústria guseira), como também face à sua excelente posição em relação à malha viária estadual. Por outro lado, reforça a importância de Sete Lagoas, pois que

tradicionalmente a cidade sempre foi centro de distribuição atacadista para os municípios de sua hinterlândia.

Sete Lagoas, mais uma vez em virtude de sua privilegiada posição em relação à rede rodoviária, pois que se situa na metade do percurso da BR- 040, que liga Brasília ao Rio de Janeiro (Mapa 2), constitui-se em lugar de passagem obrigatória para os que se utilizam dessa rodovia. Além do mais, pois tem posição central numa região de grande interesse turístico (grutas calcárias), sendo ela mesma possuidora de uma gruta renomada (Rei do Mato), privilegia-se a cidade, também, no que diz respeito ao oferecimento de serviços de hotelaria.

Os dois hotéis selecionados constituem uma boa amostra dessa função da cidade. Procurou-se selecionar dois equipamentos que pudessem mostrar a diversidade de pessoas que são atraídas para a cidade, mesmo que apenas para um pernoite, atividade que demonstra que a cidade é a única na região capaz de oferecer serviços de qualidade, aliado a outros atrativos locais e, evidentemente, porque é a que tem a melhor infra-estrutura para tal.

A clientela do Vitória Hotel, pertencente à Empresa Melhoramentos de Sete Lagoas Ltda., é muito singular, pois abrange, notadamente, aqueles profissionais que, para Sete Lagoas se dirigem, em busca de um *lugar central e estratégico* na malha rodoviária entre o Rio de Janeiro e Brasília, tornando-se, assim, a cidade um lugar de passagem obrigatória para tais pessoas. Desse modo, no meio do caminho para Montes Claros, Ouro Preto, Brasília e, até mesmo Divinópolis e João Monlevade, Sete Lagoas, através da atividade hoteleira, mantém uma posição central de destaque para os vendedores e representantes comerciais, os quais, a partir dali se dirigem tanto para o interior de Minas Gerais, como para Brasília ou para o Rio de Janeiro.

Uma situação bastante semelhante, foi verificada quanto ao segundo hotel selecionado, isto é, o Lago Palace Hotel, pertencente a uma das famílias mais tradicionais da cidade, os Lanza, de origem italiana e, desde o princípio do século XX, radicados na cidade.

Classificado pela Embratur como um estabelecimento 3 estrelas, o Lago Palace Hotel localiza-se às margens da Lagoa Paulino, num ponto nobre e bastante aprazível do centro da cidade. Como reflexo dessa sua classificação mais alta, o Lago Palace recebe em suas dependências uma clientela bastante diferenciada, composta principalmente por turistas em trânsito de Brasília com destino às praias cariocas e homens de negócios de São Paulo e de Belo Horizonte. Para os turistas brasileiros

Sete Lagoas é lugar de passagem e parada obrigatória na rodovia BR-040, visando um descanso para o prosseguimento da viagem até o Rio de Janeiro e, para os homens de negócio, Sete Lagoas possui uma posição central em sua região, pois que, a partir dali todos os deslocamentos para as cidades da hinterlândia tornam-se facilitados.

Um outro grupo de hóspedes faz a clientela desse hotel tornar-se bastante especial. Trata-se dos muitos estrangeiros que, com muita frequência, aportam à cidade, vindos da África, América Central e Europa, atraídos pelos inúmeros simpósios e seminários e cursos promovidos pela unidade local da Embrapa. Também constituída por estrangeiros, há uma clientela que visita a cidade em busca de negócios junto à fábrica da Itambé e à unidade da Cia. Cedro Cachoeira. Finalmente, importa salientar, a presença, na época do trabalho de campo (2000), de muitos italianos na cidade, hospedados no Lago Palace, em função de, nesse período (1º semestre de 2000), estarem em efervescência os trabalhos finais de instalação da fábrica da IVECO na cidade.

Conquanto não tenha sido possível fazer um levantamento quantitativo do número de hóspedes, com indicação de origem e destino de cada um por causa da negativa dos entrevistados em fornecer tais dados, estes mesmos entrevistados, responsáveis pela gerência dos hotéis, forneceram, por outro lado, algumas informações valiosas no sentido de, novamente, poder-se afirmar acerca da centralidade de Sete Lagoas na região da qual faz parte e que, também por isso, comanda. É que, os entrevistados acima, foram unânimes em afirmar essa qualidade da cidade, ao frisarem a sua posição de destaque regional, tanto em relação à rodovia BR-040, como também em relação ao fato de ser a única cidade da região a ter o porte econômico e demográfico que possui e, finalmente, possuir tantos serviços e indústrias que atraem tanta gente de boa parte do Brasil e até do exterior.

1.2.2.3 Os Serviços Bancários

Sete Lagoas é uma praça bancária muito importante, pois concentra um número bastante expressivo de agências bancárias. Importa salientar que, a cidade foi berço, em 1925 e, durante muitas décadas, a sede do que, mais tarde, se transformaria no Banco Agrimisa. Esse retrospecto é importante pois, a tradição de certo modo e a concentração de agências bancárias, na atualidade, podem constituir-se num interessante indicador da pujança econômica de um lugar, além de referir-se também

ao poder de atração da praça em questão, ainda mais quando se considera que nas cidades da hinterlândia o oferecimento desse tipo de serviço é extremamente rarefeito ou inexistente.

A cidade destaca-se em sua região por possuir um expressivo número (total de 14) de agências de instituições de crédito, representantes dos bancos públicos e privados mais importantes do país; isso sem contar com a Credisete, com características muito especiais e já aludida na seção anterior. Foram selecionadas para efeito de entrevista (2000), sete agências que correspondem a sete instituições diferentes, tais como:

- público: Caixa Econômica Federal;
- misto: Banco do Brasil
- privados: Unibanco S. A., Banco Bilbao Vizcaya Brasil S. A., HSBC Bank Brasil S. A., Banco Itaú S. A. e Banco Real S. A..

É importante ressaltar que, diferentemente do que ocorria no passado não muito distante e, como regra geral para todo o país, o crédito, hoje, já se vulgarizou de uma tal forma que, qualquer cidadão, desde que tenha uma renda comprovável, pode se habilitar a adquirir crédito e abrir uma conta em qualquer instituição bancária pública ou privada. A atividade bancária de varejo representa essa face da vulgarização e, em Sete Lagoas, como de resto em todo o país, multiplicaram-se as agências bancárias, não somente das instituições públicas, como também das instituições privadas nacionais ou estrangeiras.

Assim sendo, a característica mais comum entre as instituições entrevistadas é que todas, sem exceção, destinam-se ao oferecimento varejista de crédito à população (empréstimo pessoal), às empresas comerciais e industriais (capital de giro, *leasing* para equipamentos) e aos pecuaristas e fazendeiros (*leasing* rural) em geral, assim como a abertura de contas para pessoas físicas e jurídicas, tanto de Sete Lagoas, como das cidades de sua região. Como não existe área de jurisdição definida para as agências, os gerentes têm uma relativa autonomia para realizar os negócios, sobretudo, com os clientes mais antigos e tradicionais, não obstante, aqueles deverem uma certa obediência às estratégias traçadas pelas matrizes, como em qualquer outro ponto da rede bancária respectiva.

A exceção fica por conta da CEF, em razão de sua especialização em empréstimos habitacionais e "cesta básica" para compra de material de construção para a casa própria, via Sistema Financeiro da Habitação (SFH) e empréstimos para

formação de capital de giro para as pequenas e médias empresas, por meio de convênios com o SEBRAE e o PROGER.

Objetivando a compreensão da posição ocupada por Sete Lagoas nas respectivas redes regionais, em Minas Gerais, das instituições selecionadas, é que apresenta-se o quadro a seguir:

QUADRO I
SETE LAGOAS E HINTERLÂNDIA: INSTITUIÇÕES FINANCEIRAS SELECIONADAS*
AGÊNCIAS E CLASSIFICAÇÃO NA REDE INSTITUCIONAL – 2000

INSTITUIÇÕES (ANO DE INSTALAÇÃO EM SETE LAGOAS)	Nº DE AGÊNCIAS	CLASSIFICAÇÃO NA REDE	LAGOS DE SUBORDINAÇÃO IMEDIATA	AGÊNCIAS EM CIDADES DA HINTERLÂNDIA
CEF (1948)	2	Pontos de Venda	Belo Horizonte	Matozinhos
Banco do Brasil (1945)	2	Agências	Belo Horizonte	Cordisburgo, Jabuticatubas, Matozinhos, Paraopeba
Banco Real (1950)	1	Agência	Divinópolis	_____
HSBC Bamerindus (1985)	1	Agência de Grande Porte	Belo Horizonte	Matozinhos
Unibanco (1995)	1	Agência	Belo Horizonte	_____
Bilbao Vizcaya (1998)	1	Agência de Porte Médio	Belo Horizonte	_____
Banco Itaú (1977)	1	Agência	Belo Horizonte	Papagaios, Matozinhos

FONTE: ENTREVISTA DE CAMPO. SETE LAGOAS/ 2000

*Em decorrência da negativa do gerente em conceder entrevista, durante o trabalho de campo, no ano de 2000, não foi possível incluir a agência do BRADESCO, embora ela tenha sido previamente selecionada.

Com exceção do Banco Real, que possui uma diretoria regional na cidade de Divinópolis² à qual, a agência de Sete Lagoas está subordinada, todos os outros bancos possuem diretorias, superintendências ou sucursais em Belo Horizonte, a capital estadual e metrópole regional do Estado de Minas Gerais, cidade, à qual as respectivas agências de Sete Lagoas devem subordinação. Os níveis hierárquicos superiores, matrizes nacionais, dessas instituições localizam-se ora em Brasília, como

² Sete Lagoas já foi uma diretoria regional cuja jurisdição atingia Montes Claros. Na verdade, a "desclassificação" sete-lagoana, em meados da década de 1990, deveu-se à prática espacial do remembramento espacial (CORRÊA, 1992), quando a instituição resolveu incluir Sete Lagoas na área da Diretoria de Divinópolis, a qual, também já existia, diminuindo a quantidade de diretorias regionais em Minas Gerais.

no caso da CEF e do Banco do Brasil, ora em São Paulo (Unibanco, Itaú e Real), ou, no Rio de Janeiro (HSBC Bamerindus) e, ainda, em Salvador (Bilbao Vizcaya).

Em outros termos, enquanto Belo Horizonte comanda as redes regionais dessas instituições, cujo controle e gestão localizam-se nas duas metrópoles nacionais e no Distrito Federal (Salvador poderia ser considerada como uma localização excêntrica, face às metrópoles nacionais) Sete Lagoas é apenas mais um nó, um ponto nas redes nacionais dessas instituições.

Esse fato não deve mascarar a centralidade sete-lagoana em sua hinterlândia no que diz respeito ao serviços bancários, pois, é preciso considerar a antigüidade das agências bancárias na cidade em relação à presença recente de agências em outras cidades de sua hinterlândia. Afinal desde 1945 e até o final da década de 1990, Sete Lagoas permaneceu sendo considerada como uma importante localização nas práticas espaciais das empresas em tela. Além do mais, com exceção do Banco HSBC Bamerindus que possui uma agência em Matozinhos, de porte menor que a de Sete Lagoas, conforme sua própria classificação, somente há agências bancárias em mais outras quatro cidades da região sete-lagoana. Afinal, trata-se de um banco público federal (CEF), de um público estadual (Banco do Estado de Minas Gerais que, privatizado, foi comprado pelo Itaú, em fins da década de 1990) e de um misto (Banco do Brasil), cujas estratégias de localização, de pontos de suas respectivas redes caracterizam-se em alcançar o maior número possível de cidades e outros tipos de localizações urbanas em todo o território nacional e estadual, em função da natureza intrínseca de sua própria existência, ou seja, instituições financeiras de caráter público (Quadro I).

Não obstante as afirmações acima, é forçoso reconhecer que, de acordo com todos os gerentes entrevistados (2000), as agências respectivas têm no município de Sete Lagoas a maioria de seus clientes, em participações que superam os 80% em termos de procedência dos depósitos. Muitos desses gerentes afirmaram que tal fato deve-se à pobreza da maioria dos municípios da hinterlândia sete-lagoana, um fator inibidor para o estabelecimento de maiores articulações com esses municípios e no estabelecimento de maiores interações com o mercado sete-lagoano, pois, mais rico.

1.2.2.4 Os Serviços de Comunicação

Com uma tradição que remonta o ano de 1894, Sete Lagoas destaca-se pela profícua produção jornalística, da qual surgiram inúmeros jornais de circulação diária e semanal e revistas de todos os tipos, nos últimos cem anos. (SILVEIRA SANTOS, 1994)

Na perseguição dessa tradição a Revista Fatorial, periódico de tiragem mensal, surgiu, no ano de 1998, muito em função do esforço de um dos jornalistas mais conhecidos da cidade e, na atualidade, tem um papel muito significativo tanto no que se relaciona à veiculação de propaganda dos equipamentos terciários e da indústria sete-lagoanos, como também na discussão e conseqüente formação de opinião sobre os assuntos de interesse, sobretudo, local (sociedade, comportamento, economia, política, problemas e soluções do e para o município e meio ambiente e ecologia).

É interessante observar que, conforme as informações prestadas pelo editor-chefe (2000), não obstante todo o material publicitário da revista ser de procedência da cidade de Sete Lagoas, seu alcance é, certamente, considerável, pois, por meio do sistema de assinaturas pessoais, cujos destinatários quase sempre são sete-lagoanos ausentes, a revista consegue chegar, tanto aos vários municípios da hinterlândia, como também nas cidades de Curvelo e Diamantina em Minas Gerais, Campinas em São Paulo e Brasília. Em outras palavras, embora a participação desses assinantes "especiais" no total seja modesta, em torno dos 10%, ela pode se tornar significativa porque alcança regiões até fora das fronteiras de Minas Gerais, fato que pode dar uma indicação da centralidade de Sete Lagoas, pelo menos em uma certa medida.

1.2.2.5 Os Serviços de Educação e Saúde

O setor terciário sete-lagoano complementa-se, muito adequadamente, com dois tipos de equipamentos, os quais, certamente, são muito eficazes na construção, na afirmação e na permanência da centralidade do lugar. Trata-se falando da presença, quase centenária, do ensino fundamental e médio e, embora não tão antiga, da presença do ensino superior e, finalmente, da existência de um hospital cuja atuação é tão antiga e ampla espacialmente como as escolas de cursos fundamental e médio na cidade.

Dois estabelecimentos de ensino destacam-se no cenário local, como os mais antigos no que se relaciona ao tipo de ensino oferecido e alcance atingido. Trata-se de uma escola de ensino médio profissionalizante, a Escola Técnica de Sete Lagoas e de uma instituição de ensino superior, ou seja, a Fundação Educacional Monsenhor Messias. Esse destaque também pode ser creditado ao fato de que, se tais escolas existem em Sete Lagoas, é porque os agentes sociais, sobretudo políticos e empresários industriais, envolvidos em sua criação são dos mais característicos representantes da elites locais, cujas estratégias e ações, entre outras, visavam, também e complementarmente, o fortalecimento da centralidade da cidade, por meio da oferta desse tipo de equipamento terciário. Afinal, Sete Lagoas deveria tornar-se, também, uma referência regional no que tange ao ensino em todos os níveis.

Atualmente, a Escola Técnica de Sete Lagoas mantém a oferta de 8 cursos técnicos de ensino médio e pós-médio, em dois turnos de funcionamento, isto é, o vespertino e o noturno. Enquanto os cursos de Edificações, Enfermagem, Eletrotécnica, Química, Mecânica e Metalurgia foram os primeiros a funcionar, desde a abertura da escola em 1980, os cursos de Agropecuária e Eletrônica, somente foram criados mais tarde, em 1994 e 1997, respectivamente.

De acordo com as informações prestadas pela diretora da escola, estava havendo uma grande preocupação no sentido de um enriquecimento da grade curricular dos diferentes cursos, por intermédio da inclusão das disciplinas de português instrumental, matemática aplicada e, como língua estrangeira, o italiano. É que, no enfrentamento das demandas das indústrias do moderno setor local de autopeças e acessórios, tais disciplinas preparariam melhor os discentes que se formariam pela Escola Técnica.

Em outros termos, se a exigência das indústrias locais, na atualidade, têm muito mais a ver com o setor de autopeças e montadoras de veículos, especialmente, em função das íntimas relações estabelecidas com o Grupo Fiat, através das fábricas da FIAT em Betim e da IVECO, em Sete Lagoas, houve uma grande preocupação da direção da Escola em incluir o ensino do italiano, porque as possibilidades de muitos alunos egressos serem absorvidos por tais indústrias de origem italiana, são muito expressivas.

A escola mantém uma rede de 108 empresas cadastradas (2000) para o oferecimento de estágios didáticos aos alunos, sendo que, ao se formarem, tais alunos têm possibilidades de serem contratados definitivamente por essas empresas.

Segundo informações prestadas pela diretora da Escola Técnica, as empresas sete-lagoanas são as principais captadoras desses alunos, entre as quais encontram-se as siderúrgicas, a Bombril, a Itambé, as indústrias de autopeças e acessórios (SADA, USIMETAL) e, já naquele instante, a IVECO. Entretanto, empresas de outras cidades, tais como de Matozinhos, Prudente de Morais, São Paulo, Ouro Branco (Açominas), Ipatinga e Timóteo no Vale do Aço (Usiminas e Acesita) e Belo Horizonte (Cemig, Telemig/Telemar), estão cadastradas na qualidade de mantenedoras de estágios para os alunos, com condições idênticas às aquelas empresas sete-lagoanas.

Um situação de relativo fracasso estava se reforçando no que tange ao curso de Agropecuária mantido pela Escola Técnica. É que, de acordo com as informações prestadas pela diretora, em razão de uma forte crise (conjuntural) da economia agropecuária local, a demanda por inscrições ao exame de seleção ao curso respectivo sofreu uma queda bastante expressiva, ao ponto de não ter havido inscrições no ano de 2000, restando apenas um residual número de 18 alunos formandos nesse ano. Esse estado de coisas explica-se também pela ausência de uma infra-estrutura adequada às singularidades do curso, ou seja, não havendo animais, currais e transporte para a realização de campo na unidade da Embrapa, o curso já se encontrava em fase terminal de funcionamento.

A presença de uma escola desse tipo, em Sete Lagoas, entre outros fatores, é indicador da centralidade e do alcance da atração da cidade sobre o espaço regional e, a tabela a seguir, ao relacionar a procedência dos alunos, pretende resumir tais afirmações:

TABELA 7
FUMEP – ESCOLA TÉCNICA MUNICIPAL DE SETE LAGOAS
PROCEDÊNCIA DOS ALUNOS MATRICULADOS – 2000
(NÚMERO DE ALUNOS POR MUNICÍPIO – ABSOLUTO E RELATIVO)

MUNICÍPIO	Nº DE ALUNOS	%
SETE LAGOAS	476	60,7
BELO HORIZONTE	63	8,0
PEDRO LEOPOLDO	37	4,7
MATOZINHOS	25	3,2
CAETANÓPOLIS	21	2,7
SANTANA DE PIRAPAMA	18	2,3
CORDISBURGO	13	1,7
CORINTO	12	1,5
CURVELO	12	1,5
JEQUITIBÁ	10	1,3
TRÊS MARIAS	10	1,3
CACHOEIRA DA PRATA	8	1,0
DIAMANTINA	8	1,0
CONTAGEM	6	0,8
PARAOPEBA	5	0,6
POMPÉU	5	0,6
SÃO PAULO (SP)	5	0,6
INHAÚMA	4	0,5
LASSANCE	4	0,5
MONJOLOS	4	0,5
BARBACENA	3	0,4
BRASÍLIA (DF)	3	0,4
PITANGUI	3	0,4
RIO DE JANEIRO (RJ)	3	0,4
ABAETÉ	2	0,3
BAMBUÍ	2	0,3
BARÃO DE COCAIS	2	0,3
CONSELHEIRO LAFAIETE	2	0,3
ESMERALDAS	2	0,3
FELIXLÂNDIA	2	0,3
ITABIRA	2	0,3
JOÃO PINHEIRO	2	0,3
PARÁ DE MINAS	2	0,3
PRUDENTE DE MORAIS	2	0,3
TEÓFILO OTONI	2	0,3
TIROS	2	0,3
VÁRZEA DA PALMA	2	0,3
TOTAL	784	100

Fonte: FUMEP – 2000

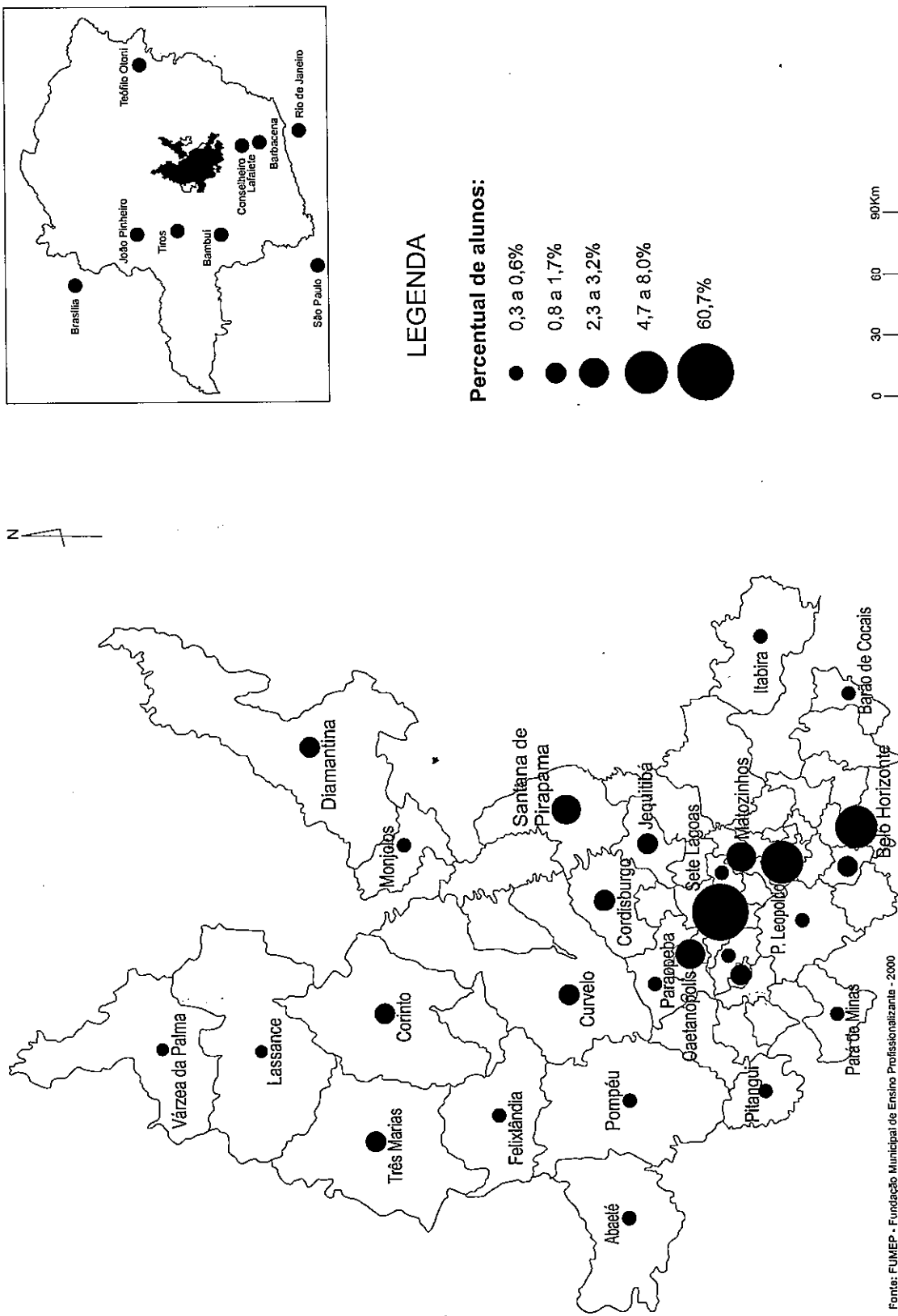
É interessante observar como o alcance da Escola Técnica de Sete Lagoas tem uma dimensão bastante expressiva, sobretudo quando se leva em consideração que, boa parte de seus alunos tem origem, com exceção do próprio município de Sete Lagoas, em duas cidades da Região Metropolitana de Belo Horizonte: Belo Horizonte e Pedro Leopoldo. Ora, isso pode ser explicado pela oferta de ensino médio profissionalizante de qualidade numa cidade tão próxima dessas duas outras cidades, fato que facilita grandemente as articulações entre tais cidades.

Não obstante, repita-se, praticamente 61% dos alunos sejam oriundos de Sete Lagoas, torna-se possível argumentar que as interações e articulações sete-lagoanas com outras cidades de Minas Gerais, notadamente, da região central são significativas, em muitas circunstâncias extrapolando seu próprio espaço regional de atuação mais direta: Três Marias, Curvelo, Diamantina, Pompéu, Lassance, Monjolos, Pitangui, Pará de Minas e outras, não pertencem à área de influência direta de Sete Lagoas. Acredita-se que, por meio da espacialidade da Escola Técnica de Sete Lagoas, assim demonstrada, torna-se mais fácil argumentar sobre a centralidade que Sete Lagoas exerce em sua região, mais diretamente, além de uma expansão, embora mais difusamente para outras regiões de Minas Gerais. (Mapa 11)

O segundo estabelecimento de ensino selecionado refere-se ao ensino superior, de instalação bem mais antiga na cidade. Trata-se da Fundação Educacional Monsenhor Messias, cujo papel no quesito reforço da centralidade de Sete Lagoas é muito relevante.

Antes de mais nada, é preciso salientar que o processo de mercantilização da educação pelo qual tem passado o Brasil, que se caracteriza pela enorme difusão de escolas privadas tanto no ensino fundamental e médio, com no ensino superior, é fato recente, sendo que quando da criação e implantação do ensino superior em Sete Lagoas, na década de 1960, era praticamente impossível encontrar-se ensino de 3º grau em cidades médias ou muito pequenas, tal qual, na atualidade, tornou-se fato corriqueiro em todo território nacional. Desse modo, é possível argumentar a favor do reforço do poder de atração que possui Sete Lagoas, considerando o papel representado pelo ensino superior aí implantado, desde há três décadas.

**MAPA 11 : FUMEP - ESCOLA TÉCNICA MUNICIPAL DE SETE LAGOAS
 PROCEDÊNCIA DOS ALUNOS MATRICULADOS POR MUNICÍPIO - 2000
 (NÚMERO DE ALUNOS - VALORES RELATIVOS)**



Fonte: FUMEP - Fundação Municipal de Ensino Profissionalizante - 2000
 Organizadora: Mary Nogueira
 Desenhador: Cynthia G. Santos - 2001

No ano de 1969 nascia a Faculdade de Filosofia – FAFI, com os cursos de Pedagogia, Ciências, Letras e Estudos Sociais. No ano seguinte, 1970, entrava em funcionamento a Faculdade de Direito. Em 1980, a FEMM transfere-se para seu “campus” definitivo, (“José Cirilo Leão”, nome emprestado ao doador do terreno), o qual ocupa um terreno de três alqueires numa região de expansão urbana da cidade, em sentido sudeste, bem próxima ao trevo da rodovia BR- 040. No ano seguinte, 1981, a Fundação cria a Escola de Aplicação, a qual funcionando no curso diurno, tem como objetivo auxiliar os cursos de licenciatura plena na aplicação das teorias pedagógicas.

Os anos de 1998 e 1999 são muito importantes para a FEMM, pois representam a sua “expansão”. Em 1998, por meio da sua transformação em Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras, essa faculdade passa a oferecer, além dos cursos tornados tradicionais, também os cursos Geografia, História e Matemática. Na verdade, não se trata propriamente de uma expansão, pois, sabe-se que os antigos cursos de Estudos Sociais e de Ciências, modalidade licenciatura curta, por força de lei federal, foram extintos e, em substituição, surgiram os novos cursos de licenciatura plena de Geografia, História e Matemática.

A verdadeira expansão ocorre em 1999, quando é criada a Faculdade de Ciências Gerenciais com os cursos de Administração e Economia. Atualmente, portanto, a Fundação é composta por três faculdades, ou seja, de Filosofia, Ciências e Letras, de Direito e de Ciências Gerenciais, abrigando uma média de 2500 alunos e cerca de 85 professores, no ano de 2000. É importante observar que essa ampliação já pode ser enquadrada nas características do processo de mercantilização aludido acima, pois obedece à tendência da expansão de cursos superiores considerados menos custosos em cidades médias e pequenas e até nas metrópoles, pois, ao não envolverem, em sua maioria, gastos com laboratórios e outros tipos de demandas pedagógicas, que outros cursos necessitam obrigatoriamente, a implantação desses tipos de cursos torna-se bem mais fácil.

A antigüidade e a permanência, durante tão longo período de tempo na cidade, pode ser um excelente indicador da centralidade sete-lagoana quando se considera que o alcance espacial desse tipo de serviço é, na atualidade, bastante expressivo. Tabela 8, a seguir:

TABELA 8
SETE LAGOAS - FUNDAÇÃO EDUCACIONAL MONSENHOR MESSIAS
PROCEDÊNCIA DOS ALUNOS MATRICULADOS - 2000
(NÚMERO DE ALUNOS POR MUNICÍPIO E POR CURSO - ABSOLUTO E RELATIVO)

MUNICÍPIO	CURSO DE GRADUAÇÃO						TOTAL	%
	DIREITO	PEDAG.	LETRAS	MATEMAT.	GEOG.	HIST.		
BELO HORIZONTE	269	16	15	6	7	10	323	37,8
SETE LAGOAS	147	38	43	37	14	15	294	34,4
PEDRO LEOPOLDO	13	2	2	1	2	2	22	2,6
LAGOA SANTA	4	1	3	7	3	2	20	2,3
RIBEIRÃO DAS NEVES	7	6	3	3	1	-	20	2,3
CONTAGEM	9	3	3	-	1	2	18	2,1
CURVELO	16	2	-	-	-	-	18	2,1
SANTA LUZIA	7	5	-	2	-	2	16	1,9
VESPASIANO	7	3	-	2	1	1	14	1,8
MATOZINHOS	10	1	1	2	-	-	14	1,6
PARAOPEBA	5	2	-	1	-	1	9	1,1
CAETANÓPOLIS	1	1	-	6	-	-	8	0,9
CORDISBURGO	1	-	1	5	1	-	8	0,9
CORINTO	6	-	-	-	-	-	6	0,7
DIAMANTINA	5	-	-	-	-	-	5	0,6
BETIM	1	-	-	2	1	-	4	0,5
CACHOEIRA DA PRATA	3	-	-	1	-	-	4	0,5
JABUTICATUBAS	1	-	-	1	1	1	4	0,5
POMPÉU	-	-	-	2	2	-	4	0,5
SABARÁ	4	-	-	-	-	-	4	0,5
ESMERALDAS	1	2	-	-	-	-	3	0,4
FELIXLÂNDIA	2	-	-	1	-	-	3	0,4
INHAÚMA	-	-	-	1	1	1	3	0,4
JEQUITIBÁ	-	-	1	-	2	-	3	0,4
MONTES CLAROS	-	-	1	-	1	1	3	0,4
SÃO JOSÉ DA LAPA	3	-	-	-	-	-	3	0,4
BALDIM	-	1	-	1	-	-	2	0,2
JANUÁRIA	-	1	-	1	-	-	2	0,2
PRUDENTE DE MORAIS	2	-	-	-	-	-	2	0,2
ARAÇAI	-	1	-	-	-	-	1	0,1
CAETÉ	-	-	-	1	-	-	1	0,1
CAPIM BRANCO	-	1	-	-	-	-	1	0,1
GUANHÃES	1	-	-	-	-	-	1	0,1
JANAÚBA	1	-	-	-	-	-	1	0,1
JOÃO MONLEVADE	1	-	-	-	-	-	1	0,1
MALACACHETA	1	-	-	-	-	-	1	0,1
PARACATU	1	-	-	-	-	-	1	0,1
RAUL SOARES	1	-	-	-	-	-	1	0,1
SANTA MARIA DO SUAÇUI	1	-	-	-	-	-	1	0,1
SANTANA DE PIRAPAMA	1	-	-	-	-	-	1	0,1
SERRO	1	-	-	-	-	-	1	0,1
VIÇOSA	1	-	-	-	-	-	1	0,1
TOTAL	534	86	73	83	38	38	852	100

FONTE: FUNDAÇÃO EDUCACIONAL MONSENHOR MESSIAS - 2000

Alguns pontos muito importantes devem ser avaliados com relação a essa tabela, não obstante, a Fundação não ter fornecido os dados relativos aos cursos de Economia e Administração, fato que não distorce a realidade observada. O primeiro diz respeito à supremacia das cidades de Belo Horizonte e Sete Lagoas como lugares de procedência de, não menos, 72.2% dos alunos da Fundação, no ano de 2000. Ora, essa já é uma tradição da escola, conforme as próprias palavras de seu diretor, entrevistado nessa época. Em outros termos, se o maior contingente é oriundo de Belo Horizonte, é porque Sete Lagoas, inclusive, ou principalmente, em razão da grande proximidade da capital, representa uma alternativa altamente atraente para aquelas pessoas que foram excluídas pelos processos de seleção das escolas de curso superior da capital. Além do mais, de acordo com o diretor (2000), a mensalidade cobrada pela Fundação é das mais baratas, fato que torna a escola ainda mais atraente para os "excluídos". Esses excluídos formam uma massa de trabalhadores, oriundos da classe média mais baixa, os quais trabalhando e morando em Belo Horizonte, somente encontram alguma chance de complementação educacional, por meio da realização de um curso superior, numa escola, na qual, a concorrência é muito menos acirrada do que nas escolas de Belo Horizonte.

Saliente-se os cursos mais antigos, tais como Direito, Pedagogia e Letras como os que mais se destacam no quesito total de alunos matriculados. De fato, são carreiras muito tradicionais que, historicamente, sempre foram atraentes para o público em geral, até porque possuem os custos de implantação e manutenção dos mais baixos. Nesse grupo destaque maior deve ser conferido ao curso de Direito.

Por outro lado, não obstante o pequeno número de alunos registrado para os cursos de Geografia, História e Matemática, segundo o diretor da FEMM,(2000), já estava havendo uma tendência a um aumento de sua clientela, uma vez que, tais cursos e os recém implantados, Economia e Administração, começam a se tornar cada vez mais atraentes para os candidatos. Adicionalmente, de acordo com o mesmo diretor, com o trabalho de conscientização promovido pela fundação, visando sobretudo os candidatos da classe média mais baixa, já está em andamento uma outra tendência em aumentar a participação de alunos de Sete Lagoas e região, em detrimento da diminuição de alunos oriundos de Belo Horizonte. Trata-se de um reforço da atração sobre a cidade de Sete Lagoas e seu espaço regional, o qual, nas palavras do diretor, inclui também muitos

municípios da Região Metropolitana de Belo Horizonte (Pedro Leopoldo, Vespasiano e Lagoa Santa), na medida em que, na verdade, boa parte da porção norte da RMBH deva permanecer como expressiva área de atração da FEMM. (Mapa 12)

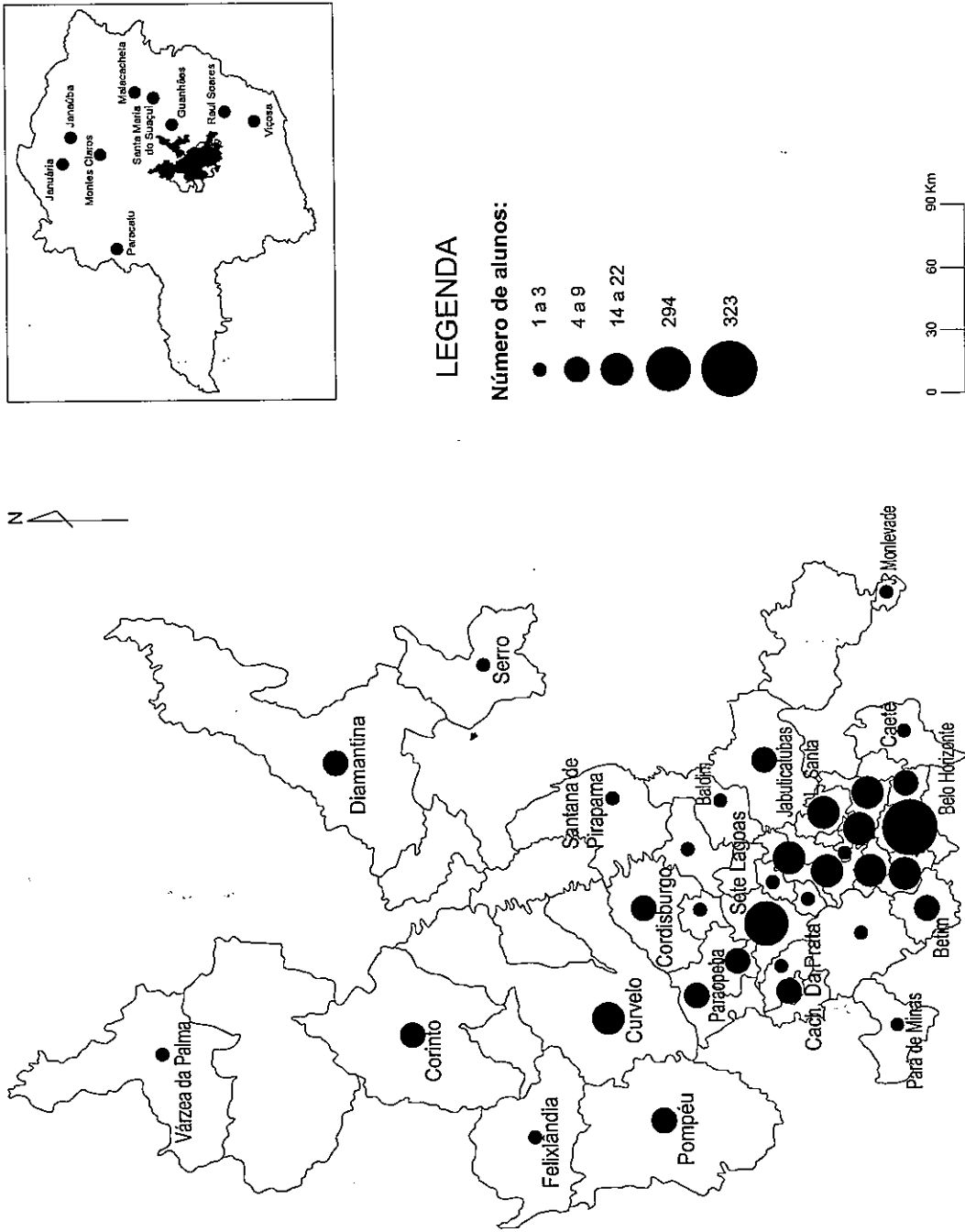
O segundo tipo de equipamento de prestação de serviço selecionado refere-se ao mais antigo hospital de Sete Lagoas, uma referência regional.

A Irmandade Nossa Senhora das Graças, mais conhecida como Hospital da Santa Casa de Sete Lagoas, tem uma história centenária, sendo sua criação datada no ano de 1880. É uma entidade filantrópica, controlada pela igreja católica local, pois sua presidência permanece sendo exercida pelo bispo diocesano. O hospital é dirigido pela Mesa Administrativa, "irmãos" laicos, sob a direção de um provedor, o qual presta contas à diocese local. Anexos ao hospital a Irmandade ainda mantém uma maternidade (Odete Valadares), um pavilhão pediátrico (Dr. Márcio Paulino), um ambulatório (José Duarte de Paiva) e o pronto socorro (José da Rocha).

A referência regional do hospital é garantida por meio de uma série de sete (7) especializações nas áreas das clínicas médica, obstetrícia, pediátrica, anesthesiológica, ortopédica, neurológica e cirúrgica (geral, plástica, vascular, pediátrica, oftalmológica, otorrinolaringológica, urológica e buco-maxilo-facial). Segundo o relatório de atividades de 1999, o quadro de funcionários do hospital totalizava 550 pessoas, aí incluídas todas as pessoas ligadas aos diversos setores administrativos e operacionais do hospital. Com relação ao corpo médico, a mesma fonte acusa um total de 121 profissionais, distribuídos pelas diversas especialidades.

De acordo com informações prestadas, em entrevista (2000), pelo provedor do hospital, no que tange aos serviços mais altamente especializados e sofisticados, há uma dependência muito grande do aporte de recursos, tal fato se refletindo, sobretudo naquele momento, no moroso processo de montagem da unidade de terapia intensiva (UTI) infantil. Além disso, como o hospital não possui corpo médico especializado em certas ocorrências e que envolvem altos custos, o centro urbano imediatamente procurado é Belo Horizonte (cirurgias cardíacas e casos de oncologia).

MAPA 12 : SETE LAGOAS - FUNDAÇÃO EDUCACIONAL MONSENHOR MESSIAS
 PROCEDÊNCIA DOS ALUNOS MATRICULADOS POR MUNICÍPIO - 2000
 (NÚMERO DE ALUNOS - VALORES ABSOLUTOS)



Fonte: FEMM - Fundação Educacional Monsenhor Messias - 2000
 Organizadora: Marty Nogueira Desenhos: Cynília G. Santos - 2001

A maioria dos pacientes atendidos pelo hospital é oriunda do Sistema Único de Saúde (SUS), cerca de 70%. O restante, 30%, é composto por particulares, convênios (Unimed Sete Lagoas, Cassi do Banco do Brasil, Bradesco e Polícia Militar de Minas Gerais) e, finalmente, pelo PLANSEG (Plano de Assistência Médico Hospitalar Nossa Senhora das Graças), plano de saúde próprio do hospital.

É por meio dos recursos provenientes desses planos e convênios, público (SUS) e particulares, que o hospital sobrevive. Aliás, existe uma tradição histórica que se relaciona às permanentes campanhas junto à comunidade da cidade para arrecadação de fundos. Como exemplos, citam-se a campanha do "tostão de Nossa Senhora", que durante a "Semana do Hospital", conseguiu arrecadar uma parte dos fundos necessários, para a construção da sede própria, na década de 1930 e uma outra campanha, bem mais recente, em curso no ano de 2000, intitulada "amigos até debaixo d'água" cuja contribuição, pôde ser descontada diretamente na fatura da conta da Cia de Água e Saneamento da cidade (SAAE).

A Santa Casa, em razão dos fatores acima, já é, desde há muito tempo, uma referência regional, fato que se reflete, novamente, no reforço da centralidade da cidade em sua região. As tabelas, a seguir, pretendem demonstrar essa afirmativa:

TABELA 9
SETE LAGOAS - HOSPITAL NOSSA SENHORA DAS GRAÇAS
PROCEDÊNCIA DOS PACIENTES ATENDIDOS
NO PRONTO SOCORRO E AMBULATÓRIO - 1999
(NÚMERO DE PACIENTES POR MUNICÍPIO)

MUNICÍPIO	Nº DE PACIENTES
SETE LAGOAS	30303
PRUDENTE DE MORAIS	603
FUNILÂNDIA	240
SANTANA DE PIRAPAMA	211
JEQUITIBÁ	180
BALDIM	158
INHAÚMA	140
CACHOEIRA DA PRATA	122
PARAOPEBA	117
POMPÉU	117
ESMERALDAS	99
CORDISBURGO	90
MATOZINHOS	84
BELO HORIZONTE	79
ARAÇAI	71
CAETANÓPOLIS	67
CURVELO	65
PAPAGAIOS	64
CAPIM BRANCO	57
FORTUNA DE MINAS	56
TRÊS MARIAS	37
MORADA NOVA DE MINAS	31
FELIXLÂNDIA	26
CORINTO	22
VÂRZEA DA PALMA	21
MARAVILHAS	19
PEDRO LEOPOLDO	18
RIBEIRÃO DAS NEVES	14
SANTA LUZIA	14
JOÃO PINHEIRO	10
RIO DE JANEIRO	7
BRASILÂNDIA DE MINAS	6
PEQUI	6
LUMINÁRIAS	5
TOTAL	33159

FONTE: INSG. RELAT. ATIVIDADES. EXERCÍCIO DE 1999

TABELA 10
SETE LAGOAS - HOSPITAL NOSSA SENHORA DAS GRAÇAS
PROCEDÊNCIA DOS PACIENTES INTERNADOS - 1999
(NÚMERO DE PACIENTES POR MUNICÍPIO)

MUNICÍPIO	Nº DE PACIENTES
SETE LAGOAS	8271
PARAOPEBA	251
PRUDENTE DE MORAIS	245
INHAÚMA	187
SANTANA DE PIRAPAMA	186
CACHOEIRA DA PRATA	148
POMPÉU	120
BALDIM	112
FUNILÂNDIA	105
PAPAGAIOS	105
JEQUITIBÁ	98
CAETANÓPOLIS	97
CORDISBURGO	88
MATOSINHOS	81
ARAÇAI	77
CURVELO	76
TRÊS MARIAS	72
ESMERALDAS	61
FORTUNA DE MINAS	51
CAPIM BRANCO	38
MORADA NOVA DE MINAS	33
FELIXLÂNDIA	32
MARAVILHAS	31
BELO HORIZONTE	22
CORINTO	21
VÁRZEA DA PALMA	21
JOÃO PINHEIRO	8
PEDRO LEOPOLDO	7
BRASILÂNDIA DE MINAS	6
LASSANCE	6
DIAMANTIMA	5
PRESIDENTE JUSCELINO	5
TOTAL	10666

FONTE: INSG. RELAT. ATIVIDADES. EXERCÍCIO DE 1999

Essas duas tabelas demonstram o quão expressivo é o número de pacientes atendidos tanto no ambulatório e pronto socorro, como também na internação, mas sobretudo, o alcance espacial que esse tipo de serviço adquire em Sete Lagoas,

conquanto seu próprio peso seja expressivamente grande nas duas modalidades de atendimento.

Por outro lado, torna-se importante destacar como o hospital consegue fornecer uma centralidade à cidade, tão importante quanto os equipamentos de prestação de serviços educacionais, por exemplo, acima analisados. Até a presença de pacientes procedentes de lugares tão distantes e improváveis, como as cidades do Rio de Janeiro e Luminárias (sul de Minas Gerais), pode constituir um bom indicador dessa centralidade, uma vez que na ocorrência de algum acidente na rodovia BR 040, por exemplo, Sete Lagoas é a única cidade da região que possui um hospital que possa atender com eficiência as vítimas.

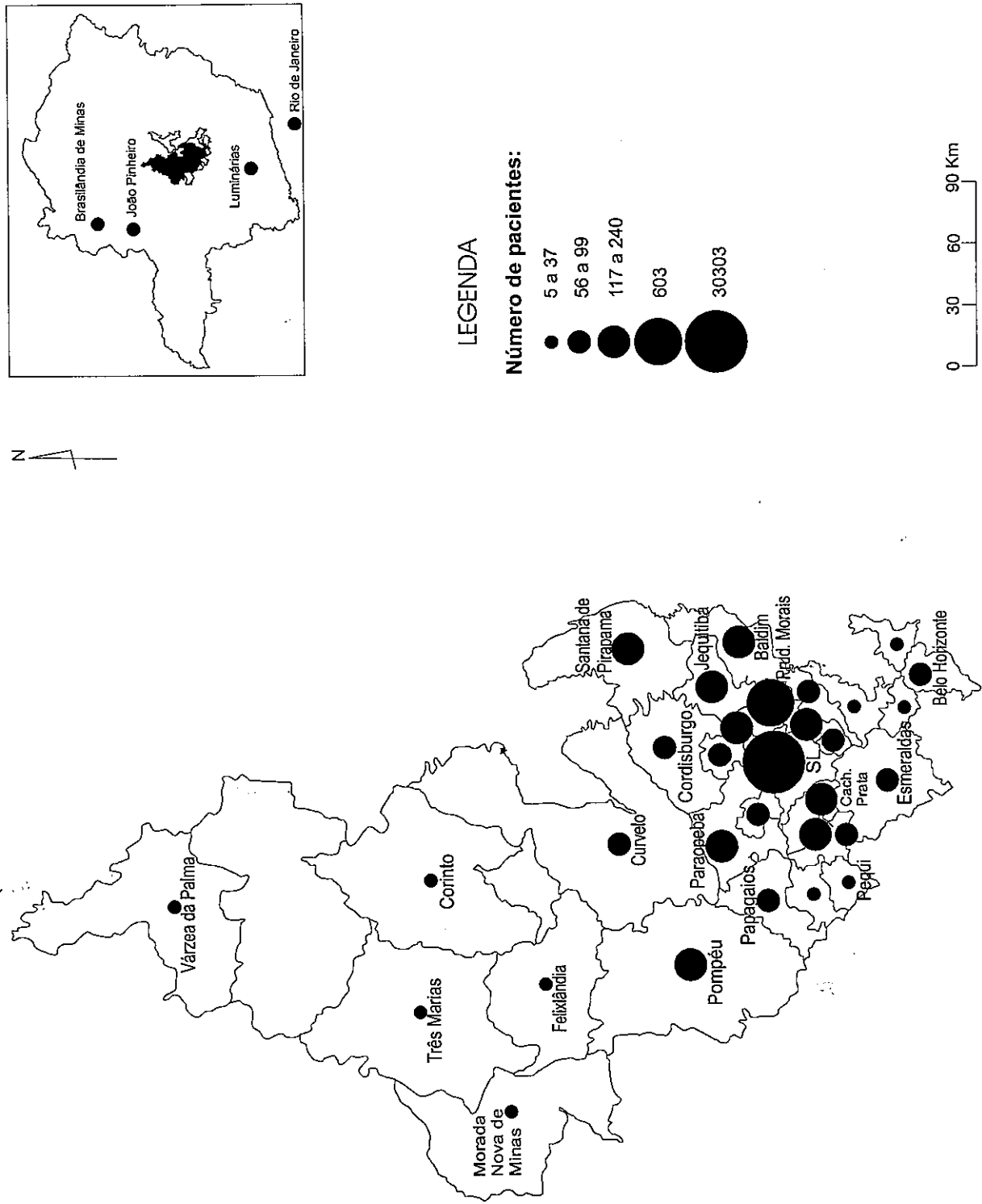
Esse mesmo raciocínio pode ser estabelecido com relação aos pacientes procedentes de Belo Horizonte, embora também seja possível argumentar para outro tipo de articulação existente, ou seja, o hospital de Sete Lagoas pode estar absorvendo uma parte do enorme excedente não atendido pelos hospitais públicos de Belo Horizonte, evidentemente, daqueles pacientes procedentes do SUS.

Mas é com relação à sua própria hinterlândia que, Sete Lagoas, mais uma vez, consegue se impor, reforçando sua centralidade por intermédio do hospital. Assim, cidades como Paraopeba, Prudente de Moraes, Funilândia, Cachoeira da Prata, Inhaúma, Baldim, Santana de Pirapama e Jequitibá compõem no rol dos pacientes atendidos e internados com valores bastante expressivos.

Além dessas, verifica-se que o alcance espacial do hospital atinge outras cidades, que não pertencem à região de influência imediata de Sete Lagoas, tais como Pompéu, Curvelo, Três Marias, Corinto, Felixlândia e outras, sobretudo no que tange à modalidade internação. Esse fato corrobora a constatação de que Sete Lagoas, historicamente, vem mantendo uma significativa área de atuação na direção centro-norte de Minas Gerais, pois, por meio da espacialidade do hospital, notadamente no que respeita aos pacientes internados, seja possível fazer tal dedução. Em outras palavras, a procedência de uma expressiva parte de pacientes internados no Hospital da Santa Casa, no ano de 1999, indica que a área de alcance de Sete Lagoas tende a firmar-se cada vez mais em direção ao norte do Estado. Na verdade, essa é uma tendência que vem sendo observada ao longo do tempo, embora, importa ressaltar, não se trate de área de influência direta de

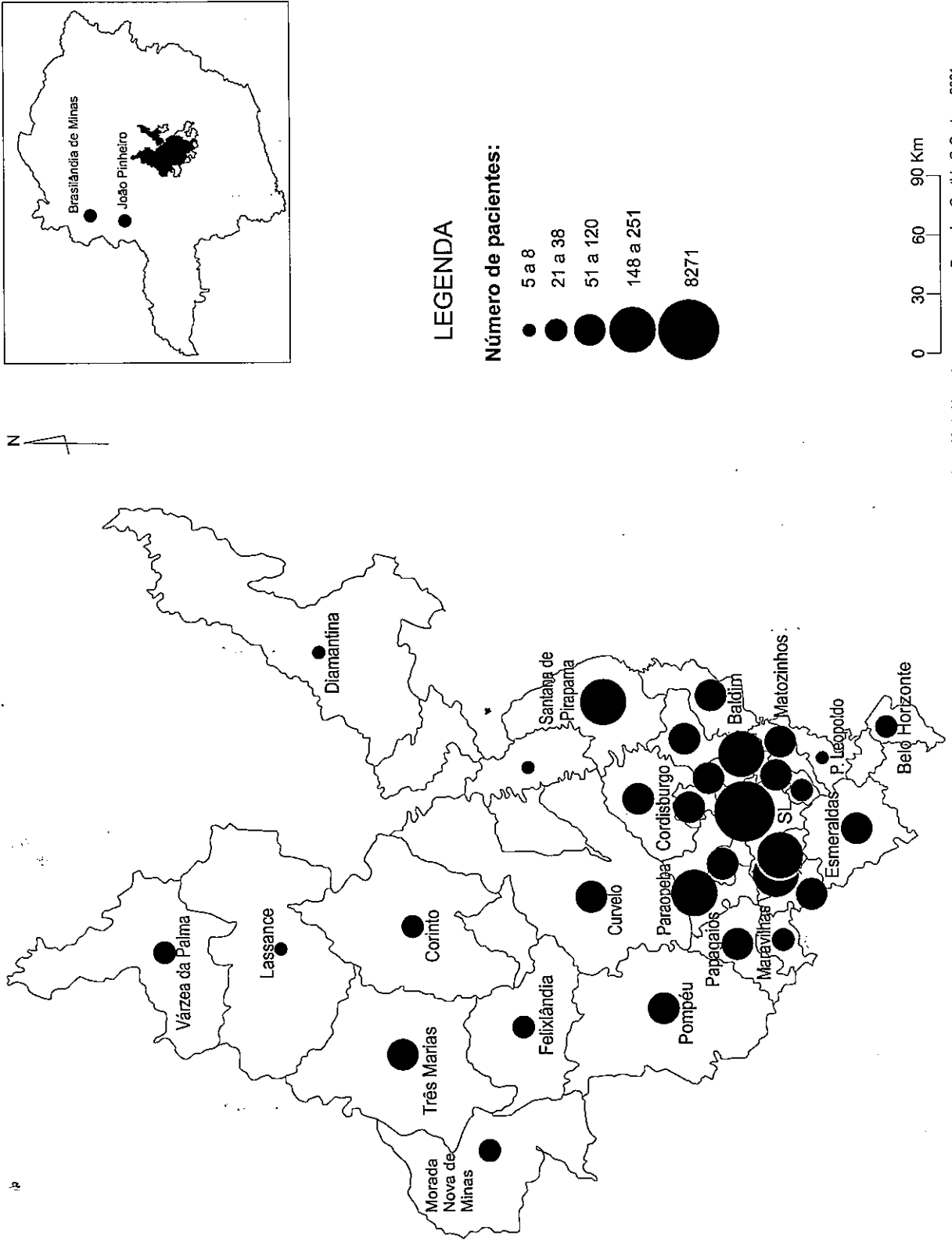
Sete Lagoas. Mesmo assim, diante da fortíssima concorrência com a atuação de Belo Horizonte, Sete Lagoas consegue manter sua atração naqueles municípios, mais remotamente, que se localizam tanto em direção sul, como também, em direção leste (Mapas 13 e 14), um reforço a mais na reafirmação de sua centralidade.

MAPA 13: SETE LAGOAS - HOSPITAL NOSSA SENHORA DAS GRAÇAS
 PROCEDÊNCIA DOS PACIENTES ATENDIDOS NO PRONTO-SOCORRO E NO AMBULATÓRIO - 1999
 (NÚMERO DE PACIENTES - VALORES ABSOLUTOS)



MAPA 14: SETE LAGOAS - HOSPITAL NOSSA SENHORA DAS GRAÇAS

PROCEDÊNCIA DOS PACIENTES INTERNADOS - 1999
(NÚMERO DE PACIENTES - VALORES ABSOLUTOS)



1.2.3 A INDÚSTRIA EM SETE LAGOAS

A complexidade funcional de Sete lagoas, na atualidade, complementa-se com as suas atividades industriais. Trata-se de um centro industrial relativamente antigo, em razão da presença, há décadas, de importantes unidades fabris dos setores de laticínios e têxteis. Ao lado da indústria siderúrgica e dos setores de autopeças e automóveis, de implantação muito mais recente, ambos os setores conferem uma posição de destaque para Sete Lagoas no cenário regional.

Conquanto o peso da indústria siderúrgica do gusa seja ainda muito expressivo na economia local, é importante salientar que a complexidade funcional da cidade de Sete Lagoas tem se configurado cada vez mais, muito em decorrência da expressiva expansão de outros setores industriais, bastante diversos.

Visando uma descrição dessas atividades industriais, a seleção das unidades fabris buscou levar em consideração aqueles setores, que obviamente são os mais representativos para a economia local, tanto do ponto de vista da arrecadação de ICMS, como também, da sua relevância quanto ao que significam para a determinação de certos fluxos econômicos, os quais conferem à cidade, ao lugar, sua inserção múltiescalar. Ora, também, por meio das atividades industriais, é possível argumentar acerca da posição ocupada por um lugar, cidade, na rede urbana (Tabela 11):

TABELA 11
SETE LAGOAS – ARRECADAÇÃO DE ICMS – PRINCIPAIS GÊNEROS INDUSTRIAIS
1996 – 2000
(VALORES RELATIVOS - %)

ATIVIDADE	ANO				
	1996	1997	1998	1999	2000
Preparação do leite e fabricação de produtos de laticínios	21.76	15.56	17.00	15.53	20.90
Produção de ferro-gusa e ferro-esponja, inclusive escória e gás de alto-forno	12.73	14.66	20.02	21.68	23.66
Produção de palha e lã (esponja) de aço e de metais não ferrosos	11.80	8.13	9.04	5.10	4.00
Fabricação de partes, peças e acessórios para veículos automotivos não especificados ou não classificados	5.12	5.63	-	-	4.36
Produção de forjados de aço, (conexões, cilindros, moldes, peças moldadas, peças para válvulas industriais ou não, para registros, tomeiras), exclusive montagem	3.95	5.20	6.11	3.00	3.10
Fabricação de telhas, lajotas, manilhas e semelhantes de cerâmica ou de barro cozido	2.69	2.41	1.69	1.10	-
Fabricação de material elétrico para veículos, peças e acessórios (exclusive motores de tração para veículos ferroviários)	-	3.36	3.46	1.37	-
Fabricação e montagem de automóveis, camionetas e utilitários, inclusive chassis com motor	-	-	4.77	27.77	18.91
Fiação, tecelagem e fiação e tecelagem de algodão	-	-	-	1.44	-
Total	76.32	75.93	76.35	83.89	79.16

FONTE: MINAS GERIAS, 2001

*Refere-se somente ao período de janeiro a junho

Em razão da importância adquirida pelas siderúrgicas e, também pelas indústrias têxtil e de laticínios e pelo mais recente setor de autopeças e montagem de veículos, ao lado de outros gêneros industriais que possuem alguma importância (óptico, lã de aço, cerâmica e alimentício), o setor industrial de Sete Lagoas caracteriza-se por conferir à cidade a posição de destaque acima aludida.

De um parque siderúrgico que mantém, em média, um total de 18 empresas, foram selecionadas sete delas para entrevista. O critério observado para tal seleção tem a ver com a antiguidade da empresa, somando três, as mais antigas, com uma localização intra-urbana: Siderúrgica NOROESTE, Cia Setelagoana de Siderurgia (COSSISA) e Santa Marta Siderurgia (SAMA). As outras quatro, além de mais recentes, têm localização às margens, ou, pelo menos, muito próximas à rodovia BR-040: CALSETE Siderurgia, INTERLAGOS Siderurgia, SICAFE Produtos Siderúrgicos e SIDERPA, Siderúrgica Paulino.

Justifica-se a escolha desse critério que conjugou a época de início das atividades com a localização intra-urbana, porque esses dois fatores tiveram uma significação muito importante para o setor siderúrgico de Sete Lagoas. Em outros termos, as siderúrgicas

mais antigas têm localização intra-urbana justamente porque, na época de sua instalação, havia muito espaço no sítio urbano que podia abrigar uma instalação industrial desse porte; nessa época não havia distritos industriais tal qual hoje se verifica e todas as indústrias que se instalaram na cidade até então, têm localização intra-urbana. Além disso, essa localização era estratégica frente à estação ferroviária, por onde sempre foi escoado o gusa e, também, porque ficava muito próxima à mão-de-obra. Esses dois fatores foram observados com cuidado pelas empresas, visando a diminuição de custos. Finalmente, saliente-se, que, em razão de problemas de ordem técnica, o alto-forno deveria localizar-se num sítio que tivesse um desnível topográfico para facilitar sua carga e, evidentemente, próximo de uma fonte de água, fatores clássicos de localização industrial, cujo sítio urbano da cidade preenchia satisfatoriamente.

Superadas as questões de ordem técnica da necessidade de localização em terrenos com desnível topográfico e, fundamentalmente, a questão da localização próxima à malha viária, as siderúrgicas de implantação posterior localizaram-se ao longo das margens da rodovia BR-040, justamente porque essa localização é estratégica, favorecendo, substancialmente, o acesso à fonte de carvão vegetal, a qual, com o tempo, deslocou-se também em direção às regiões do cerrado do noroeste de Minas Gerais, alcançando hoje, especialmente, os estados de Goiás e Bahia.

O setor siderúrgico de Sete Lagoas é tão importante que a cidade foi classificada como o maior pólo guseiro não integrado do país. (MINAS GERAIS, 1995) Respondendo por uma expressiva parcela da economia local, as siderúrgicas, que iniciaram suas atividades na cidade no final dos anos de 1950 e início dos anos de 1960, constituem até hoje, a base do setor produtivo sete-lagoano, embora toda essa pujança já comece a conhecer um certo arrefecimento em virtude da concorrência do setor automobilístico e do modernizado setor de laticínios. Um outro fator responsável pela relativa instabilidade do setor guseiro, fato que, quase certamente, deve ser comum a outros centros guseiros não integrados em Minas Gerais (ex.: Divinópolis, Itaúna, Bom Despacho), deve-se à dependência muito grande das exportações para o mercado internacional. Ora, como se trata de uma matéria-prima semi-acabada, um insumo, a oferta é muito grande, sobretudo dos países do leste europeu e Rússia, nos quais, o setor siderúrgico tornou-se muito competitivo, justamente porque é ainda muito subsidiado pelos respectivos governos

desses países. Evidentemente, a concorrência internacional tornou-se extremamente acirrada, ao longo dos últimos anos. Além do mais, como as transações são feitas em dólar, qualquer modificação no câmbio nacional, torna o setor muito vulnerável a tais oscilações.

Trata-se de um setor puramente de capital local e regional, uma vez que boa parte dos guseiros tem origem na cidade ou na região de Sete Lagoas. Apesar do enfrentamento de muitas questões relativas, sobretudo, à instabilidade do mercado internacional, o setor conheceu uma expansão muito forte, principalmente nos anos de 1970 e 1980, fato muito importante para justificar em boa medida o crescimento econômico de Sete Lagoas e sua melhor inserção na economia mineira. Esse fato explica em grande parte a expressiva ascendência da classe dos guseiros nos setores da economia e da política sete-lagoanas.

De um modo geral as sete siderúrgicas selecionadas têm características muito comuns no que diz respeito ao processo produtivo, à destinação geográfica dos mercados tanto interno, como externo e qual o produto a ser fabricado, isto é, para aciaria, para fundição ou nodular. Tudo isso tem a ver com a conjuntura da demanda dos mercados na época em questão.

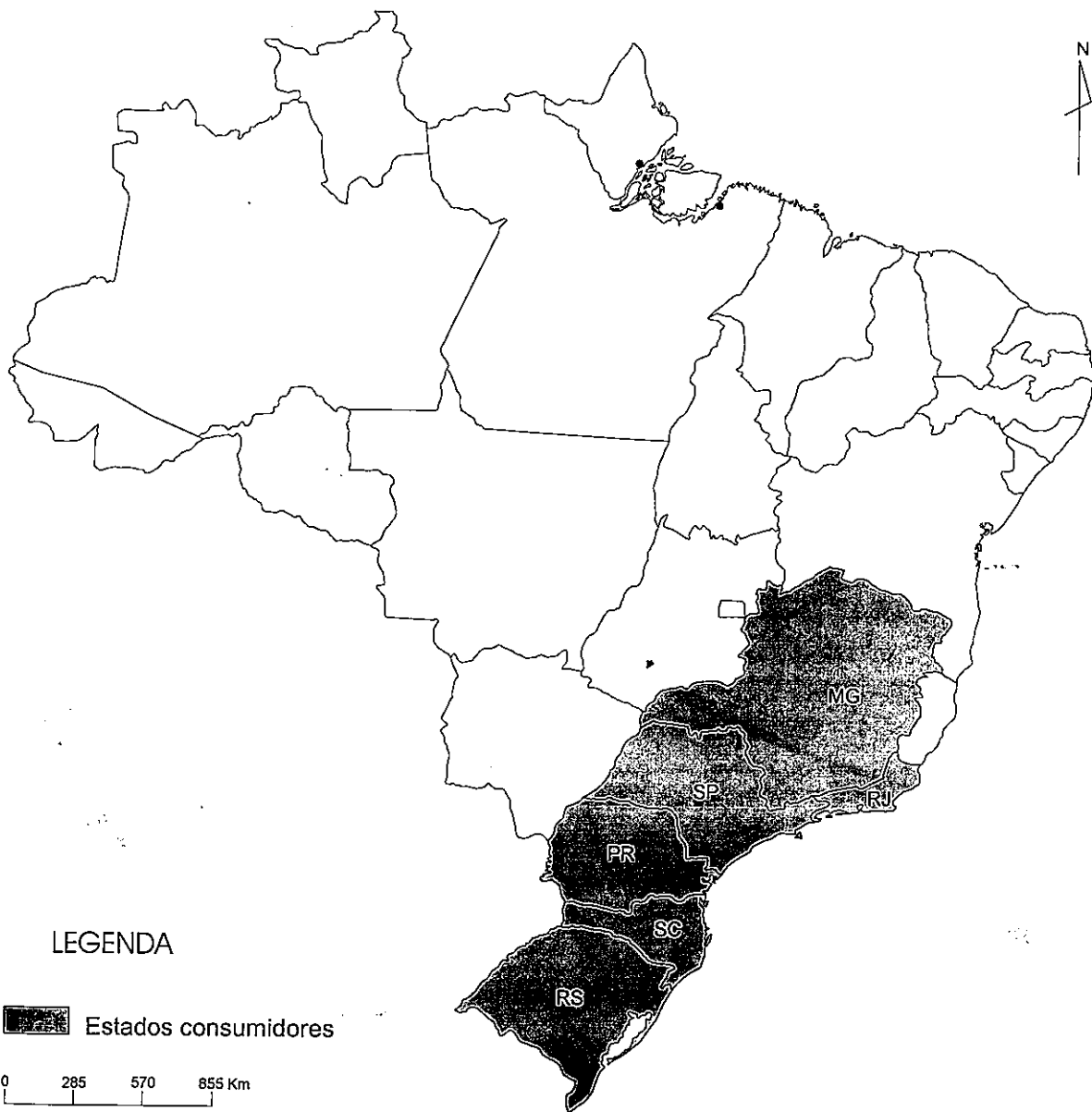
Assim, no ano de 2000, apenas cerca de 30% do gusa produzido destinou-se ao mercado interno, uma vez que o mercado externo, nesse ano, apresentou-se muito promissor para a exportação, absorvendo cerca de 70% daquela produção. Não obstante, foram destinados para a fundição 55,7% do gusa produzido, enquanto 44,3% destinaram-se à aciaria. Isto quer dizer que as siderúrgicas, de acordo com os depoimentos de seus proprietários, em 2000, voltaram-se, predominantemente para a produção de um gusa mais nobre, destinado às fundições localizadas nos estados do Sul do Brasil e nos estados de São Paulo e Rio de Janeiro. Apenas a SIDERPA relatou uma percentagem de produção de gusa nodular (o mais nobre) no ano de 2000. Destacam-se, em razão dos valores extremos apresentados, a COSSISA com 100% de gusa para fundição e, no outro extremo, a NOROESTE com 100% de gusa para aciaria. Esses valores podem sofrer mudanças expressivas de um ano para outro, se assim demandar o mercado externo. (Quadro II e Mapas 15 e 16):

QUADRO II
SETE LAGOAS: SIDERÚRGICAS SELECIONADAS
MERCADO DE CONSUMO DO FERRO-GUSA – 2000
(MERCADO INTERNO E EXTERNO)

SIDERÚRGICAS SELECIONADAS	MERCADOS	
	INTERNO	EXTERNO
SAMA	SANTA CATARINA RIO GRANDE DO SUL SÃO PAULO	ESTADOS UNIDOS TAIWAN JAPÃO
SIDERPA	SÃO PAULO RIO DE JANEIRO RIO GRANDE DO SUL MINAS GERAIS	EUROPA OCIDENTAL ESTADOS UNIDOS JAPÃO TAIWAN
COSSISA	SÃO PAULO SANTA CATARINA RIO GRANDE DO SUL MINAS GERAIS	ESTADOS UNIDOS JAPÃO CHINA EUROPA OCIDENTAL
INTERLAGOS	SÃO PAULO	JAPÃO TAIWAN EUROPA OCIDENTAL
NOROESTE	MINAS GERAIS	ESTADOS UNIDOS
SICAFE	SÃO PAULO PARANÁ SANTA CATARINA RIO GRANDE DO SUL	ESTADOS UNIDOS JAPÃO TAIWAN EUROPA OCIDENTAL
CALSETE	RIO DE JANEIRO MINAS GERAIS SANTA CATARINA SÃO PAULO RIO GRANDE DO SUL PARANÁ	ESTADOS UNIDOS JAPÃO TAIWAN EUROPA OCIDENTAL

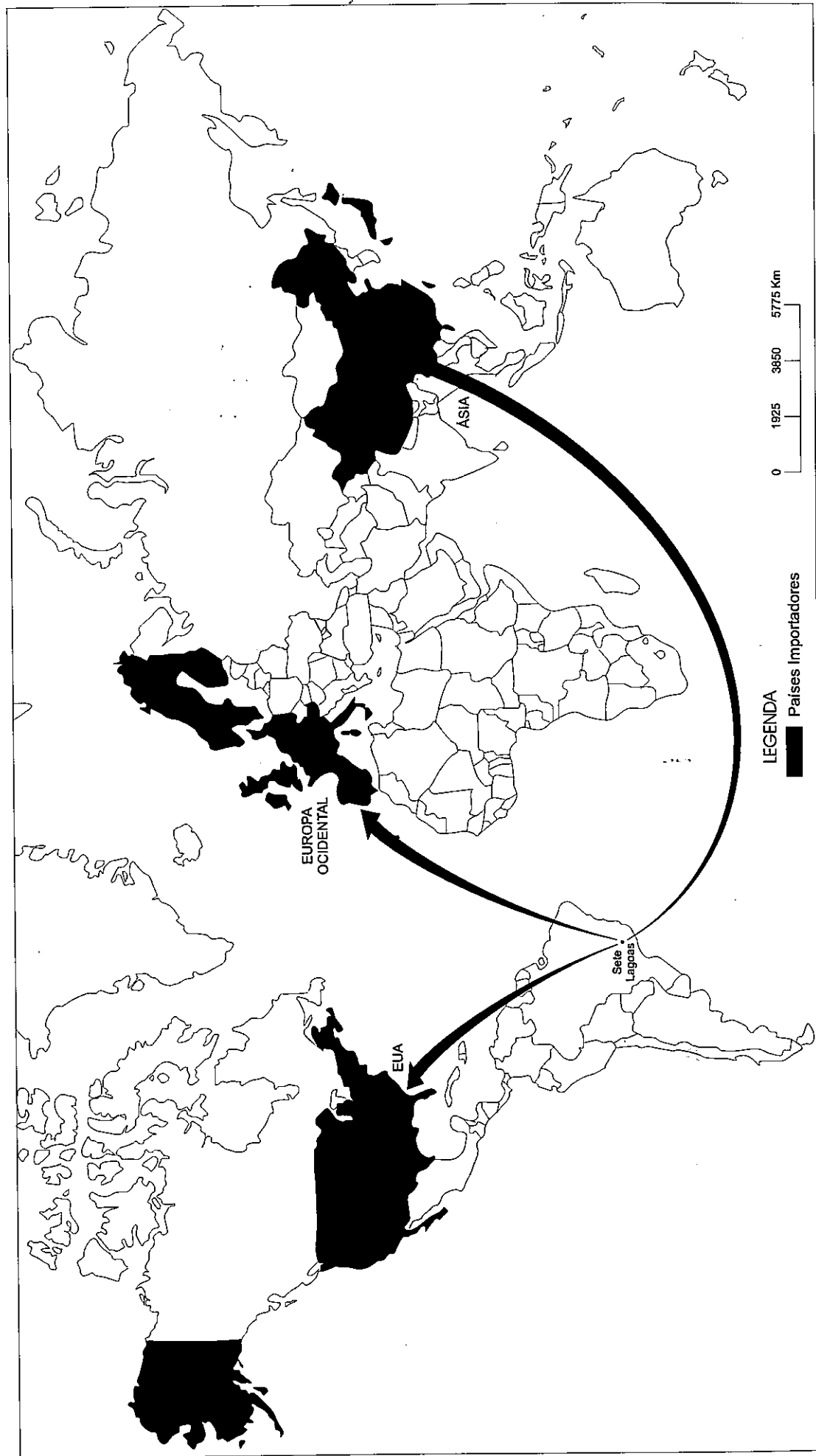
FONTE: ENTREVISTAS DE CAMPO – SETE LAGOAS -2000

MAPA : 15 SETE LAGOAS: SIDERÚRGICAS NÃO-INTEGRADAS
MERCADO DE CONSUMO INTERNO DE FERRO-GUSA NO BRASIL-2000



Fonte: Internet via <http://www.embrapa.gov.br>
Organizadora: Mady Nogueira Desenho: Cynthia G. Santos - 2001

MAPA16 : SETE LAGOAS: SIDERÚRGICAS NÃO - INTEGRADAS
MERCADO DE CONSUMO EXTERNO DO FERRO - GUSA - 2000



No que respeita ao mercado externo destacam-se os Estados Unidos, a Europa Ocidental e a Ásia como os mercados mais tradicionais. Japão, China e Taiwan destacam-se como os únicos citados para a Ásia; embora a entrada da China como fornecedora de ferro-gusa no mercado internacional nos próximos anos possa afetar profundamente essas articulações com o continente asiático, segundo o depoimento dos proprietários das siderúrgicas. Esse mesmo raciocínio pode ser estendido no que tange ao mercado europeu ocidental, na medida em que, a abertura do mercado nos países antigamente socialistas do leste europeu somado aos mercados russo e ucraniano, levou a um aumento da concorrência, em detrimento de um mercado que já havia sido consolidado pelo gusa de Sete Lagoas.

Não obstante, o mercado dos Estados Unidos permanece cativo. Isso pode ser creditado, de acordo com as entrevistas realizadas, ao grande desenvolvimento, nesse país, das denominadas *mini-mills*, siderúrgicas não-integradas de tecnologia altamente sofisticada (lingotamento contínuo) que produzem aço a partir de sucata e do ferro-gusa importado, também, do Brasil.

Como boa parte dos negócios das siderúrgicas envolvem articulações com inúmeros países, a praça de Belo Horizonte constitui um importantíssimo elo, uma vez que, três delas mantêm escritório na capital estadual (Calsete, Interlagos e Siderpa). Para as que não têm escritório, mais uma vez Belo Horizonte entra nessa teia, pois, é lá que são realizados os negócios com câmbio e complementação de documentação. Saliente-se a existência de empresas destinadas unicamente aos negócios da exportação, sediadas em Belo Horizonte, tais como a MINAS METAIS EXPORTADORA S. A. e a SPI GROUP (SOUTH PIG IRON). Associadas à primeira estão a Calsete, Interlagos, Sama e Siderpa, enquanto à segunda, associa-se a Noroeste. São empresas que congregam os interesses das indústrias siderúrgicas não só de Sete Lagoas, como também de outros centros guseiros mineiros, tais como Bom Despacho, Pitangui e Conceição do Pará, altamente especializadas em todo o processo de exportação, desde a intermediação das vendas até o recebimento de divisas, passando pelo acompanhamento de toda a logística do transporte, sobretudo do terminal portuário de Paul, em Vitória (ES) aos portos importadores dos Estados Unidos, Ásia e Europa Ocidental.

Para o mercado externo, partindo de Sete Lagoas, o gusa é embarcado em terminais ferroviários localizados na cidade (terminal Calsete, de propriedade da siderúrgica de mesmo nome), em Prudente de Moraes (multimodal) e, muito secundariamente, em Ouro Preto (terminal do Funil). Desses terminais o gusa segue de trem pela Ferrovia Centro Atlântica (FCA) até no entroncamento desta com a Estrada de Ferro Vitória Minas (EFVM), nas proximidades de Ouro Preto, para, finalmente, alcançar o terminal de Paul e o porto de Tubarão em Vitória (ES). (Mapas 1 e 2)

Os insumos mais importantes para a produção de ferro-gusa são, obviamente, o minério de ferro e o carvão vegetal. Destacam os guseiros, que os maiores custos do carvão, em média 65%, superam em muito os menores custos do minério de ferro. Tradicionalmente o minério de ferro tem origem nas minerações localizadas na Serra do Curral (limite sul de Belo Horizonte, no interior do Quadrilátero Ferrífero) que de lá é transportado por caminhão até Sete Lagoas. Mas é com relação ao carvão vegetal, que se vai encontrar uma geografia bastante mais interessante ao longo de todo esse período da existência da indústria guseira sete-lagoana. Essa afirmativa justifica-se em razão das mudanças das regiões fornecedoras de carvão vegetal ao longo da história do desenvolvimento da indústria guseira em Sete Lagoas e suas íntimas relações com o próprio processo de conquista da fronteira agrícola em áreas do cerrado em Minas Gerais e de outros estados da federação nas últimas quatro décadas.

De fato, se no início da indústria guseira em Sete Lagoas, no final dos anos de 1950 e início dos anos de 1960, a principal área de fornecimento de carvão vegetal, localizava-se na região, incluindo alguns municípios como Maravilhas, Papagaios, Inhãuma, Cordisburgo e também Sete Lagoas e, indo além dessa, alcançando municípios outros, tais como, Curvelo, Três Marias e Pompéu, cujas matas nativas de cerrado encontravam-se em abundância, com o passar do tempo, tais matas foram escasseando de uma tal forma que, hoje, praticamente, já não existem, "obrigando" os carvoeiros a procurarem áreas novas de cerrado em outras regiões de Minas Gerais. O Quadro III e seu mapa associado (Mapa 17), a seguir, tem como objetivo demonstrar essa situação:

QUADRO III
SETE LAGOAS: SIDERÚRGICAS SELECIONADAS
GEOGRAFIA DA PRODUÇÃO E DA EXTRAÇÃO DE CARVÃO VEGETAL - 2000
 (Municípios Produtores de Cerrado Nativo e Eucalipto Cultivado)

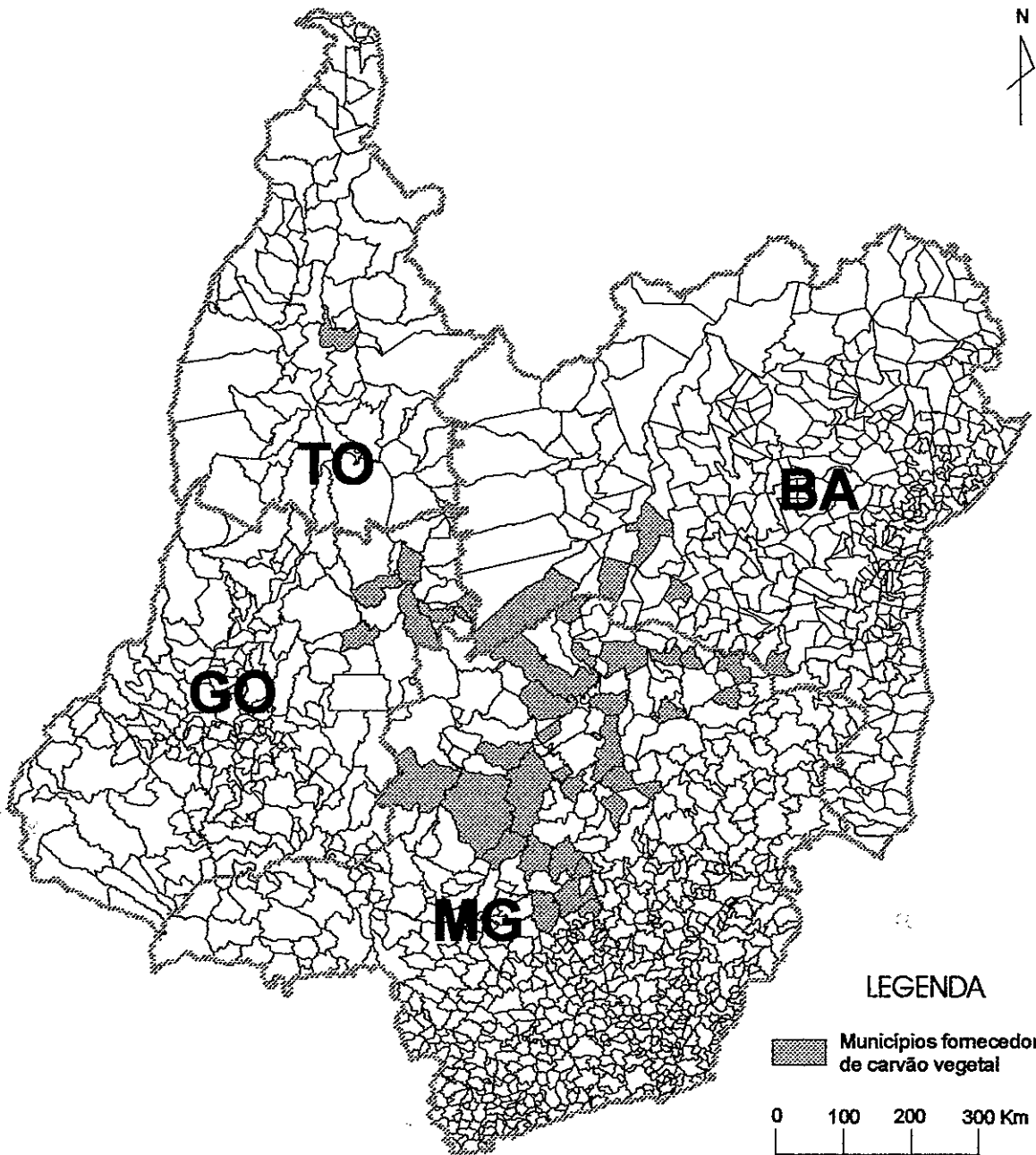
SIDERÚRGICAS SELECIONADAS	MUNICÍPIOS PRODUTORES	
	CERRADO NATIVO	EUCALIPTO CULTIVADO
SAMA	Carinhanha (BA): manejo sustentado Palmas (TO): extração	São João do Paraíso
SIDERPA		Paracatu, João Pinheiro, Inhaúma, Corinto, Três Marias, Pompéu, Januária, Montalvânia, Monte Azul, São João do Paraíso, Bocaiúva, Buritizeiro e Funilândia (MG) e Cândido Sales (BA)
COSSISA	Nova Roma, Flores de Goiás, Água Fria de Goiás, Damíanópolis, Mambai e Alto Paraíso de Goiás (GO): reposição florestal Norte e Nordeste de Minas Gerais: extração	Curvelo (MG)
INTERLAGOS	Januária e Ubaí (MG): manejo sustentado Guanambi (BA) e Alvorada do Norte (GO): extração	João Pinheiro, São Gonçalo do Abaeté, Três Marias e Buritizeiro (MG)
NOROESTE	Taiobeiras, São João do Paraíso, Curvelo, Montes Claros e Pompéu (MG): extração Goiás e Mato Grosso: reposição florestal	Três Marias e Curvelo (MG)
SICAFE	São Francisco, Januária e Jaíba (MG): extração	Riacho dos Machados, Lagoa dos Patos, Três Marias e São João da Ponte (MG)
CALSETE	Carinhanha, Cocos e Bom Jesus da Lapa (BA), Jaíba e Santa Fé de Minas (MG): manejo sustentado	Cordisburgo, Pompéu, Curvelo, Santa Fé de Minas, Francisco Dumont, Santo Antônio do Retiro e Monte.Azul (MG)

FONTE: ENTREVISTAS DE CAMPO – SETE LAGOAS – 2000

Em primeiro lugar deve-se justificar o critério utilizado para a concepção desse quadro e de seu mapa correspondente. É que, as informações acerca das áreas de produção de carvão vegetal foram fornecidas tendo como base os municípios produtores. Essas, acabaram por se tornar uma valiosa informação acerca do estágio em que se encontra a exploração de carvão vegetal nas regiões fornecedoras e, de alguma forma, como se deu o processo de devastação das matas nativas de cerrado em Minas Gerais e que, na atualidade, já está se transferindo para Goiás, Bahia e Tocantins.

Esse processo é muito complexo e envolve questões sobre o desmatamento desenfreado e predador, atividade tão antiga como o próprio Brasil e a expansão da fronteira agrícola no cerrado brasileiro nos últimos decênios. Como então explicar, essa geografia da exploração de carvão para a indústria guseira, na atualidade?

MAPA17: SETE LAGOAS: SIDERÚRGICAS NÃO - INTEGRADAS
GEOGRAFIA DA PRODUÇÃO E DA EXTRAÇÃO DE CARVÃO VEGETAL - 2000
(CERRADO NATIVO E EUCALIPTO CULTIVADO)



De acordo com informações fornecidas pelo agrônomo e administrador de empresas, Ézio Redoan de Deus, que trabalhou durante muito tempo no setor guseiro local e de outros centros guseiros mineiros, a lei florestal do Estado de Minas Gerais, elaborada a partir do Código Florestal estadual de 1978, sempre autorizou o consumo de carvão de origem do cerrado nativo, reduzindo, gradativamente, as percentagens de exploração, 10% a cada ano, desde 1995, zerando em 1998. Embora tal fato seja verdadeiro, ele somente o é para fins de exploração das matas para a produção de carvão vegetal, na medida em que o Instituto Estadual de Florestas (IEF) continua permitindo o desmatamento para a expansão da fronteira agrícola nas áreas de cerrado, notadamente, nas regiões do Triângulo Mineiro e Noroeste. Essa situação acaba por estimular a exploração clandestina e criminosa do carvão, uma vez que aos guseiros (não somente de Sete Lagoas mas de outros municípios de Minas Gerais), não é permitido explorar a mata que foi derrubada e, além disso, não há incidência de impostos para tais atividades. Daí, o Quadro III apresentar muitos municípios mineiros como fornecedores de carvão vegetal de origem do cerrado mesmo que a lei proíba tal exploração.

Existem três formas de exploração de carvão de cerrado: a extração pura e simples, tal qual ocorre nos municípios de Palmas (TO) e muitos outros de Minas Gerais, Goiás e Bahia, a reposição florestal e o manejo sustentado. Como os estados de Goiás e da Bahia constituem regiões de expansão da fronteira agrícola do cerrado brasileiro e como eles não possuem leis florestais tão rígidas como as mineiras, a taxa de reposição florestal surgiu como solução, que visa compensar financeiramente os fazendeiros, os quais vêm ocupando seus territórios para fins de agropecuária, por meio da derrubada das matas.

O manejo sustentado é outra solução encontrada pelos guseiros e que consiste no reflorestamento de áreas degradadas de cerrado em Minas Gerais, Goiás e Bahia, por meio de empresas que associam várias siderúrgicas não-integradas mineiras, tais como, a já citada Minas Metais e a Asiflor (Associação das Siderúrgicas para Fomento Florestal). Na verdade essas empresas foram constituídas para enfrentar os problemas criados com a produção do ferro-gusa, desde a exploração de carvão vegetal até os negócios do comércio. Afinal, 65% dos custos de produção do gusa são, em média, relativos aos gastos com carvão vegetal. Assim, os investimentos tornam-se extremamente altos,

demandando pesados esforços na perseguição desses objetivos e na criação dessas empresas.

No que respeita ao reflorestamento, por meio do cultivo do eucalipto, não se trata de coincidência dele somente aparecer em municípios de Minas Gerais (Quadro III). É que, em razão da já aludida lei florestal estadual, já não é mais possível a exploração de matas nativas estaduais, não obstante, o paradoxo se apresente: também em Minas Gerais a exploração de matas nativas do cerrado é ainda uma presença marcante em vários municípios do norte e noroeste. (Quadro III)

A maior parte das florestas que os guseiros alegam possuir nessas regiões mineiras, na verdade, não lhe pertence, pois que eles detêm apenas o direito de exploração das terras, cuja cessão é realizada por meio de regime de comodato por períodos, em média, de 30 anos, prazo suficiente para suportar um ciclo de exploração: 3 cortes, que levam 21 anos acrescidos de 7 anos para o crescimento da floresta de eucalipto. A problemática é que o preço oferecido aos já empobrecidos proprietários rurais das regiões afetadas é muito aquém do que realmente vale a terra, a qual por sua vez, é devolvida, depois daqueles 30 anos, completamente estéril ao seu original proprietário.

Na verdade, os verdadeiros donos das grandes áreas de reflorestamento em Minas Gerais são as usinas integradas, Usiminas, Belgo Mineira, Acesita e Açominas. Elas controlam todo o processo relacionado ao carvão e, com isso, controlam também o guseiro não-integrado, amarrando-o indefinidamente, impondo preços e políticas florestais, atuando politicamente nas instituições financeiras, como o BDMG (Banco de Desenvolvimento de Minas Gerais), uma das fornecedoras de crédito para os guseiros independentes para as atividades de reflorestamento, além de outras instituições privadas. Um verdadeiro "cartel" do carvão se formou na indústria siderúrgica mineira, em função do maior peso que essas empresas do setor possuem, denominadas de "as grandes", na medida em que controlam econômica e politicamente todo o processo.

Em resumo, o que importa reter de todo o processo acima descrito é o enorme controle do território exercido pela indústria siderúrgica, integrada ou não, nas regiões fornecedoras de carvão vegetal, notadamente, naquelas de reflorestamento. De fato, o cartel do carvão é uma criação das grandes usinas integradas do leste mineiro, pois, sendo elas as verdadeiras donas das áreas de reflorestamento, o mercado do gusa acaba

sendo controlado por elas, por meio da imposição de preços e da estimulação do acirramento da concorrência, que se estabelece entre os guseiros não-integrados. Essa concorrência se dá de duas formas: controlando os preços praticados pelos "pequenos" guseiros, pois afinal, as "grandes" usinas constituem uma de suas principais clientes e estimulando o aumento da criminalização no comércio do carvão na medida em que, os denominados guseiros da "banda podre" do setor em Minas Gerais conseguem comprar carvão mais barato. (Quadro III e Mapa 17)

O setor industrial sete-lagoano complementa-se com a presença de inúmeros outros gêneros, os quais, por sua vez podem ser quase tão antigos como a própria cidade ou tão recentes que não têm, ainda, cinco anos de instalação. Não obstante, é importante salientar alguns desses gêneros, muito em virtude do que representam em termos de antigüidade na cidade e, também, no relativo destaque regional, que tais indústrias, reunidas no município, conferem à cidade.

No gênero alimentício destacam-se as indústrias de laticínios, unidades da Itambé e da Coopersete, já descritas na seção 2.1 e a unidade mais antiga desse gênero na cidade. Trata-se da Irmãos Lanza Ltda., dona da marca "Massas Imperatriz". Fundada em 1912, por imigrantes italianos, em pleno centro da cidade ao lado das indústrias de instalação também antiga (Cia. Cedro Cachoeira e Fábrica da Itambé), essa indústria é uma típica representante de empresa industrial familiar. Fabricando tradicionalmente desde o macarrão mais grosseiro, até o *tagliatelle*, massa nobre que atinge somente um mercado muito restrito em grandes supermercados, a Massas Imperatriz, na atualidade, tem em Sete Lagoas cerca de 30% de seu mercado consumidor. O restante, 70%, é encontrado num raio de 500 km, partindo de Sete Lagoas em direção norte, atingindo cidades como Diamantina, Curvelo, Joaquim Felício, Gouveia e Três Marias. Salienta um de seus proprietários (2000) que, em função da natureza de seus produtos, a imensa maioria da faixa de consumidores atingidos varia das classes C e D, de baixo poder aquisitivo. A conquista do mercado maior, representado por Belo Horizonte, não se concretizou, há alguns anos, em razão do receio da empresa de não suportar um aumento considerável na produção, muito embora, durante alguns meses, os produtos tivessem tido lugar nas prateleiras de uma rede de supermercados naquela cidade.

Um outro gênero industrial tradicional em Sete Lagoas é o das cerâmicas. Comportando um pequeno número de três ou quatro unidades fabris, a indústria cerâmica de Sete Lagoas já teve um importante papel na história do desenvolvimento da cidade, de Belo Horizonte e até de Brasília, uma vez que, dali saiu boa parte do material de construção que foi usado na construção dessas duas cidades e suas respectivas expansões. Trata-se de um setor tradicional e anacrônico que subsiste muito em função da existência, ainda, na região de Sete Lagoas, de importantes jazimentos de argila de baixo teor de silício, descobertas no início do século passado e, também, da permanência de Belo Horizonte como seu principal mercado consumidor. Com relação a esse aspecto, importa salientar que, esse tipo de indústria sofre em demasia com as flutuações do crescimento econômico como um todo, uma vez que, crescendo a economia, ele pode conhecer expansão mas, do contrário, a regressão pode ser tão significativa que tal crise pode levar ao fechamento de muitas unidades na cidade. Esses fatos são registrados com freqüência na história do setor na cidade, segundo depoimento de um dos proprietários entrevistado da "Cerâmica Setelagoana S.A."

Finalmente, completando o quadro industrial de Sete Lagoas importa salientar a presença na cidade de outros muito importantes gêneros, tais como uma unidade da Cia de Fiação e Tecidos Cedro e Cachoeira, fundada em 1948 e outras unidades de implantação muito mais recente, tais como uma unidade da BOMBRIL-CIRIO, produzindo lâ de aço, uma indústria óptica, SOTTILE e as unidades fabris de produção de veículos utilitários, IVECO, autopeças e acessórios para veículos, SADA Forjas, USIMETAL e ASK, dentre outras.

Em termos de suas características gerais, origem do capital, justificativas de implantação dessas unidades na cidade e impactos na construção da centralidade de Sete Lagoas, como tais gêneros possuem uma grande importância nesse processo, tanto no passado mais remoto, como no presente, optou-se por fazer sua respectiva análise no capítulo 5, uma vez que, será neste que se vai discutir e analisar o aludido processo.

Assim, tendo como referência maior a descrição das atividades econômicas elaborada nesse capítulo, o capítulo 2 a seguir, tem como objetivo apresentar a problemática suscitada pela realidade geográfica observada. Afinal, como entender a inserção da cidade de Sete Lagoas na rede urbana mineira, tendo como pano de fundo

essa realidade e como base teórica o conceito de lugar na ciência geográfica, enquanto singularidade, ou seja, investigar essa problemática e desvendar os processos que geraram a singularidade de Sete Lagoas são os objetivos dos próximos capítulos.

2 A PROBLEMÁTICA E A PESQUISA

*“Dize de que cidade, de que terra,
E quais são, dessa terra, os habitantes
E àquele reino háis de chegar asinha
Em milagroso barco que a si mesmo
Move, sem precisar de timoneiro,
E, como se de engenho humano fosse
Dotado, os litorais todos conhece”.*
*Odisséia, Livro VIII, in “O Livro de Ouro da
Mitologia” Thomas Bulfinch*

2.1 A PROBLEMÁTICA E A QUESTÃO CENTRAL

A partir da descrição realizada a respeito da importância de Sete Lagoas na região central de Minas Gerais, emergem questões sobre a rede urbana mineira, as cidades médias e, particularmente, sobre a inserção de tal cidade na referida rede urbana. Trata-se de um conjunto articulado de inquietações, cuja manifestação já tinha sido verificada, com efeito, desde há muito tempo.

A princípio, tais inquietações levaram ao estudo do fenômeno da metropolização em território mineiro, para o qual investigou-se a existência de outra região metropolitana em Minas Gerais, além da já existente, Região Metropolitana de Belo Horizonte, a primeira a ser instituída no Estado, em 1973. Constatou-se que, realmente, havia uma grande possibilidade do Aglomerado Urbano do Vale do Aço já poder ser considerado uma região metropolitana, tendo em vista suas características e a legislação vigente. (NOGUEIRA, 1993)

Conquanto o fenômeno da metropolização continue a ser objeto de investigação dos geógrafos, notadamente, mas também de outros cientistas sociais em seus mais diversos sub-campos, a realidade dinâmica da rede urbana mineira está a requerer novas investigações. Em sendo assim, a temática da metropolização foi substituída pela temática das cidades médias, especialmente no que diz respeito à sua inserção na rede urbana.

Como relata Matos (2000), o fenômeno da metropolização, enquanto processo de concentração demográfica e econômica, parece já ter alcançado um ponto máximo, localizável ainda na década de 1970, no que tange ao Brasil. Na verdade, trata-se de uma

tese que advoga a favor da ocorrência de um processo de desconcentração demográfica e econômica em curso no país, embora haja muita discordância sobre os riscos da generalização de tal processo. (Ver a respeito: AZZONI, 1986, HADDAD, 1989 e DINIZ, 1993) Além do mais, a temática das cidades médias e sua inserção na rede urbana tornou-se muito mais atraente, especialmente em função dos novos papéis assumidos por tais cidades no contexto urbano mineiro na atualidade.

Na década de 1970, houve uma preocupação significativa do governo federal em relação às cidades médias, a ponto de incluí-las, não todas, é verdade, mas um grupo selecionado, no II PND (Plano Nacional de Desenvolvimento), por intermédio da criação de um Programa para as Cidades de Porte Médio. (Consulte-se: AMORIM FILHO, 1976, AMORIM FILHO, 1984 e SOARES, 1999) Embora as diretrizes desse programa tivessem ficado reduzidas aos aspectos intra-urbanos e, além disso, a seleção tivesse alcançado um número pouco expressivo de cidades, importa salientar que a preocupação do governo central em revigorar as cidades médias demonstrou uma outra preocupação governamental, isto é, no âmbito de uma política territorial nacional, houve, afinal, algum direcionamento para as questões regionais. Em Minas Gerais, a preocupação com as cidades médias manifestou-se nos Planos de Desenvolvimento elaborados na administração estadual de 1975 a 1978. (AMORIM FILHO, 1976)

Terminada a fase dos planos de desenvolvimento, tanto ao nível federal como ao nível estadual, a cidade média perde a importância antes adquirida e é mantida relegada num plano secundário em termos de políticas territoriais e também acadêmicas. Mas, a realidade, hoje, é outra e a cidade média volta a despertar o interesse dos geógrafos, especialmente, mas também de outros cientistas sociais, além de outras áreas fora da academia.

Nesse momento é importante retomar algumas considerações acerca do privilegiamento que sempre foi dado às reflexões sobre as grandes cidades em detrimento, em parte, daquelas sobre as cidades médias e também às pequenas. Corrêa (1999) salienta que as razões para isso encontram-se no fato de que as cidades grandes realizaram um salto qualitativo que se traduz numa maior complexidade funcional, de dinâmica espacial, de estrutura social e de organização interna e que, por isso, a visibilidade de seus problemas específicos tornou-se maior. Também é necessário refletir

sobre as novas tendências do sistema urbano. Assim sendo, pode-se verificar que o aumento da importância das cidades médias e sua crescente participação na população urbana brasileira faz parte do mesmo processo que Santos (1993) denomina de desmetropolização, ou seja, enquanto as grandes cidades diminuem sua participação na população urbana, o contrário ocorre nas cidades médias. Entre 1950 e 1980 o índice de multiplicação de população urbana para as cidades milionárias foi de 3,11 (um acréscimo de mais de 2.000.000 de habitantes) e aquele para as cidades entre 200.000 e 500.000 habitantes foi de 5,61. (SANTOS, 1993, p.122 e 123)

Apresentando assim, dimensões cada vez maiores, as cidades médias estão, cada vez, mais tornando-se o lugar de concentração da técnica e do trabalho intelectual, atividades necessárias para o desenvolvimento da economia de sua região, de sua hinterlândia, notadamente no que diz respeito às atividades agrícolas. Por isso, de acordo com Santos (1993), é que as cidades médias serão (e, de fato, já o são) receptoras de grandes fluxos das classes médias, enquanto as metrópoles continuarão a receber os pobres e os despreparados, embora as mesmas, também, continuem atraindo a riqueza. A novidade é o aumento da qualidade de vida nas cidades médias, em geral.

Esse renascer do interesse pelo estudo da cidade média encontra sua justificativa, que é a própria justificativa geral do estudo em tela, na necessidade de rever a temática com um outro olhar, mais crítico, sem dúvida, sobre as cidades médias. Em outras palavras, a atualização é necessária porque em função das próprias transformações na organização do espaço não é mais possível encarar a temática das cidades médias como ela foi vista há pelo menos duas décadas, pois os problemas são outros, a realidade é outra e, conseqüentemente, a teoria que pode explicá-la deve ser outra.

O interesse por Sete Lagoas, enquanto uma cidade média, justifica-se pelas suas características singulares, na medida em que, mesmo distando apenas 70 km de Belo Horizonte, ela não foi atingida pelo processo de metropolização da capital mineira e, por isso mesmo, conserva uma autonomia relativa respeitável. Ao compará-la a outras cidades de Minas Gerais, como por exemplo, Juiz de Fora, Uberlândia, Governador Valadares, Ipatinga, ou Montes Claros, pode-se evidenciar que todas elas, inclusive Sete Lagoas, caracterizam-se por serem pólos regionais no comando de suas respectivas regiões em torno, estabelecendo uma vida de relações próprias, o que, entretanto, não as

homogeneiza, sendo necessário, assim, desvendar e questionar a singularidade de Sete Lagoas.

O que explica essa atração pelas cidades médias tem fundamento. Afinal, o crescimento desse tipo de cidades, tanto em termos demográficos como econômicos é algo que não deve ser negligenciado, ao contrário, deve ser investigado e o papel da Geografia nessa investigação tornou-se crucial. Como atesta Santos (1986, p. 1):

“Cada vez que as condições gerais de realização da vida sobre a terra se modificam, ou a interpretação de fatos particulares concernentes à existência do homem e das coisas conhece uma evolução importante, todas as disciplinas científicas ficam obrigadas a realinhar-se para poder exprimir, em termos de presente e não mais de passado, aquela parcela de realidade total que lhes cabe explicar”.

Soares (1999) destaca que o papel das denominadas cidades médias ou intermediárias na organização urbana está sofrendo profundas transformações tendo em vista o atual ambiente da globalização. Essas transformações dizem respeito ao incrível incremento populacional e econômico que tais cidades vêm sofrendo, refletindo quase que simultaneamente nos mais altos padrões de vida por elas apresentados.

Na tentativa de explicar a mudança no padrão concentrador demográfico e econômico característico da rede urbana brasileira como um todo, Matos (2000) baseia-se na evidência de um processo de desconcentração, referindo-se à alteração consistente da trajetória dos fluxos migratórios. Os tradicionais movimentos migratórios do tipo campo-cidade, os quais fizeram explodir as cidades centrais ou metrópoles brasileiras, estão cedendo lugar para um movimento mais difuso do tipo urbano-urbano, fato que denunciaria a presença de uma rede urbana mais densa e em ampliação:

“É evidente que boa parte dessas mudanças respondem à difusão de externalidades positivas na periferia e novos fluxos migratórios podem se orientar espacialmente, reagindo a fatores de atração presentes em cidades secundárias, particularmente onde os custos de moradia e as oportunidades de emprego se mostrem favoráveis. Tais movimentos podem, inclusive, estar exprimindo uma tendência de expansão do mercado interno”. (MATOS, 2000, p. 10)

Com o objetivo de tentar sumariar o quadro vislumbrado, é possível argumentar a favor da existência de duas realidades, aparentemente díspares, mas que se conjugam. De um lado têm-se as grandes metrópoles brasileiras, as quais vêm apresentando um quadro de crescimento de precariedades que se traduzem nos *déficits* de emprego, de moradias, de serviços de saúde, de educação e de transporte público, principalmente, além do aumento dos índices de violência em todos os sentidos e, finalmente, a problemática questão da poluição em todas as suas formas. O ambiente torna-se, portanto e de forma geral, aquele da exclusão e mesmo expulsão de trabalhadores e de uma expressiva diminuição da qualidade de vida nessas grandes cidades.

Por outro lado têm-se as cidades médias, cujas taxas de crescimento demográfico e econômico são das mais expressivas do sistema urbano brasileiro. (SOARES, 1999 e MATOS, 2000) A vitalidade econômica é atestada por sua grande capacidade de gerar empregos, absorvendo significativa parcela da força de trabalho, fato aliás, que remete à atração que tais cidades têm sobre os migrantes. A diversificação e a concentração de atividades terciárias (comércio e serviços) indicam a senda da especialização econômica e funcional, o que não impede que tais cidades não possam, também, ter um setor industrial com forte presença na economia local. De acordo com Santos e Silveira (2001, p. 203), “[...] as cidades de porte médio passam a acolher maiores contingentes de classes médias e um número crescente de letrados, indispensáveis a uma produção material, industrial e agrícola, que se intelectualiza”.

Caracterizam-se tais cidades, no geral, pela excelência dos padrões de qualidade de vida e pela presença de redes de informação, de transporte e de comunicação as mais modernas, garantindo-lhes uma integração e uma interação sincrônica e simultânea com as grandes cidades do país e do mundo. Finalmente, importa salientar, o papel desempenhado pelas cidades médias nas cidades de sua hinterlândia ou área de influência, ou seja, são elas as responsáveis pela difusão do desenvolvimento e de inovações, fato aliás indicativo do grau de importância da cidade média em sua área de atuação imediata.

É pois, mister reconhecer, tal qual fez Davidovich (1992), que a rede urbana brasileira vem sofrendo profundas transformações há duas décadas, pelo menos. Questionando acerca da existência de um único sistema urbano no Brasil, a referida

autora salienta a ação de diferentes processos políticos, sociais e econômicos, os quais afetaram diversamente a organização espacial brasileira, refletindo no surgimento e desenvolvimento de vários contextos urbanos. Assim, já é possível falar em um Brasil urbano não metropolitano (Davidovich, 1992), grupo no qual, certamente, estão incluídas as cidades médias.

Considerando o exposto acima é que optou-se pelo estudo de uma cidade média, Sete Lagoas, tendo, pelo menos, dois objetivos em vista, sendo estes complementares. Em primeiro lugar a necessidade de elaborar estudos sobre cidades não metropolitanas, em função das lacunas deixadas pelos estudiosos da temática urbana. Em segundo lugar, a constatação de que, com as mudanças na rede urbana brasileira, há uma grande necessidade desses novos estudos, tendo em vista a importância e o papel desempenhado pelas cidades médias na rede urbana.

Segundo Corrêa (1997), no final do século XX e, pode-se acrescentar também no início do presente século, a organização espacial do capitalismo promove o surgimento no mundo de uma grande variedade de redes urbanas. Cada centro urbano pode inserir-se, embora com intensidades variáveis, mas simultaneamente, em diversas redes urbanas e, em cada uma delas exerce um papel distinto, em função do tipo de rede na qual está inserido.

Assim, com relação a Sete Lagoas, deve-se levar em conta que, não mais somente a posição hierárquica da cidade na rede é suficiente para a inteligibilidade da realidade, mas também a consideração de sua posição singular tornou-se significativa. Em outras palavras, em virtude do enorme desenvolvimento do capitalismo, houve uma ampliação da divisão territorial do trabalho, a qual, por sua vez, traduz-se numa crescente complexidade funcional dos centros urbanos. Daí, o centro urbano estar, ao mesmo tempo, pelo menos, em duas redes urbanas: ele tem uma posição hierárquica na rede de localidades centrais e uma outra posição, que pode variar de acordo com a sua especialização funcional, “[...]desempenhando um papel singular e/ou complementar a outros centros”. (Corrêa, 1997. p. 100) Sete Lagoas é um centro sub-regional que se subordina à metrópole regional, Belo Horizonte e é, concomitantemente, um centro industrial, o maior centro guêreiro não integrado do país (Minas Gerais, 1995), voltado para os mercados interno e externo.

Essa posição singular de Sete Lagoas pode ser bastante irregular, uma vez que, o papel desempenhado pela cidade pode variar no tempo alterando-se a complementaridade verificada. O desenvolvimento de Sete Lagoas, pelo menos inicialmente, deve-se à sua função de "boca-de-sertão" no passado mais distante. Localizada na zona de contato de duas regiões distintas, tanto do ponto de vista fisiográfico como também socioeconômico, ao núcleo urbano original foi sendo conferida a função de ponto de troca entre tais regiões, o que pôde indicar a sua posição de destaque na rede urbana de Minas Gerais. Na atualidade, essa posição foi radicalmente alterada e é esse processo que vai ser investigado nos próximos capítulos da presente tese.

Por outro lado, mas também tão importante quanto os fatores acima arrolados, tem-se aquele fator que torna o estudo da cidade de Sete Lagoas mais instigante e significativo. Trata-se da singular posição de Sete Lagoas na rede urbana de Minas Gerais tendo em vista a sua localização em relação à metrópole mineira. Em outras palavras, mesmo estando tão próxima de Belo Horizonte e considerando todo o histórico do desenvolvimento urbano de Minas Gerais, um reflexo do próprio desenvolvimento do país, uma cidade do porte de Sete Lagoas, ou seja, uma cidade média conseguiu florescer, desenvolver-se conservando-se como tal na atualidade e com uma respeitável autonomia. O novo, o instigante, está justamente nesse fato, isto é, a presença inquestionável de uma cidade média tão próxima da terceira metrópole brasileira. De fato, Sete Lagoas é a única cidade média, que pode ser comparável a outras de mesma dimensão no Estado de Minas Gerais, presente num raio de 100 KM a partir de Belo Horizonte, que conseguiu desenvolver uma certa autonomia, não tendo sido absorvida pelo processo de metropolização.

O aumento da importância das cidades médias no crescimento urbano brasileiro indica, como salienta Matos (2000), uma rede urbana em expansão e, como relatam Andrade e Serra (1998), o desempenho de tais cidades no crescimento populacional urbano do país constituiu um processo sustentado desde a década de 1970. De fato, das 78 cidades consideradas no estudo de Andrade e Serra, muitas delas apresentaram, nessas três últimas décadas, um vigoroso e continuado incremento populacional. Importa salientar que, longe de pretender-se aqui avaliar ou discutir essa questão do crescimento demográfico das cidades médias brasileiras, mesmo porque esse não é o objetivo do

estudo em tela, torna-se importante destacar que esse é um dos aspectos que deve ser apontado quando da análise da cidade de Sete Lagoas, na medida em que está-se falando de uma cidade média. Assim, é que tal cidade, figura entre aquelas no país, que apresentaram as mais altas taxas de crescimento demográfico urbano.

Na relação do estudo citado, para Minas Gerais são consideradas 10 cidades médias, as quais apresentaram as maiores taxas de crescimento anual no período de 1970/1991. Sete Lagoas, com uma taxa de 4,03% a. a., tem posição de destaque no conjunto mineiro, sendo superada apenas por Uberlândia (5,72% a. a), Timóteo/Ipatinga/Coronel Fabriciano (5,11% a. a) e Montes Claros (4,80% a. a), suplantando cidades como Divinópolis, Poços de Caldas, Uberaba, Juiz de fora, Governador Valadares, Teófilo Otoni e Barbacena, todas com taxas inferiores a 3,5% a. a. Nesse período, a taxa para o Brasil foi de 3,6% a. a. (ANDRADE e SERRA , 1998)

Essa mesma tendência de crescimento sustentado, agora no período de 1991/1996 e com taxas bem superiores à média nacional, (1,4% a. a), foi assinalada por Matos (2000) também para Sete Lagoas, a qual aparece ao lado de outras 20 cidades brasileiras de forma destacada. Juntamente com Sete Lagoas, com taxa de crescimento de 3,05% a. a, somente uma outra cidade mineira consegue se destacar nesse conjunto, ou seja, Uberlândia, com taxa de crescimento de 3,64% a. a.

Ora, se tais constatações expressam uma realidade, torna-se justificável o estudo da cidade de Sete Lagoas, tendo em vista a temática da inserção das cidades na rede urbana. Considerando pois, essa realidade, a necessidade da retomada da elaboração de estudos sobre tal temática e, finalmente, a particular realidade empírica da rede urbana de Minas Gerais, é que se propõe a questão central deste estudo, ou seja, **qual é a inserção da cidade de Sete Lagoas na rede urbana de Minas Gerais?**

A pretensão é tornar inteligível o processo que envolve a construção geográfica, um processo socioespacial, da cidade de Sete Lagoas, possibilitando a visibilidade de sua inserção na rede urbana mineira. Dessa forma, acredita-se, estar-se-á contribuindo para o correto entendimento da atualidade da rede urbana de Minas Gerais, uma vez que, pelo menos, minimamente, algumas lacunas poderão ser preenchidas dentro da temática maior dos estudos sobre as cidades encaradas como um lugar na rede urbana.

Tornar inteligível o processo que envolve as dimensões demográficas, econômicas e socioespaciais no sentido do entendimento da inserção de Sete Lagoas na rede urbana mineira é o objetivo maior da presente tese. A reflexão em torno dessa questão central e seus desdobramentos permitem que sejam formulados alguns questionamentos, os quais nortearão a investigação que se pretende. Essa é a função da próxima seção.

2.2 OS QUESTIONAMENTOS

Uma vez identificada a problemática, torna-se necessário que sejam formulados os questionamentos que nortearam a investigação proposta. Tendo a complementaridade como sua característica principal, os questionamentos, de fato, constituem aqueles direcionamentos, os quais deve-se seguir na tentativa de responder à questão central formulada, ou seja, qual é a inserção de Sete Lagoas na rede urbana de Minas Gerais? Os desdobramentos acerca da questão central resultaram, pois, nos seguintes questionamentos:

1. Quais são as origens e a dinâmica da cidade de Sete Lagoas?
2. Quais são as atividades e os fluxos econômicos de e para Sete Lagoas, os quais definem sua inserção na rede urbana mineira?
3. Que agentes sociais e que processos socioespaciais são os responsáveis pela inserção de Sete Lagoas na rede urbana mineira?

Os questionamentos propostos sistematizaram as fases da investigação, determinando a relação entre o marco teórico e a disponibilidade de informações acerca de Sete Lagoas, informações estas capitais, sem as quais o objetivo proposto não se concretizaria. Dessa maneira, a seguir, têm-se as considerações que fundamentam o elenco de questionamentos que conduziram a análise.

Fazer um levantamento do contexto socioeconômico e político de Minas Gerais à época do surgimento da cidade de Sete Lagoas até a atualidade, situando-a nesse contexto como centro de sua região é o objetivo do primeiro questionamento. Ao desvendar a evolução econômica e a organização socioespacial mineira e seus reflexos na evolução de Sete Lagoas estar-se-á respondendo a uma parte da questão central, tendo em vista a necessidade do entendimento de um processo que é também histórico.

Recorrendo a Corrêa (1997), é preciso lembrar que, sendo um ponto, um nó, um lugar na rede urbana mineira, Sete Lagoas representa, na verdade, uma síntese de sua própria inserção multiescalar, ou seja, qual é seu papel, seu significado frente, particularmente a Minas Gerais e à região na qual se insere. As respostas a tais perguntas indicará qual é, e complementarmente, qual foi o papel, a função e a dinâmica de Sete Lagoas na rede urbana mineira.

Afinal, a cidade de Sete Lagoas constitui o resultado da atuação que ela desempenha tanto na sua própria região, como também em outras escalas. Uma vez compreendidas tais inserções será possível compreender, então, a singularidade de Sete Lagoas.

De acordo com Santos (1996), o tempo histórico, banalizado como sucessão simples foi, quase sempre, considerado como uma base para o estudo geográfico. Reportar-se ao passado como subsídio para a construção do presente assumiu nos estudos geográficos a feição de um simples estudo cronológico, uma simples narrativa, que pouco acrescenta à explicação da realidade geográfica. É, certamente por isso, que Santos (1996, p. 126) adverte que “[...] o entendimento dos lugares, em sua situação atual e em sua evolução, depende da consideração do eixo das sucessões” e do eixo das coexistências”, querendo dizer com tal afirmativa, que a consideração do tempo como sucessão cronológica de nada vale para a Geografia se não for, também, considerada a simultaneidade das diversas temporalidades atuando sobre um pedaço qualquer da superfície terrestre.

Para justificar essas considerações o autor referido constata que, de fato, não se encontra em nenhum espaço um uso do tempo que seja igual, considerando todos os agentes sociais da produção do espaço geográfico. O eixo das sucessões fornece o acontecer social em períodos diferentes num mesmo lugar, possibilitando que se possa remeter ao passado e dizer sobre o presente. O eixo das coexistências fornece a concomitância, a simultaneidade com a qual se caracterizam as ações e os agentes do acontecer social, na medida em que, em cada lugar, o uso do tempo social por tais agentes e suas ações é diferente. (SANTOS, 1996)

* Uma segunda parte da questão central deve ser respondida quando ficar esclarecida a situação atual de Sete Lagoas no que se relaciona às suas atividades

econômicas. De fato, por meio da identificação das atividades econômicas, da natureza das bases econômicas sete-lagoanas e, também, dos fluxos econômicos que chegam e que partem da cidade, torna-se possível a determinação da área e do tipo de influência, além do grau de intensidade da atuação da mesma em sua hinterlândia.

Por outro lado, essa identificação é coadjuvante e complementar na determinação das relações estabelecidas, sua amplitude e grau de intensidade, entre Sete Lagoas e outros centros urbanos de hierarquia superior, tais como Belo Horizonte, a metrópole regional, notadamente, mas, também São Paulo, Rio de Janeiro, as metrópoles nacionais e o resto do mundo.

A consideração do espaço geográfico enquanto um conjunto de fixos e fluxos foi, pode-se dizer, o primeiro exercício de uma *démarche* percorrida por Milton Santos desde a publicação de seu livro "Por uma Geografia Nova", em 1978, conceituação esta que perdurou até, pelo menos, o final da década de 1980. (Santos, 1986) Uma outra maneira de se encarar o espaço geográfico aparece em Santos (1988) que considera-o como uma configuração territorial, cuja materialidade só tem existência real quando se consideram as suas referidas relações sociais. Em Santos (1996), uma nova hipótese de trabalho surge e consiste em considerar o espaço geográfico como um conjunto indissociável de sistemas de objetos e sistemas de ação. Santos (1996) afirma que cabe à Geografia, enquanto uma disciplina, estudar tal conjunto, pois é daí que surge a sua própria definição.

Embora a definição de espaço geográfico não se limite apenas e somente a um conjunto de fixos e fluxos interagindo em cada lugar, pois "[...] os fixos (hoje) são cada vez mais artificiais e mais fixados ao solo (e) os fluxos são cada vez mais diversos, mais amplos, mais numerosos (e) mais rápidos" (Santos, 1996, P. 50), é importante lembrar que justamente por isso é que a consideração desses fixos e fluxos ainda pode explicar uma série de contextos com os quais a Geografia lida cotidianamente.

Assim, apesar da aceitação da definição acima proposta por Santos (1996), é possível argumentar a favor da aplicação dos conceitos de fixos e fluxos para o estudo ora em tela, pois desse modo pode-se ter uma contextualização de seu comportamento com relação a Sete Lagoas, isto é, a sua consideração entra como importante ferramenta para a definição e a determinação da área de influência de Sete Lagoas e também com quais centros urbanos de hierarquia superior a cidade mantém relações. Complementarmente,

estudando os fluxos de e para Sete Lagoas é possível determinar a qualidade dessas relações, importante aporte para a definição de sua inserção na rede urbana de Minas Gerais. Em suma, se os fluxos constituem uma categoria que tem apenas a dimensão da materialidade, isto não quer dizer que a sua análise deva ser desconsiderada, pois as relações sociais que dão a vida, que imprimem a sua existência real deverão, certamente, aparecer ao longo da análise quando forem agregadas as outras dimensões da análise tais como o papel representado pelos agentes sociais nas atividades e relações da cidade de Sete Lagoas.

Com o terceiro e último questionamento, que diz respeito à identificação e análise dos diversos agentes sociais sete-lagoanos e de suas estratégias e práticas, pretende-se fechar a análise requerida.

Independentemente de sua natureza, sejam elas geográficas, sociopolíticas e econômicas, as estratégias e práticas dos agentes sociais podem e devem ser identificadas, pois possibilitam a determinação dos processos mais gerais, os quais, por sua vez, permitem a inserção da cidade na rede urbana mineira, além de também proporcionar um quadro das relações socioespaciais com a sua hinterlândia.

É nessa altura da análise que boa parte dos fluxos imateriais aparece, tornando-se fundamental. Desse modo, se “[...] o espaço é formado por um conjunto indissociável, solidário e também contraditório, de sistemas de objetos e sistemas de ações, não considerados isoladamente, mas como o quadro único no qual a história se dá” (Santos, 1996, p. 51), é possível argumentar que a efetivação dos três questionamentos propostos, certamente, pode pôr a um bom termo os objetivos e a questão central proposta, tendo em vista a análise de todas as dimensões necessárias, isto é, a história, o sistema de objetos e o sistema de ações, para o estudo de Sete Lagoas.

Santos (1999) ensina que o lugar é corpóreo e é relacional, pois, uma das características definidoras do lugar é a presença conjunta de duas esferas- a tecnoesfera e a psicoesfera. Funcionando unitariamente, elas definem a própria existência real do lugar. Não tendo valor perante a ausência do mundo das ações (a psicoesfera), o mundo dos objetos (a tecnoesfera) inexistente.

Daí a necessidade do resgate das estratégias e práticas impostas pelos diversos agentes sociais no processo de produção do espaço, importando salientar que, nesse

questionamento, é que se pretende ressaltar, especialmente, a atuação das elites locais ao longo do processo de construção do espaço regional sete-lagoano, embora a ação de outros agentes sociais seja objeto de análise, notadamente porque tem íntima relação com as elites locais. A compreensão das atividades dessas elites, em sua necessidade para manter-se como tal, manter seu *status quo*, por meio de pactos, sinergias, articulações e parcerias, é uma importante ferramenta para o entendimento da construção e da gestão do espaço geográfico.

Assim esclarecidas as linhas que conduziram as reflexões acerca da problemática, a próxima seção tem como objetivo a descrição das opções técnicas utilizadas nos levantamentos de dados necessários para a efetivação dos objetivos propostos.

2.3 OS PROCEDIMENTOS OPERACIONAIS

Tendo como objetivo o fornecimento dos insumos necessários para responder aos questionamentos elaborados, uma série de estratégias foi traçada, por meio da qual, os trabalhos de investigação puderam ser realizados.

Como já frisado, o contato com a temática das cidades médias é fato recente e, por isso, a primeira estratégia seguida consistiu no levantamento bibliográfico sobre o objeto de estudo, ou seja, Sete Lagoas e também sobre a problemática das cidades e sua inserção na rede urbana. Com relação a Sete Lagoas, a princípio, é forçoso reconhecer, o levantamento foi bastante frustrante, visto que, com exceção de um ou dois livros que "contam" a história da cidade, nada mais foi encontrado. Por outro lado, sobre a temática das cidades a bibliografia é muito rica, tendo em vista a tradição da Geografia brasileira na produção de estudos dessa natureza.

A origem e o tipo de fontes são aspectos muito importantes no processo da operacionalização. Guardando a devida relação com a disponibilidade de informações e o questionamento ao qual se refere, as fontes, às quais se recorreu, apresentam-se distintas.

Para o primeiro questionamento, os procedimentos adotados dizem respeito, fundamentalmente, a uma revisão bibliográfica da história econômica de Minas Gerais e sua inserção na economia brasileira, desde meados do século XIX até a atualidade.

Tornou-se necessário também, uma análise dos dados históricos e dos aspectos descritivos da região de Sete Lagoas, considerando a sua especial posição geográfica, isto é, de contato entre a zona mínero-metalúrgica do Quadrilátero Ferrífero e a região dos cerrados do noroeste mineiro. Finalmente, foi elaborada uma análise dos dados quantitativos referentes ao comportamento demográfico, à produção da agropecuária, da indústria, do comércio e dos serviços de Sete Lagoas.

A estratégia seguida tem a ver, evidentemente, com a disponibilidade das fontes. Sobre Minas Gerais a bibliografia disponível é bastante extensa e rica. A visita às bibliotecas da Fundação João Pinheiro, da Universidade Federal de Minas Gerais, Biblioteca Central e, especialmente, às suas bibliotecas setoriais do CEDEPLAR, da Faculdade de Ciências Econômicas e suas seções "Mineirianas" e do Instituto de Geociências, além do Instituto Histórico e Geográfico de Minas Gerais e do Banco de Desenvolvimento de Minas Gerais, foi de extrema importância, pois, nelas foi encontrado todo um acervo muito rico e de enorme valia para a revisão empreendida.

Com relação a Sete Lagoas, à medida que o trabalho de investigação foi avançando, verificou-se que as fontes puderam ser encontradas, muitas vezes, junto àquelas informações relativas a Minas Gerais e, também, evidentemente, nas publicações específicas, tais como, os censos demográficos da FIBGE, anuários estatísticos da SEPLAN/MG, publicações especiais da Federação da Agricultura do Estado de Minas Gerais, do Banco de Desenvolvimento de Minas Gerais, da Fundação João Pinheiro e da Secretaria de Estado da Fazenda de Minas Gerais.

Um outro aspecto interessante, relativo às fontes, tem a ver com a quantidade de dados e informações que puderam ser resgatadas e obtidas através dos modernos meios eletrônicos disponíveis, isto é, a Internet.

Por outro lado, ainda com relação a Sete Lagoas, se a princípio chegou-se a uma sensação de frustração em virtude da quase total ausência de bibliografia a seu respeito, o trabalho de campo, entre outras coisas, proporcionou o contato direto com o objeto de estudo e com as pessoas, os agentes que lhe dão vida. A partir de então, pode-se conhecer e resgatar não só dados e informações como, e especialmente, narrativas preciosas e alguma bibliografia a qual não se tinha notícia em função da sua restrita divulgação, em âmbito puramente local. Os livros e periódicos "locais", assim como

aquelas informações obtidas na Prefeitura Municipal, especialmente junto às suas secretarias de planejamento e de comércio e indústria, e à Agência de Desenvolvimento de Sete Lagoas (ADSL) e, finalmente, junto à Associação Comercial e Industrial de Sete Lagoas, tornaram-se fontes inesgotáveis e obrigatórias de consulta durante todo o período de reflexão e redação deste estudo.

Em virtude de sua estreita vinculação para o segundo e o terceiro questionamentos, além da bibliografia atualizada disponível, tanto em nível de literatura e narrativas, como também em nível de dados brutos, cuja disponibilidade já foi indicada, utilizou-se do recurso das entrevistas dirigidas, realizadas em Sete Lagoas, em Belo Horizonte e em Betim, em trabalho de campo, durante os meses de março a outubro do ano de 2000.

A opção pela entrevista dirigida tem a ver com a necessidade de aprofundamento dos dados levantados de forma indireta através das fontes secundárias e, certamente, à necessidade de confrontar esses dados brutos com aqueles fornecidos pelos próprios agentes sociais de Sete Lagoas.

Quando dos levantamentos preliminares, percebeu-se grande ignorância não apenas a respeito dos fatos desconhecidos ou mal registrados, como também e, notadamente, dos processos socioespaciais característicos da região sete-lagoana. Os depoimentos orais tornaram-se fonte de inestimável riqueza de detalhes que os dados brutos são incapazes de traduzir. Adicionalmente, tais depoimentos, em muitos casos, se desdobravam em preciosas indicações de outros informantes, alimentando um quebra-cabeça que começava a se equacionar, desvendando os singulares processos geográficos relativos à cidade sob investigação.

Na verdade, trata-se de um processo de construção intelectual do objeto de estudo e de amadurecimento do próprio sujeito do conhecimento. A ignorância típica do início do processo foi sendo substituída pelo aprofundamento da reflexão, à medida que o trabalho de campo se estendia no tempo, reflexão esta que conduziu à consideração de variáveis, antes impensadas. Esse é, certamente, o aspecto mais importante a ser avaliado aqui, pois toda a complexidade e riqueza da realidade empírica funcionaram como uma espécie de estimulador para que outras variáveis entrassem na construção do objeto e, por isso, introduziu algumas modificações no marco teórico construído.

Tendo em vista as características do desenvolvimento e crescimento socioeconômico de Sete Lagoas, foram elaborados os roteiros de entrevistas respectivos, os quais são apresentados em anexos, e que se reportam a um conjunto selecionado de empresas e instituições abaixo relacionado:

◆ Presidentes, proprietários ou não, ou executivos de hierarquia superior, representantes dos proprietários dos meios de produção, sendo peculiares à Sete Lagoas, os seguintes gêneros industriais (Anexo 1):

→Siderurgia:

- Calsete Siderurgia Ltda.
- Sicafe Produtos Siderúrgicos Ltda.
- Santa Marta Siderurgia Ltda. (SAMA).
- Siderúrgica Paulino Ltda. (SIDERPA).
- Companhia Setelagoana de Siderurgia (COSSISA).
- Interlagos Siderurgia Ltda.
- Siderúrgica Noroeste Ltda.

→Alimentício e Agroindústria:

- Irmãos Lanza Ltda. Massas Imperatriz.

→Têxtil:

- Cia. de Fiação e Tecidos Cedro e Cachoeira (Fáb. Geraldo Magalhães Mascarenhas).

→Minerais Não-metálicos:

- Cerâmica Setelagoana S.A.

→Óptica:

- Sottile Indústria Ótica Ltda.

→Higiene e Limpeza:

- Bombril-Círio Ltda.

→Autopeças e Veículos:

- Autosonik do Brasil Ltda. (ASK).
- Usimetal Industrial Ltda.
- * ● Sada Forjas Ltda.
- Industrial Vehicules Corporation (IVECO).

◆ Empresas de transporte de Carga (Anexo 2):

- Empreendimentos Rodeiro Ltda.
- EFACIS Comércio e Transportes Ltda.

◆ Distribuidor Especializado (Anexo 3):

- Antonauto Veículos e Peças Ltda.
- Motorsete Ltda. Veículos e Peças.
- Tecidos Aníbal Lanza Ltda.
- OPTE Livros Ltda.

◆ Prestação de Serviços:

→Hotéis (Anexo 4):

- Turismo Santa Helena Ltda. (Lago Palace Hotel).
- Empresa Melhoramentos de Sete Lagoas Ltda. (Hotel Vitória).

→Revista (Anexo4):

- Fatorial Editora Gráfica Ltda.

→Estabelecimentos de Ensino (Anexo 5):

- Cooperativa de Ensino Integral de Sete Lagoas (maternal ao ensino médio).
- Colégio Promove (maternal ao ensino médio).
- Escola Técnica de Sete Lagoas (ensino médio e pós-médio).
- Fundação Educacional Monsenhor Messias (ensino superior).

→Hospital (Anexo 6):

- Irmandade de Nossa Senhora das Graças.

→Estabelecimentos de Crédito (Anexo 7):

- Banco Bilbao Vizcaya Brasil S.A.
- HSBC Bank Brasil S. A.
- Banco do Brasil
- Caixa Econômica Federal
- Banco Itaú S. A.
- Banco Real S. A
- Unibanco S. A.

◆ Associação Comercial e Industrial de Sete Lagoas. (Anexo 8).

◆ Centro Nacional de Pesquisa de Milho e Sorgo (CNPMS) – EMBRAPA . (Anexo 9)

◆ Centro Tecnológico do Centro-Oeste - Fazenda Experimental de Santa Rita – EPAMIG. (Anexo 9)

◆ Cooperativa Regional de Produtores Rurais de Sete Lagoas Ltda. (Anexo 10)

◆ Cooperativa Central dos Produtores Rurais de Minas Gerais Ltda. (Anexo 11)

◆ Outras instituições e agentes sociais (empresários, políticos, funcionários públicos na ativa e inativos, etc.) que foram entrevistados, na forma de depoimentos livres, em virtude do papel que representaram ou ainda representam no complexo processo de inserção de Sete Lagoas na rede urbana:

→ Câmara de Dirigentes Lojistas (CDL/SL).

→ Serviço Autônomo de Água e Esgoto (SAAE).

→ Representantes da elite política:

- ex-prefeitos municipais: Dr. Afrânio de Avelar Marques Ferreira e Sr. Múcio José Reis Júnior.

- ex-prefeito municipal e ex-deputado estadual: Sr. Sérgio Emílio Brant de Vasconcelos Costa.

- ex-governador de Minas Gerais: Dr. Eduardo Azeredo.

→ Empresário rural e da mineração: Sr. Ricardo Maurício Dutra França.

→ Secretário executivo da Comissão Municipal de Emprego: Sr. Ubiracy Rabelo Ávila.

→ Funcionário aposentado da extinta RFFSA: Sr. Francisco Timóteo Pereira.

→ Presidente do Sindicato dos Produtores Rurais de Sete Lagoas: Sr. Ricardo Antônio Duarte Tavares.

É importante frisar que essa seleção obedeceu aos critérios atinentes às características próprias da realidade econômica e sociopolítica de Sete Lagoas, mas também, à necessidade do aprofundamento das informações obtidas no sentido de estabelecer e compreender as ligações e as relações que começaram a emergir no complexo processo de inserção de Sete Lagoas na rede urbana mineira, à medida que o trabalho de campo foi sendo realizado. Assim, muitos informantes, antes desconhecidos, passaram a constituir peças fundamentais para a inteligibilidade do processo. Por outro lado, e aqui enfrenta-se um problema relativamente comum quando se trata de Geografia humana, pois envolve questões de relacionamentos interpessoais, algumas instituições e

empresas não foram entrevistadas, tendo em vista que, os contatos reiterados com seus representantes foram impossibilitados unilateralmente e, portanto, não se efetivaram.

De posse das informações obtidas nas entrevistas dirigidas e nos depoimentos livres foi possível subsidiar as respostas ao segundo e ao terceiro questionamentos. Aliadas às consultas bibliográficas e análises elaboradas dos dados quantitativos atinentes ao primeiro questionamento, foram produzidos a parte textual de análise e sua complementação gráfica, mapas, tabelas e quadros, formando um conjunto que se pretende coeso para, finalmente responder à questão central proposta. O marco teórico, requisito basilar para a obtenção da inteligibilidade do estudo em tela, é o objeto de discussão do próximo capítulo.

3 A CIDADE VISTA COMO UM LUGAR NA REDE DE CIDADES

“Antes de serem criados o mar, a terra e o céu, todas as coisas apresentavam um aspecto a que se dava o nome de Caos – uma informe e confusa massa, mero peso morto, no qual, contudo, jaziam latentes as sementes das coisas. A terra, o mar e o ar estavam todos misturados; assim, a terra não era sólida, o mar não era líquido e o ar não era transparente. Deus e a Natureza intervieram finalmente e puseram fim a essa discórdia, separando a terra do mar e o céu de ambos. Sendo a parte ígnea a mais leve, espalhou-se e formou o firmamento; o ar colocou-se em seguida, no que diz respeito ao peso e ao lugar. A terra, sendo a mais pesada, ficou para baixo, e a água ocupou o ponto inferior, fazendo-a flutuar”.

*Prometeu e Pandora in “O livro de Ouro da Mitologia”.
Thomas Bulfinch*

Uma das mais profícuas tradições da Geografia Urbana brasileira constitui a produção de extensos estudos sobre as cidades e suas respectivas hinterlândias. A utilidade e a importância desses estudos no que diz respeito ao que eles proporcionaram de conhecimento da realidade urbana do país é fato destacado por muitos autores que já se debruçaram sobre tal temática. (consulte-se: ABREU, 1994, CORRÊA, 1967, CORRÊA, 1978, CORRÊA, 1994, MAMIGONIAN, 1978, MÜLLER, 1965 e SOARES, 1994) Trata-se de uma tradição antiga na Geografia brasileira, cujos primórdios remontam aos anos de 1940, tendo o auge de sua produção as décadas posteriores, notadamente, embora com alguns lapsos, entre os anos de 1950 e 1970.

Os geógrafos urbanos desse período brindaram a Geografia brasileira com belos e importantes estudos sobre diversas cidades brasileiras, numa época na qual, tais estudos constituíram, por si só, valiosos subsídios para a Geografia. A grande precariedade de conhecimento da realidade urbana do país, conjugada a uma conjuntura nacional de intensas transformações socioespaciais, como consequência da implantação de um novo modelo de desenvolvimento baseado na industrialização - urbanização, sinalizava aquela necessidade.

Não obstante as críticas que na atualidade pode-se tecer a respeito da produção em tela, é importante salientar a herança deixada por aqueles geógrafos. Em outras palavras, é mister destacar a contribuição daqueles estudos no que diz respeito à elaboração e discussão de termos, conceitos, orientações e concepções que permanecem caros à Geografia Urbana, não só brasileira, como também universal.

Como parte de um todo sistemático e em evolução, a Geografia Urbana brasileira também evoluiu. A discussão e a aplicação dos conceitos clássicos, como sítio e posição, funções e hierarquia urbana, aliada às novas teorias na explicação do real, na produção de estudos sobre cidades, na atualidade, proporcionaram um aprofundamento que supera dramaticamente aquela produção tradicional, embora, saliente-se, permaneça na base, a herança clássica.

Considerando que o objetivo desse capítulo é apresentar e discutir as bases teóricas norteadoras da tese em tela, cuja problemática enquadra-se na temática da inserção de uma cidade na rede urbana, torna-se importante que haja uma discussão mais apurada sobre o que representa a produção geográfica brasileira acerca dos estudos sobre cidades e sua hinterlândia desde o seu início até hoje. Na verdade, o que se está procurando é agregar todo conhecimento sistemático acumulado nessa longa história às mais modernas acepções, noções e conceitos desenvolvidos mais recentemente, com o intuito, finalmente, de produzir um estudo sobre a atual inserção da cidade de Sete Lagoas na rede urbana de Minas Gerais.

Assim sendo, numa espécie de continuação de uma tradição valiosa, tentar-se-á realizar um estudo que contenha agregadas todas as qualidades intrínsecas observadas nos estudos antigos com as inovadoras e recentes acepções que dizem respeito à temática. Longe da visão, por vezes meio romantizada e bastante acrítica impressa no estudo geográfico da cidade, mas na tentativa de retomar alguns de seus pontos mais proveitosos, no sentido de explicar a realidade geográfica atual da inserção de Sete Lagoas na rede urbana de Minas Gerais, é que se deverá analisar, discutir e problematizar a temática em tela, tendo em conta alguns conceitos fundamentais que tornam inteligíveis a natureza, o processo (gênese e dinâmica) e os agentes sociais e suas respectivas estratégias e práticas na produção e organização do espaço regional da cidade de Sete Lagoas.

Novas realidades que traduzem intensas transformações na organização do espaço estão a requerer reflexões teóricas que podem explicar essas realidades e seus novos problemas. Assim, importa salientar que, para que se torne viável o estudo em questão, em primeiro lugar há de se discutir mais profundamente a contribuição dos estudos sobre cidades e suas hinterlândias, tal qual foi no passado e, em segundo lugar, há de se discutir e analisar o conceito de lugar que a Ciência Geográfica oferece, o qual servirá de marco teórico para a presente tese. Isso porque, como se verá adiante, o importante é destacar, desvendar e questionar a singularidade da cidade de Sete Lagoas na rede urbana de Minas Gerais pois, embora seja possível compará-la com outras cidades do estado, como por exemplo, Juiz de Fora, Uberlândia, Governador Valadares, Divinópolis, Ipatinga ou ainda Montes Claros, no que diz respeito ao comando de suas respectivas regiões em torno e no estabelecimento de uma vida de relações próprias, há por outro lado, características específicas em cada uma, traduzindo daí a necessidade de se destacar a sua singularidade.

3.1 A TRADIÇÃO DO ESTUDO DA CIDADE E SUA HINTERLÂNDIA

A introdução do estudo da cidade e sua hinterlândia como parte importante da Geografia brasileira deve ser creditada à Geografia que era praticada nos anos de 1940, na França. Desde a década de 1930, foi muito usual a vinda de geógrafos franceses ao Brasil, os quais, fixando residência durante algum tempo no país e trabalhando como professores convidados nas mais importantes universidades nacionais, acabaram por lançar as sementes da Geografia Urbana brasileira que, a partir daí, passou a ser produzida.

No que tange aos estudos sobre cidades ao nome de **Pierre Monbeig** deve ser creditado o lançamento da semente. (ABREU, 1994, CORRÊA, 1994) Integrante da classe de professores franceses que formaram a primeira geração de geógrafos brasileiros, ao publicar, em 1943, o artigo "*O Estudo Geográfico das Cidades*", hoje, um clássico, de acordo com Corrêa (1994), Monbeig forneceu aqueles pontos, os quais, a partir de então, todo geógrafo que se ocupasse em estudar uma cidade deveria seguir. Segundo tais orientações, a cidade deveria ser estudada como uma unidade isolada, desconsiderando-

se os aspectos relativos de suas relações interurbanas ou de sua atuação em sua hinterlândia ou área de influência.

De acordo com Monbeig (1943, p. 8) a vontade do homem e seu papel no crescimento da cidade superaria os obstáculos que a natureza impõe: *“Será preciso estudar, então, não somente os elementos do quadro natural, mas também a massa humana, seu volume, sua composição, sua localização no passado e no presente”*.

Permanecendo fiel ao método geográfico e ao seu princípio, a monografia geográfica de uma cidade deveria concentrar-se em estabelecer *“[...] as relações das sociedades humanas com o meio natural no passado e no presente”*. (Monbeig, 1943, p. 9) Essa afirmação de Monbeig procurava ser coerente com aquilo que ele pensava e pregava, no que dizia respeito à metodologia de pesquisa em Geografia. Assim, cabia ao geógrafo levantar os mapas das distribuições das densidades, das raças ou das profissões no interior da cidade, na tentativa de explicá-los, mas a ele não estariam dispostas técnicas próprias e muito menos métodos de pesquisa, pois *“[...] as técnicas científicas constituem uma barreira automática, exceto para os presunçosos, que não hesitarão em transpô-la [...]”*. (Monbeig, 1943, p. 9) Para o referido autor o que importava era a questão da distribuição dos fenômenos no interior da cidade e sua explicação, tendo como pano de fundo as relações humanas com o quadro natural. Tal quadro de análise poderia, por exemplo, servir de subsídio a um outro cientista que também estivesse preocupado com os fenômenos de uma cidade (um sociólogo ou um economista) mas, não passaria disso.

Resolvida a questão da delimitação dos diversos campos das ciências, uma vez que Monbeig tinha uma razoável preocupação com tal temática ao impor o seu ponto de vista, então poder-se-ia prosseguir com o estudo geográfico das cidades, o qual deveria seguir alguns passos fundamentais. Assim é que, como primeiro passo, o estudo deveria conter uma análise bastante profunda da *posição da cidade*, a qual incluiria a descrição detalhada do quadro natural, tendo o relevo um papel decisivo e, secundariamente o clima, o qual, conjugado ao relevo, constituiriam uma combinação que atuaria diretamente sobre os destinos da cidade.

* Importa salientar que é nesse ponto, que dois dos mais importantes conceitos aparecem pioneiramente na Geografia Urbana brasileira, tornando-se a partir de então,

clássicos. Trata-se dos conceitos de sítio urbano e posição geográfica. O estudo do sítio ou do local onde encontra-se a cidade indica de que forma as suas características poderiam interferir no crescimento e desenvolvimento urbano. A análise da situação geográfica, posição da cidade em relação a um vasto conjunto regional, juntamente com a determinação do sítio da cidade, deveriam constituir o primeiro grande passo, sem o qual o estudo em tela não poderia ser completo. Desse modo, é de se destacar como até hoje, na atualidade, as análises da localização da cidade em relação ao conjunto regional do qual faz parte e em relação ao local no qual está inserida, devem fazer parte dos estudos que se preocupam com a cidade.

Com relação à análise da posição da cidade, Monbeig assinala a contribuição da história para o completo entendimento de sua localização. Afinal, os elementos emprestados à história poderiam contribuir de maneira decisiva, mas sempre conjugados ao papel representado pela base física, para a explicação da posição da cidade. Embora o autor em tela não se refira exatamente ao termo "historicismo", há que se frisar a sua preocupação em afirmar que aquele "empréstimo" não significava que o pesquisador se desviasse de seu caminho ao resvalar num fortuito historicismo, pois não se trata de pura descrição: "[...] o fator geográfico é permanente, mas os homens mudam e com eles, suas técnicas". (Monbeig, 1943, p.11) Em outras palavras, como e de que forma, ao longo da história do crescimento e do desenvolvimento da cidade, o homem se aproveitou da situação (regional) dessa cidade para impor as suas ações, transformando aquilo que porventura pudesse ser um empecilho ou até mesmo uma má localização, em vantagens para o desenvolvimento de suas atividades.

Importa salientar que as idéias de Monbeig acerca do estudo de uma cidade refletiam obviamente o que se pensava na época e assim, o estudo da posição da cidade jamais teve a importância alcançada pelo estudo do sítio na monografia urbana do tipo padrão. Essa orientação já havia sido fornecida por Vidal de la Blache, quando este afirmou que ao organizar o sítio, o qual já havia sido preparado pela natureza, o homem conseguia tirar proveito disso para poder atender aos seus desejos e necessidades. (ABREU, 1994) Na verdade, era uma luta incessante entre o homem e a natureza e a existência de uma cidade num sítio desfavorável qualquer representava a vitória do homem sobre o meio natural, a vitória da vontade humana. O conceito de sítio urbano

sobrepondo-se ao conceito de posição da cidade imperou durante muito tempo nos estudos urbanos da Geografia francesa e, como muitos países mais tarde receberiam a influência dessa orientação, dentre eles o Brasil, o viés naturalista, a "naturalização" do estudo geográfico das cidades caracterizou, durante um período muito longo, a Geografia Urbana então produzida. (ABREU, 1994)

O segundo passo numa monografia sobre a cidade seria, segundo Monbeig, o estudo da "*função urbana*". O meio geográfico, aqui mais uma vez, constituiria o fator determinante da função urbana e sua análise somente seria possível com o auxílio do estudo do passado da cidade; afinal, o geógrafo, "[...] *não deve dissociar o presente do passado*". (Monbeig, 1943, p. 20) As condições de sítio e situação da cidade estariam sempre agindo sobre os destinos urbanos, muito embora Monbeig reconhecesse o papel representado pelas contingências humanas nesse processo.

Para Monbeig existiria uma evolução em termos de função da cidade. Ela passaria de cidade comercial, para cidade industrial, depois para função bancária e, finalmente, adquiriria também a função administrativa. No caso das grandes cidades industriais, em virtude dessa sua função, haveria um aumento da sua área de influência e, assim, um relacionamento maior e mais profundo da cidade com sua hinterlândia. "*A realidade é uma síntese*" (Monbeig, 1943, p. 23), explicava e ensinava Monbeig, demonstrando que, na monografia sobre a cidade, obrigatoriamente entrariam outros capítulos do estudo geográfico mas, sem jamais esquecer essa máxima, a qual, na verdade, era a máxima da própria Geografia que se fazia, especialmente nesse caso - a Geografia Urbana -, nos anos de 1940, na França, e, naquele momento, iniciando-se no Brasil.

A profunda influência exercida pelos princípios da Geografia francesa na nascente Geografia Urbana brasileira, notadamente por intermédio do artigo de Pierre Monbeig acima analisado, pode ser evidenciada, como já destacado, nos numerosos artigos que começaram a surgir a partir da década de 1940. Considerando a cidade como uma unidade isolada e avaliando em sua maioria apenas o seu espaço interno, tais estudos caracterizaram-se pela sua natureza idiográfica e por serem extensamente descritivos. Em função daquele pretensão isolamento, as análises eram feitas como se não existissem relações da cidade com a zona rural e outros centros urbanos, embora, Corrêa (1967) e (1994) saliente que, vez por outra, pudessem ser encontrados alguns estudos que

abordaram a posição e as funções urbanas. Adicionalmente, é importante frisar, a ausência de um referencial teórico constituiu, certamente, o fator mais grave daqueles estudos. Na verdade, tal fato refletiu a condição refratária à teorização, muito característica da chamada "escola" francesa de Geografia. (ABREU, 1994)

É certamente por tais fatores que Mamigonian (1978) faz as suas observações, afirmando que o esquema de Monbeig refletia, evidentemente, as concepções geográficas então dominantes das relações homem-meio, nas quais os conceitos de gênero de vida e o pretense equilíbrio homem-natureza constituíam as bases dos estudos. O imobilismo desses estudos seria uma de suas marcas na medida em que não havia a necessária consideração da contraditória intermediação do social. Embora, para o referido autor, essa fosse uma visão da realidade que demonstrasse a sua humanização, por isso mesmo, haveria uma grande dose de "[...]ilusões românticas e nostálgicas" em tais estudos. (Mamigonian, 1978, p.33)

Na verdade, pode-se afirmar que se trata de uma abordagem da realidade que privilegiou somente as formas, com uma ênfase demasiada na descrição da estrutura visível dos fenômenos em detrimento dos processos a eles subjacentes.

Müller (1969) destaca que o período que se estendeu de 1940 até cerca de 1955, caracterizou-se como a fase da "sistematização metodológica" em função das orientações fornecidas por Monbeig. Foi uma fase de descoberta das cidades brasileiras, distinguindo-se

"[...] pela impossibilidade de realizar monografias ou o desejo de maior análise de um fato parcial das condições ou da vida urbanas levaram alguns pesquisadores a se concentrar em elementos do quadro natural (clima, elementos do sítio), nos aspectos de crescimento urbano, na geografia urbana retrospectiva, nas funções econômicas (especialmente a indústria), nos primeiros estudos de bairros". (MÜLLER, 1969, p. 29)

De fato, até a metade da década de 1950 não existiu uma sólida Geografia Urbana brasileira, primeiro em razão do quase total desconhecimento da realidade das cidades do país naquela época e, em segundo lugar, em função do desconhecimento de referências teóricas e métodos outros que aquele introduzido por Monbeig, conquanto tal processo tivesse sido muito importante, pois, necessário.

De acordo com Abreu (1994), o período em tela caracterizou-se pelo predomínio quase absoluto da monografia urbana do tipo padrão, que se estendeu até o final da década de 1950, com estudos que se restringiram somente às análises do sítio, posição e função das cidades.

Não obstante a escassez de estudos que tratassem das relações de uma cidade com a sua hinterlândia, apresentando certos pontos da atuação dessa cidade, é possível apontar pelo menos dois artigos, os quais servem como exemplos dessa abordagem. É o caso do estudo de Prandini (1948) sobre a cidade de Londrina e o de Müller (1965), realizado tardiamente, sobre a cidade de Taubaté. Ambos os estudos possuem, caracteristicamente, a "marca" dos princípios de Monbeig, pois contêm a análise da posição geográfica, ou do meio geográfico e da fisionomia urbana, seguida da descrição da evolução histórica e do elemento humano formador da cidade, ou seja, a determinação de seus respectivos espaços internos. Importa destacar a presença, em comum nos dois estudos, da preocupação com a área de atuação das cidades, pois as duas cidades foram consideradas como capitais regionais de suas respectivas regiões.

Na década de 1950, as monografias urbanas do tipo padrão permaneceram sendo elaboradas, mas já apresentando capítulos adicionais que incluíram a identificação da hinterlândia da cidade em estudo. De acordo com Müller (1969), a Geografia Urbana brasileira entra nesse período na segunda fase de seu desenvolvimento, ou seja, a fase da "afirmação", na qual as monografias clássicas foram mantidas, mas outras temáticas já começavam a surgir.

Destaca Corrêa (1967) e (1994), que os estudos sobre a cidade e sua hinterlândia perderam, especialmente na segunda metade da referida década, sua representatividade em favor daqueles estudos que abordaram a rede urbana. É que nessa época houve uma grande preocupação dos geógrafos com os aspectos ligados à temática da centralidade urbana, em razão da possibilidade de melhor mensurar e determinar tal centralidade com base no Método de Rochefort e também, na crescente importância do sistema de planejamento. Importa destacar que, no período assinalado, a Europa vivia o pós-guerra, uma época de intensas transformações em todos os sentidos, afetando diretamente a organização do espaço regional, entre as quais a preocupação com a reconstrução de cidades parcial ou totalmente destruídas desaguando, necessariamente, na questão do

repensar e reorganizar as cidades e a rede urbana. Evidentemente, como a influência da Geografia francesa ainda era muito significativa na Geografia brasileira, tais fatos repercutiram diretamente na produção geográfica então levada a efeito no Brasil.

Assim, os estudos sobre rede urbana e aspectos da organização interna das cidades dominaram a produção da Geografia Urbana brasileira da segunda metade da década de 1950 e também da primeira metade da década seguinte, notadamente. (CORRÊA, 1978, MÜLLER, 1969)

Foi grande a influência de Michel Rochefort para a ampliação das temáticas da Geografia Urbana brasileira, principalmente entre os geógrafos do IBGE, na primeira metade dos anos de 1960. (CORRÊA, 1994) Tal ampliação refere-se à introdução nos estudos urbanos das temáticas sobre a hierarquia e área de atuação das cidades.

Sob a orientação do referido geógrafo, o qual foi consultor no IBGE nos primeiros anos da década de 1960, os estudos que contemplaram tais temáticas começaram a ser elaborados levando em consideração o fato de que a análise do setor terciário pode identificar a hierarquia dos centros urbanos. O método de Rochefort (Rochefort, 1961) parte da elaboração de um gráfico, no qual as duas variáveis, o total da população empregada no setor terciário e o percentual desta população sobre a população ativa total dos centros urbanos, são relacionadas; quanto maiores os valores nas duas coordenadas, maior a posição hierárquica do centro urbano. Na visualização geral do referido gráfico é possível estabelecer-se uma gradação de importância, definindo-se, assim, a hierarquia urbana da região em estudo. (ROCHEFORT, 1961)

Dentre os inúmeros estudos realizados sobre a temática da rede urbana, apoiados em Rochefort, merecem menção destacada, pela dimensão e também pelo pioneirismo, aqueles realizados por Bernardes (1964) sobre O Rio de Janeiro e sua Região e, por Geiger (1963) sobre a evolução da rede urbana brasileira. A importância da realização desses estudos no Brasil dos anos de 1960 justificou-se amplamente, na medida em que, nessa época a própria realidade geográfica assim o exigia. Como bem frisou GEIGER (1963, p. 15):

"[...]para um estudo da organização urbana do Brasil, quanto à bibliografia, escassa, a maior parte dos trabalhos sobre cidades se reveste de caráter monográfico; um ou outro refere-se à

rede urbana no seu conjunto ou à rede urbana de determinada região ou Estado”.

Como já referido acima, embora tivesse havido, no lapso de tempo entre 1950 e 1965, um predomínio quase absoluto dos estudos de rede urbana, ainda pode-se encontrar alguns importantes estudos sobre uma cidade e sua hinterlândia e, nesse sentido citam-se três significativos exemplos: Oliveira Santos (1956) sobre Ponta Grossa, Santos (1956) sobre Jequié e Santos (1957) sobre Nazaré. Trata-se de monografias do tipo padrão que, adicionalmente incluíram a identificação da hinterlândia da cidade.

Esses três estudos, ainda sob a forte influência das orientações de Monbeig, caracterizam-se pela análise da posição (situação) geográfica das cidades em tela e de seus respectivos sítios urbanos, pela descrição da história do povoamento, na qual aparece a identificação de alguns gêneros de vida (presente nos estudos de Ponta Grossa e Jequié) e, finalmente, uma análise da estrutura da cidade contendo descrições pormenorizadas do plano, fisionomia do centro e dos bairros. Compõem-se também, tais estudos, de análises das respectivas funções urbanas das cidades em tela. Assim, para Ponta Grossa, em virtude de suas peculiaridades, evidenciou-se a sua função comercial, exercendo ela o papel de entreposto da madeira da região Oeste do Paraná. Quanto à indústria, numa clara alusão aos princípios de Monbeig, a referida autora destaca que “[...] ela ainda é muito incipiente, não se podendo falar propriamente em função industrial, enquanto que as demais funções, tais como a financeira, a cultural, a social e a religiosa são complementares”. (Oliveira Santos, 1956, p. 73)

No que diz respeito aos estudos sobre Nazaré e Jequié, o que os torna bastante significativos é a presença de referências à ação regional e à hinterlândia dessas cidades, além do fato de que termos como hierarquia e organização do espaço já serem utilizados na descrição da área de influência de Jequié. (Santos, 1956) Discutindo os impactos da implantação do transporte rodoviário, em grande parte já substituindo a ferrovia, sobre a organização regional da zona cacauera da Bahia, o referido autor inova ao introduzir nessa discussão os termos os quais vão indicar claramente a sua preocupação em analisar as questões relativas à perda de área de influência de Jequié em favor de Ilhéus, nos anos de 1950:

“Jequié, ‘pôrto de terra’, não poderia deixar de ressentir-se com a concorrência dos portos de mar, ou, mais acertadamente, com a concorrência do único pôrto de mar que, realmente, se beneficiou com a nova organização do espaço. Nesse ponto Ilhéus começa a disputar com Jequié, procurando afirmar-se com a incorporação ao seu arrière-pays de novas áreas, que dantes giravam sob a atração de outro centro. Jequié era um desses centros, destinados a perder parte de sua zona de influência, em favor de Ilhéus”. (SANTOS, 1956, p.79)

Por outro lado, o transporte rodoviário, que a partir de então, passa a dominar quase totalmente o cenário regional e nacional, notadamente no que diz respeito ao transporte de cargas, vai ser o responsável pelo reerguimento de Jequié, em virtude de sua localização privilegiada junto à rodovia BR-116, fazendo-a recuperar sua antiga função de porto de terra, um centro “natural” de redistribuição de mercadorias.

Destarte, o estudo em tela contém todo um capítulo destinado à análise da ação regional de Jequié, destacando que, apesar da posição geográfica privilegiada determinar a sua situação de capital regional, há de se atentar para o papel desempenhado pelos fatores de ordem humana para a determinação de tal posição hierárquica da cidade. É interessante observar como Santos já se preocupava nessa época com tais questões, esforçando-se em elaborar uma análise que contivesse elementos que demonstrassem a importância de outros fatores na determinação da área de influência da cidade em estudo e constituindo uma espécie de neutralizador da visão pouco crítica e bastante superficial vigente à época, muito embora ele continuasse seguindo o esquema convencional da geografia de Monbeig.

A partir de meados da década de 1960, o predomínio quase absoluto da influência da escola francesa de geografia começa a sofrer os primeiros reveses. É que, começam a chegar ao Brasil os impulsos da chamada “revolução quantitativa”, movimento que já estava acontecendo tanto nos Estados Unidos, como no Reino Unido há, pelo menos, dez anos. A denominada revolução quantitativa encontra o país em plena efervescência das atividades ligadas ao planejamento territorial numa conjuntura política da ditadura imposta pelos militares no governo.

* Conforme relata Abreu (1994), foi pela via do planejamento e não por meio de reflexões teóricas que a geografia neopositivista (“Nova Geografia”) aportou no Brasil. As

bases epistemológicas do neopositivismo, a princípio, não foram apresentadas aos geógrafos brasileiros da época, pois, na verdade, os cientistas que aqui chegaram, limitaram-se em repassar as técnicas matemáticas, as quais, passaram a ser aplicadas aos estudos geográficos..

Essa “nova” geografia, baseada fundamentalmente na aplicação das mais modernas técnicas quantitativo-matemáticas às questões relativas às mais diversas problemáticas geográficas, aportou no Brasil justamente na época a qual o país começava a implantar um novo modelo de política econômica que visava a modernização socioeconômica nacional. Esse contexto coadunou-se perfeitamente aos propósitos do processo em vias de implantação, isto é, a modernização via crescimento econômico que, em detrimento do desenvolvimento socioespacial, supervalorizou o planejamento estatal, especialmente aquele que visou o urbano. Em outras palavras, a realidade geográfica, que a partir daquele momento se complexificava cada vez mais, estava a requerer análises outras além daquelas habitualmente em elaboração, coisa que a comunidade geográfica prontamente respondeu, por meio da aplicação das orientações da nova geografia aos estudos a partir de então. (ABREU, 1994, CORRÊA, 1994)

Longe de pretender-se nessa tese, mesmo porque esse não é seu objetivo, discutir ou analisar o papel da geografia teórica-quantitativa na produção acadêmica da Geografia brasileira, importa salientar, por outro lado, que essa nova orientação metodológica elegeu como a sua problemática justamente o urbano, naquelas temáticas ligadas ao sistema de cidades, aos padrões locacionais e espaciais dos centros urbanos, às áreas de influência, à morfologia e à estrutura interna das cidades. Em sendo assim, a aplicação das técnicas matemáticas e estatísticas, num argumento claramente positivista, legitimava a Geografia, tornando-a um “ciência verdadeira” pois, a construção de modelos e a utilização de teorias, próprias ou não, era um fato completamente inusitado para a Geografia até então.

Encaradas enquanto “coisas” as cidades e suas relações socioespaciais perderam, nessa nova visão, a sua real significação, isto é, um produto socioespacial e, assim, os estudos sobre as cidades deslocaram-se para o âmbito do planejamento regional e nacional. (ABREU, 1994) Naquela conjuntura as cidades eram por demais importantes, representando o mais apropriado aporte de subsídios para o planejamento urbano-

regional. Ora, no entendimento dos planejadores a cidade representava o nascedouro e lugar de passagem obrigatória do desenvolvimento. Era a "cidade-mercadoria". (CORRÊA, 1978 e SOARES, 1994)

É nesse contexto que justifica-se a ênfase na temática das cidades médias. Consideradas como a panacéia para o angustiante problema urbano brasileiro, as cidades médias passaram a ser encaradas como os agentes de barreira às migrações em direção aos grandes centros, notadamente as regiões metropolitanas, contribuindo no estabelecimento do equilíbrio na distribuição da população e, em conseqüência, das atividades econômicas. Soares (1994) lembra que, na verdade, o objetivo específico dos estudos e pesquisas passou a ser a compreensão do papel e da importância das cidades médias na expansão do sistema econômico nacional. Alguns exemplos de estudos, a seguir, podem indicar a importância alcançada pela temática, não só no Brasil como também na América Latina, região que, aliás, também passava pelos mesmos problemas: AMORIM FILHO, 1973, AMORIM FILHO, 1976, AMORIM FILHO, 1984, AMORIM FILHO, BUENO e ABREU, 1982, ANDRADE, 1984, ANDRADE e LODDER, 1979, MATTOS, 1984, NECOCHEA, 1984, PEREIRA, 1977 e REDWOOD, 1984.

Conquanto a conjuntura acima referida, os estudos que contemplavam as cidades e suas respectivas áreas de atuação e que seguiam a orientação tradicional, continuaram a ser elaboradas nas décadas de 1960 e 1970. É o caso, por exemplo, dos estudos sobre Aracaju (Corrêa, 1965), Campinas (Keller, 1969), Maceió (Silva *et al.*, 1971) e Patos de Minas (Amorim Filho, 1978). Saliente-se que, nesses quatro estudos, diferentemente em boa medida dos anteriores aqui analisados, houve uma preocupação dos respectivos autores em inserir capítulos que contemplassem os diversos níveis de atuação da cidade em análise, ou seja, determinando a sua hinterlândia e prosseguindo com a identificação da hierarquia dos centros no interior da hinterlândia. Tal prática representou um certo amadurecimento teórico-metodológico relativo à temática.

Nos estudos sobre Maceió e Aracaju, há uma análise e determinação das respectivas áreas de atuação das duas cidades, além de uma indicação descritiva da intensidade daquela atuação. Para Maceió, consideraram seus autores, as áreas de atuação direta ou de maior intensidade, o litoral do Estado de Alagoas, a Zona da Mata e o trecho mais oriental do Agreste estadual, enquanto que para o interior, essa influência se

fazia indiretamente por meio de alguns centros, denunciando assim, "[...] a existência de uma região nodal primária dotada de certa organização regional". (Silva et al., 1971, p. 4)

No que diz respeito ao estudo sobre Aracaju, o referido autor, utilizando-se de um procedimento operacional que envolveu a aplicação de inquéritos para cada cidade do estado de Sergipe, pôde visualizar as áreas de influência da cidade, determinando aquelas que eram direta ou imediatamente afetadas e aquelas cuja atuação foi remota ou remotíssima. Um dos diferenciais desse estudo, em relação aos precedentes, está no fato dele conter também uma classificação dos centros urbanos, considerando a hierarquia, fato importante na medida em que, por meio dela, Aracaju foi classificada como capital regional incompleta, inserida no conjunto urbano nordestino.

O estudo de Keller (1969) sobre a cidade de Campinas, como salienta Corrêa (1994), situa-se na fronteira das abordagens que se ocupam das relações entre a cidade e a região, em virtude de suas próprias características. Utilizada sobretudo por geógrafos franceses no estudo de redes urbanas, tal abordagem considerava a análise das variadas relações entre a cidade e sua respectiva hinterlândia, não só do ponto de vista da determinação da dimensão de áreas de influência, como também poderia conter análises detalhadas da atração sobre a população regional, drenagem de renda fundiária, comercialização de produtos da economia rural e distribuição pela cidade de bens, serviços, investimentos e trabalho. Para Corrêa, (1969, p.43): "[...] a cidade é um espelho de sua região, ou então a região é o resultado de uma ação motora por parte da cidade". Considerações à parte, o fato é que o estudo sobre Campinas constitui-se numa extensa análise das variadas relações entre essa cidade e sua região ou hinterlândia, fazendo com que ela já representasse o papel de tutora sobre sua vizinhança, determinando uma região que lhe era própria, dessa forma confirmando a afirmação acima feita por Corrêa (1969). Assim, a autora identificou quatro zonas de influência, além da hierarquia dos centros da rede urbana campineira de acordo com a intensidade, a frequência e o tipo de relações estabelecidas.

Finalmente, no estudo de Amorim Filho (1978) sobre a cidade de Patos de Minas, como a própria data de sua publicação indica, ele foi tardiamente elaborado, pode-se ainda perceber a enorme influência das orientações de Monbeig, pois nele encontra-se tal qual ditavam as regras, toda uma análise da posição geográfica da cidade e sua

determinação nos destinos dela. Adotando uma abordagem que relativizava as relações externas e a estrutura interna da cidade, o autor considerava que para o estudo de uma cidade do porte de Patos de Minas, isto é, uma cidade média, seria fundamental a mensuração e descrição da interdependência e da complementaridade existentes necessariamente entre o externo e o interno da cidade. Ora, o sistema de relações estabelecido entre Patos de Minas e os diversos centros considerados, segundo o autor, era causa e efeito, concomitantemente, da complexa estrutura interna da cidade.

Caindo em desuso a partir dos anos de 1980 e tornando-se marginalizada dentro da academia, a temática da cidade e sua hinterlândia perde toda a sua pujança histórica em favor dos estudos que privilegiaram os aspectos intra-urbanos. Na verdade, o que constitui uma lâstima, uma expressiva parte dos geógrafos brasileiros perdeu o interesse pela temática justamente na época que eles adotaram o referencial teórico-metodológico do materialismo dialético, uma postura muito crítica, diante dos problemas da complexa realidade geográfica brasileira. Em outras palavras, os geógrafos, ao se debruçarem sobre os problemas intra-urbanos, preocupação muito justa e não há nenhuma questão quanto a isso, perderam uma excelente oportunidade de analisar criticamente **também** aqueles aspectos relativos à inserção da cidade na rede urbana.

Mas, se a tradição dos estudos da cidade e sua hinterlândia perdeu terreno para outras temáticas urbanas ao longo da história da evolução do pensamento geográfico brasileiro, resta salientar a enorme significação de sua produção desde os seus primórdios. O que ela proporcionou de conhecimento da realidade urbana brasileira é, de fato notável, independentemente das posturas teórico-metodológicas sobre as quais foi construída.

Por outro lado, lacunas restaram, principalmente porque foi uma construção baseada numa tradição geográfica altamente refratária à reflexão teórica e, como introduzido no presente capítulo, é justamente nessa área que a tese em tela pretende, pelo menos minimamente, preencher uma parte dessas lacunas em virtude da ausência de estudos que contemplem uma abordagem crítica da temática sobre as cidades e sua inserção na rede urbana. Considerando, portanto, tal pretensão, a próxima seção tratará da sua fundamentação teórica cuja função é discutir alguns aspectos do conceito de lugar segundo a abordagem do materialismo histórico e dialético, o qual, acredita-se, seja o

mais adequado, uma vez que, dessa forma é possível entender o lugar como uma localização na superfície terrestre, enquanto uma expressão da singularidade.

É pois, necessário que se considere esse conceito de lugar como embasamento para o correto entendimento da realidade com a qual a presente tese trata, ou seja, a inserção da cidade de Sete Lagoas na rede urbana de Minas Gerais. Mas, se tal consideração é fundamental, a inteligibilidade dessa realidade ficaria comprometida caso não se considere a representatividade das elites locais, especificamente, no processo histórico e geográfico da construção do lugar. Em outras palavras, para tornar inteligível a inserção de Sete Lagoas, um lugar na rede urbana mineira na atualidade, torna-se também necessário que seja considerado o papel dessas elites na produção do espaço sete-lagoano. Destarte, o conceito de lugar é enriquecido ao se considerar o papel das elites no processo de sua singularidade mutável.

3.2 O LUGAR GEOGRÁFICO: A EXPRESSÃO DA SINGULARIDADE SOCIALMENTE PRODUZIDA

A Geografia tem se caracterizado, durante um longo período, pela dificuldade em lidar com os conceitos, uma das chaves com as quais ela deve contar para poder explicar ou compreender a realidade do mundo. Gomes (1995) adverte que a Filosofia é uma necessidade para o geógrafo, pois ao considerá-la ele estará se distanciando cada vez mais do senso comum, sendo pois, capaz de refletir corretamente sobre a realidade. Isso verifica-se porque, assim como o conceito de lugar, outros tão caros à Geografia como região, território, paisagem e espaço, pertencem também ao senso comum, sendo utilizados, rotineiramente, inclusive pelos próprios geógrafos.

Considerando, portanto, a advertência acima e num esforço de segui-la, pode-se afirmar que o conceito de lugar tem merecido um destaque bastante significativo por parte da Filosofia, desde a filosofia grega clássica até as discussões mais recentes, na atualidade. É em Aristóteles que se vai encontrar primeiramente uma reflexão sobre o lugar e, assim como em toda a filosofia grega clássica, o termo limitou-se à localização das coisas, embora para Ferrater Mora (1998), essa interpretação do lugar enquanto localização seja apenas uma das duas interpretações que os críticos do filósofo grego consideraram a respeito. A outra interpretação leva em conta as diferenças encontradas

no pensamento aristotélico entre os conceitos de lugar e espaço. Ao substituir o conceito de espaço por lugar, Aristóteles considera-o do ponto de vista do lugar. Aristóteles, para isso “[...]recorreu a uma espécie de método ‘dialético’, afirmando e negando ao mesmo tempo a subsistência ontológica do lugar”. (Ferrater Mora, 1998, p.440)

Negando e afirmando ao mesmo tempo a própria existência do lugar, o pensamento aristotélico acerca do conceito ficou restrito à localização das coisas no espaço, situação muito semelhante àquela verificada nas principais teorias que lidavam com o conceito de lugar, como a da Física por exemplo, pelo menos até o início do século XX. Ainda com relação à Filosofia, em Descartes o qual, a partir da perspectiva aristotélica, considerou o conceito de lugar somente do ponto de vista da localização, é possível distinguir os *lugares intermediários*, isto é, o país, a terra, o ar e o céu que, por sua vez, contêm-se respectivamente. (LALANDE, s.d., p. 50-51)

É justamente no século XX que o lugar começa a adquirir um *status* mais apropriado à sua importância, pois a Geografia toma-o para si como um de seus conceitos-chave, aprofundando cada vez mais os debates acerca de seus múltiplos significados. (CORRÊA, 1995) A polissemia é uma das propriedades mais marcantes do conceito de lugar e já no início do século XX, ele foi utilizado por Vidal de la Blache (a Geografia é a ciência dos lugares e não dos homens) e Carl Sauer naquela significação de localização e, mais importante, definia a própria Geografia enquanto disciplina. (CARLOS, 1996, HOLZER, 1997) Esse emprego do conceito permaneceu como tal até, pelo menos, os anos de 1970, quando a Geografia Humanista resgata aquele significado do conceito que, associado à Fenomenologia e ao Existencialismo, vai transformá-lo em um dos seus mais importantes conceitos-chave. (GOMES, 1995, HOLZER, 1997 e HOLZER, 1999) Nessa corrente de pensamento o lugar é encarado como espaço vivido, experienciado, contribuindo para a determinação da identidade dos indivíduos e grupos, os quais acabam por criar laços afetivos com aquele lugar. Ferreira (2000, p.66) aponta que ao buscar essa aproximação com a Fenomenologia e com o Existencialismo, a Geografia Humanista procura, na verdade, “[...]uma Geografia que dê relevo às questões referentes às pessoas em vários contextos”. Adicionalmente, importa salientar que, durante todo esse lapso de tempo, mais ou menos 50 anos, a hegemonia da razão cartesiana da ciência positivista,

em sua busca frenética da objetividade, tornou quase impossível qualquer conjectura sobre outro significado para lugar que não fosse o da localização.

É no contexto acima que uma segunda acepção vai surgir, aumentando a complexidade polissêmica do conceito de lugar na Geografia. Com o advento da filosofia do Materialismo histórico-dialético, a chamada Geografia Crítica vai propor e colocar em uso um outro significado radicalmente oposto aquele em uso desde os anos de 1970 pelos geógrafos humanistas. Na década de 1980 muitos geógrafos descontentes com a visão de lugar adotada pelos geógrafos humanistas, ou não, começam a direcionar suas críticas, argumentando que a visão de um mundo padronizado e homogeneizado pela globalização, no qual não haveria "um lugar para o lugar", na verdade, seria incorreta, inaceitável.

Baseada na filosofia do Materialismo histórico-dialético a Geografia Crítica entende o lugar, enquanto uma localização na superfície terrestre, como uma expressão da singularidade associada à globalização, a expressão máxima do universal (Corrêa, 1997); uma criação humana no sentido de atender a determinadas funções, um lugar funcional (Santos, 1996, Santos, 1999 e Santos, 2001); um processo historicamente contingente (Pred, 1984, Gottdiener, 1993) e um lugar singular, um processo complexo não estático que reflete o embate entre a especificidade e a globalidade (Massey, 1997, Geiger, 1999).

A centralidade da questão reside no fato de se encontrar um significado de lugar, um conceito, que contemple as relações entre o local e o global, na medida em que, no atual mundo globalizado, a diversidade e a novidade dos conteúdos atinentes ao lugar estão aí para reclamar a necessidade de novas interpretações dessa realidade.

Um fundamento importante na direção do entendimento, do lugar é ter em mente que aquela idéia de solidariedade entre os lugares, determinando a vida de relações, presente nos geógrafos franceses, tornou-se obsoleta, pois o que vale é a idéia da simultaneidade (CARLOS, 1996 e SANTOS, 1993), a qual se traduz na imbricação de uma série de fenômenos e acontecimentos simultâneos no lugar e, também, em lugares diversos, distantes ou próximos, uma outra série de fenômenos acontecendo ao mesmo tempo: *"A simultaneidade retratada é fato verdadeiramente novo e revolucionário para o conhecimento do real e, também, para o correspondente enfoque das ciências do homem, alterando, assim, os paradigmas"*. (Santos, 1999, p.9) O que importa é determinar e

esclarecer a articulação entre os diversos lugares, pois desse modo estar-se-á determinando também a própria natureza do lugar.

Santos (2000) fala da esquizofrenia (do grego, *schizo* = fender, separar) do espaço, pois é o lugar (o espaço) que revela e realiza o mundo numa atividade empírica, dando-lhe consistência histórica e geográfica. Mas, como os lugares são o mundo, eles são também globais, sem entretanto deixar de ser singulares, pois ao reproduzirem o mundo eles o fazem de maneiras muito específicas, individuais e diversas, conferindo a si um fundamental papel de resistência frente aos processos de globalização. Enquanto a globalização, reflexo do modo de produção global (Santos, 1999), unifica e tende a tornar tudo massificante e homogêneo, a Geografia cumpre a sua tarefa no sentido de desmistificar tal tendência, na medida em que os lugares, ao receberem de diferentes modos os impactos dessa globalização, o fazem revelando as suas peculiaridades. “O lugar é tempo interno, o palco, o teatro de múltiplos tempos externos”. (Santos, 1996, p.100-111)

A globalização está aí para mostrar o quão são reafirmadas e aprofundadas as desigualdades espaciais no mundo, reflexo direto da acumulação capitalista. O aprofundamento das relações entre os lugares, ou melhor dizendo, de suas inter-relações e a mudança nos requisitos desejados e nos atributos do lugar constituem consequências diretas desse “modo de produção global”. Assim, o sentido de lugar é radicalmente modificado, porque, de fato o que se assiste é uma espécie de “guerra” de lugares, na qual aquele que é mais bem dotado, não mais de recursos naturais estratégicos ou de mão-de-obra abundante, mas sim de capacidade de competir em função de sua densidade técnica e normativa, destaca-se e vence, inserido no processo de competição e regulação capitalista mundial. (CARLOS, 1996, SANTOS e SILVEIRA, 2001)

A existência e a expansão do sistema capitalista são condicionadas pelas tendências opostas e complementares observadas no mundo atual: globalização/fragmentação e homogeneização/diferenciação. A forma de ajustamento fundamental do movimento atual da globalização, visando a manutenção do capitalismo, se baseia na valorização seletiva das diferenças, logo, na existência de lugares. Ora, essa valorização seletiva da diferença é uma consequência direta da potencialização dos lugares, ou das condições locais oferecidas, incluindo o acesso às redes e, aspecto

essencial, como tal processo é político e social, obviamente ele depende das necessidades e da capacidade que cada lugar tem de se impor, na medida em que cria as condições de competir, seja por intermédio de sinergias, parcerias, pactos, ou de outras formas quaisquer de competição e mediação sociopolítica.

Trata-se de uma ordem, na qual o lugar torna-se uma reprodução do mundo e de países, num processo incessante de inter-relações que, no dizer de Silveira (1993), traduz-se na transformação do lugar, na própria totalidade em movimento, modelando um subespaço do espaço global. O lugar não é um fragmento da totalidade e sua (re)produção se dá através da articulação entre o mundo que está chegando e o local (o singular), processo no qual são revelados os conflitos e os desequilíbrios dessa contraditória possibilidade de apreensão do mundial pelo lugar. (CARLOS, 1993, CARLOS, 1996) Assim, é que a localização torna-se relativa, pois a globalização altera a posição dos lugares, e, na medida em que eles participam do movimento do todo, influenciando-o (afinal, o todo é também influenciável), pode-se considerar que o lugar é um dado funcional do todo. (SANTOS, 1996)

Assim, para Kosík (1976), o objeto singular é revelado através do todo, ou seja, a singularidade e o significado de um objeto percebido, observado ou elaborado pelo homem faz parte de um todo, não obstante o próprio homem não ser capaz de perceber esse mesmo todo de forma explícita. O todo é o pano de fundo imaginado e intuído, do qual emerge a coisa em toda a sua singularidade e significado: *"[...] como o homem percebe os objetos isolados? como únicos e absolutamente isolados? Ele os percebe sempre no horizonte de um determinado todo, na maioria das vezes não expresso e não percebido explicitamente"*.(Kosík, 1976, p. 27)

Discutindo acerca das relações entre o local, o global e as redes, Geiger (1999) faz algumas observações interessantes, tais como aquelas que remetem ao fato do local ser o intérprete do global em se tratando de uma rede, pois afinal o mundo atual é um emaranhado de redes de todos os tipos (técnicas, sociais, econômicas, geográficas, etc). Do local parte uma flecha que contém suas determinações influenciando o global, pois está carregada de interesses desse local. Na verdade, trata-se de uma relação dialética evidenciada no embate local/global, denunciando um constante processo de re-diferenciação de lugares. Assim, quando a flecha parte do global em direção ao local a

possibilidade de algo acontecer entra no terreno dos cenários para o futuro, quase do imprevisto e quando ocorre o inverso, isto é, a flecha partindo do local em direção ao global, em função das determinações que lá estão contidas, tem-se a realidade, o realmente feito, o realizado. As determinações do local, a singularidade do lugar são, na verdade, o fenômeno de maior peso nessas inter-relações do local com o global.

Acerca das questões que envolvem os processos sociais, o autor acima citado, chama a atenção para as correlações que podem ser feitas entre a Física e tais processos. Ele lembra que ao ler um livro de Joe Rosen (*Symetry in Science*) no qual a afirmação de que “[...] a simetria é a imunidade a uma possível mudança” (Geiger, 1999, p. 384), tal fato fez-lhe atentar para a ineficácia de certas práticas administrativas aplicadas a lugares diferentes (municípios) que, afinal, não levam a nenhuma ordem de mudança. Ora, isso faz remeter também aos problemas de simetria e homogeneização do “modo de produção global” (globalização), ou em outras palavras, na tendência a tornar tudo igual, massificante e simétrico no processo de globalização. Essa afirmação é muito interessante pois, mais uma vez, faz refletir sobre as relações entre o global e o local (ou o universal e o singular), na medida em que, se o local é mudança através da resistência ou não e o global é simetria, o local (o lugar), então, é ausência de simetria, é assimetria. Impor, ou tentar impor a simetria na ausência de simetria é da natureza do global, pois envolve a necessidade do global de tornar tudo simétrico. Contudo e apesar de tamanho esforço, o que se pode notar é cada vez mais a criação de novas diferenciações, tanto nos lugares mais afetados pelas transformações, como naqueles menos atingidos. O discurso da universalização, da igualização, definitivamente, não se coaduna com a crescente diferenciação, que a Geografia e a História se incumbem de manter, entre e nos lugares.

Essa relação dialética entre o mundo e o lugar é de tensão. Os lugares surgem e representam as diferentes interpretações do mundo, do mundo mundializado da globalização. O embate se dá entre esse mundo mundializado e a singularidade do lugar e engana-se quem pensa que o incitamento e aprofundamento das diferenças não seja funcional para o processo em curso, pois, esse mundo mundializado necessita e depende dessas diferenças para poder manter-se.

* A diversidade de lugares existente no mundo é uma determinação óbvia da singularidade de cada lugar. E o florescimento de cada singularidade, por sua vez,

somente é possível na presença do que Santos (1999) considerou como as esferas definidoras do lugar, isto é, a tecnoesfera e a psicoesfera. De fato, sendo o lugar um subespaço da superfície terrestre é necessário que tanto o mundo dos objetos naturais ou artificiais (a tecnoesfera) como o mundo das ações (a psicoesfera) sejam considerados (“[...] o lugar é corpóreo e é relacional”, Santos, 1999, p. 16), pois, o funcionamento unitário desses dois mundos é que fornece a unidade e a diversidade dos lugares.

Mas o lugar também pode ser considerado como um processo historicamente contingente, tal qual propõe Pred (1984). Como o lugar é algo concreto, que representa um produto humano e envolve uma apropriação e transformação do espaço e da natureza, a qual, por sua vez, é inseparável da reprodução e transformação da sociedade no tempo e espaço, o lugar, para o referido autor, é um processo de contingência histórica que se caracteriza pela ênfase nas entrelaçadas práticas institucionais e individuais e características estruturais da sociedade. O lugar somente existe enquanto processo se os indivíduos, objetos e sujeitos, ao mesmo tempo, forem participativos de tal processo. Assim, lugar é:

“[...] a process whereby the reproduction of social and cultural forms, the formation of biographies, and the transformation of nature ceaselessly become one another at the same time that time-space specific activities and power relations ceaselessly become one another”. (PRED, 1984, P. 282)

Embora os componentes do lugar sejam universais na medida em que eles estejam inextricavelmente interligados no processo de sua formação e sua transformação, os meios pelos quais essa interligação ocorre não estão sujeitos a tais leis universais, mas sim a variadas circunstâncias históricas. Daí, Pred considerar o lugar um processo historicamente contingente. Na verdade, pode-se perceber, que o alcance dessa proposta teórica tem a ver com o processo de transformação do lugar, uma preocupação com o devir, pois ao juntar os conceitos de “time-space” e de estruturação, Pred tenta suplantar as limitações, principalmente da teoria da estruturação (ela seria algo a-histórico), no sentido de definir o lugar como um constante, simultâneo e histórico processo de transformação, no qual estão envolvidos os projetos individuais e sociais, constituindo a

prática, as relações de poder, que são a estrutura, a reprodução social, a transformação da natureza e a socialização.

Criticando a ausência de questões e conceitos espaciais nas categorias marxistas do pensamento, Gottdiener (1993) salienta a necessidade de explicar a natureza social do capitalismo, uma vez que somente assim poder-se-á compreender o verdadeiro papel das relações entre os processos econômicos, políticos e culturais na produção social do espaço. É nesse ponto que se pode encontrar os pontos de concordância do pensamento de Pred, acima relatado, com o que pensa, agora, Gottdiener (1993), isto é, a política econômica capitalista não é suficiente para explicar a produção do espaço (pois haveria nela muito de reducionismo), mas sim o processo contingente da produção do espaço é que deve estar no centro de qualquer análise.

Assim, a produção do espaço (pode-se falar em produção de Sete Lagoas, por exemplo), deverá localizar-se dentro do contexto de uma teoria emergente da organização social, a qual será classificada como estruturacionista, teoria tal que leve em conta o papel da ação, de um lado e o da estrutura, de outro, na produção de fenômenos e formas espaciais. Já que há contingência e litígio, a produção do espaço deve ser apreendida enquanto uma complexa articulação entre estrutura e ação a qual está sempre em movimento. Em outras palavras, as formas espaciais (*"um mundo de aparências que a análise deve penetrar"*, Gottdiener, 1999, p. 199) constituem, na verdade, o resultado da interseção da organização e do desenvolvimento espaciais, ou seja, de elementos voluntarísticos com os processos estruturais. O que interessa não são as formas em si, mas o processo o qual envolve, também, as forças políticas e ideológicas na produção do espaço.

Essas questões referentes à produção do espaço e suas formas devem remeter, mais uma vez, à questão do processo de singularização do lugar. É que em tal processo, ou melhor, durante a sua infundável atividade, é necessário que seja observada de que maneira o espaço se "comporta". Sendo um manifesto da produção num dado momento histórico, ele (o espaço) é, ao mesmo tempo, uma decorrência de processos que já aconteceram e um fator de determinação e influência dos processos que estão ocorrendo e daqueles que porventura estão por acontecer. Como o lugar é uma criação humana, segundo Santos (1994) e (1996), expressão funcional do todo, os objetos e as

formas geográficas que surgem nos diversos lugares, constituem os fins da produção num determinado momento histórico e, justamente por causa de sua existência, eles tornam-se, em boa medida, os determinantes do processo de produção que vem a seguir. Ora, esse dinamismo presente no espaço geográfico nada mais é que do que o fruto da influência das rugosidades (Santos, 1988) que são agregadas ao espaço geográfico, ou, em outras palavras, como o lugar resiste às influências do global, tornando-se um espaço de resistência. De acordo com Ferreira (2000), o processo de singularização do lugar é uma combinação que se verifica na escala do local, de acordo com o que o global tem a oferecer e, pelo fato de ter a sua própria autonomia (Nogueira, 1999 a), o lugar sempre vai agregar novas formas às preexistentes, processo que lhe vai conferir incessantes mudanças em seus significados.

O lugar é um espaço de insurreição em relação à globalização, fato que o torna, assim como o território, esquizofrênico (Santos, 2000, p. 114). A imposição da nova ordem de racionalidade do mundo, por meio de flechas enviadas aos diferentes lugares, faz com que estes se rebelem e produzam certas "irracionalidades", contra-ordens (Santos, 2000, p.115) Esse é, sem dúvida, um dos conteúdos mais importantes que se pode apontar para definir a singularidade do lugar, pois é ele que vai dar a significação das suas várias temporalidades, da sua organização frente, ou, no embate com a desorganização que quer se impor. É um grande engano tentar imaginar que aquela contra-ordem produzida pelo lugar em reação à pretensa racionalidade do global, seria uma irracionalidade. Na verdade, o lugar produz racionalidades diversas, na tentativa de, no conflito com o global, adequar-se às exigências desorganizadoras que são emanadas pelo processo de globalização, num processo que é próprio, único de (re)constituição permanente de seus significados.

Na tentativa de tratar a questão da definição de lugar, Massey (1997) vai propor que, para tanto, é necessário que se atente para as relações entre os processos do global e aqueles referentes aos particulares, numa perspectiva de se encontrar um sentido global de lugar.

Segundo a referida autora, a insistência na manutenção da idéia de que existiria uma equivalência entre lugar e grupos humanos que o habitam, numa espécie de "harmonia" é, no mínimo, um sinal de fragmentação geográfica e da disrupção espacial,

tão características da atualidade. De fato, a singularidade do lugar não quer dizer uma simples unicidade, como se os lugares fossem habitados por comunidades homogêneas, refratárias a qualquer influência que viesse de "fora", dos processos globais. Ora, os lugares são muito mais complexos e sua variedade geográfica atesta o embate entre o global e o local, ou seja, a procura pelo sentido de lugar, ao contrário do que diz a Geografia Humanista, é possível quando se considera que a realidade é diversa, variada e não limitada a simples homogeneidade.

A questão está no fato de que existe um conceito ou sentido de lugar mesmo perante a todo esse ambiente formado pela globalização, pois, na atualidade, tornou-se muito comum o temor de estar havendo uma grande perda de identidades, visto as enormes mudanças e transformações, tão rápidas e vigorosas, que estão ocorrendo no mundo globalizado, ou como prefere Harvey (1994), no atual momento de compressão espaço-tempo. Encarado dessa forma, o tempo, a velocidade dos acontecimentos tornar-se-ia algo que traz a novidade, um sinônimo de mudança, ao contrário do espaço, que seria sinônimo de algo estático. O lugar (o espaço), então, seria uma reação ao movimento (o tempo), uma forma de refúgio diante do processo de globalização. Em outras palavras, haveria um conceito de lugar que, mesmo diante da globalização, considerasse sua singularidade e todo o seu significado? É possível pensar em lugar como um conceito que não contenha o reacionarismo típico daquelas noções que o encaram como algo que é contrário à mudança, ao movimento, pretensamente atribuídos somente ao processo de globalização?

Para responder tais questionamentos Massey (1997) levanta, pelo menos, quatro pontos aos quais deve-se atentar na tentativa de construir um conceito de lugar, o qual, por sua vez, deve-se adequar à atual conjuntura da compressão espaço-temporal e que tenha um sentido progressivo, extrovertido, um sentido global de lugar.

Em sendo assim, de acordo com a referida autora, como primeiro passo, é necessário que se considere o lugar enquanto um processo, assim como as relações e interações sociais o são, uma vez que, tais como elas, o lugar não é algo absolutamente estático, ele não está congelado no tempo, mas sim interagindo conjuntamente e incessantemente com outros lugares e com o resto do mundo.

Um segundo aspecto a ser considerado refere-se à questão da colocação de fronteiras no lugar. O conceito proposto, concordantemente com sua natureza, não aceita a imposição de fronteiras, de limites; trata-se de um conceito que requer a não contenção, a não ser nos casos de certos estudos, para fins didáticos. A questão está no fato de que há necessidade de se fazer a correta distinção entre o que é “inside” e o que é “outside”, ou melhor, como não há contraposição entre esses dois termos, já que os dois fazem parte do que constitui o lugar, não pode haver temor relativo à existência de alguma força (externa) que ameace a integridade do lugar. Essa clarificação de noções serve para que aquela associação que se faz muito comum entre a penetrabilidade e a vulnerabilidade do lugar, seja definitivamente abandonada.

O terceiro aspecto indica a necessidade de considerar que o lugar não tem uma identidade única, simples mas, ao contrário, ele é rico em complexidade, estando permanentemente repleto de conflitos, os quais, por sua vez, fornecem-lhe toda a sua identidade e definem-lhe, em grande medida, o seu passado, o seu presente e o seu futuro.

Finalmente, o quarto aspecto a ser considerado fala da especificidade do lugar. Não se deve considerar que a especificidade do lugar constitua o resultado de uma longa e internalizada história, pois que ela é continuamente reproduzida. Afinal, a fonte da unicidade do lugar deve ser encontrada na própria globalização, pois ao promover a diferenciação geográfica das relações sociais, ela induz, gera o desenvolvimento da diferenciação geográfica, tornando-se, portanto, a promotora da existência de lugares específicos, singulares. Como salienta MASSEY (1997, p. 323):

“There is the specificity of place which derives from the fact that each place is the focus of a distinct mixture of wider and more local social relations. There is the fact that this very mixture together in one place may produce effects which would not have happened otherwise. And finally, all these relations interact with and take a further element of specificity from the accumulated history of a place, with that history itself imagined as the product of layer upon layer of different sets of linkages, both local and to the wider world”.

A construção do lugar é um processo dialético e o embate se dá entre os atores ou agentes hegemônicos, promotores da desorganização nos espaços de fluxos e os atores ou agentes subalternos, hegemonzados, nos espaços banais. Ora, se o processo assim caracteriza-se, torna-se evidente que o lugar contenha em suas fileiras certos atributos que lhe permitem reconstruir-se, com novas definições, cotidianamente, corriqueiramente. Assim, concordantemente com as considerações de Santos (2000), é que se recria, numa área específica, *o fato e a idéia da Política*, cujo objetivo indispensável é dispor de forma adequada os arranjos para que o sistema funcione, ou, em outras palavras, para que haja continuamente a (re)construção do lugar. Como salienta Santos (2000, p. 111): *“Por meio de encontros e desencontros e do exercício do debate e dos acordos, busca-se explícita ou tacitamente a readaptação às novas formas de existência”*.

Política, palavra-chave que também pode ser utilizada para o entendimento do conceito de lugar. Pois, considerando que a política é uma invenção humana no sentido de representar a maneira pela qual os homens possam expor suas diferenças e conflitos sem desaguar em uso de força ou guerra e que o lugar é uma área específica na qual essa política deve ser realizada, torna-se fácil compreender a inseparabilidade da política do tempo, uma vez que, nesse processo de fazer política a idéia subjacente é a de uma criação contínua da realidade social, de constantes (re)definições do lugar. A política tornou-se o árbitro, a solução e a resposta aos conflitos e contradições locais e sua atuação se faz sentir também quando o lugar aparece como algo não-contido, aberto às temporalidades e às mudanças.

Ora, se é importante considerar o papel representado pela política na definição de um lugar, é nesse instante que também torna-se útil a introdução de um outro conceito, como salientado no preâmbulo do presente capítulo, no sentido de clarificar ainda mais o que se entende por lugar nesse estudo. Afinal, as elites são atores privilegiados no fazer política e, por isso, representam parte fundamental no processo de construção de um lugar. Aqui, o momento aconselha uma breve digressão.

O processo de construção (ou produção do espaço geográfico) de um lugar envolve muitos outros atores e suas estratégias e práticas, entre elas, também incluída, a política. Assim, o Estado em suas variadas representações e escalas de poder, o grande capital transnacional (as corporações), as organizações não-governamentais (ONGs), os

movimentos sociais localmente organizados e obviamente as elites locais/regionais constituem, por excelência, os agentes sociais, econômicos e políticos de tal processo. (SANTOS e SILVEIRA, 2001) Suas estratégias e práticas, que envolvem articulações, parcerias, conflitos e sinergias, são fundamentais para a compreensão da dinâmica das relações socioespaciais específicas, que se dão na atualidade dos processos de produção do espaço geográfico.

Especificamente, no caso da construção de um lugar, como a cidade de Sete Lagoas, o papel desempenhado pelas elites locais/regionais tem sido da mais alta importância, pois é a partir de sua atuação estratégica e logística que o lugar Sete Lagoas tem sido forjado e estruturado. Evidentemente, os outros agentes da produção do espaço geográfico são deveras importantes também nessa construção da cidade, mas o que aqui interessa é colocar em relevo o papel desempenhado pelas elites locais/regionais, mesmo porque não há como considerá-las sem também não levar-se em conta, obviamente, aqueles outros agentes. É por isso que as articulações e os relacionamentos das elites com outros agentes na construção do lugar Sete Lagoas, tais como as corporações e os poderes públicos local e estadual, constituem importantes itens de análise dos próximos capítulos da tese em tela. Em outras palavras, o peso das especificidades do lugar em seu processo de construção, representado, no caso de Sete Lagoas, especialmente pela atuação das elites, parece que tem sido o maior dentre todos os outros agentes, justificando-se a introdução de uma análise mais demorada do conceito de elite.

Lembrando que o objetivo aqui é apresentar as principais e mais comuns características do conceito de elite, no sentido de se dispor de uma excelente ferramenta para a melhor compreensão de seu papel na produção (construção) do espaço geográfico, importa salientar, inicialmente, que o conceito em tela sempre foi dos mais controversos nas ciências social e política desde a sua proposição, em fins do século XIX. De fato, quando surgiram as teorias sociológicas das elites, no final do século XIX, na Europa, a literatura registrou muita polêmica, notadamente, porque foram encaradas como antidemocráticas e anti-socialistas. (BOBBIO et. al., 1997)

Aos nomes de Gaetano Mosca e Vilfredo Pareto deve-se render a primazia da elaboração das teorias sociológicas das elites. Embora as concepções dadas por cada um desses dois tivessem sido um pouco diferentes entre si, restou o princípio fundamental da

divisão da sociedade em governantes e governados, na qual os governantes constituem uma minoria, uma classe superior, pois que são organizados e articulados e os governados constituindo a maioria fraca e desarticulada. (BOBBIO, 1997, LESSA e SANTOS, 1996, BOTTOMORE, 1974) Assim concebida, a noção de elite, embora possa parecer muito óbvia, pois é fato histórico comum e presente em todas as sociedades, tornou-se claro que as relações de poder são inerentemente assimétricas e que a prática do poder determina ações que afetam diretamente tanto as pessoas como também o espaço, o lugar.

Os aperfeiçoamentos sofridos pelo conceito de elite ao longo do século XX permitem que a terminologia utilizada torne-se também mais apurada, na tentativa de clarificar ainda mais as situações apresentadas, uma vez que a realidade assim exigiu. Desse modo, Bottomore (1974) salienta que, na atualidade, o termo elite vem sendo utilizado mais para referir-se a grupos funcionais, notadamente ocupacionais, que se destacam na sociedade por possuírem um *status* elevado, independente do motivo. Por outro lado, quando a referência é acerca da minoria que dirige uma sociedade, mas não necessariamente constitua um grupo funcional (ocupacional), o referido autor se vale do termo empregado por Gaetano Mosca, ou seja, a classe política: “[...] todos os grupos que exercem poder ou influência política e estão diretamente empenhados em disputas pela liderança política”. (Bottomore, 1994, p.15) O trecho, a seguir, retirado da mesma obra acima referida, resume muito bem o que deve ser apreendido:

“Distinguirei no seio da classe política um grupo menor, a elite política, compreendendo os indivíduos que efetivamente exercem o poder político em uma sociedade em qualquer época. A extensão da elite política é, portanto, relativamente fácil de ser determinada: incluirá membros do governo e da alta administração, chefes militares, e, em alguns casos, famílias politicamente influentes de uma aristocracia ou casa real e dirigentes de poderosos empreendimentos econômicos. É menos fácil estabelecer os limites da classe política. Incluirá, evidentemente, a elite política, mas poderá também abranger ‘contra-elites’, compreendendo os chefes de partidos políticos que estão fora do governo e representantes de novos interesses sociais ou classes (e.g., líderes sindicais), bem como grupos de homens de negócios e intelectuais ativos politicamente. A classe política, portanto, compõe-se de muitos

grupos que podem estar empenhados em diversos níveis de cooperação, competição ou conflito entre si". (BOTTOMORE, 1974, p. 15-16)

Importa reter, portanto, que a elite política sempre existirá, pois ela é aquela minoria que estará sempre governando, deliberando sobre os destinos de uma sociedade, independentemente de sua ocupação, desde que seus membros possuam algum tipo de poder: militar, econômico, social, como no caso das famílias, e, político, propriamente dito. Vale ressaltar que, não raro, como no caso de Sete Lagoas (e tal fato ficará evidente nos próximos capítulos), os membros dessa elite política possuem dois ou mais tipos de poder, isto é, muito comumente, é fácil encontrar um legítimo representante de alguma família tradicional, que detenha um grande poder econômico e, ao mesmo tempo, ocupe algum cargo público eletivo (vereador, prefeito, deputados estadual ou federal, governador). Nas palavras de BOBBIO (1997, p.388):

"[...] trata-se da Elite no poder porque, contrariamente ao que parece ou se faz crer, (seus membros) estão ligados uns aos outros por razões sociais, familiares e econômicas, sustentam-se e se reforçam uns aos outros, tendem sempre mais a concentrar os seus instrumentos de poder em instituições centralizadas e interdependentes".

Um segundo aspecto ou princípio a reter em relação ao conceito de elite tem a ver com a sua incrível capacidade de manter-se coesa, organizada e auto-articulada, embora os conflitos e os embates intra-classe sejam uma presença constante. Em outras palavras, mesmo que haja alguns conflitos de interesses entre seus membros, derivados de aspirações particulares ou de subgrupos, eles são capazes de abandonar temporariamente tais interesses em nome de algo maior, cooperando mútua e simultaneamente. De fato, a sinergia é uma das principais características das elites, notadamente daquelas que detêm o poder, podendo-se afirmar que tal capacidade é uma das fontes de sua força, de sua longevidade.

As atividades das elites (grupos funcionais ou ocupacionais) guardam uma relação bastante importante, uma espécie de determinação, com a escala geográfica. Evidentemente, não se trata da escala simplesmente cartográfica, um problema

puramente dimensional, tal qual os insensatos poderiam supor, mas sim de uma questão epistemológica, uma intenção deliberada do referente, pois que a escolha do espaço, do território, ou do lugar nos quais recairão as ações dos agentes, produzindo-os, construindo-os, ou gerindo-os, é uma decisão previamente deliberada, pensada por tais agentes.¹ Segundo NOGUEIRA (1999 b, p. 11-12):

"[...] ao aceitar que os participantes das lutas políticas utilizem-se do discurso para reforçar a sua posição, implicitamente há que se aceitar também que a escala em si mesma é um lema, um meio de modelagem político-espacial o qual, por sua vez, tem seus efeitos materiais. Na verdade, tratar-se-ia de uma bandeira, ou melhor, uma ideologia e, assim sendo, não há como permanecer considerando-a como neutra ou transparente naquilo que representa, na medida em que, cada lema, ou, bandeira traz consigo sua própria capacidade de defender-se, sua retórica, sua habilidade de modelar o significado do espaço."

É por tais razões que Castro (1992) salienta a necessidade de considerar que, não obstante o ambiente da globalização e as constantes ações articuladas das elites globais, possuidoras de um imenso e inesgotável poder político, econômico e técnico-científico, capazes de afetar praticamente qualquer ponto do planeta, as problemáticas locais e regionais estão a requerer cada vez mais explicações dentro do ponto de vista de suas respectivas escalas, ou seja, quando se fala de elites torna-se necessário compreender que suas funções podem variar de acordo com a escala. Do contrário, se tais questões são focalizadas tomando em conta apenas as escalas global e nacional, desconsiderando os interesses da escala local, de suas elites, pode-se incorrer no grave erro de uma simplificação grosseira do real.

Muitas vezes, poder-se-ia até dizer que na maioria esmagadora de vezes, os discursos da classe política têm como pano de fundo a temática espacial, fato que denuncia em que tipo de escala estão inseridos os membros de determinado grupo, seus interesses, aspirações e compromissos e, de acordo com Castro (1992), é possível identificar as coalizões horizontais e também a variação temporal de cada escala. Em sendo assim, no que tange à escala municipal, o ponto de vista é, obviamente localista,

¹ Para uma discussão mais detalhada sobre essa temática, consulte-se CASTRO (1995), COX (1998) e JONES (1998).

dentro do qual transparecem os fortes e, caracteristicamente pessoais, liames clientelísticos, enquanto que, na escala estadual, em muitas situações, os membros de sua elite funcionam como os mediadores nas relações políticas federalistas, como no caso do Brasil. As dimensões horizontais ficam patentes na representatividade da elite na escala regional e, como já salientado, embora possa haver (e há) muita divergência intra-classe, essa elite é um bloco regional e como tal deve se comportar perante o todo nacional. Finalmente, na escala nacional as questões se referem a toda uma sociedade e, por isso, a representatividade espacial local/regional pode parecer um pouco anulada, embora, continue figurando ostensivamente nos discursos, evidentemente de uma forma mais velada.

Essa questão dos discursos típicos das elites, na verdade, constitui uma de suas estratégias de sobrevivência. Ao escamotear a verdadeira realidade dos conflitos sociais presentes nos lugares dos quais são originários, os membros dessa classe política, na realidade, estão prestando um serviço em prol da preservação e da manutenção de seu *status quo*, o que na maioria das vezes, dá-se por intermédio da obtenção de cargos eletivos, de cargos na administração pública e também de recursos financeiros, desde a escala local até a federal. Embora, tal fato possa parecer perverso e, evidentemente o é, o fato é que a atuação dessa classe política, altamente organizada e articulada e suas estratégias de sobrevivência, constituem itens fundamentais para a compreensão do processo de produção do espaço, pois seus projetos de administração e gestão submetem os lugares e suas populações, num incessante processo de (re)construção espacial. Desse modo, pode-se afirmar tal qual Corrêa (2000)², assim o fez: *"O Lugar é o resultado de uma teia de relações interpessoais, costurada por laços e interesses de classe"*.

Ora, se o lugar constitui o resultado da atuação estratégica de suas elites, ou melhor dizendo, de sua classe política, uma teia que evidencia o quão essa classe é unida em prol da manutenção de sua própria sobrevivência, fazendo valer quase que somente os seus interesses e que nesse processo ela acaba por forjar, gerir e administrar esse lugar, torna-se lícito também afirmar que, em boa medida, o processo de singularização do lugar deve a sua existência, o seu acontecer à ação de sua classe política. Evidentemente, como se trata de um processo, é algo dinâmico, com suas temporalidades

² Comentários feitos durante o processo de orientação nas dependências do IGEO/UFRJ.

específicas, um processo histórico, altamente conflituoso e dialético e que se manifesta na realidade, justamente quando é observada a própria existência dos lugares.

Todo esse processo faz do lugar uma parte da superfície terrestre que é singular, única, mas, não se deve esquecer, por outro lado, que essa sua condição é também responsável por sua capacidade de inserir-se de múltiplas formas, nas diversas escalas, desde a regional até a mundial. Assim, desvendar a singularidade de um lugar é também dar o seu significado na rede urbana da qual faz parte e, ao fazê-lo estar-se-á, ao mesmo tempo, definindo a sua própria inserção multiescalar.

Recorrendo mais uma vez a Santos (1999), se o lugar é relacional e é corpóreo, é também não auto-contido e, não estando isolado no mundo, relaciona-se com ele continuamente num interminável processo de (re)construção, de (re)produção, sempre buscando as suas maneiras singulares de adaptação, fato que o torna sujeito às contingências históricas, à política, às condições econômicas, enfim aos processos gerais ou universais. É esse o conceito de lugar que se empregará para o estudo de Sete Lagoas.

4 SETE LAGOAS - A CONSTRUÇÃO DE UMA CENTRALIDADE.

*“Qualquer que fosse a vida que trazias,
Ela corre, ainda, hoje, como sangue,
No organismo viril de nossa idade.”
Em meio ao oceano encapelado
Dos esforços flutuam as verdes 'Ilhas
Afortunadas', onde o espírito
De teus heróis conosco compartilha
As ânsias, os labores e os martírios.
Do presente o progresso é resultado
Da bravura, do bem e da beleza
Que tão grandes fizeram os velhos tempos.”
J. R. Lowell, dirigindo-se ao Passado in
“O Livro de Ouro da Mitologia” Thomas Bulfinch*

Considerando as descrições e análises elaboradas anteriormente, pretende-se nesse capítulo desvendar os processos que permitiram a construção da centralidade da cidade de Sete Lagoas. A partir da constatação de uma realidade geográfica, a centralidade que Sete Lagoas possui na Região Central de Minas Gerais, da elaboração de uma problemática que submetesse tal realidade a uma questão central e a certos questionamentos e da elaboração de um conceito de lugar, enquanto uma singularidade produzida socialmente, pretende-se, a partir de agora, apresentar e discutir a gênese e as relações políticas, econômicas e espaciais que forjaram a construção dessa centralidade.

Tal centralidade, que é das mais importantes faces da singularidade de Sete Lagoas, foi sendo construída ao longo do tempo histórico. Os processos gerais e universais que permitiram essa construção são os mesmos que governam a construção de outros fenômenos espaciais na atualidade, ou seja, processos diretamente gerados do modo dominante de produção, o capitalismo e que constituem os elementos que pretendem a uniformidade. A combinação desses processos com as determinações já efetivadas e as contingências locais, dão o diferencial e constroem o lugar, Sete Lagoas, uma cidade singular inserida na rede urbana de Minas Gerais. O lugar geográfico, expressão da singularidade socialmente produzida, pode ser encarado como o resultado daquela combinação, a qual por sua vez, é a responsável pela posição central adquirida por Sete Lagoas na rede urbana mineira.

A posição geográfica da cidade de Sete Lagoas constitui, ou pelo menos foi, durante muito tempo, o maior dos fatores que a beneficiaram. De fato, a posição de contato entre duas grandes regiões no conjunto mineiro, favoreceu sobremaneira o surgimento e o desenvolvimento de certos fatores, os quais, desde a origem até a atualidade, foram, em muitas circunstâncias, os responsáveis pela construção de sua centralidade. Daí a consideração de sua primeira função naquela rede urbana, ou seja, a de "boca-de-sertão".

4.1 DOS PRIMÓRDIOS: BOCA-DE-SERTÃO

A função de boca-de-sertão de Sete Lagoas já havia sido reconhecida por Azevedo (1963, a), quando essa autora salienta a posição de destaque alcançada pela cidade, ou seja, a de um centro regional, já nos anos de 1960. Localizada justamente na zona de contato da região mínero-industrial do Quadrilátero Ferrífero (as *Minas*) e da região pecuarista do Noroeste de Minas Gerais (as *Gerais*), a cidade somente havia alcançado a privilegiada posição de centro regional na hierarquia urbana de Minas Gerais em virtude daquele papel de boca-de-sertão. Na verdade, não se pode deixar de responsabilizar, pelo menos em parte, a esse papel, a centralidade que Sete Lagoas já possui, desde há algumas décadas, em Minas Gerais, principalmente no que diz respeito ao desenvolvimento das atividades da agropecuária. Tal fato sempre foi percebido pelas elites locais e regionais, como impactando fortemente a cidade, garantindo-lhe, em boa medida, a referida centralidade.

Enquanto a região das *Minas*, ao sul de Sete Lagoas, conheceu desde o século XVIII as maiores atenções por parte, primeiramente da Coroa Portuguesa, em razão de ali se concentrar o coração da economia da colônia, a economia mineira do ouro, diamante e outras pedras preciosas e, mais tarde, porque ali se instalou a principal atividade industrial da província, tal qual hoje ainda se manifesta no estado, a região do Sertão (*Gerais*), ao norte da cidade, pouquíssimo ou nada representava de interessante à metrópole, a não ser pelo fato de ter constituído a região que abastecia as *Minas* de carne e outros gêneros alimentícios.

Por outro lado, tornando-se lugar de passagem obrigatória das boiadas oriundas da Bahia, na região das *Gerais*, desenvolveram-se as pioneiras atividades agropecuárias. Daí, segundo Azevedo (1963, b), a origem rural de muitos dos núcleos urbanos dessa região. Sete Lagoas originou-se de uma antiga fazenda, que tornando-se povoado, na segunda metade do século XVIII, veria nascer a cidade quase cem anos depois.

Boa parte das cidades na região de Sete Lagoas na atualidade, tem sua origem intimamente ligada à existência de fazendas, de currais, de pousos de tropeiros, enfim, das pioneiras sesmarias, as quais em Minas Gerais existiram e que deram origem a numerosos latifúndios. Com o declínio da mineração, os latifúndios proliferaram, sendo a "fazenda" do Pompéu a mais soberba dentre muitas outras, por suas dimensões, dependências, benfeitorias e produtividade. (VASCONCELOS, 1999, HORTA, 1956) Do espetacular domínio de Dona Joaquina de Pompéu (Vasconcelos, 1999, p. 333) nasceram muitos povoados, tais como os de Papagaios e de Maravilhas, cidades que, hoje ainda, conservam seus topônimos originais e os de Buriti da Estrada, atual cidade de Pompéu e Boa Vista, atual cidade de Nova Serrana. Assim como esses povoados foram criados por escravos alforriados e meeiros em terras da antiga fazenda do Pompéu, a atual cidade de Curvelo também tem sua origem rural, pois a antiga aldeia do Chapadão, depois Santo Antônio do Curvelo, localizada na mesopotâmia mineira, entre os rios Paraopeba e das Velhas, também foi fundada por escravos fugidos do terrível poder de Dona Joaquina de Pompéu.

A agricultura já foi a mais notável atividade econômica da região de Sete Lagoas: o município obteve no passado, razoável destaque, no estado, na produção de cereais e de mandioca. A tradição nas atividades da agricultura surgiu quase como uma imposição, uma estratégia de sobrevivência, não só na região de Sete Lagoas, como também no restante de Minas Gerais, logo após o declínio do ciclo do ouro. A inexistência de uma mentalidade empresarial no seio dos proprietários das minas de ouro, aliada à ausência de condições legais não permitiu a transferência dos capitais excedentes para a criação de um setor industrial que pudesse absorver os excedentes de capitais e aqueles de mão-de-obra. Assim, os mínguaos recursos excedentes continuaram sendo intensivamente aplicados numa atividade já não mais rendosa, sobrando apenas uma mão-de-obra numerosa e bastante empobrecida. As atividades de subsistência, agricultura, pecuária,

extração vegetal e artesanato, apresentavam-se, nessas circunstâncias, como as únicas alternativas capazes de absorver esse contingente funcional, fato, aliás responsável pelo desenvolvimento, a partir da segunda metade do século XVIII, da agricultura de subsistência, destacando-se entre as produções mais importantes o algodão, o fumo e a cana-de-açúcar. (BDMG, 1965)

Até a chegada dos trilhos da Central do Brasil, já no final do século XIX, em 1896, Sete Lagoas permaneceu como 'boca-de-sertão'. Na antiga fazenda das Sete Lagoas um modesto arraial já tinha se desenvolvido em 1833, sendo que em 1841, foi criada a paróquia de Santo Antônio das Sete Lagoas. Inserida numa região fora das zonas auríferas, fazendo parte do territórios dos municípios de Sabará e Santa Luzia do Rio das Velhas (centros urbanos de economia mineira e dos mais importantes e antigos da província de Minas) além do município de Curvelo, o então distrito de Sete Lagoas, emancipou-se, tornando-se município no ano de 1867, enquanto em 1880, a sede municipal obteve foros de cidade. (IBGE, 1957-1963) Cumprindo a função de boca-de-sertão, Sete Lagoas passa a comandar uma região, situada ao norte e noroeste, cuja economia baseava-se numa pecuária extensiva muito característica de campos cerrados mais pobres e cujo traço industrial era dado por três unidades industriais da Cia. de Fiação e Tecelagem Cedro e Cachoeira, pertencente à família Mascarenhas: Cedro, na freguesia do Tabuleiro Grande (município de Paraopeba, que mais tarde, em 1953, emancipou-se deste, criando-se o município de Caetanópolis), Cachoeira, no distrito de Inimutaba (pertencente a Curvelo e atual município de mesmo nome) e no distrito de São Vicente, no município de Baldim. (Fotos 1 e 2)



Foto 1: Aspectos da unidade industrial CEDRO, a 1ª indústria têxtil de Minas Gerais, vendo-se ao fundo as duas chaminés centenárias da edificação original e as novas edificações que substituíram as antigas; o prédio colonial, parcialmente avistado à direita, refere-se às antigas instalações administrativas, que hoje abrigam o museu têxtil Décio Guimarães, único em Minas Gerais. (Caetanópolis, Agosto de 2002, Marly Nogueira)



Foto 2: Vista do corredor de entrada da unidade da CEDRO, vendo-se ao fundo o Museu, harmoniosamente localizado junto às modernas instalações da fábrica. (Caetanópolis, Agosto de 2002, Marly Nogueira)

A função de boca-de-sertão se sustenta até o advento da ferrovia, fato notável em relação aos impactos relacionados ao início da afirmação regional da cidade. Desvendar tais impactos, por meio da elucidação das relações socioespaciais características do processo é o objetivo da próxima seção.

4.2 A FERROVIA, O COMÉRCIO E AS ATIVIDADES AGROPECUÁRIAS

Os trilhos da Estrada de Ferro Central do Brasil atingem Sete Lagoas no ano de 1896. Com eles chega também o progresso, retomando a máxima brasileira e, porque não dizer, universal, do século XIX e também das primeiras décadas do século XX, de que ter o seu próprio território, atravessado por uma ferrovia, significava o progresso, o desenvolvimento e o crescimento dos vários setores da economia. Significava ligar o lugar ao resto do mundo, abrindo novas possibilidades econômicas e reforçando as atividades econômicas já existentes. Destarte, no caso de Sete Lagoas, a cidade vê-se livre de um grande isolamento, o qual impedia, em grande medida, a sua integração em todas as escalas territoriais.

Permanece Sete Lagoas na função de ponta-de-trilhos durante algum tempo, cerca de nove anos, quando em seu prolongamento demandando as porções central e norte de Minas Gerais, a Estrada de Ferro Central do Brasil, finalmente atinge outros centros urbanos importantes, ou seja, Curvelo em 1905, Corinto em 1906, Pirapora em 1911 e Montes Claros, somente, em 1926. Esses fatos representam a materialização de antigos desejos manifestos desde os tempos da monarquia, de promover a integração nacional, via integração de dois diferentes modais de transporte, isto é, a ferrovia e navegação pelo rio São Francisco, o que, em última análise, permitiria a integração da região Nordeste ao restante do território nacional. Em verdade, o objetivo era ligar ou integrar, via estrada de ferro, dois portos importantes, objetivando a integração do Sertão à região mais desenvolvida do país, isto é, a estratégia visou a ligação do porto marítimo do Rio de Janeiro ao porto fluvial do rio São Francisco, na localidade de Pirapora (MG), confluência dos rios das Velhas e São Francisco. (Mapa 1)

* A chegada da ferrovia em Sete Lagoas, representa mais do que a simples e natural expansão dos trilhos demandando o interior de Minas Gerais. Nessa altura do processo é

que se vai manifestar, pela primeira vez no lugar, a determinação e os interesses da elite política sete-lagoana, na figura de um de seus mais importantes representantes na época.

Segundo Pereira (1997), o traçado inicialmente projetado para o prolongamento da ferrovia passava pelo vale do rio das Velhas, não contemplando a cidade de Sete Lagoas. Ora, como ferrovia significava progresso e integração econômica, o Doutor João Antônio de Avelar, republicano confesso, resolve interferir nesse processo no sentido de tentar levar para Sete Lagoas os trilhos da ferrovia e, assim, beneficiar a cidade.

Nascido em Sete Lagoas, filho de um coronel - fazendeiro e apontado como o primeiro médico da cidade, formado pela Faculdade de Medicina do Rio de Janeiro, político inteligente e perspicaz, várias vezes vereador e agente executivo (cargo que corresponde ao de prefeito municipal, na atualidade) em Sete Lagoas, deputado eleito à primeira Assembléia Legislativa republicana, a qual elaborou a Constituição de 1891 e eleito senador ao Congresso Mineiro (cargo que, hoje, corresponde ao de deputado estadual), o Doutor Avelar, como é conhecido na cidade, representa o que há de mais significativo em termos de elite política, tal qual descreve Bottomore (1974), ou seja, um indivíduo que pertence tanto à classe política como à econômica e que, na luta pelos seus interesses, conseqüentemente, acabou por beneficiar a cidade. Essa articulação foi crucial no sentido de significar a primeira movimentação em direção à construção da centralidade de Sete Lagoas.

Munido de um projeto arrojado, mas baseado em argumentos lógicos, o doutor Avelar parte para o Rio de Janeiro, em busca do atendimento de seus interesses. A respeito desse fato, Fatorial (1998-1999), acrescenta que o projeto do doutor Avelar possuía amplas possibilidades de ser aceito, na medida em que, o eminente médico tinha grande conhecimento da região, de sua topografia e era "dotado de uma grande visão".

Contrariamente ao que estava projetado pela Câmara de Governo da Monarquia, argumentou o referido político, a ferrovia deveria alcançar o sertão mineiro, não através do vale do rio das Velhas, pois que, tal fato demandaria aumento dos custos da obra, uma vez que seriam necessárias muitas obras de arte, em decorrência do risco das freqüentes inundações. Além desse argumento técnico, doutor Avelar sustentou-se em dois fatos econômicos muito importantes na época. Em primeiro lugar, como a região de Sete Lagoas já continha um importante e promissora indústria têxtil e se projetava extra-

que se vai manifestar, pela primeira vez no lugar, a determinação e os interesses da elite política sete-lagoana, na figura de um de seus mais importantes representantes na época.

Segundo Pereira (1997), o traçado inicialmente projetado para o prolongamento da ferrovia passava pelo vale do rio das Velhas, não contemplando a cidade de Sete Lagoas. Ora, como ferrovia significava progresso e integração econômica, o Doutor João Antônio de Avelar, republicano confesso, resolve interferir nesse processo no sentido de tentar levar para Sete Lagoas os trilhos da ferrovia e, assim, beneficiar a cidade.

Nascido em Sete Lagoas, filho de um coronel - fazendeiro e apontado como o primeiro médico da cidade, formado pela Faculdade de Medicina do Rio de Janeiro, político inteligente e perspicaz, várias vezes vereador e agente executivo (cargo que corresponde ao de prefeito municipal, na atualidade) em Sete Lagoas, deputado eleito à primeira Assembléia Legislativa republicana, a qual elaborou a Constituição de 1891 e eleito senador ao Congresso Mineiro (cargo que, hoje, corresponde ao de deputado estadual), o Doutor Avelar, como é conhecido na cidade, representa o que há de mais significativo em termos de elite política, tal qual descreve Bottomore (1974), ou seja, um indivíduo que pertence tanto à classe política como à econômica e que, na luta pelos seus interesses, conseqüentemente, acabou por beneficiar a cidade. Essa articulação foi crucial no sentido de significar a primeira movimentação em direção à construção da centralidade de Sete Lagoas.

Munido de um projeto arrojado, mas baseado em argumentos lógicos, o doutor Avelar parte para o Rio de Janeiro, em busca do atendimento de seus interesses. A respeito desse fato, Fatorial (1998-1999), acrescenta que o projeto do doutor Avelar possuía amplas possibilidades de ser aceito, na medida em que, o eminente médico tinha grande conhecimento da região, de sua topografia e era "dotado de uma grande visão".

Contrariamente ao que estava projetado pela Câmara de Governo da Monarquia, argumentou o referido político, a ferrovia deveria alcançar o sertão mineiro, não através do vale do rio das Velhas, pois que, tal fato demandaria aumento dos custos da obra, uma vez que seriam necessárias muitas obras de arte, em decorrência do risco das freqüentes inundações. Além desse argumento técnico, doutor Avelar sustentou-se em dois fatos econômicos muito importantes na época. Em primeiro lugar, como a região de Sete Lagoas já continha um importante e promissora indústria têxtil e se projetava extra-

regionalmente por sua grande produção agrícola, a manutenção de uma grande quantidade de carga, que justificasse a circulação de mercadorias para compor os trens, já estaria garantida. Em segundo lugar e, não menos importante, a circulação na região do vale do rio das Velhas não seria prejudicada, pois, a navegação regional permaneceria inalterada. Consequentemente, o mais lógico e menos custoso, seria a ferrovia tomar o caminho do "planalto" (espigão), no qual está assentada a cidade de Sete Lagoas. Em razão da pertinência da reivindicação a comissão aceita os argumentos levantados pelo político sete-lagoano e, no ano de 1896, finalmente, é inaugurada a estação ferroviária de Sete Lagoas. (PEREIRA, 1997, FATORAL, 1998-1999)

A cidade se transforma e, a reboque, também, sua hinterlândia. Exemplifica-se com Jequitibá, antigo porto fluvial do rio das Velhas, que acabou por perder importância frente a Sete Lagoas, em razão da adoção do transporte ferroviário em detrimento da navegação, na circulação de passageiros e cargas: exportação de grãos e tecidos e importação do algodão, matéria-prima para as indústrias têxteis, que vinha do norte do estado e da grande região Nordeste. Sete Lagoas, antes, em nada expressiva, passa a comandar a região, suplantando outros centros urbanos, até então mais importantes.

Todos os setores socioeconômicos de Sete Lagoas sofrem os impactos positivos em decorrência do advento da ferrovia. Expressivo aumento populacional, expansão do tecido urbano, notadamente, no sentido da parte leste de seu espaço urbano, por meio do desenvolvimento de um de seus bairros, hoje, mais tradicionais (Boa Vista), avanços na agropecuária e na indústria e fomento importante nas atividades comerciais. Nas palavras de LANZA (1967, p.135):

"Com êstes empreendimentos Sete Lagoas progrediu assustadoramente, pois que vieram para aqui, mais de trezentas famílias e, então passamos a ter Comércio e Indústrias. [...] sendo certo que com um pouco de fôrça de expressão, poderemos dizer que Sete Lagoas é a Central do Brasil e a Central do Brasil é o Doutor João Antônio de Avelar".
(Fotos 3 e 4)



Foto 3: Estação Ferroviária de Sete Lagoas, hoje desativada e transformada em Museu do Ferroviário. Essa era a primeira visão da estação para os trens que vinham das *Minas*. À direita inicia-se o Bairro do Boa Vista, primeira área de expansão urbana da cidade, logo após o advento da ferrovia. (Sete Lagoas, Janeiro de 2003, Marly Nogueira)



Foto 4: O bellissimo prédio da estação em vista frontal (Sete Lagoas, Janeiro de 2003, Marly Nogueira)

Segundo Azevedo (1963, a) a cidade de Sete Lagoas acusou um crescimento populacional bastante sensível, na medida em que, se em 1920 haviam apenas 3980 habitantes, em 1960, o total de população já havia chegado aos 36482 habitantes. Essas cifras testemunham o fenômeno do crescimento populacional do município e, como tal evolução populacional, evidentemente não constituiu fato isolado do desenvolvimento econômico local, Sete Lagoas tornou-se importante foco de atração econômica, apresentando, já nos anos de 1960 uma centralidade regional importante, tanto que Leloup, (1962), (1970), classificou-a como um centro regional intermediário.

A afirmação da centralidade sete-lagoana, ainda em tempos mais remotos, decorreu não somente da grande circulação de pessoas e cargas que por ali passavam diariamente. De fato, Sete Lagoas sediou um complexo ferroviário, que com o tempo, tornou-se um dos mais importantes de Minas Gérias. Esse complexo incluiu desde a estação, propriamente dita, uma das maiores do Estado, como também uma série de oficinas, às quais, os historiadores locais (Pereira, 1997, Lanza, 1967, Drummond, 1977) reputam como a mais significativa do complexo, na medida em que chegou a empregar, juntamente, com as atividades da estação, cerca de duas mil pessoas. Completando o referido complexo, saliente-se a criação de uma escola técnica, profissionalizante - "Frederico Alves"-, em área anexa às oficinas. Essa escola, criada em 1939, surgiu da necessidade, em função da própria importância do complexo ferroviário sete-lagoano, de formar mão-de-obra habilitada para nele e, no trecho controlado por Sete Lagoas, trabalhar. Até essa época essa mão-de-obra era importada de vários outros pontos da EFCB, entre os quais, pode-se citar os do Rio de Janeiro e Três Rios (RJ) e Santos Dumont e Conselheiro Lafaiete, em Minas Gerais. Conquanto a Escola Frederico Alves tenha sido uma referência regional, na preparação de mão-de-obra qualificada, que era amplamente absorvida não somente pela ferrovia, como também pelas empresas industriais locais e até de outras cidades (Mannesmann, em Belo Horizonte, Acesita, em Timóteo e Açominas, em Ouro Branco), em decorrência do próprio esvaziamento sofrido pela Rede Ferroviária Federal, a partir dos anos de 1960, foi ela extinta no ano de 1976.

Sete Lagoas tornou-se um importantíssimo nó da rede da ferrovia, tanto em decorrência do movimento de pessoas e cargas em sua estação, como também, por causa das oficinas, o denominado "Depósito", centro de referência nacional de produção

de vagões-gaiola metálicos para o transporte de carga viva e, regional, em razão dali concentrarem-se as atividades de manutenção de máquinas e vagões e, finalmente, por causa da Escola Fredericó Alves. Para corroborar tais fatos, o trecho de competência administrativa e logística da ferrovia, que ficava sob a jurisdição direta de Sete Lagoas, abrangia desde a cidade de Corinto, onde um outro depósito foi criado, até a estação do Horto Florestal, já em território de Belo Horizonte. De fato, toda uma região razoavelmente extensa ficou sob a tutela de Sete Lagoas.

O expressivo contingente de funcionários do complexo ferroviário, além de representar um aumento de população para a cidade, pois a maioria desses funcionários, pelo menos, no início, foi de imigrantes, também contribuiu para o fomento das atividades econômicas locais, especialmente, as comerciais:

“A ferrovia era o termômetro da economia da cidade, pois absorvia uma gama formidável de serventuários, aonde convergiam empregados de toda uma região mais próxima, somando para mais de dois mil o contingente de ferroviários. E o dinheiro circulava, copioso”. (PEREIRA, 1997, p. 67)

A cidade passa a constituir um importante centro comercial atacadista, abastecendo toda uma rede de armazéns e lojas localizadas no norte do estado, alcançando também o vale do Jequitinhonha. Assim se expressa PEREIRA (1997, p. 81), referindo-se aos anos de 1930, quando fervilhavam as atividades comerciais atacadistas e varejistas na cidade:

“Aqui estavam sediadas as firmas Irmãos Andrade, José da Rocha & Cia. (com sucursal em Corinto), Nelson Dias & Cia., Irmãos Guiscem, Irmãos Avelar & Cia. – estas do comércio atacadista -, enquanto, entre outras, havia a renomada Casa Paiva, do sistema varejista. As do primeiro grupo dispunham de viajantes-vendedores, homens que tinham um profundo saber no que diz respeito as especificações dos produtos levados à apreciação do comerciante interiorano: feijão, arroz, milho, fubá, sabão, querosene, açúcar, farinha de trigo, armarinhos, sal, tecidos, temperos, ferramentas, louças, artigos para presente, calçados, chapéus, arreios, arame farpado, vasilhame, bebidas, fósforos, enlatados e muitos itens mais, inclusive produtos

cerâmicos e os imensos blocos de mármore bruto, a serem beneficiados em indústrias dos grandes centros consumidores”.

Foi nesse cenário, de intensa expansão econômica, que Sete Lagoas vê nascer a sua Associação Comercial, no ano de 1936. A cidade possuía importantes estabelecimentos de comércio atacadista, que serviam a toda uma região, que já começava a se caracterizar como área de sua influência. Também o comércio varejista ampliava suas atividades. A criação de uma associação comercial representou a causa e o efeito do mesmo fenômeno, ou seja, o expressivo crescimento econômico sete-lagoano.

As jazidas de mármore forneciam a matéria-prima bruta para a construção civil, exportando para Belo Horizonte e Rio de Janeiro e a descoberta de expressivas jazidas de cristal de rocha, fez nascer uma atividade comercial intensa, enriquecendo mais ainda a cidade. A indústria de laticínios começava a se desenvolver. As atividades de lavoura e pecuária, principalmente, a leiteira, conheciam grande desenvolvimento. De fato, como havia um clima de otimismo, de confiança, a classe política, que muitas vezes se confundiu (e até hoje se confunde) com a elite econômica, percebeu como a criação de uma associação comercial somaria esforços na direção do reforço de Sete Lagoas em sua região, por meio do próprio reforço dos empresários representantes da elite local. Na publicação comemorativa dos 60 anos da criação da atual Associação Comercial e Industrial de Sete Lagoas, em 1996, há uma passagem muito interessante que devidamente entendida, representa o que pode realizar a elite em prol de seus interesses mais importantes. Assim, em ACI-SETE LAGOAS (1996, p. 4) pode-se ler:

“Importante é ressaltar que os dirigentes da Associação, compreenderam com muita clareza, que ela só poderia cumprir a sua nobre missão se fosse eclética e não se deixasse envolver nas disputas políticas e religiosas locais”.

Esse trecho ressalta bem como os membros dos diversos grupos da elite local, não obstante, os característicos embates travados em decorrência da desigualdade de seus próprios interesses, possuem uma enorme capacidade de coesão, quando o assunto é de interesse comum a todos eles. Assim, deixam em suspenso suas diferenças por algum tempo, até que aquele determinado “projeto” efetivamente seja colocado em prática. Essa estratégia é típica das elites que se querem cada vez mais importantes e poderosas.

A idéia da criação da associação comercial foi obra da reunião de interesses comuns dos mais diversos representantes da elite sete-lagoana, notadamente, daqueles que mais se destacavam, como os ruralistas e os comerciantes, fato que indica a enorme ascendência, principalmente, da classe dos ruralistas, já naquela época, na economia da cidade. A primeira diretoria da associação foi encabeçada por um ruralista, só então seguido de destacados comerciantes, além de representantes, em menor proporção, da igreja católica e de intelectuais. Alguns exemplos de nomes: Alonso Marques Ferreira, eleito como o primeiro presidente, líder ruralista, agente executivo (prefeito) e deputado estadual; José da Rocha, grande comerciante, cujas atividades ligadas ao comércio de artigos para a produção rural subsistem até hoje na cidade e José Duarte de Paiva, comerciante de secos e molhados, ceramista e construtor civil, patriarca de uma das mais notórias famílias locais; vários representantes de famílias ruralistas e suas ramificações, tais como os França, os Campolina, os Vaz de Melo e os Alves Costa. Como poderá ser observado mais adiante, essas mesmas famílias das classes política e econômica aparecerão novamente, em outros fatos importantes, uma vez que, suas estratégicas atividades permanecerão, praticamente, inalteradas ao longo do tempo.

O grande desenvolvimento alcançado pelas atividades comerciais atacadistas testemunha o fomento dado às atividades agropecuárias e industriais não somente no município de Sete Lagoas, como também em toda a sua região, em decorrência da presença da ferrovia. Assim, os movimentos relativos à expressiva produção agrícola de açúcar, café, algodão, cereais e toucinho foram muito incrementados, pois, afinal havia como, a partir daquele momento, exportar a produção. Uma das experiências mais interessantes foi a criação do bicho-da-seda, obra de negociantes sírios-libaneses instalados na cidade e que deu origem à "Cia. Sericícola dos Sírios de Sete Lagoas", a qual ali iniciou o plantio de 50.000 mudas de amoreiras, a partir de 1907. (AZEVEDO, 1963 a)

Uma outra iniciativa que merece menção foi a criação, em 1908, do "Núcleo Colônia João Pinheiro", em terras, hoje pertencentes, ao município de Jequitibá. Trata-se de uma colônia agrícola de responsabilidade da União que ali alocou imigrantes estrangeiros, sobretudo holandeses e alemães.

De acordo com Senna (1926), entre 1904 e 1917, o governo estadual lançou uma estratégia interessante, tendo em vista, abrigar as levas de imigrantes estrangeiros que aportavam no país nesse período e, além disso, promover a ocupação do território mineiro onde houvesse necessidade. Utilizando-se do expediente das terras devolutas, o governo criou uma série de colônias agrícolas, entre as quais figurou a colônia Wenceslau Braz, criada em 1911, inicialmente com 68 colonos, em território de Sete Lagoas. O critério seguido para a instalação dessas colônias teve a ver com a presença nos lugares de pelo menos 4 fatores básicos: solo fértil, boas aguadas, proximidade de via de comunicação (rio navegável ou ferrovia) e mercado consumidor com acesso fácil. Ora, já naquela época, além dos fatores de ordem natural, Sete Lagoas se destacava no cenário estadual, tanto em decorrência de sua privilegiada posição em relação a Belo Horizonte, como, também, por causa da ferrovia. Conseqüentemente, a cidade viu-se, novamente beneficiada, ao lado de outras cidades, tais como, a própria Belo Horizonte, Itajubá, Pouso Alegre, Barbacena e Lambari, nas quais, também, foram criadas colônias. (JACOB, 1911)

Graças à presença da ferrovia, há de se reportar ao impulso dado às atividades industriais, pois a indústria têxtil já há muito existente, vê-se incrementada. Não apenas essas indústrias puderam aumentar sensivelmente sua produção, como também surgiram novos empreendimentos, tais como aquelas fundadas pela "Mascarenhas & Filhos" para a produção de casimiras, lãs e tecidos finos de algodão ("Fábrica do Perypery", no atual município de Capim Branco) e a "Cia. de Fiação e Tecidos Industrial das Melândias, em Sete Lagoas" (Azevedo, 1963 a), ambas extintas na atualidade.

Conquanto Azevedo (1963 a, b) se reporte ao advento da ferrovia como o responsável pelo surto de desenvolvimento socioeconômico experimentado por Sete Lagoas e região, não se deve menosprezar o notável papel exercido pela classe política sete-lagoana, representada pelo Doutor Avelar, para que as circunstâncias desse advento fossem mudadas. Com efeito, enquanto durante o ciclo do ouro Sete Lagoas permaneceu isolada, desconectada economicamente do centro, uma verdadeira periferia, foi a "grande visão", traduzida no conhecimento profundo de sua região e de seus problemas, que forneceu os subsídios necessários para que o mencionado político pudesse, intencionalmente, agir em defesa de seus interesses e os de sua terra.

De acordo com Senna (1926), entre 1904 e 1917, o governo estadual lançou uma estratégia interessante, tendo em vista, abrigar as levas de imigrantes estrangeiros que aportavam no país nesse período e, além disso, promover a ocupação do território mineiro onde houvesse necessidade. Utilizando-se do expediente das terras devolutas, o governo criou uma série de colônias agrícolas, entre as quais figurou a colônia Wenceslau Braz, criada em 1911, inicialmente com 68 colonos, em território de Sete Lagoas. O critério seguido para a instalação dessas colônias teve a ver com a presença nos lugares de pelo menos 4 fatores básicos: solo fértil, boas aguadas, proximidade de via de comunicação (rio navegável ou ferrovia) e mercado consumidor com acesso fácil. Ora, já naquela época, além dos fatores de ordem natural, Sete Lagoas se destacava no cenário estadual, tanto em decorrência de sua privilegiada posição em relação a Belo Horizonte, como, também, por causa da ferrovia. Consequentemente, a cidade viu-se, novamente beneficiada, ao lado de outras cidades, tais como, a própria Belo Horizonte, Itajubá, Pouso Alegre, Barbacena e Lambari, nas quais, também, foram criadas colônias. (JACOB, 1911)

Graças à presença da ferrovia, há de se reportar ao impulso dado às atividades industriais, pois a indústria têxtil já há muito existente, vê-se incrementada. Não apenas essas indústrias puderam aumentar sensivelmente sua produção, como também surgiram novos empreendimentos, tais como aquelas fundadas pela "Mascarenhas & Filhos" para a produção de casimiras, lãs e tecidos finos de algodão ("Fábrica do Perypery", no atual município de Capim Branco) e a "Cia. de Fiação e Tecidos Industrial das Melândias, em Sete Lagoas" (Azevedo, 1963 a), ambas extintas na atualidade.

Conquanto Azevedo (1963 a, b) se reporte ao advento da ferrovia como o responsável pelo surto de desenvolvimento socioeconômico experimentado por Sete Lagoas e região, não se deve menosprezar o notável papel exercido pela classe política sete-lagoana, representada pelo Doutor Avelar, para que as circunstâncias desse advento fossem mudadas. Com efeito, enquanto durante o ciclo do ouro Sete Lagoas permaneceu isolada, desconectada economicamente do centro, uma verdadeira periferia, foi a "grande visão", traduzida no conhecimento profundo de sua região e de seus problemas, que forneceu os subsídios necessários para que o mencionado político pudesse, intencionalmente, agir em defesa de seus interesses e os de sua terra.

Essas atitudes lógicas e baseadas em intenções muito claras vão permear toda a história de Sete Lagoas, determinando, edificando, em grande medida, a sua centralidade.

4.3 A AFIRMAÇÃO DA AGROPECUÁRIA: PESQUISA AGROPECUÁRIA E PECUÁRIA LEITEIRA

O objetivo dessa seção é tentar demonstrar em que medida os processos ligados à produção agrícola e pecuária contribuíram para a construção da centralidade de Sete Lagoas. Não se trata de relacionar a produtividade municipal no que tange à pauta de seus cultivos ou de seus rebanhos, mas sim tentar reforçar a contribuição dessas atividades para que Sete Lagoas tenha, na atualidade, alcançado a referida centralidade.

4.3.1 SETE LAGOAS: CENTRO DE PESQUISA AGROPECUÁRIA

Embora a agricultura em Sete Lagoas tenha deixado de ser importante, ocupando uma posição secundária e, por outro lado, a pecuária tenha aumentado expressivamente a sua importância, importa ressaltar que essa mesma atividade teve um papel crucial no processo em análise.

A posição geográfica de Sete Lagoas nunca passou despercebida pelos agentes políticos e econômicos locais e regionais. De fato, ao se analisar o processo de desenvolvimento local, pode-se apontar que o fato da cidade estar numa área de contato geográfico constituiu, pelo menos durante muito tempo, a razão para que ali fossem destinados vários projetos de desenvolvimento, sobretudo no tocante às atividades agrícolas.

Essa posição geográfica, uma percepção histórica, foi a responsável pela inserção da cidade no cenário estadual, já no início do século XX, uma vez que, Sete Lagoas tornou-se alvo de certas medidas tomadas em nível estadual.

Com a república tornando-se uma realidade, as elites regionais de Minas Gerais confrontaram-se com uma outra realidade, esta bastante incômoda no estado: seu grande atraso frente ao restante do país, especialmente, ao Rio de Janeiro, capital da nova república e, já naquela época, a São Paulo. Havia um grande atraso no que tange à

industrialização e uma necessidade premente de diversificar a economia mineira, no sentido de inseri-lo, definitivamente, no território nacional.

A primeira ação de um projeto maior da estratégia de diversificação da economia (Dulci, 1999), consistiu em criar-se uma nova capital para o estado. Assim, Belo Horizonte foi planejada e, instalada no centro geográfico do estado, correspondeu ao atendimento de parte dos anseios em direção à economia diferenciada, diversificada. Ora, a Cidade de Minas (primeiro nome da capital), localizada estrategicamente numa posição central deveria ser capaz de aglutinar os interesses de todos os setores econômicos estaduais na direção da propalada diversificação e o fortalecimento do estado, além de simbolizar a nova face de um país que se queria moderno, dentro do espírito republicano da época. (DULCI, 1999, SINGER, 1997)

A segunda ação veio quando da organização, na gestão do governador Francisco Sales e sob a presidência daquele que seria, logo após, também governador, João Pinheiro, do Congresso Agrícola, Comercial e Industrial, no ano de 1903. Esse congresso foi a materialização dos anseios das elites regionais, capitaneadas pelo setor cafeeiro, já em crise aguda, em retomar o crescimento de Minas Gerais. Da comissão responsável pelos preparativos do congresso constavam vários membros da elite econômica mineira, dentre os quais deve-se destacar o nome de Francisco Mascarenhas, dirigente do grupo industrial têxtil Cedro e Cachoeira, o mais importante do estado, à época, sediado e com muitas outras unidades fabris em território sete-lagoano e região.

As discussões mais prementes realizadas no congresso tinham a ver com a economia cafeeira, mas também outras alternativas econômicas foram exaustivamente discutidas, mesmo porque, durante vários anos, os estudos consagrados pelo congresso encontraram ressonância em todo o estado. Como poderá ser observado mais adiante, é a partir dessa época que Sete Lagoas torna-se um dos alvos para a localização de centros de pesquisa agropecuária que se transformaram num dos mais importantes de Minas Gerais e também do Brasil, reflexo direto de dois fatores que se casaram com perfeição: a necessidade de diversificação econômica estadual, uma intenção declarada das elites econômicas e políticas e a localização geográfica, de contato, da cidade. □

* (Numa experiência completamente inovadora, tendo em vista “a pobreza das terras de cerrado” e a necessidade de conquistar a imensidão do sertão mineiro, um espaço

marginalizado até então, “[...] *Sete Lagoas apresentava-se como centro privilegiado para estudar e viabilizar a ocupação de cerca de 1/5 do Estado de Minas Gerais*” (AVELLAR, SILVA, 2000, p. 21), foi estabelecido, em 1907, pela Diretoria de Agricultura, Comércio, Terras e Colonização (estadual), “[...] *um pequeno campo de experiência, com a área de um alqueire nas proximidades de Sete Lagoas, em terreno de cerrado, onde se poderia verificar a utilização e o comportamento das culturas*”. (AVELLAR, SILVA, 2000, p. 21) Esse campo foi instalado no outrora distrito de Wenceslau Braz, onde hoje localiza-se o 4º Grupo de Artilharia Antiaérea – 4º GAAE, em terras do município de Sete Lagoas.)

Outras iniciativas foram concretizadas pelo governo estadual, muitas delas em parceria com a União, com o intuito de concentrar em Sete Lagoas algumas das experiências agropecuárias estaduais. A execução do serviço de algodão, uma parceria dos governos estadual e federal, criou em 1925, a Estação Experimental de Algodão em Sete Lagoas, aproveitando-se das estruturas da fazenda de sementes “Wenceslau Braz”. Na década de 1920, a cultura do algodão estava em plena expansão no país e, além disso, representava uma boa alternativa à cultura cafeeira. Dentro do espírito de diversificação econômica, principalmente, depois do fim da primeira guerra mundial, pretendia o governo da União expandir a indústria têxtil e, para tanto, os serviços ligados à pesquisa com sementes e cultivos do algodão tomaram um grande impulso no Estado. Afinal, Minas Gerais tinha condições físicas propícias e, além disso, concentrava um importante parque têxtil. Perseguindo tais objetivos e no sentido de também concentrar a pesquisa algodoeira em Sete Lagoas, o governo federal transfere para a cidade, o Campo de Sementes de Rio Branco em 1925. (AVELLAR, SILVA, 2000)

(Nesse mesmo ano foram iniciadas as obras em outro ponto do município, na Fazenda da Pontinha, a qual mais tarde transformou-se no Campo de Cereais e Leguminosas. Esse campo deu origem ao Instituto Agrônomo do Oeste (IAO).)

A trajetória da instalação definitiva desse instituto em Sete Lagoas representa a primeira ação deliberada de um político local naquele sentido. Conquanto tivesse o instituto sido criado em 1943, abrangendo as estações experimentais dos Estados de Minas Gerais, Mato Grosso e Goiás, foi somente no ano de 1956 que ele se instalou, definitivamente em Sete Lagoas. Para tanto, concorreu a atividade do então deputado estadual Dr. Márcio Paulino.)

Em 1949, diante da morosidade que caracterizava o processo legislativo acerca da decisão locacional do instituto e, não menos importante, diante do parecer do relator do citado processo ter indicado a cidade de Alfenas, no sul de Minas Gerais, para a localização do IAO, o referido político sete-lagoano, por meio de uma Indicação à Assembléia estadual, adverte para a necessidade da mudança desse estado de coisas. Dr. Márcio Paulino baseou-se num parecer técnico do Ministério da Agricultura, o qual, já havia sinalizado Sete Lagoas como sede do instituto e no fato de que o Plano de Recuperação Econômica do Estado pretendesse implantar um instituto agrônomo em território estadual, embora os recursos para tal não existissem. Ora, porque então não localizar o instituto federal na cidade de Sete Lagoas, na medida em que, como já existia uma infra-estrutura implantada, os custos seriam muito menores?

Findos os trâmites burocráticos, finalmente, em 1956, ganha Sete Lagoas o instituto agrônomo federal, muito em virtude da intervenção direta de um dos seus mais importantes representantes políticos. (SILVEIRA SANTOS, 1997) Essa trajetória demonstra o quão pode ser expressiva a “guerra dos lugares” (Santos, Silveira, 2001) e, que essa guerra pode ter seu teatro de operações na arena política, representada nos embates que se dão no legislativo de todos os escalões políticos e territoriais.

(Em 1962 o IAO foi transformado em Instituto de Pesquisa e Experimentação do Centro-Oeste (IPEACO), semente já bastante desenvolvida da qual foi criado o, atual, Centro Nacional de Pesquisa de Milho e Sorgo (CNPMS), pertencente à Embrapa. Sete Lagoas, definitivamente, torna-se uma das referências nacionais no que diz respeito à pesquisa agropecuária para o Cerrado.)

Foco central de pesquisas relativas aos cultivos de leguminosas, cereais e algodão, Sete Lagoas tornou-se um lugar estratégico para a continuidade da pesquisa agropecuária no país, justamente por se localizar na entrada do Sertão, ou seja, por ser a porta de entrada do cerrado brasileiro. Essa centralidade foi reconfirmada quando da criação da Embrapa em 1973, ou seja, mais uma vez concorreram para levar para Sete Lagoas um centro nacional de pesquisa, os fatores conjugados de sua posição estratégica e sua longa tradição na área da pesquisa agropecuária.

* A história da implantação de um dos centros de pesquisa da Embrapa, em Sete Lagoas, é representativa da força da elite, na forma de classe política local no sentido de

reforçar a centralidade da cidade, também no cenário nacional. Destacam Avellar, Silva (2000), que a princípio, a comissão multiinstitucional, com membros das mais importantes instituições estaduais e federais de pesquisa agropecuária, entre os quais destacaram-se três pesquisadores do Ipeaco, constituída para a elaboração de anteprojeto de implantação de um Centro Nacional de Pesquisa de Milho deveria levar em consideração a constatação da amplitude da cultura do milho no território nacional. Afinal, o Centro deveria localizar-se numa localidade que pudesse atender os incontáveis produtores de milho espalhados pelo país.

Quatro opções de localização foram selecionadas: Uberlândia, no Triângulo Mineiro, Londrina, no norte do Paraná, Campinas, em São Paulo e Sete Lagoas, em Minas Gerais. Ganhou Sete Lagoas, em decorrência de, pelo menos dois fatores muito pertinentes, ou seja, o fato de lá já se localizar a sede do Ipeaco, aproveitando, desse modo toda uma infra-estrutura já existente e o fato da cidade encontrar-se numa região climaticamente apta à cultura do milho, embora os períodos de seca fossem muito pronunciados.

Conquanto Sete Lagoas não estivesse localizada exatamente em meio à maior região produtora de milho do Brasil, na grande região Centro-Oeste, justificou-se a localização do futuro centro, em virtude da implantação de campos experimentais avançados, o que, com efeito foi realizado. Importa salientar, que o sorgo foi escolhido como cultura que formaria com o milho o par de cultivos para as pesquisas, muito em função de suas características, as quais, por sua vez, assemelham-se às do milho. Além do mais, tal escolha levou em conta a diminuição de custos para sua implantação pelos agricultores, justamente, por causa dessas semelhanças com o milho.

Um segundo fator foi responsável pela ida do Centro Nacional de Pesquisa de Milho e Sorgo, inaugurado, finalmente, em 1976, na cidade de Sete Lagoas. Evidentemente, as considerações e evidências técnicas, tais quais acima relatadas, constituíram a base lógica, para que, Sete Lagoas fosse a escolhida dentre o grupo de cidades levantado pela comissão. Mas essa escolha também foi uma decisão política e, nesse momento, é preciso destacar o papel exercido por mais um representante importante da classe política sete-lagoana, na pessoa do então deputado federal Renato Mário de Avelar Azeredo.

Neto, pelo lado materno, do Doutor Avelar, cuja família, naquela época já se consagrara como das mais ilustres representantes das elites econômica e política de Sete Lagoas, Renato Azeredo teve uma carreira política que alçou os mais altos cargos nos legislativos estadual e federal (ao todo foram 2 legislaturas estaduais e 6 federais), além de ter ocupado cargos muito expressivos no executivo das três esferas de poder, notadamente, no que diz respeito aos cargos de subchefe da Casa Civil de Juscelino Kubitschek na presidência da república, nos anos de 1950 e secretário de Estado do Governo e Coordenação Política, escolhido em 1983, pelo governador Tancredo Neves. Ele foi considerado o "homem forte" do governador Tancredo Neves, pois transformou a secretaria que dirigia numa "supersecretaria" da qual saíam todas as decisões políticas do governo mineiro. (MINAS GERAIS, 1984)

Essa descrição é válida no sentido de demonstrar o trânsito que o político sete-lagoano conseguiu angariar nas mais altas esferas de poder, em todas as escalas territoriais. Um fato digno de nota para explicar de que forma a influência do político foi decisiva para que a escolha da localização do centro nacional de milho e sorgo recaísse em Sete Lagoas. Na verdade, foi em função do enorme prestígio que possuía no governo federal, que o então deputado Renato Azeredo, por meio de muitas diligências, conseguiu a localização do centro de pesquisa na cidade.

Tal qual agiu seu avô, no final do século XIX, o deputado utilizou-se de uma estratégia, típica de um agente político prestigiado para conseguir sobrepor seus interesses aos de outros lugares e, acima de tudo, utilizou-se, também, de um argumento lógico, pois, afinal, em decorrência de uma longa tradição na pesquisa agropecuária, nada mais lógico que Sete Lagoas, sede do então Instituto Agrônomo de Pesquisas e Experimentação Agropecuária do Centro-Oeste (IPEACO), a partir daquele momento, passasse a sediar o novo Centro Nacional de Pesquisa Milho e Sorgo. (fotos 5 e 6)



Foto 5: Entrada do prédio principal do complexo arquitetônico do CNPMS (Sete Lagoas, Janeiro de 2003, Marly Nogueira)



Foto 6: Vitrine de Tecnologia, na qual são apresentados todos os experimentos para a apreciação dos visitantes do CNPMS; ao fundo experimento com mata fechada. (Sete Lagoas, Jan.2003, Marly Nogueira)

No caso do centro de pesquisa estadual sediado em Sete Lagoas – Centro Tecnológico do Centro-Oeste – não há registro de alguma interferência da elite local, para que ali ele fosse localizado. Não obstante, deve-se salientar que a posição de destaque da cidade no campo da pesquisa agropecuária, muito possivelmente foi decisiva, aos olhos do governo estadual, para, em Sete Lagoas, criar-se um centro de pesquisa muito semelhante, em termos organizacionais, operacionais e de objetivos, ao centro de pesquisa da Embrapa.

A origem do atual CTCO remonta à década de 1950, quando uma fazenda de 600 hectares de área, de propriedade de uma das famílias mais tradicionais de Sete Lagoas, foi desapropriada pelo Estado para fins de pesquisa agropecuária. Entretanto, como a intenção do governo não vingou, por falta de um melhor planejamento, a “fazenda” passou a ser explorada pela Universidade Católica de Minas Gerais (atual Pontifícia Universidade Católica de Minas Gerais, PUC/MG), por meio dos cultivos de arroz, cana-de-açúcar e algodão, fato que gerou uma demanda de reintegração de posse por parte do governo estadual, cujo processo arrastou-se até o ano de 1984. Durante esse lapso de tempo é criado, em 1971, o Programa Integrado de Pesquisa Agropecuária do Estado de Minas Gerais (PIPAEMG) e, em 1974, deu-se a criação da Epamig, fatos importantes que motivaram ainda mais a necessidade de espaços para a realização do planejamento e pesquisa da agropecuária em Minas Gerais. Logo então, na administração de Tancredo Neves (1983/1984) o Estado, através de uma nova aquisição da antiga fazenda Santa Rita, instala naquela uma parte da estrutura da empresa, aproveitando-se das estruturas já existentes (prédios e benfeitorias, além dos campos de cultivos), saindo de cena as atividades da PUC/MG.

Com suas pesquisas especializadas nas áreas da pecuária leiteira e olericultura, o CTCO, justifica-se por si próprio, isto é, nada mais lógico localizar um centro dessa natureza numa cidade líder, no cenário estadual, nas produções leiteira e de hortaliças e legumes. Ora, além desse fator, bastante significativo, há de se ressaltar que Sete Lagoas está muito próxima do maior centro consumidor desses produtos em Minas Gerais, a Região Metropolitana de Belo Horizonte. (Fotos 7 e 8)



Foto 7: EPAMIG: um dos prédios que constitui o complexo técnico e administrativo da instituição (Prudente de Moraes, Janeiro de 2003, Marly Nogueira)



Foto 8: Prédio sede do CTCO, bela construção que, na origem, correspondeu à casa principal da fazenda, cujas terras hoje pertencem à Epamig. (Prudente de Moraes, Janeiro de 2003, Marly Nogueira)

4.3.2 A PECUÁRIA LEITEIRA: FATOR DE CENTRALIZAÇÃO POLÍTICA E ECONÔMICA

"Não há o que discutir: quem fundou Sete Lagoas foram os fazendeiros." (LANZA, 1967, P. 31). Essa frase, recolhida da obra de um historiador local, pretende demonstrar a importância da origem rural da cidade de Sete Lagoas, assim como de muitas outras da região das *Gerais*, em contraponto à origem dos núcleos da região das *Minas*, as quais já nasceram urbanas.

A especialização regional nas atividades agropecuárias é tão antiga quanto a própria região na qual se insere Sete Lagoas. Tal especialização iniciou-se com a lavoura, atividade que atingiu grande notoriedade, até pelo menos, as primeiras décadas do século XX, quando a pecuária bovina, especialmente a leiteira, foi-se tornando cada vez mais importante suplantando a tradicional atividade da agricultura.

Esse desenvolvimento da pecuária, fenômeno observado já nos anos de 1930, decorreu de uma série de fatores, fatores os quais não foram exclusividade da região e da cidade de Sete Lagoas. Na verdade, observou-se que a valorização da pecuária em detrimento da lavoura, constituiu-se num fenômeno nacional, em razão da maior valorização dos produtos da criação frente aos da lavoura, da menor necessidade de mão-de-obra, de esgotamento de solos, assim como uma tendência, que acabou por se confirmar, de uma relativa especialização regional em todo o território nacional, no que diz respeito também ao setor agropecuário. Tal qual se verá mais adiante, fatores bem mais específicos, como o crédito agrícola, fornecido por bancos estatais, também foram expressivos para o aumento das atividades da pecuária em detrimento da lavoura, em todo o país.

No que tange a Sete Lagoas, por outro lado, alguns fatores, muito especialmente, foram os responsáveis pelo extraordinário desenvolvimento da pecuária local, além, evidentemente das condições acima aludidas. Trata-se da grande proximidade do maior centro consumidor de Minas Gerais - Belo Horizonte - e do beneficiamento da economia leiteira sete-lagoana e de sua região pela presença de uma estrada asfaltada, que permitiu o escoamento de uma produção leiteira cada vez mais importante.

Mas a centralidade de Sete Lagoas não teria sido possível, se outras condições não tivessem concorrido favoravelmente nesse sentido. Tanto é que a cidade tornou-se o centro da maior bacia leiteira de Minas Gerais, posição essa que perdurou durante um bom lapso de tempo, sendo que as conseqüências desse estado de coisas podem ser observadas até hoje. (vide Capítulo 1)

As condições que iniciaram a construção da centralidade sete-lagoana no que respeita ao setor da pecuária têm a ver com a existência de um cooperativismo sempre muito forte, redundando na formação de cooperativas de produção, de associação profissional de produtores e de um banco agrícola. As iniciativas que deram origem a tais fatores de centralidade surgiram muito cedo na cidade, pois, desde a década de 1920, já podem ser registradas tais ações e, as pessoas envolvidas nesse processo, estão muito relacionadas ao poder social, econômico e político local. Saliente-se que, várias dessas estratégias, as quais serão alvo de análise a partir de agora, têm as mesmas temporalidades, fato que pode indicar o expressivo poder dessa classe de produtores de gado em Sete Lagoas. Num mesmo espaço, as estratégias podem se confundir, acarretando uma série de profundas transformações, as quais, por sua vez, acabaram por contribuir sobremaneira para a construção da centralidade da cidade.

4.3.2.1 O Banco Agrícola de Sete Lagoas

A primeira estratégia no sentido da afirmação da importância de Sete Lagoas surgiu em decorrência da atividade agrícola, propriamente dita. Trata-se da criação do Banco Agrícola de Sete Lagoas, fundado ainda em 1925. Sua história é significativa no sentido de evidenciar a grande capacidade das elites locais em mobilizar-se rapidamente, em prol de algum interesse comum.

No ano de 1925, em visita aos campos de algodão no distrito de Jequitibá, então pertencente ao município de Sete Lagoas, o Ministro da Agricultura, Miguel Calmon, ladeado pelo presidente do Estado, Melo Viana, lançou a idéia, respaldado pelo sucesso da cultura de algodão da qual estava tendo conhecimento, da criação de um banco cooperativa de crédito popular e agrícola, pelo sistema Luzzatti. A mobilização foi imediata e, naquele mesmo ano de 1925, nascia a sociedade cooperativa de crédito de

responsabilidade limitada – Banco Agrícola de Sete Lagoas. Logo, em 1930, por força de mudanças estatutárias, houve a sua transformação em sociedade anônima. O banco adquiriu muita importância ao longo do tempo, tanto que, em 1966, sua denominação passou a ser Banco Agrícola de Minas Gerais S. A.. Em 1980 passou a denominar-se simplesmente Banco Agrimisa e, em 1982, a sede do banco, localizada em Sete Lagoas, durante longos anos, foi, finalmente, transferida para Belo Horizonte.

De acordo com Senna (1926), o crescimento de Belo Horizonte como centro comercial e industrial, constituiu-se no principal fator no sentido do nascimento dos primeiros bancos privados mineiros, logo depois da primeira guerra mundial (1914-1918). De fato, como se verá adiante, o crescimento da capital mineira foi, em diversos momentos, um dos mais notáveis fatores que acabaram por beneficiar, por sua vez, o crescimento de Sete Lagoas. Apresentando as maiores taxas de crescimento demográfico relativamente ao restante do Brasil e possuindo uma população, a maioria composta de funcionários públicos muito bem pagos, pelo menos, inicialmente, e, por isso, com alto poder aquisitivo, Belo Horizonte começa a despontar como um centro importante para o consumo de produtos agrícolas e industriais. Daí, a “explosão” da criação de novos bancos na capital, na década de 1920, tal qual salienta Costa (1978) é entre os quais pode-se destacar o Banco Comércio e Indústria de Minas Gerais, criado em 1922, o qual, de certo modo, tem muitas relações com o Banco Agrícola de Sete Lagoas, criado três anos depois.

Essas relações são identificadas em razão da composição dos grupos que fundaram os dois bancos. Ora, o principal agente que figura tanto na fundação do banco belo-horizontino, como no sete-lagoano, é do Coronel Américo Teixeira Guimarães. Investigando a origem do capital em Minas Gerais, que foi utilizado para a criação dos bancos, Costa (1978) salienta que, geralmente, o capital mineiro teve três origens diferentes, ou seja, uma comercial, uma rural e uma originária do que o referido autor denominou de “paternalismo político” (capital derivado de favores concedidos a certas pessoas pelo Estado). Esse capital acumulado acabou por ser empregado em Belo Horizonte, a nova capital, ansiosa por receber investimentos, tão novos, como ela própria, mesmo porque, não havia, no restante do estado, maiores oportunidades de investimento. (COSTA, 1978)

A maioria esmagadora dos investidores ou dos banqueiros mineiros tinha suas origens no interior do Estado e por isso é possível verificar em que bases tais agentes puderam encetar uma acumulação de capital em suas regiões de origem. Na verdade, essa acumulação vai demonstrar as inter-relações que caracterizaram todo o processo, envolvendo as estratégias sociais, econômicas e políticas de uma grande parte da elite mineira do início do século XX.

Desse modo, compreende-se de que forma o capital industrial em Minas Gerais iniciou-se por meio das indústrias têxteis, nunca desprezando a atividade comercial, depois expandiu-se para as atividades ligadas à terra, por meio de simples especulação ou atividade agropecuária, ou, voltando-se para a indústria metalúrgica. No caso específico de Sete Lagoas, essas inter-relações são facilmente verificadas, quando a origem dos agentes socioeconômicos é apontada.

Ora, esse é o caso especificamente do Coronel Américo Teixeira Guimarães. Filho de fazendeiro, em 1885 fundou a Fábrica de Tecidos Cachoeira de Macacos, no distrito de Inhaúma, atual cidade de mesmo nome mas, na época, pertencente ao município de Sete Lagoas. Lanza (1967, p. 159), salienta acerca do coronel: "*Foi o primeiro industrial de Sete Lagoas e também político da maior influência. O seu 'sim' ou o seu 'não' eram decisivos*".

De origem igualmente do capital agrário, são os outros integrantes do grupo que fundou o Banco Agrícola de Sete Lagoas. Destacam-se os nomes do Doutor Bernardo Alves Costa e do Coronel Altino de Paula França. Em virtude da longevidade de sua função como presidente do banco e do controle acionário ter-se mantido na família, até a venda do grupo, ocorrida em 1985, deve-se conceder especial destaque à biografia de Bernardo Alves Costa. No entanto, o momento pede uma digressão.

Nessa altura da análise está sendo muito comum verificar como certos sobrenomes repetem-se com uma certa regularidade, uma vez que, assim como ficará claro ainda nesse capítulo e, também, no próximo, a maioria dos indivíduos que se destacaram e se destacam até hoje nos processos em tela, pertence às mesmas famílias, ou, no mínimo a troncos menores de uma ascendência comum. Note-se o caso dos Avelar, família destacadamente importante na história de Sete Lagoas e que, na atualidade, mantém expressiva posição política e econômica no lugar e, também, em outros escalões de

poder. Na atualidade, seu mais importante membro é o ex-governador do Estado, Eduardo Azeredo, eleito, em 2002, para o senado federal.

Não menos importante, até pelo grande número de indivíduos que se destacaram e ainda se destacam, na atualidade, em todos os setores locais, estaduais e nacionais, têm-se os numerosos troncos familiares, cuja ascendência primeira está justamente ligada à grande matriarca, líder ruralista e maior latifundiária que Minas Gerais já teve notícia, Dona Joaquina do Pompéu. Destaca Horta (1956, p. 75) que, Joaquina do Pompéu pertence “[...] ao talvez mais extenso e vetusto tronco familiar da política de Minas”.

Dentre as inúmeras famílias arroladas pelo referido autor, largamente difundidas pelo Estado, as quais, por sua vez, forneceram os mais ilustres políticos mineiros desde o Império, descendentes da grande matriarca e, que se relacionam diretamente a Sete Lagoas, apontam-se os Vasconcelos Costa e os Mascarenhas. Obviamente, não faz parte dos objetivos dessa tese elaborar uma genealogia das famílias sete-lagoanas. Não obstante, importa salientar como, desde tempos muito remotos, vários integrantes dessas grandes famílias, por meio de casamentos vão formando outras famílias, agregando e misturando certos sobrenomes, difundindo-se perpetuamente pelo território mineiro e com elas seu poder e prestígio enquanto elite. Em outras palavras, também, faz parte das estratégias das elites, no sentido de conservar em família o poder em todas as suas formas, a realização de casamentos, cujos pares são, no mínimo, parentes em grau próximo. Essa é uma tradição antiga em Minas Gerais, principalmente no tocante às elites rurais.

Esse é precisamente o caso de Bernardo Alves Costa, um dos incontáveis descendentes da matriarca Dona Joaquina do Pompéu, cujo nascimento deu-se no ano de 1888, na Fazenda dos Macacos, distrito de Cachoeira dos Macacos (atual município de Cachoeira da Prata). Formado médico em 1910 pela Escola de Medicina do Rio de Janeiro, Doutor Bernardo, o fazendeiro que tornou-se, também, banqueiro, iria ter ainda destacada atividade no que toca às suas atividades de fazendeiro, pecuarista, na criação da entidade classista dos pecuaristas de Sete Lagoas – Associação Rural Centro de Minas e na fundação da Coopersete.

Retomando a questão propriamente do banco ora em análise, muito embora, na atualidade, ele esteja em processo de liquidação extrajudicial, processo iniciado em 1995,

a sua expansão territorial foi muito expressiva. De fato, de um banco puramente de âmbito local, no lapso de tempo decorrido de sua longa existência, o Banco Agrimisa chegou a formar uma verdadeira rede nacional. A expansão territorial iniciada em 1951, a princípio, atingiu alguns municípios mineiros, para depois, alcançar seis estados da federação, tais como se segue: anos de 1950 – com agências abertas em Pedro Leopoldo, Vespasiano, Buenópolis, Corinto, Papagaios, Esmeraldas, Paraopeba, na hinterlândia sete-lagoana e mais duas agências em Sete Lagoas, excetuando-se a própria agência-matriz; anos de 1960 – duas agências em Belo Horizonte, Montes Claros e Itabira; anos de 1970 – inicia-se a territorialização nacional, a qual, finda no ano de 1981, com agências abertas em São Paulo (capital), Rio de Janeiro (capital), Brasília e Taguatinga (DF) e Goiânia (GO) e mais uma em Minas Gerais, em Contagem e, anos de 1980 - última etapa de expansão com agências em Curitiba (PR), Santos, Ribeirão Preto, Campinas e São Paulo (SP), Porto Alegre (RS) e mais algumas em Minas: Varginha, Belo Horizonte e Divinópolis. Essa é, ou foi, verdadeiramente, uma expressão da centralidade que Sete Lagoas exerceu em tempos mais remotos, provando, mais uma vez, que a cidade tem se inserido, em diversas escalas territoriais, desde há muito tempo.

4.3.2.2 A Associação Rural Centro de Minas

A criação de uma associação de classe dos proprietários fundiários, pecuaristas em sua esmagadora maioria, em Sete Lagoas, tornou-se uma das expressões mais contundentes do grande peso econômico dessa atividades e do poder alcançado por seus representantes. Evidentemente, a criação de uma entidade dessa natureza significa não somente o espelho da força econômica que a atividade conseguiu obter, como também um estratégia classista muito bem elaborada, cujo objetivo é manter seu poderio, por meio da enorme pressão que a classe dos produtores passou a exercer, em todos os outros setores da sociedade local e regional.

A conjuntura nacional, no que tange aos aspectos econômicos, foi um dos fatores mais decisivos para que a pecuária e os ruralistas de Sete Lagoas e sua região se fortalecessem ainda mais durante os anos de 1930 e 1940.

Costa (1978) chama a atenção para as condições da economia brasileira no período do governo de Getúlio Vargas, o qual, em decorrência da guerra e dos reflexos da crise mundial de 1929, se caracterizou, entre outros aspectos, pelo aparecimento de uma onda inflacionária sem precedentes na história do país. Tal onda inflacionária, a "inflação da guerra", foi a responsável, por sua vez, pelo beneficiamento de determinados setores econômicos, entre os quais pode-se citar os bancos privados e públicos, as fábricas de tecidos e, finalmente, os empreendimentos imobiliários.

A especulação ganha um enorme terreno no país, sendo que a especulação imobiliária, tanto urbana, como rural conhece um expressivo desenvolvimento, por intermédio dos empréstimos concedidos às prefeituras municipais para a implementação de seus respectivos planos urbanísticos, tais como, o do então Distrito Federal e o de Belo Horizonte. Costa (1978) informa que o montante de créditos destinados pelo Banco do Brasil aos especuladores imobiliários e à indústria da construção civil, nessas duas cidades, foi muito mais expressivo do que aquele destinado para o financiamento da lavoura e da pecuária, no ano de 1941. O paradoxo está justamente no fato de que o Banco do Brasil estivesse beneficiando não tanto as atividades agropecuárias, produtivas, para as quais havia todo um programa no próprio banco, na medida em que, uma de suas especializações e finalidade sempre foram (e ainda o são) o crédito agrícola.

Mas a especulação também experimentou um notável crescimento em determinados setores das atividades agrícolas, fato que fez consolidar e aumentar a fortuna de muitos fazendeiros de então, ao mesmo tempo que, tornava-os cada vez mais poderosos em suas respectivas regiões de origem e nas quais exerciam suas atividades econômicas. Trata-se da denominada "febre do zebu", a qual, segundo Costa (1978), foi, ao lado da cultura de algodão, um dos tipos de especulação mais característicos do final da ditadura de Getúlio Vargas.

O algodão não obteve o sucesso esperado em Minas Gerais, tal qual o zebu alcançou, mesmo porque sua cultura em terras mineiras já não tinha, há muito tempo, nenhuma expressão maior. A especulação com o zebu, por outro lado, constituiu um verdadeiro fenômeno, cujos reflexos foram muito importantes para Sete Lagoas.

* A produção da pecuária leiteira crescia contínua e velozmente em Sete Lagoas e, em razão desse crescimento, os fazendeiros locais, já nos anos de 1930, consolidavam,

cada vez mais, uma estrutura de poder na região, a qual, por sua vez, constituiu tanto uma herança de uma estrutura passada que se fortalecia continuamente, como, também, refletiu na formação de uma consciência de classe que mesclava os poderes econômico e político local e regional.

Havia toda uma conjuntura favorável para que tal consciência pudesse se materializar rapidamente na cidade, desaguando na criação da associação rural. Ora, afinal, também os líderes ruralistas sete-lagoanos, contando com o apoio do governo federal, por intermédio dos financiamentos concedidos pelo Banco do Brasil e com seu poderio econômico fortalecido pela atividade da pecuária leiteira, cederam ante ao impacto da "febre do zebu". Muitos desses líderes aumentaram a sua fortuna, enquanto outras foram formadas em decorrência da especulação com o zebu.

Inspirada na experiência de lideranças ruralistas, especialmente paulistas e do Sul do país, a classe dos fazendeiros sete-lagoanos, sentiu-se suficientemente forte para, em 1941, fundar a sua própria associação, cujo principal objetivo, obviamente, foi o de defender os interesses da classe.

A Associação Rural Centro de Minas, até pelo próprio nome, arregimentou um número considerável de ruralistas, não somente da região de influência mais direta de Sete Lagoas, como também de outros municípios da região central de Minas Gerais. Ela já nasceu forte e numa cidade que já começava a demonstrar uma razoável centralidade. Esse fato é comprovado quando da leitura dos nomes que assinaram a ata de constituição da associação. Saliente-se que alguns desses nomes já foram citados e, certamente, permanecerão, nessa condição, notadamente, se a temática relacionar-se às estratégias da classe ruralista ao longo do processo da construção da centralidade sete-lagoana, no que tange à implantação e consolidação de alguns outros projetos na cidade.

Assim sendo, segundo, Lanza (1967) e Fatorial (1998-1999), aproximadamente 80 proprietários fundiários, pecuaristas em sua maioria, subscreveram o documento de criação da entidade classista ruralista. Sua primeira diretoria foi formada por Louis Ensich (criador em Pedro Leopoldo) na qualidade de primeiro presidente, pelo Doutor Bernardo Alves Costa, considerado um dos introdutores da raça "indubrasil" na região, o qual, também, como já se viu, além de médico e criador, foi um dos fundadores e, naquela época, já ocupava a presidência do Banco Agrícola de Sete Lagoas, pelo Doutor Alonso

Marques Ferreira, importante representante da classe, além de ter sido agente executivo e deputado estadual e, finalmente, Christiano Teixeira Guimarães (filho de Américo Teixeira Guimarães, um dos fundadores do Banco Agrícola de Sete Lagoas).

A abrangência espacial conquistada, desde o nascimento da Associação, é uma prova irrefutável da importância daquela classe de ruralistas, fato que era, por sua vez, o reflexo do peso, tanto econômico, como político, de seus mais expressivos representantes, tal qual salienta, Fatorial (1998-1999), que aponta o governador do Estado, na época, Benedito Valadares, como um de seus mais ilustres associados, uma vez que ele era criador no município de Pará de Minas.

A realização de exposições agropecuárias, uma das mais tradicionais manifestações do poder econômico alcançado por associações desse tipo em Minas Gerais e, também, no Brasil, encontrou em Sete Lagoas, por meio de sua associação, terreno fértil para seu desenvolvimento. Tanto foi assim que, em 1956, teve lugar na cidade a 1ª Exposição Agropecuária e Industrial de Sete Lagoas. De acordo com Silveira Santos (1997), participaram daquela, 49 fazendeiros, 39 industriais e comerciantes oriundos de 23 municípios mineiros, atestando a melhoria da economia local e regional, em todos os setores, mas, principalmente no que tange ao setor pecuarista.

De fato, com aqueles mencionados financiamentos liberados pelo Banco do Brasil, a pecuária desenvolveu-se extraordinariamente, por meio, não só do melhoramento genético dos animais, pela introdução de novas raças (*indubrasil, gir, jersey e nelore*), como também, por intermédio da melhoria das técnicas de produção. Todo esse desenvolvimento teve como agente a Associação, que trabalhou incessantemente para tais objetivos. Por outro lado, os efeitos desse desenvolvimento difundiram-se sobre outros setores da economia, refletindo-se, justamente, na coalescência de objetivos de criadores, industriais e comerciantes; mesmo porque, muitas dessas pessoas podiam estar atuando, ao mesmo tempo, em várias dessas atividades.

Transformando-se em 1967 em Sindicato dos Empregadores Rurais de Sete Lagoas e, em 1974, sofrendo uma nova transformação, adquirindo a denominação, que mantém até hoje, de Sindicato Rural de Sete Lagoas, permanece a entidade, tão forte e poderosa tal qual foi quando foi criada. Não obstante, segundo depoimento de seu presidente em 2000, 80% do total de associados, de 928 ao todo, pertencem ao município

de Sete Lagoas e o restante corresponda a outros municípios da hinterlândia sete-lagoana.

4.3.2.3 A Cooper sete

A idéia da criação de uma cooperativa rural, como não poderia deixar de ser diferente, também foi uma das estratégias da classe dos ruralistas sete-lagoanos, cujo objetivo redundou, novamente, na defesa de seus interesses econômicos. Afinal, Sete Lagoas já despontava no cenário regional como o líder de uma importante bacia leiteira, fato que por si só, justificou tal iniciativa.

Na verdade a atual Cooper sete (Cooperativa Regional de Produtores Rurais de Sete Lagoas) foi desde sua criação, em 1948, até o ano de 1991, uma cooperativa local, que congregava somente os produtores de leite do município de Sete Lagoas. Com a produção e a produtividade leiteira do município ampliando-se expressivamente e uma distribuição muito precária e difusa, em razão da atuação de alguns poucos laticínios independentes, enxergou a classe, pois mais forte e unida, até porque já tinha a sua própria entidade de classe, criar um órgão que exercesse controle e centralização daquelas atividades.

Em 1991, houve a necessidade de, por meio de mudanças em seu estatuto social, transformá-la em uma cooperativa regional, na medida em que uma maior produção e produtividade local e regional de leite assim o exigiam. Em outras palavras, a ampliação territorial da cooperativa sete-lagoana por intermédio da inclusão de muitos municípios de sua hinterlândia, foi uma exigência de mercado mas, também e fundamentalmente, um reflexo direto do comando que Sete Lagoas sempre exerceu nesses municípios. (vide Capítulo 1) Segundo o Presidente da Cooper sete (2000), essa ampliação da cooperativa também obedeceu a critérios verticalizantes, ou seja, uma necessidade de abrir-se para outros produtos, tais como aqueles da suinocultura, da fruticultura, da avicultura e os da pecuária de corte, os quais já teriam na região de Sete Lagoas uma produtividade que justificasse a sua aceitação na cooperativa com o objetivo de sua comercialização.

* Na fundação da cooperativa novamente iriam figurar os mesmos nomes (ou, pelo menos, seus descendentes diretos, ou ainda, com laços de parentesco muito próximos),

que estiveram ligados às estratégias anteriormente analisadas. Assim sendo, as figuras de Bernardo Alves Costa e um de seus filhos, Márcio Alves Costa, ao lado de outros, também, integrantes da classe dos ruralistas locais, aparecem como os agentes da fundação da cooperativa: famílias Dutra Reis, Teixeira França, Alves França, Melo Figueiredo e Viana de Paula.

Constituindo conseqüência direta da força econômica adquirida pela atividade da pecuária leiteira no município e região, Sete Lagoas tornou-se muito atraente para as atividades industriais que beneficiam o leite. Afinal, a cidade permaneceu durante muito tempo no comando da maior bacia leiteira mineira e, desse modo conseguiu atrair capitais de outros lugares. Assim, o lugar Sete Lagoas foi o escolhido pela Cooperativa Central dos Produtores Rurais de Minas Gerais (CCPR) para sediar uma fábrica de leite em pó, a primeira em Minas Gerais: a fábrica da Itambé. Também há de se considerar que o próprio capital local, por meio das atividades da Coopersete, foi o responsável pela criação da marca de laticínios "Sete", a qual ainda hoje permanece tendo um significativo trecho do território, sob seu controle. (vide capítulo 1) (Fotos 9 e 10)



9



10

Fotos 9 e 10: dois diferentes ângulos da fábrica da ITAMBÉ, a qual localiza-se em pleno centro da cidade, às margens do córrego do Diogo e que constitui uma das unidades industriais mais antigas da cidade. (Sete Lagoas, Janeiro de 2003, Marly Nogueira)

4.4 O PAPEL DA INDÚSTRIA DO GUSA

A atividade industrial começa a surgir em Sete Lagoas no final do século XIX, por meio do estabelecimento das primeiras fábricas de tecidos e das pequenas unidades de beneficiamento de produtos agrícolas. Boa parte dessa atividade ainda hoje permanece na ativa, embora o setor industrial local tenha sofrido uma grande expansão, ao longo do último século, não somente pelo incremento das tradicionais indústrias, como também pela adição de novas e outras unidades de produção entre as quais deve-se apontar a indústria de laticínios, de cal e, destaque maior, a indústria siderúrgica de produção do ferro-gusa.

Possuidora de importantes reservas de rochas calcárias, Sete Lagoas tornou-se alvo de interesse do capital, visando a exploração dessa riqueza, cuja existência já havia sido confirmada desde os anos de 1920. Mas foi somente nos anos de 1940 que a exploração de suas ricas jazidas tomou um impulso nunca antes observado, muito em decorrência de uma conjuntura nacional de crescimento da indústria da construção civil, na qual os mercados de Belo Horizonte e da capital federal (Rio de Janeiro) funcionaram como os principais mercados consumidores de tal produto. Importa lembrar que, na qualidade de centro de pesquisa agropecuária voltada para o cerrado, Sete Lagoas assiste a um crescimento significativo da indústria de calcinação, justamente porque estava voltada para a produção de corretivos de solos do cerrado, para fins de agricultura, além da indústria da construção civil.

Na verdade, pode-se aventar que houve o estabelecimento de um surto industrial, que durou aproximadamente 20 anos (meados dos anos de 1940 a meados dos anos de 1960), na cidade, em razão da exploração do cal, mas também, dos calcários marmorizados. Por seu turno, a ardósia, cuja exploração deu-se ao longo do período que vai do final dos anos de 1960 até o início dos anos de 1990, também deu um grande impulso à economia local. Esse "surto" industrial não favoreceu apenas a indústria de calcinação, mas refletiu, concomitantemente, no desenvolvimento das indústrias mecânicas locais, na medida em que a fabricação e a manutenção dos equipamentos das indústrias extrativas foram realizadas nessas oficinas e indústrias mecânicas, principalmente durante os anos de 1970.

Enquanto as indústrias extrativa mineral e de calcinação refletiram positivamente na economia local, mas somente no sentido de um incremento de outras atividades relacionadas, Sete Lagoas iria conhecer, a partir do final da década de 1950, uma verdadeira revolução econômica e social, em decorrência da instalação das primeiras indústrias siderúrgicas na cidade. Assim como o advento da ferrovia, no século XIX, significou uma primeira grande ruptura no sentido de elevar a cidade ao auge da modernidade e tal fato refletir-se no fim de seu isolamento e em sua expansão demográfica, entre outros reflexos positivos na economia local, a indústria siderúrgica iria refletir profundamente na cidade, constituindo, de certa forma, uma segunda revolução socioeconômica.

A siderurgia do gusa, uma atividade muito tradicional de Minas Gerais, vai encontrar em Sete Lagoas um terreno altamente favorável para o seu desenvolvimento. Mais uma vez, contribuíram para tal, dois fatores fundamentais que, a princípio, podem soar como distintos entre si, mas que se somaram para que Sete Lagoas tenha se tornado o maior centro guseiro não-integrado do país. Trata-se da conjuntura da política econômica nacional e estadual, típica dos anos de 1950 e também da posição geográfica de Sete Lagoas.

A interpretação clássica da geografia econômica aponta que os principais fatores de localização da atividade industrial em âmbito regional, têm a ver com a procura dos menores preços de custo, salvo alguns casos particulares. Segundo George (1958), tais fatores dizem respeito aos custos com energia, matéria-prima, transporte, obtenção de crédito e proximidade ou acessibilidade aos mercados consumidores. Ora, considerando então tais fatores, pode-se dizer que para a indústria siderúrgica do ferro-gusa, a cidade de Sete Lagoas representou de fato, uma boa oportunidade de investimento, tendo em vista a total predominância de capital de origem local e regional nessa atividade na cidade, desde as suas primeiras instalações.

Sem dúvida alguma, a posição geográfica da cidade foi o principal condicionante no que diz respeito a tais fatores, determinando em grande medida a atração dos capitais acima aludidos. Em sendo assim, a proximidade de Belo Horizonte, grande mercado consumidor, associada à existência de uma malha rodoviária que, no início de 1960, já se encontrava em boas condições, por meio do asfaltamento da MG-1 (Belo Horizonte — Sete

Lagoas, atual MG-424, mais tarde aproveitada pela rodovia BR-7 (Rio de Janeiro – Brasília), hoje BR-040), favoreceram o escoamento do gusa que ora começava a ser produzido e, muito importante, apresentava grandes chances de ter um futuro assegurado em função dessa excelente conjunção de fatores, por meio da expansão da atividade na cidade.

A expansão da bitola larga (1.60m) da linha tronco da Rede Ferroviária Federal ocorrida nos anos de 1970, também constituiu um fator de expressiva relevância, uma vez que, somente Sete Lagoas passou a possuir tal benefício demandando o porto do Rio de Janeiro, o qual, a princípio, foi o único porto exportador (hoje, são os terminais de Tubarão e Paul, no Espírito Santo). Sete Lagoas permanece, na atualidade, como “ponta de trilho” de bitola larga, se se considerar que o escoamento de seu gusa é feito pela Ferrovia Centro Atlântica, controlada pela Estrada de Ferro Vitória-Minas, propriedade da CVRD (Companhia Vale do Rio Doce).

Com relação à matéria-prima e fonte de energia, novamente, apresentou-se Sete Lagoas muito favorável, na medida em que, em se tratando de carvão vegetal e calcário (fundente) havia o cerrado e o calcário, em abundância, muito embora, essa não seja mais a situação na atualidade. (vide capítulo 1) Finalmente, no que tange ao minério de ferro, era obtido e, até hoje assim permanece, nas minerações localizadas na Serra do Curral em Belo Horizonte.

Guimarães (1962) faz uma análise bastante pertinente, da qual pode-se depreender a questão da posição geográfica de Sete Lagoas como fator de localização e desenvolvimento da siderurgia do gusa na cidade. Cabe salientar, em primeiro lugar, que, embora o estudo do referido autor tenha sido publicado numa época (1962) em que Sete Lagoas não tinha grande importância na indústria guseira em Minas Gerais, iniciava-se um novo padrão de localização da indústria guseira, pelo autor percebida, que iria se expandir em Sete Lagoas. Em outros termos, não fosse a percepção de alguns empresários locais e da região oeste do estado, daquela posição de Sete Lagoas, altamente favorável ao desenvolvimento da indústria guseira na cidade, o centro mineiro dessa indústria, muito provavelmente, teria permanecido no oeste, nas cidades de Divinópolis e Itaúna, tal qual foi naquele período.

Para Guimarães (1962), a localização de algumas usinas de gusa no período entre o final dos anos de 1950 e início de 1960, em algumas cidades fora do eixo da linha da Rede Mineira de Viação que atravessava toda a região oeste mineira, soava estranha, embora, ele mesmo apresentasse a explicação para tal. Trata-se da prática da utilização do frete de retorno. Aliás, foi justamente se utilizando do caso singular de Sete Lagoas que o autor apresenta a explicação, salientando que a rodovia Belo Horizonte – Brasília (BR-3) e a MG-1 desempenharam um papel muito importante naquela prática:

“As duas usinas aí localizadas (‘Sete Lagoas’ e ‘Noroeste’) recebem o carvão das imediações e através da BR-3 (Felixlândia - Região de Três Marias) ou da MG-1 (Curvelo - Corinto) e importam o minério da região de Belo Horizonte (minerações junto à BR-3). Essas minerações da BR situam-se nas proximidades de várias usinas que consomem carvão procedente, em parte, das áreas de Felixlândia e Curvelo. Dessa forma, se estabelece o transporte contínuo de minério para o norte e de carvão para o sul. O frete de retorno é mais barato por interessar ao mesmo tempo às duas partes: consumidores e transportadores”. (GUIMARÃES, 1962, p. 102)

O crescimento da indústria do gusa em direção ao oeste de Minas Gerais ocorreu durante os anos de 1940 e 1950, sendo que o auge da fundação da maioria das unidades de produção deu-se no biênio 1958-1959, de acordo com Guimarães (1962). Foi justamente no intervalo desses dois anos que em Sete Lagoas são criadas as duas primeiras usinas siderúrgicas, isto é, a “Noroeste” e a “Sidersete”. Dessas duas, somente a Noroeste ainda existe na atualidade. A origem dos empresários dessas duas siderúrgicas pode ser apontada como um indício seguro da sua percepção perante as possibilidades oferecidas por Sete Lagoas. De fato, enquanto o proprietário da Sidersete, José Gontijo Lacerda, é oriundo da cidade de Santo Antônio do Monte, localizada na região de Divinópolis, o primeiro proprietário da Noroeste, Gerson Nogueira Gontijo, é da cidade de Divinópolis, cidade que dividiu com Itaúna a supremacia em termos de maior número de usinas de gusa instaladas e em funcionamento no final dos anos de 1950.

Os primeiros altos-fornos de Sete Lagoas têm localização intra-urbana, uma vez que, no ponto da cidade em que foram implantados, havia o necessário desnível topográfico para a carga do forno. Além do mais, a expansão do tecido urbano ainda não

tinha alcançado aquele ponto. Foi o desenvolvimento dessa indústria o responsável pelo crescimento da cidade e expansão urbana na direção da área das usinas. (Fotos 11 a 14)



11



Fotos 11 e 12: Portões de entrada das Siderúrgicas Santa Marta (SAMA) e NOROESTE, duas das três mais antigas siderúrgicas da cidade com localização intra-urbana. (Sete Lagoas, Agosto de 2002, Marly Nogueira)



Foto 13: Vista de três altos-fornos (SAMA e COSSISA); ao fundo pode-se observar uma parte da porção sul da cidade. (Sete Lagoas, Agosto de 2002, Marly Nogueira)



Foto 14: Aspecto do pátio de minérios da SAMA (Sete Lagoas, Agosto de 2002, Marly Nogueira)

No caso das usinas que surgiram depois, durante as décadas de 1970 e 1980, essa localização intra-urbana foi abandonada, indo as novas usinas localizar-se às margens da rodovia BR-040, longe do centro urbano, em razão de pelo menos dois fatores que se complementam. O primeiro tem a ver com a própria saturação do espaço urbano da cidade que passou a não comportar mais esse tipo de "intervenção", um fixo, que aos olhos da maioria da população é altamente prejudicial à imagem da cidade. Em segundo lugar, por que a localização junto à margem da rodovia justifica-se por si só, na medida em que é por ela que são realizadas todas as articulações que envolvem o transporte de carvão vegetal (norte do estado, Bahia e Goiás), do minério de ferro (minerações da Serra do Curral em Belo Horizonte) e do gusa para o mercado interno. (Fotos 15 e 16)



15



16

Fotos 15 e 16: Aspectos típicos de uma siderúrgica local, com localização às margens da rodovia BR-040, donde observam-se suas dimensões e seus diversos equipamentos. (Sete Lagoas, Janeiro de 2003, Marly Nogueira)

Conquanto a posição de Sete Lagoas tivesse tido um papel de enorme importância na migração do centro da indústria guseira do estado, não se deve deixar de considerar um outro fator de extrema importância nesse processo. Trata-se da conjuntura da política econômica nacional durante os anos de 1950, época aliás que constitui um marco na história do país, pois foi nessa época que o Brasil passa a conhecer profundas transformações em toda a sua base econômica, fato que se vai refletir indelevelmente em todos os setores da sociedade e no espaço.

Foi a época que marcou a entrada definitiva do país na assim denominada "modernidade", por intermédio da adoção de um modelo econômico modernizante, industrializante, cujo objetivo era inserir o país no mundo industrializado, deixando para trás o campo, símbolo de atraso e subdesenvolvimento.

No plano estadual essa conjuntura se refletia no início da expansão socioeconômica e espacial, a qual Belo Horizonte passaria a experimentar, uma expansão comandada pelo então presidente do país, Juscelino Kubitschek, que há poucos anos ocupara a cadeira de governador de Minas Gerais. Em outros termos, o governo JK repetia, obviamente numa escala muito maior, aquilo que ele mesmo, na qualidade de governador, havia iniciado no estado.

A adoção do modelo rodoviário para o transporte de cargas e passageiros e a subsequente criação de um plano rodoviário nacional que redundou na abertura de grandes rodovias nacionais e também regionais, além da construção de grandes usinas hidrelétricas, foram as circunstâncias responsáveis pelo espetacular aumento da demanda por ferro, cimento e aço no país. Ora, como as usinas de ferro-gusa existentes nessa época não conseguiam suprir esse mercado em contínua e acelerada expansão, instalou-se em Minas Gerais, berço das maiores reservas de minério de ferro do país e com longa tradição no beneficiamento do ferro, o que Guimarães (1962) denominou de a "corrida das usinas de gusa".

Destaque-se que a origem do capital dos novos industriais nada teve a ver com o setor industrial, pois, de acordo com Guimarães (1962), a maioria esmagadora desses empresários foi composta por fazendeiros, comerciantes e profissionais liberais. Considerando que esse foi o quadro encontrado pelo estudo referido, na região oeste do estado, notadamente em Divinópolis e Itaúna, é forçoso reconhecer, que também em Sete

Lagoas, boa parte dos empresários do gusa nada tinham a ver com a atividade industrial, quando se lançaram na atividade, até porque, boa parte deles tem origem nessas duas cidades. *“A usina de gusa não é uma indústria, mas um negócio”*. (GUIMARÃES, 1962, p. 99)

Tais afirmações puderam ser facilmente comprovadas quando do trabalho de campo, realizado em 2000. Em todas as sete siderúrgicas selecionadas para entrevista (vide capítulo 1), a origem do capital dos guseiros tem a ver, ora com o capital fundiário ou comercial, muitas vezes ocorrendo um misto desses dois (casos da Noroeste, Sicafe, Interlagos, Calsete e Cossisa), ou ainda, da construção civil, engenheiros e proprietários de construtoras, cujas atividades concentravam-se, principalmente em Belo Horizonte (Siderpa e Sama).

Os impactos resultantes do desenvolvimento da indústria siderúrgica em Sete Lagoas foram muito intensos, tais quais foram, guardadas as devidas proporções, quando a ferrovia chegou à cidade. A cidade, verdadeiramente, se transforma, expandindo-se social e economicamente, num processo de contínua (re)afirmação de sua centralidade.

A expansão demográfica traduz-se no êxodo rural e no expressivo crescimento urbano do município. Levas de imigrantes oriundos dos municípios da empobrecida hinterlândia de Sete Lagoas, aportam na cidade em busca de melhores condições salariais, uma vez que a atividade siderúrgica oferecia salários mais elevados e tinha uma estabilidade que garantia a manutenção desses salários no final de cada mês. Forma-se uma classe operária na cidade, fenômeno social nunca antes observado, a não ser quando o Depósito da Central do Brasil estava no auge de suas atividades.

Complementando tais fenômenos, a expansão da população urbana inaugura um outro processo, o qual permanece em andamento até hoje. De fato, de acordo com a tabela 3, capítulo 1, pode-se observar que nos últimos 40 anos a evolução do crescimento da população sete-lagoana evidencia um aumento constante da participação da população urbana em detrimento de uma sempre descendente participação da população rural. Além do mais, o crescimento urbano sempre apresentou taxas mais elevadas que o próprio crescimento da população como um todo.

Na verdade, foi a partir dos anos de 1950 que Sete Lagoas passa a experimentar um crescimento econômico expressivo, refletindo diretamente na expansão populacional.

Pode-se aventar que até essa época, embora Sete Lagoas já detivesse uma posição de destaque em sua hinterlândia, a cidade não conheceu uma significativa expansão econômica que justificasse um crescimento populacional mais duradouro e forte, tal qual vem ocorrendo nas últimas décadas. Daí a importância da chegada da indústria do ferro-gusa e de seus impactos no lugar.

O apogeu dessa indústria deu-se nos de 1970 e 1980 e, malgrado o declínio da economia guseira na década seguinte, importa frisar que é durante esse período que a cidade começa a se transformar, firmando-se como um pólo microrregional, cuja importância lhe concede o *status* de cidade média, fato este que a coloca no comando de uma vasta área na Região Central de Minas Gerais.

Setores econômicos tradicionais de Sete Lagoas, tais como os de fiação e tecelagem e o de laticínios e de preparação do leite, embora sejam os responsáveis em boa medida por sua inserção na economia estadual, ao longo de sua história, não foram tão impactantes como a indústria guseira, no sentido de promover uma expansão demográfica muito rápida.

O crescimento da cidade torna-se quase explosivo. Visando o atendimento das necessidades criadas pela nova indústria, a cidade se "moderniza", o setor terciário se expande com a abertura de novas atividades comerciais e de serviços, comércio especializado e de luxo, restaurantes e bares, cinemas e casas de diversão, agências bancárias; a rede viária intra-urbana expande-se, constroem-se novos prédios em altura.

(Fotos 17 a 20)



Foto 17: Trecho da avenida Renato Azeredo, uma das mais importantes da cidade, pelo que concentra de atividades industriais e terciárias. (Sete Lagoas, Janeiro de 2003, Marly Nogueira)



Foto 18: Margem sul da Lagoa Paulino, a mais central da cidade, lugar de intensa movimentação de pessoas e veículos. (Sete Lagoas, Janeiro de 2003, Marly Nogueira)



19



20

Fotos 19 e 20: Margem leste da Lagoa Paulino, centro nevrálgico da cidade, mas muito amenizado pela presença da própria lagoa. (Sete Lagoas, Janeiro de 2003, Marty Nogueira)

No que tange aos efeitos multiplicadores da indústria siderúrgica, saliente-se a instalação do distrito industrial e atração de inúmeras outras indústrias dos setores de cerâmica (Nossa Senhora das Graças e Cerâmica Leste Brasil) e de autopeças (Formin), além de algumas outras, tais como o Matadouro Industrial Marusa, a Acker do Brasil, a Bombril, o Centro Ótico e a fábrica de rações Purina.

Importa salientar que os efeitos multiplicadores acima aludidos, não constituíram uma simples conseqüência de caráter puramente econômico, na medida em que, houve uma intenção deliberada, na época, anos de 1970, no sentido da atração daqueles investimentos, os quais, por sua vez, têm suas origens tanto no capital local e regional como, também, no internacional, especialmente o italiano.

Novamente vai-se encontrar a atuação de um membro da classe política local como o agente facilitador da colocação em prática das estratégias elaboradas. Trata-se da atuação de ex-prefeito de Sete Lagoas, cuja administração deu-se no período de 1973 a 1976, Sérgio Emílio Brant de Vasconcelos Costa. Por seu sobrenome, pode-se perceber, que trata-se de mais um representante da elite política e econômica de Sete Lagoas, pois ele é filho de Emílio Vasconcelos Costa e sobrinho-neto de Bernardo Alves Costa, eminentes figuras da elite local, cujas atividades contribuíram grandemente para a construção da centralidade de Sete Lagoas.

A atividade de Sérgio Emílio, enquanto prefeito de Sete Lagoas (ele foi prefeito, mais uma vez, entre 1988 e 1992, vereador por uma legislatura, entre 1963 e 1966 e deputado estadual em três legislaturas subseqüentes, de 1979 a 1990, além de ocupar cargos de confiança em secretarias estaduais, por vários momentos), constitui um dos exemplos mais elucidativos do espírito de um típico político de interior que pretende elevar o seu município a patamares mais elevados, no sentido de sua inserção mais notável na rede urbana do Estado. A percepção aguda das potencialidades de Sete Lagoas, a intensa relação de apego à terra e a pertinácia em atrair os investimentos para a cidade são características muito peculiares desse político.

Criando o distrito industrial, o referido político inicia uma trajetória de visitas a vários empresários, fazendo o *marketing* de sua cidade. Seus argumentos possuíam bases bastante lógicas. Em depoimento, no ano de 2000, o Doutor Sérgio Emílio afirmou categoricamente:

“Nós atendíamos aos anseios dos empresários, por meio do oferecimento de terrenos, rede de água e sanitária, telefone, asfalto, incentivos fiscais municipais temporários, desvios de lotação e até um campo de pouso; além disso, como era do conhecimento de todos, havia a posição estratégica de Sete Lagoas e, mais ainda, o baixo índice de sindicalização da classe operária, uma tradição local”.

A partir dessa constatação torna-se muito fácil compreender qual é a estratégia adotada pelas elites locais, principalmente, quando seus membros ocupam cargos administrativos. A eficácia do *marketing* promovido e implantado pelo prefeito de Sete Lagoas foi comprovadamente expressiva, tendo em conta, o crescimento socioeconômico experimentado pela cidade nas décadas de 1970 e 1980, conjuntura aliás, em grande medida, responsável pela continuidade do processo na década posterior, no sentido da (re)construção da centralidade de Sete Lagoas.

4.5 OUTRAS ESTRATÉGIAS: FATORES DE CENTRALIZAÇÃO

Permeando todo o longo processo de construção da centralidade de Sete Lagoas, processo esse iniciado em fins do século XIX, além das estratégias e ações acima analisadas, outras estratégias foram tomadas no sentido de prover a cidade de certos atributos, os quais, certamente, significaram mais um elemento fundamental nessa construção. Trata-se das estratégias seguidas com relação aos setores da educação e saúde, por meio da criação de um hospital, o qual, hoje, é referência regional e de duas importantes escolas de ensino médio e superior na cidade. Esses equipamentos permanecem possuindo um papel muito expressivo, nos dias de hoje, na manutenção da centralidade de Sete Lagoas. (vide capítulo 1)

4.5.1 O HOSPITAL

O hospital da Irmandade Nossa Senhora das Graças, Santa Casa de Sete Lagoas, cuja criação data de 1880, foi obra, novamente, das elites locais, na medida em que a empreitada envolveu a participação tanto do então vigário da cidade, como também de

outros membros e personalidades com grande influência na política e na economia locais. A referência é com relação ao presidente da Câmara Municipal, o médico Sebastião Mascarenhas, da família homônima, cujo comando político, econômico e social sobre a cidade e sua região já havia sido sedimentado, processo iniciado com a chegada de seu patriarca na região (Coronel Mascarenhas). Sua força econômica e política advinha das atividades agropecuárias, comerciais e industriais. O segundo nome importante foi o do coronel João Antônio de Avelar, advogado, primeiro secretário da Câmara e patriarca de uma das mais importantes e tradicionais famílias políticas da cidade. Pai do Doutor Avelar, o qual levou para a cidade os trilhos da ferrovia, o Coronel Avelar, também, foi um típico representante da elite pecuarista. Além desses dois, outros portadores de patentes militares e empresários locais colaboraram com a iniciativa. (SILVEIRA SANTOS, 1997) Dessa época até 1937, o hospital funcionou numa casa improvisada no centro da cidade e também no prédio ao lado da igreja da Matriz de Santo Antônio, o qual abrigaria, logo após, a Escola Normal, fato que não empalidecia o papel de centralização exercido por ele, pelo menos, no que tange ao atendimento da população local.

O ano de 1937 é muito importante, pois marca a data da inauguração da sede definitiva do "novo" hospital da Irmandade em Sete Lagoas. Na verdade, desse fato pode-se deduzir como já era grande o alcance espacial do hospital, guardadas as devidas proporções, uma vez que certos membros da elite local, entre os quais deve-se destacar as figuras de Bernardo Alves Costa (médico, banqueiro e pecuarista) e Márcio Prates Ferreira Paulino (médico e político) já haviam percebido isso. Afinal, Sete Lagoas localizava-se numa região muito pobre em todos os sentidos e para lá acorriam levas de gente em busca do único hospital existente por aquelas redondezas. Define-se, portanto, nessa época, a importância cada vez maior do hospital, como uma referência regional, tal qual, registra SILVEIRA SANTOS, 1997, p.69:

"O Hospital Nossa Senhora das Graças era, sem dúvida, o maior, mais bem equipado e, por seus corpos clínicos e cirúrgico, o mais importante centro médico da região. O grande prédio, em dois níveis, comportava 16 apartamentos, duas grandes enfermarias, um amplo e moderníssimo bloco cirúrgico e ambulatório, espaços planejados para instalação de farmácia, laboratório e aparelhagem de raio X; alojamentos para médicos

outros membros e personalidades com grande influência na política e na economia locais. A referência é com relação ao presidente da Câmara Municipal, o médico Sebastião Mascarenhas, da família homônima, cujo comando político, econômico e social sobre a cidade e sua região já havia sido sedimentado, processo iniciado com a chegada de seu patriarca na região (Coronel Mascarenhas). Sua força econômica e política advinha das atividades agropecuárias, comerciais e industriais. O segundo nome importante foi o do coronel João Antônio de Avelar, advogado, primeiro secretário da Câmara e patriarca de uma das mais importantes e tradicionais famílias políticas da cidade. Pai do Doutor Avelar, o qual levou para a cidade os trilhos da ferrovia, o Coronel Avelar, também, foi um típico representante da elite pecuarista. Além desses dois, outros portadores de patentes militares e empresários locais colaboraram com a iniciativa. (SILVEIRA SANTOS, 1997) Dessa época até 1937, o hospital funcionou numa casa improvisada no centro da cidade e também no prédio ao lado da igreja da Matriz de Santo Antônio, o qual abrigaria, logo após, a Escola Normal, fato que não empalidecia o papel de centralização exercido por ele, pelo menos, no que tange ao atendimento da população local.

O ano de 1937 é muito importante, pois marca a data da inauguração da sede definitiva do "novo" hospital da Irmandade em Sete Lagoas. Na verdade, desse fato pode-se deduzir como já era grande o alcance espacial do hospital, guardadas as devidas proporções, uma vez que certos membros da elite local, entre os quais deve-se destacar as figuras de Bernardo Alves Costa (médico, banqueiro e pecuarista) e Márcio Prates Ferreira Paulino (médico e político) já haviam percebido isso. Afinal, Sete Lagoas localizava-se numa região muito pobre em todos os sentidos e para lá acorriam levadas de gente em busca do único hospital existente por aquelas redondezas. Define-se, portanto, nessa época, a importância cada vez maior do hospital, como uma referência regional, tal qual, registra SILVEIRA SANTOS, 1997, p.69:

"O Hospital Nossa Senhora das Graças era, sem dúvida, o maior, mais bem equipado e, por seus corpos clínicos e cirúrgico, o mais importante centro médico da região. O grande prédio, em dois níveis, comportava 16 apartamentos, duas grandes enfermarias, um amplo e moderníssimo bloco cirúrgico e ambulatório, espaços planejados para instalação de farmácia, laboratório e aparelhagem de raio X; alojamentos para médicos

plantonistas e enfermagem, além de dependências confortáveis para os diversos setores administrativos e de serviços gerais”.

Em 1954, com a inauguração da maternidade, reforça-se mais uma vez a capacidade de atração do hospital, pois, Sete Lagoas passou a ser a única cidade da região (sua hinterlândia) a possuir um serviço dessa natureza. (Fotos 21 e 22)



Foto 21: Portaria principal do Hospital da INSG, vendo-se à direita a capela em honra à Nossa Senhora das Graças. (Sete Lagoas, Janeiro de 2003, Marly Nogueira)



Foto 22: Vista parcial das obras de ampliação do Hospital INSG, o maior e mais importante da cidade. (Sete Lagoas, Janeiro de 2003, Marly Nogueira)

4.5.2 ENSINO MÉDIO PROFISSIONALIZANTE E ENSINO SUPERIOR

A idéia da criação de uma escola técnica na cidade surgiu numa época bastante singular, na medida em que vários fatores conjugaram-se com perfeição para que o projeto vingasse. Trata-se do ambiente sócio-político e econômico da segunda metade dos anos de 1970, quando o Brasil passava por um crescimento econômico sem precedentes, fase do “milagre brasileiro” e Sete Lagoas conhecia também o auge de uma grande fase de desenvolvimento econômico, sobretudo por causa da expansão da economia guseira.

Politicamente, o ambiente se caracterizava em favorecer o ensino técnico profissionalizante, uma vez que, era muito expressiva a demanda de profissionais de nível técnico secundário para um país que ora se industrializava “modernamente” e que, em termos de mão-de-obra qualificada, não possuía ainda uma oferta adequada. Daí a multiplicação de escolas técnicas federais em boa parte do território nacional, que até hoje, constituem uma referência para o ensino médio profissionalizante de qualidade no país.

No que se relaciona à Sete Lagoas, a situação era bem semelhante, isto é, havia também um ambiente de grande otimismo econômico, o qual aliado ao ambiente político altamente favorável, criava uma série de condições propícias às elites política e econômica da cidade em pensar, também para Sete Lagoas, uma escola técnica que pudesse corresponder às demandas de mão-de-obra qualificada da indústria guseira, ora em plena expansão na cidade.

Foi na gestão, como prefeito, de Afrânio Avelar (1977-1982), descendente direto, neto, do Doutor João Avelar e mais um típico representante da elite que alia os poderes políticos e econômicos na cidade, que foram feitos os estudos necessários para a criação da escola técnica de Sete Lagoas. Em 1978, com os estudos já completados, nos quais, é importante salientar, tiveram grande peso as considerações do setor industrial local, notadamente dos guseiros, decidiu-se pela instituição de uma fundação municipal que se responsabilizasse pela criação, controle e gestão da escola técnica, ou seja, a Fundação Municipal de Ensino Profissionalizante (FUMEP).

Depois de ocupar, provisoriamente, durante seus dois primeiros anos de funcionamento, as instalações de um colégio particular no centro da cidade, a Escola Técnica de Sete Lagoas, finalmente, pôde estabelecer-se em sua sede própria, numa área de 48.000 metros quadrados, localizada no Distrito Industrial. Tal área foi doada pela Companhia de Distritos Industriais de Minas Gerais (CDI-MG). Em outros termos, a estratégia dos industriais e do poder político local e estadual, na época, constituiu-se não só da doação de uma área para o empreendimento, como também de localizá-lo bem dentro de seu "território", fato que facilita em muito as articulações da escola com as indústrias, cuja demanda de mão-de-obra a escola satisfaz. Pode-se afirmar, com toda a certeza, que houve uma sinergia total e perfeita, na qual os interesses de todos os agentes sociais (elites política e econômica) envolvidos puderam ser satisfeitos.

A Fundação Educacional Monsenhor Messias (FEMM) nasceu da necessidade de oferecer uma alternativa para os egressos de ensino de 2º grau (da época) que gostariam de cursar um curso superior, o qual só era encontrado em Belo Horizonte, fato que encarecia os custos de realização de qualquer curso, sobretudo para os alunos mais carentes. Na verdade, para que pudesse ser atendida essa demanda, o Rotary Club de Sete Lagoas, criador da futura Fundação, enxergava no fornecimento de bolsas de estudo para escolas em Belo Horizonte, o caminho mais fácil para resolver o problema. Essa solução não vingou, sendo substituída pela idéia da criação de uma fundação de direito privado que tivesse sob sua responsabilidade, finalmente, a criação de um curso superior na cidade.

A concessão de funcionamento de uma escola superior na cidade, dependeu muito do papel exercido pelas elites locais, as quais, através de inúmeras injunções junto ao governo estadual e ao Conselho Federal de Educação, pois havia um representante sete-lagoano no citado conselho (Sr. Alberto Deodato), finalmente, conseguiram fazer aprovar o funcionamento da escola.

Pelo que se pode depreender da análise do alcance espacial dessas duas escolas, na atualidade (vide capítulo 1), a criação desse tipo de equipamento constituiu uma das estratégias mais eficientes no sentido do reforço da centralidade de Sete Lagoas em sua região. Afinal, tais empreendimentos representam tanto a força das elites, enquanto agentes da produção do espaço, como, também, a necessidade delas em reforçarem a

sua própria condição de detentoras do comando local e regional, por meio, por sua vez, da manutenção da força da cidade de Sete Lagoas. (Fotos 23 e 24)



Foto 23: Escola Técnica de Sete Lagoas. (Sete Lagoas, Janeiro de 2003, Marly Nogueira)



Foto 24: Portão de entrada do *campus* da FEMM. (Sete Lagoas, Janeiro de 2003, Marly Nogueira)

O presente capítulo pretendeu analisar o processo de construção da posição central ocupada por Sete Lagoas na Região Central de Minas Gerais. Essa análise pretendeu deixar claro quais foram os fatores intervenientes em tal processo, notadamente, a íntima relação estabelecida, construída entre a posição geográfica da cidade e a percepção histórica que suas elites sempre tiveram dessa posição. Essa relação, permeando todo o processo foi certamente o principal fator da dinâmica funcional apresentada por Sete Lagoas ao longo da maior parte do século XX.

Pode-se afirmar que, todo esse processo baseou-se num modelo, ou melhor, constituiu um ciclo econômico, inaugurado ou iniciado com o advento da ferrovia em fins do século XIX e terminado com a implantação da indústria de base, produção de gusa, um produto semi-acabado, que representou, na realidade, a relação acima aludida. Ora, esse modelo, ou ciclo já se esgotou e, hoje, pode-se perceber, que a cidade entrou numa nova fase da "construção-manutenção" de sua centralidade, cujas bases não mais podem ser referenciadas à uma economia de base primária, tal qual, revelou um de seus mais importantes membros da classe política. Desvendar e analisar esse processo atual, recém inaugurado, levantando que tipo de relações o caracterizam, é o objetivo do próximo capítulo.

5 RECONSTRUINDO A CENTRALIDADE: ESTRATÉGIAS RECENTES NO PROCESSO E SUAS CONSEQÜÊNCIAS

*“Assim eis terminada a minha obra
 Que destruir não poderão jamais
 A cólera de Jove, o ferro, o fogo
 E a passagem do tempo. Quando o dia
 Em que pereça a minha vida incerta
 Chegar, o que em mim há de melhor
 Não há de perecer. Subindo aos astros
 Meu nome por si mesmo viverá.
 Em toda a parte onde o poder de Roma
 Se estende sobre as terras submissas,
 Os homens me lerão, e minha fama
 Há de viver, por séculos e séculos,
 Se valem dos poetas os presságios”.*
*Metamorfoses de Ovídio in “O Livro de Ouro da
 Mitologia” Thomas Bulfinch*

5.1 A DINÂMICA DE UM PROCESSO: NOVAS MENTALIDADES E NOVAS ESTRATÉGIAS

A década de 1990 representa para Sete Lagoas um marco, uma vez que foi ao longo desse período, que a cidade vê reforçada a sua centralidade na rede urbana mineira. Esse reforço constitui uma decorrência das estratégias impostas e perseguidas pelas elites locais, fundamentando um processo o qual, por seu lado já havia sido evidenciado desde os anos de 1980 e que não deve, nem tampouco pode, ser desvinculado dos processos decorridos durante todo o século XX, tal qual descrito e analisado no capítulo anterior.

Trata-se de um processo contínuo que evidenciou no passado a força da elite local em construir essa centralidade. Por outro lado, essa mesma elite está sendo capaz de perceber que é necessária a manutenção dessa centralidade, uma vez que somente assim, é que pode ser viável a sua própria reprodução. As bases sobre as quais foi ela erigida já se esgotaram e o processo constante de construção-manutenção da

centralidade de Sete Lagoas, exigiu novas estratégias, as quais cabe à elite local a sua criação, adoção e implementação.

As raízes desse processo atual de reconstrução da centralidade de Sete Lagoas devem ser procuradas no passado mais recente da história da cidade, principalmente em duas fontes principais, ou seja, no tipo de mentalidade mais comum que vai caracterizar boa parte da elite local e, evidentemente, nas estratégias consideradas por tais agentes.

A força dos pecuaristas na elite sete-lagoana tradicionalmente sempre foi muito significativa; daí o enorme expressão das atividades desses fazendeiros e de suas estratégias na construção da centralidade da cidade no passado. Conquanto essa expressão ainda permaneça muito importante na atualidade, é forçoso reconhecer, que Sete Lagoas assistiu, num passado muito mais recente, o nascimento, ou melhor dizendo, a formação e a inclusão de novos membros em sua elite, os quais guardam certas características muito peculiares, cujas estratégias foram e continuam sendo cruciais no processo em tela.

Trata-se de uma nova classe funcional, que em boa medida tem origem nas próprias famílias mais tradicionais da cidade, ou seja, naquelas ligadas à antiga classe dos ruralistas e pecuaristas, mas que possuem uma outra mentalidade, redundando em mudanças de rumo nas estratégias, visando um outro tipo de inserção de Sete Lagoas na economia mineira, por meio daquilo que esses mesmos agentes qualificam de modernização da base econômica local. À essa renovada classe aliam-se outras classes, cujo desenvolvimento e objetivos muito se assemelham, embora suas respectivas origens possam não estar vinculadas às mais tradicionais atividades econômicas locais.

Essa situação pode ser evidenciada muito claramente na composição da Associação Comercial e Industrial de Sete Lagoas, entidade que representa os interesses da esmagadora maioria dos membros da elite econômica local.

Quando de sua criação, a ACI, como demonstrado no capítulo 4, nasceu no seio da classe dos ruralistas, em meio ao grande otimismo reinante na cidade como decorrência da expansão econômica experimentada. Seu primeiro presidente foi um ruralista e somente com o passar do tempo é que comerciantes e industriais tomaram o assento de maior dirigente na associação, fato que corrobora como foi dominante a atividade pecuarista na cidade e como, repita-se, embora ela permaneça importante, ocorreu uma

espécie de evolução no interior da entidade. Essa, assim denominada, evolução, nada mais faz do que refletir a própria mudança das bases econômicas locais, as quais, por sua vez, representam o fortalecimento de novos segmentos da elite local.

Durante um período razoavelmente extenso a composição da presidência da entidade esteve nas mãos dos mais importantes representantes das classes ruralista e comercial de Sete Lagoas. Nomes como os de Alonso Marques Ferreira, Euro de Andrade, Rodolpho Campolina Marques, Bernardo Alves Costa, Bernardino Alves Costa, Otoni Alves Costa, João Damasceno França, Afrânio de Avelar Marques Ferreira, Avelar Pereira de Alencar, entre muitos outros, representam o domínio exercido pelos ruralistas na ACI e, a reboque, na própria economia da cidade, na medida em que, dessa entidade partiam muitas estratégias visando o fortalecimento da cidade, não somente nas atividades comerciais, como também na industriais.

Pode-se dizer que o quase completo "domínio ruralista" perdurou por todo o lapso de tempo transcorrido desde a criação da entidade, em 1936, até aproximadamente meados dos anos de 1950, quando pode-se apontar que houve uma inflexão em direção a uma participação maior por parte da classe dos comerciantes, fato que, por outro lado não empalideceu o peso exercido pelos ruralistas, mesmo porque seus membros permaneceram tendo importantes assentos na associação, por meio da ocupação de cargos nas diversas diretorias e secretarias.

O período de "controle" dos comerciantes, portanto, conviveu muito de perto com as estratégias e ordem impostas pela classe ruralista, no mínimo até a década de 1980, quando entram em cena, definitivamente, os guseiros, como uma decorrência direta da enorme importância adquirida pela siderurgia do gusa na economia local. Como nomes mais importantes dessa classe dos guseiros tem-se: os irmãos Afonso Henrique e Breno Augusto de Paiva Paulino – Siderpa - (filhos do Doutor Márcio Paulino), Antônio Pontes Fonseca – Calsete e terminal Calsete, poderoso membro da classe política e da elite econômica sete-lagoana, Elísio Queiroz Carneiro – Sama -, além de muitos outros.

Não obstante, durante os anos de 1990, uma nova classe começa a se destacar, na medida em que, ocupando cargos cada vez mais importantes na entidade, os industriais do setor de autopeças iniciam uma agressiva luta em prol de seus interesses mais diretos.

Na verdade, o que pode ser observado é que a ACI de Sete Lagoas, presentemente, representa os interesses, muitas vezes conflitantes, do setor guseiro, tradicional e anacrônico tendo em vista algumas de suas particularidades, e desses novos industriais, os quais se autodefinem como o setor da vanguarda moderna. Esse setor modernizante, por meio de suas estratégias e ações, pretende elevar Sete Lagoas a uma posição de maior destaque na economia mineira, ou seja, a economia local, tão dependente do setor guseiro, não deve permanecer naquela condição de simples pólo guseiro, mas partir em direção a uma outra estratégia de inserção, a qual, em outros termos, significa diversificação industrial, tal qual tem-se verificado, efetivamente, na cidade. Dentre os membros mais importantes e representantes dessa nova classe de industriais, destacam-se os dos proprietários da Usimetal Industrial Ltda. e da Sada Forjas Ltda. Ildebrando Corrêa Cunha e Alberto Medioli, respectivamente. Ressalte-se que a importância do setor de autopeças se reafirma quando a presidência da ACI foi ocupada, no biênio de 1998/2000, por Alberto Medioli e para o biênio de 2000/2002, quando da época da realização do trabalho de campo, Ildebrando Corrêa Cunha já estava se preparando para assumir o mesmo cargo.

Essa inflexão de interesses e estratégias, já vinha sido ensaiada e com resultados muito positivos, quando da criação do distrito industrial, ainda nos anos de 1970, tal qual descrito no capítulo 4. A instalação de novas indústrias, notadamente, daquelas relacionadas ao setor de autopeças, inaugurou uma nova fase para a cidade, que vem se caracterizando pela efetiva percepção de suas elites da necessidade da mudança de mentalidades, as quais, por sua vez, devem representar a sua própria necessidade de sobrevivência, por meio da manutenção da centralidade de Sete Lagoas.

A composição do capital desse novo setor econômico estabelecido em Sete Lagoas varia na atualidade, podendo ser tanto de origem local e regional como também, internacional, mais precisamente de origem italiana. O ponto alto dessa articulação local com o capital corporativo mundial deu-se com a escolha de Sete Lagoas para a instalação da fábrica da Iveco no Brasil. A Iveco é tanto o reflexo, como também a causa do fenômeno evidenciado na cidade. Mas essa articulação, interação local/mundial possui origens bem mais antigas do que se possa imaginar e, mais uma vez, aponta-se o papel destacado exercido pela elite local na atração desses investimentos para o lugar.

Na verdade, o que pode ser observado é que a ACI de Sete Lagoas, presentemente, representa os interesses, muitas vezes conflitantes, do setor guseiro, tradicional e anacrônico tendo em vista algumas de suas particularidades, e desses novos industriais, os quais se autodefinem como o setor da vanguarda moderna. Esse setor modernizante, por meio de suas estratégias e ações, pretende elevar Sete Lagoas a uma posição de maior destaque na economia mineira, ou seja, a economia local, tão dependente do setor guseiro, não deve permanecer naquela condição de simples pólo guseiro, mas partir em direção a uma outra estratégia de inserção, a qual, em outros termos, significa diversificação industrial, tal qual tem-se verificado, efetivamente, na cidade. Dentre os membros mais importantes e representantes dessa nova classe de industriais, destacam-se os dos proprietários da Usimetal Industrial Ltda. e da Sada Forjas Ltda. Ildebrando Corrêa Cunha e Alberto Medioli, respectivamente. Ressalte-se que a importância do setor de autopeças se reafirma quando a presidência da ACI foi ocupada, no biênio de 1998/2000, por Alberto Medioli e para o biênio de 2000/2002, quando da época da realização do trabalho de campo, Ildebrando Corrêa Cunha já estava se preparando para assumir o mesmo cargo.

Essa inflexão de interesses e estratégias, já vinha sendo ensaiada e com resultados muito positivos, quando da criação do distrito industrial, ainda nos anos de 1970, tal qual descrito no capítulo 4. A instalação de novas indústrias, notadamente, daquelas relacionadas ao setor de autopeças, inaugurou uma nova fase para a cidade, que vem se caracterizando pela efetiva percepção de suas elites da necessidade da mudança de mentalidades, as quais, por sua vez, devem representar a sua própria necessidade de sobrevivência, por meio da manutenção da centralidade de Sete Lagoas.

A composição do capital desse novo setor econômico estabelecido em Sete Lagoas varia na atualidade, podendo ser tanto de origem local e regional como também, internacional, mais precisamente de origem italiana. O ponto alto dessa articulação local com o capital corporativo mundial deu-se com a escolha de Sete Lagoas para a instalação da fábrica da Iveco no Brasil. A Iveco é tanto o reflexo, como também a causa do fenômeno evidenciado na cidade. Mas essa articulação, interação local/mundial possui origens bem mais antigas do que se possa imaginar e, mais uma vez, aponta-se o papel destacado exercido pela elite local na atração desses investimentos para o lugar.

O estabelecimento do capital italiano em Sete Lagoas constitui mais um processo típico da estratégia adotada por suas elites, que em períodos históricos mais recentes evidencia a grande perspicácia de alguns de seus membros no aproveitamento de condições mais gerais da expansão do capital transnacional nas periferias mundiais, entre as quais destaca-se o Brasil, visando o fortalecimento do lugar.

Destaque-se que a ação e as estratégias de uma corporação refletem o que se pode denominar de raciocínio escalar descendente. A estratégia de localização de suas inúmeras atividades obedece a um raciocínio que considera desde a escala continental, passando pela nacional e regional, para finalmente atingir a escala local. Para cada escala as variáveis mudam, na medida em que, para cada nível escalar os critérios para optar-se pela localização da atividade são diferentes, ou seja, os interesses diferem: vão desde os critérios políticos, o tipo de isenções oferecidas e a própria estabilidade socioeconômica do país até o tipo e a dimensão do mercado consumidor, a oferta de incentivos fiscais, terrenos baratos ou ofertados gratuitamente, existência ou não de mão-de-obra qualificada e a acessibilidade, considerada tanto em termos de malha rodó-ferroviária, aeroportos e portos, como em termos de telefonia e telemática, nas escalas regional e local.

Um exemplo de raciocínio escalar descendente de corporação pode ser verificado na atuação da FIAT Automóveis no que respeita ao Brasil. Estando em território nacional desde 1973 (iniciando a produção em 1976) com sua montadora localizada em Betim, cidade da Região Metropolitana de Belo Horizonte, a FIAT representa a atuação de um agente econômico que, estrategicamente, optou por uma localização, no caso Betim, em função de uma decisão que levou em consideração uma série de critérios, os quais, oferecidos pelas diversas escalas, fizeram-na decidir por aquela cidade. O Brasil, naquela época, ainda usufruía das "benesses" do milagre econômico. O governo estadual concedeu benefícios de isenção fiscal durante dez anos, na gestão do governador Rondon Pacheco e a escala local municipal favoreceu a implantação por intermédio do fornecimento de uma área plana, barata e com excelente acessibilidade, às margens da rodovia BR-381. O mercado consumidor era promissor e em expansão e Minas Gerais, a terceira economia do país, constituía um território ainda inexplorado pelas montadoras de automóveis. Por tudo isso, a localização em Betim tornou-se a que melhor correspondia aos interesses da corporação. O papel de Rondon Pacheco, na qualidade de governador,

foi o maior responsável pelo estabelecimento da unidade industrial da Fiat em Minas Gerais, muito em virtude de seus esforços nessa direção.

Em seu permanente processo de expansão mundial, a corporação Fiat continua agindo no Brasil, na atualidade, por meio da Iveco em Sete Lagoas, não obstante outros grupos econômicos italianos, bem menores, é verdade, tenham se interessado pela cidade, quase à mesma época em que a Fiat aportou em Betim, assim como em épocas mais recentes. Esses grupos que se instalariam em Sete Lagoas também possuem íntimas relações com a corporação Fiat.

Esse foi o caso da FORMIN, nome adotado no Brasil para a indústria ERBI, com sede localizada na cidade de Turim, na Itália e que era uma das mais importantes subfornecedoras da Fiat italiana, cujo matriz encontra-se, também, em Turim. A história do processo que envolveu a vinda dessa indústria para Sete Lagoas é uma das mais interessantes, pois exemplifica com perfeição as estratégias e ações de um dos membros da classe política sete-lagoana, empenhado numa luta política acirrada que evidencia até que ponto um agente social concreto pode chegar para alcançar seus objetivos. De fato, pode-se dizer que travou-se, na época, uma verdadeira guerra entre os lugares, no sentido de qual lugar iria ganhar a localização da indústria italiana. Ressalte-se que o pioneirismo representado pela Formin abriu a senda da diversificação industrial de Sete Lagoas que culminou na implantação da Iveco na cidade. Em outros termos, Sete Lagoas passa a experimentar um processo de modernização econômica, uma especialização, que evidencia não somente seus típicos aspectos econômicos e financeiros, como também, a força de sua elite em manter a centralidade da cidade, via sua, cada vez melhor, inserção na economia e rede urbana mineiras.

Os anos eram os de 1970. Ocupando o cargo de prefeito pela primeira vez, gestão de 1973 a 1976, Sérgio Emílio Brant de Vasconcelos Costa enxergou na conjuntura mundial, de grande expansão do capital, uma ótima oportunidade para engajar Sete Lagoas naquele processo, inserindo definitivamente "seu lugar" na geografia mundial. Raciocinou o político, que como já havia um excelente precedente, representado pela opção do capital italiano por um lugar de Minas Gerais para instalar sua primeira unidade na América Latina, a cidade de Betim, nada mais lógico que essa imensa montadora, a

Fiat Automóveis, tal qual suas congêneres mundiais, também necessitasse de indústrias que fornecessem as peças componentes dos veículos que produzia.

A partir desse raciocínio lógico, o então prefeito, por meio de um contato com um antigo amigo que estava de partida para Paris, a trabalho na embaixada do Brasil na França, resolve nomear-lhe como o “embaixador da Cidade em Paris”, encarregando-o de comunicar-lhe acerca de indústrias européias que queriam se instalar em Minas Gerais. (COSTA, 1996)

Embora o ex-prefeito afirme em seu livro (Costa, 1996) de que essa nomeação, na verdade, não passou de uma brincadeira com um amigo dileto, qual não foi sua surpresa, quando recebeu um telegrama de seu “embaixador” comunicando-lhe o fato de que havia uma indústria italiana interessada em se instalar em Minas Gerais. Era a ERBI. No telegrama havia também a indicação do nome do presidente do grupo: Senhor Ermano Bertoldo. A estratégia, por mais banal que pudesse parecer, funcionou.

De posse de uma informação dessa magnitude, apressou-se o prefeito em organizar uma espécie de *book* sobre a cidade, o qual deveria conter muitas fotografias e uma radiografia completa da cidade. Esse *book* juntamente com um ofício foi enviado para Turim e, algum tempo depois, aportava em Sete Lagoas o presidente da empresa, visando conhecer de fato a cidade. Essa foi uma típica estratégia de *marketing*, que rendeu o efeito esperado.

Uma segunda estratégia adotada pelo prefeito foi oferecer ao empresário um terreno de 90.000 metros quadrados, a título de incentivo, para que em Sete Lagoas se instalasse a empresa.

Nessa altura do processo, como havia um grande interesse também da parte do governador Rondon Pacheco, visando a consolidação da Fiat de Betim, por meio da atração das fábricas de insumos para a respectiva montadora, não importando qual fosse o lugar (cidade) a ser o escolhido, desde que ela se instalasse no estado, o prefeito de Sete Lagoas entra definitivamente na guerra de lugares, ao ser comunicado que outras cidades maiores e mais importantes de Minas, tais como a própria Betim, Contagem e Governador Valadares, também estavam muito interessadas em sediar a empresa, pleiteando junto ao governo estadual nessa direção.

Relata Costa (1996) que a batalha foi acirrada, uma vez que cada um dos prefeitos respectivos se desdobrava em oferecer os mais variados incentivos, desde a doação de terrenos, isenção fiscal e infra-estrutura. Tal qual, o prefeito sete-lagoano, os outros prefeitos faziam estas ofertas no contato direto, pessoal com o empresário, que no Brasil permaneceu durante aproximadamente 3 meses.

Ora, diante da morosidade das negociações e da indecisão do empresário em escolher o lugar, Sérgio Emílio resolve “[...] adotar uma outra tática”, segundo suas próprias palavras. (Costa, 1996, p. 180) Sabendo que ele mesmo e o empresário italiano tinham interesses comuns no que diz respeito às questões ecológicas e de preservação de meio ambiente, entre outras temáticas, estabeleceu-se entre ambos uma cordial amizade, que se estendeu até que, de volta ao Brasil, o empresário, depois de uma longa conversa com o prefeito, na qual ele expunha todos os seus temores, principalmente nos quesitos relacionados ao aumento expressivo de tráfego na rodovia BR-040 e à inexistência de mão-de-obra qualificada, resolveu decidir-se por Sete Lagoas.

Obviamente foi o poder de convencimento de Sérgio Emílio, aliado à questão da amizade que se estreitava entre ambos, que utilizando-se de uma contra-argumentação lógica, conseguiu demonstrar para o empresário, que Sete Lagoas seria a melhor escolha justamente porque não apresentava todos os inconvenientes de Contagem ou de Betim: o congestionamento e o tráfego pesado das estradas já era uma realidade nas duas cidades e a desqualificação da mão-de-obra seria um problema menor, na medida em que, pouco tempo de treinamento seria suficiente para torná-la apta a lidar com a moderna tecnologia que ora se apresentava. O trecho abaixo, retirado do livro escrito pelo ex-prefeito resume com perfeição o caráter e a forte personalidade desse político, na verdade, um caráter altamente personalístico, típico de uma boa parte da classe política sete-lagoana e, porque não dizer universal. Relata Costa (1996, p. 182):

“Fiquei exultante. A grande batalha havia sido finalmente vencida e a meta, alcançada. Senti também que era o momento certo para o “pulo do gato”, ou seja, oficializar e concretizar as nossas negociações. Do próprio escritório onde estávamos, telefonei para o Palácio das Mangabeiras, fui atendido pelo ajudante de ordens do Governador Rondon Pacheco e, informado que o mesmo já se encontrava acordado, solicitei que o colocasse na linha, pois tinha uma notícia importante, de

interesse do Governo. Fui atendido com toda a gentileza e educação peculiar ao Dr. Rondon e coloquei-o a par dos fatos, pedindo-lhe que fôssemos recebidos naquele mesmo dia, para apresentar-lhe o empresário Ermano Bertoldo e selarmos e oficializarmos o compromisso”.

Os processos acima relatados pretenderam deixar claro como agem os membros da elite local quando se defrontam com as oportunidades oferecidas por uma conjuntura geral, no caso da expansão capitalista mundial, de tal modo que elas se revertem em grandes oportunidades para uma melhor inserção da cidade na rede urbana. Em outros termos, diante de um ambiente de globalização econômica procurar as melhores estratégias para uma cada vez melhor inserção do lugar no universal, determinando articulações e inter-relações próprias nesse processo infundável.

De fato, pode-se perceber que as estratégias implementadas em Sete Lagoas refletem uma mudança de mentalidades da renovada elite local, não somente de sua classe econômica, com seus variados grupos ocupacionais, como da classe política, na medida em que também do ponto de vista do poder local em termos de governo e da administração pública algumas estratégias foram colocadas em prática, principalmente a partir dos anos de 1990. Esse é o caso da Agência de Desenvolvimento de Sete Lagoas, objeto de análise da próxima seção.

5.1.1 A AGÊNCIA DE DESENVOLVIMENTO DE SETE LAGOAS - ADSL

A Agência de Desenvolvimento de Sete Lagoas constitui o resultado de um esforço da instância política municipal que objetivou, por meio de parcerias com uma série de entidades de classe de todos os tipos (profissionais, classistas, e de ensino), tanto na escala federal como nas escalas estadual e municipal e também com o capital, permanecer na direção do desenvolvimento econômico da cidade, implementando uma série de estratégias que visam a atração de investimentos.

Na verdade, a ADSL é uma criação política, de escolha deliberadamente política, constituindo o coroamento de uma administração municipal totalmente consoante com a administração estadual então vigente, quando de sua criação. Marcado pela coincidência de partido político ao qual estavam filiados, tanto o prefeito municipal como o governador

de Estado, o ambiente político em Minas Gerais, entre os anos de 1993 e 1996, tornou-se altamente favorável, de tal modo que houve espaço de manobra suficiente para que as estratégias pensadas pudessem ser colocadas em prática.

Criada em maio de 1996, na gestão do então prefeito Múcio José Reis Júnior e localizada estrategicamente na secretaria municipal de indústria e comércio, cujo secretário era um dos pesquisadores da Embrapa – Doutor Evandro Chartuni Mantovani-, como revelado no capítulo 1, a Agência partiu de um convênio firmado entre a prefeitura municipal, a Associação Comercial e Industrial de Sete Lagoas (ACI), a Câmara de Dirigentes Lojistas (CDL) e a Associação de Pequenas e Microempresas (APEME). Ressalte-se que, fazendo parte dessa estratégia maior, o coordenador da agência também ocupou o cargo de secretário municipal de assuntos estratégicos, expressão de um trabalho que pretendia coordenar as atividades da agência e da secretaria visando o crescimento econômico da cidade.

Não obstante tivesse sofrido um grande esvaziamento, como decorrência da falta de interesse político do prefeito que assumiu logo após a gestão de Múcio Reis, a tal ponto que, na atualidade, a agência já não mais exista, é muito importante ressaltar quais foram as práticas adotadas por ela na perseguição de seus objetivos.

Funcionando como um espécie de ponte entre a prefeitura municipal, o governo de Estado e o empresariado, a ADSL tinha sob sua responsabilidade o gerenciamento da política econômica do município. A prática se baseou na captação de investimentos, no apoio logístico aos novos negócios e na definição das diretrizes que nortearam o crescimento econômico local.

Na qualidade de órgão de fomento, a agência colocou à disposição dos empresários numerosas linhas de crédito, além de exercer a função de facilitadora, para os empresários interessados, junto às entidades e instituições estaduais relacionadas aos empreendimentos econômicos, tais como: BDMG (Banco de Desenvolvimento de Minas Gerais), CDI (Companhia de Distritos Industriais), INDI (Instituto de Desenvolvimento Industrial de Minas Gerais), CETEC (Fundação Centro Tecnológico de Minas Gerais), EMATER (Empresa de Assistência Técnica e Extensão Rural do Estado de Minas Gerais), IEF (Instituto Estadual de Florestas) e FEAM (Fundação Estadual do Meio Ambiente).

Segundo dados recolhidos em ADSL (1998), durante o ano de 1997 (por exemplo), período no qual a agência administrou uma quantidade expressiva de recursos na forma de linhas de crédito disponíveis para o município, foram repassados um total de R\$800.000,00 procedentes do BDMG e do SEBRAE – MG (Serviço de Apoio às Micro e Pequenas Empresas). Datou também desse mesmo ano a entrada em operação de uma linha de crédito proveniente do PROGER (Programa de Geração de Empregos e Renda), com recursos do FAT (Fundo de Amparo do Trabalhador), o qual destinou para o município um total de R\$500.000,00, somente no ano de 1998. Saliente-se que boa parte de todos esses recursos destinou-se ao oferecimento de cursos de básicos de qualificação empresarial, nos quais foram atendidos cerca de 50 microempresários, nos dois anos referidos.

A agência foi também coordenadora do FUNSETE (Fundo de Desenvolvimento Econômico de Sete Lagoas) e de um Balcão de Empregos, como no modelo do Sebrae. A ação conjunta desses dois, objetivava financiar micro e pequenas indústrias em expansão na cidade e captar mão-de-obra, por meio de convênios com as unidades de ensino profissionalizante presentes na cidade, tais como: Escola Técnica de Sete Lagoas (FUMEP), Serviço Social da Indústria (SESI), Serviço Nacional de Aprendizagem Industrial (SENAI), Serviço Nacional de Aprendizagem Comercial (SENAC), Serviço Social do Comércio (SESC), além do Serviço Nacional de Aprendizagem Rural (SENAR) e o próprio Sebrae.

As atividades da ADSL sempre estiveram subordinadas ao Conselho de Desenvolvimento Econômico de Sete Lagoas (CODECON), cujas deliberações visavam o crescimento econômico de Sete Lagoas, utilizando-se como entidade executora a ADSL. Importa ressaltar a composição desse conselho, ou seja, o peso que cada segmento da sociedade local obteve nas determinações de tal conselho. Composto por representantes do poder público municipal, dos empregadores (ACI, CDL e APEME) e dos empregados, via sindicatos, o conselho tornou-se o palco privilegiado das discussões mais importantes da cidade. De acordo com Nogueira (1999 a), assim referiu-se o coordenador da agência, à importância do conselho:

“O Conselho, assim, possibilita à sociedade a oportunidade de participar na definição dos rumos do futuro do município,

através de instrumento aglutinador de forças e detentor de informações estratégicas (grifo da autora) que é a Agência de Desenvolvimento”.

Em outras palavras, pelo menos durante o período que a ADSL esteve na ativa, os esforços do poder público representados nas figuras do prefeito e seus auxiliares mais diretos, tais como, o secretário da indústria e comércio e o coordenador da agência, houve muita movimentação no sentido da diversificação econômica do município, principalmente, no que diz respeito ao setor industrial.

Enquanto órgão político, afinal, a agência foi uma escolha, uma estratégia de caráter político. A ADSL expressou em seu quadro funcional, uma parte das novas mentalidades que se desenvolveram no seio da elite local. Coordenando os trabalhos, sistematizando as estratégias que visavam o crescimento econômico em novas bases, as quais procuraram um novo modelo de desenvolvimento, a agência, de fato, representou as aspirações de uma renovada parcela da elite de Sete Lagoas, tanto de sua classe política, como de setores econômicos e sociais. Sobressaíram nesse processo, um integrante da elite intelectual das cidade, tal como o do pesquisador da Embrapa, Evandro Chartuni Mantovani, o prefeito, Múcio José Reis Júnior, integrante da classe política e das mais tradicionais famílias do lugar (membro de um dos numerosos troncos da família de Joaquina de Pompéu) e o coordenador da agência, Eduardo Antônio Rocha Oliveira, herdeiro de um dos mais importantes políticos locais, além de grande fazendeiro, José Ivo Gomes de Oliveira.

5.1.2 A AMPLIAÇÃO E A MODERNIZAÇÃO DAS INFRA-ESTRUTURAS VIÁRIA E EDUCACIONAL

Em entrevista concedida no ano de 2000, o ex-prefeito de Sete Lagoas Sr. Múcio José Reis Júnior salientou o processo de mudanças que estava em andamento na cidade, processo esse inaugurado no início dos anos de 1990.

Segundo seu depoimento, desde a Constituição Federal de 1988, a distribuição de recursos pela União revestiu-se de um caráter político, que passou a expressar a capacidade e a força que cada município da federação tem diante do todo. Considerando

que o cálculo do fundo de participação dos municípios depende não somente do total de população do município, mas também do total de ICMS arrecadado e de sua composição, lembrou o político, que no caso de Sete Lagoas, seria forçoso reconhecer que, como cerca de 90% de sua economia estavam baseadas em atividades “primárias”: siderurgia do gusa, laticínios, cerâmicas, tecelagem e fiação, a força econômica local, embora o montante fosse expressivo, estaria alicerçada em atividades que não agregavam maiores valores, no sentido de garantir um repasse maior por parte da União, além de espelhar uma posição “menos nobre” de Sete Lagos frente ao todo. Afinal, beneficiamento de produtos semi-acabados não garante para sempre uma posição de destaque para nenhuma cidade e, constatada tal realidade, seria preciso uma revolução interna em direção a novos caminhos, que pudessem recolocar Sete Lagoas na senda da modernidade e do destaque, novamente.

A grande questão colocada pela elite local foi: como alavancar?, ou seja, qual deveria ser a estratégia a ser pensada e colocada em prática que garantisse essa nova posição desejada para Sete Lagoas, uma vez que a vontade política, ingrediente crucial do processo, já estava semeada. Obviamente, a modificação das bases econômicas locais, passou a constituir o objetivo final de um plano que se tornou geral.

Para o referido político, Sete Lagoas apresenta algumas singularidades que fazem dela uma cidade predestinada, na medida em que, a sua privilegiada localização geográfica é, certamente, a principal dessas singularidades, uma “benção de origem divina” (na verdade, o ex-prefeito refere-se ao próprio Deus, como Aquele que beneficiou a cidade, ao oferecer-lhe uma posição geográfica tão privilegiada). Basta aproveitar-se dessa “benesse divina” e não somente dinamizar o existente, como também, criar novas atividades que reflitam novas as mentalidades.

A primeira estratégia a ser perseguida teve a ver com certas infra-estruturas, algumas das quais já estavam implementadas e outras que deveriam receber especial atenção por parte do poder público local. Saliente-se que a implementação dessas estratégias, de preparação do território objetivando um seu melhor uso, constituem ações tanto do poder local, como principalmente, do poder estadual, ou, em outras palavras, as ações locais e estaduais coadunaram-se, de modo a permitir que a ampliação e a modernização das infra-estruturas pudessem ser efetivadas plenamente. De fato, durante

a gestão dos governadores Hélio Garcia e Eduardo Azeredo, este último, fundamentalmente, as estratégias ligadas ao reforço das infra-estruturas locais, que redundaram em benefícios para Minas Gerais como um todo, constituíram, em grande medida, a base de suas respectivas administrações.

Com relação à ferrovia, importa lembrar que Sete Lagoas é ponta-de-trilho de bitola larga da Ferrovia Centro Atlântica (antiga Rede Ferroviária Federal) desde há muito tempo. Na verdade, a bitola larga, foi estendida até a cidade ainda em meados dos anos de 1970 (Pereira, 1997), como uma decorrência direta do atendimento do aumento da demanda da economia guseira. Evidentemente, tal fato refletiu, de alguma forma, tanto a importância da indústria do gusa local e seu peso nas exportações, justificando a chegada do 3º trilho a Sete Lagoas, num passado já mais remoto, como também, na atualidade, transformou-se tal fato em grande diferencial em termos de infra-estrutura para a cidade. Essa foi uma estratégia de caráter federal, que atestou o peso da cidade na época.

Mas é no que tange às estratégias estaduais que se pode perceber como certas regiões de Minas Gerais, especialmente algumas cidades, foram amplamente favorecidas. Na gestão de Hélio Garcia (1991 a 1995), houve muita movimentação nos setores das telecomunicações e energia elétrica, redundando em expansão da rede estadual de fibras ópticas e na construção de novas usinas hidrelétricas. Sete Lagoas foi beneficiada com a chegada da fibra óptica, fato que, obviamente, representa um grande avanço no que respeita ao setor, uma vez que lugares que possuem esse tipo de infra-estrutura de ponta tornam-se, naturalmente, mais atraentes para os investidores de todos os setores. A expansão da rede das Centrais Elétricas de Minas Gerais (CEMIG), também constituiu importante aporte de infra-estrutura para Sete Lagoas, notadamente, ao se considerar o aumento da demanda de energia elétrica como decorrência da ampliação e diversificação de seu parque industrial.

É na gestão do governador Eduardo Azeredo que Sete Lagoas vai conhecer uma fase, pode-se dizer, áurea de seu crescimento, como reflexo do empenho desse governador em carrear benefícios para a cidade.

Torna-se necessário lembrar as profundas ligações do ex-governador Eduardo Azeredo com Sete Lagoas. Bisneto do Dr. João Avelar, pelo lado paterno, afinal ele é filho do ex-deputado Renato Azeredo, Eduardo Azeredo sempre cultivou um interesse muito

especial por Sete Lagoas, uma decorrência direta de suas ligações afetivas com o lugar. Em depoimento concedido no ano de 2000, o ex-governador salienta essa afeição justificando-a não somente pelo fato de estarem em Sete Lagoas as suas raízes, como também, pelo fato de que tal consideração expressa uma espécie de acerto de contas com a cidade, uma vez que, em vida, seu pai não pôde fazer por Sete Lagoas aquilo que ele considerava de melhor, porque ele nunca chegou a ser governador de Estado. Na percepção de pai e filho, a posição de governador é altamente eficaz no sentido de conseguir, politicamente, que determinados lugares e setores da sociedade possam ser beneficiados.

Com tal mentalidade, o ex-governador se autodenomina como um homem de tradição, representante legítimo de uma cepa especial composta de homens que seguem uma espécie de cartilha da classe política mineira, muitas vezes confundida com a própria elite socioeconômica e que tem, como um de seus mais importantes princípios, essas estratégias de levar benefícios para os lugares nos quais têm raízes familiares.

Ora, foi nessas circunstâncias que Sete Lagoas tornou-se um dos alvos mais visados das estratégias planejadas pelo governo de Estado durante a gestão de Eduardo Azeredo (1994-1998), notadamente, no que se refere à ampliação da infra-estrutura rodoviária preexistente. Assim, por intermédio de uma intervenção direta do governador, durante a sua gestão, a rodovia BR-040 sofre um processo de duplicação, justamente no trecho que vai de Belo Horizonte até o trevo de entrada do perímetro urbano de Sete Lagoas, dentro de uma estratégia maior que visou alguns trechos de rodovias federais de Minas Gerais.

Saliente-se que essa foi uma estratégia de um plano maior do governador, cujo objetivo relacionou-se à atração de investimentos para Minas Gerais, principalmente para as cidades médias, Sete Lagoas, evidentemente, incluída nesse plantel de cidades. De fato, o objetivo do ex-governador foi atrair para Minas Gerais a maior quantidade de investimentos estrangeiros, cujos projetos e estratégias se coadunassem com os interesses do governo, ou seja, colocar novamente o Estado na trilha da industrialização, aproveitando ao máximo a vocação de determinados lugares para tais atividades. Assim é que o território mineiro passa a ser preparado para receber tais investimentos, principalmente, por meio da ampliação e modernização em vários pontos de sua infra-

estrutura, num processo que atinge seu auge com a duplicação das rodovias BR-040 (em alguns de seus trechos) e BR-381, no trecho de Belo Horizonte a São Paulo (obra ainda em andamento, na atualidade), além da construção de uma alça rodoviária que passou a ligar diretamente a Ceasa-MG, localizada no município de Contagem, bem próxima dos limites com Belo Horizonte, com a indústria KRUPP (empresa de metalurgia localizada em Betim), fornecedora da Fiat.

Essa preparação do território, por sua vez, constituiu uma das exigências feitas pelo capital corporativo internacional, principalmente, por parte da Fiat. É que dentro da logística de ampliação de sua rede mundial e, na medida em que, o grupo italiano já está presente em território mineiro desde há quase 30 anos, há um grande “Programa de Mineirização da Fiat”, que preconiza a ampliação do parque mineiro de autopeças e que está em implementação desde meados dos anos de 1980.

Quer dizer, com a concentração de suas fornecedoras em Minas Gerais a Fiat garante menores custos de produção, atraindo para o estado muitos investidores com suas empresas e, em contrapartida, o governo oferece subsídios na forma de incentivos fiscais, além da preparação do território, por meio da ampliação e modernização de sua malha viária, principalmente, da rodoviária. Segundo dados do INDI (2000), no período de 1992 e 1997, o Programa de Mineirização da Fiat conseguiu realizar um total de 38 novos empreendimentos, fato que fez a participação mineira nas compras da Fiat elevar-se a 66% (em 1986, quando da criação do “Programa”, essa participação era de apenas 31%). Atualmente, com uma média de 90 fornecedores mineiros, a mesma participação já atingiu a cifra dos 71%.

As estratégias lograram refazer a grande e peculiar capacidade de Sete Lagoas em atrair as atividades econômicas, as quais, por sua vez, funcionam no sentido de tornar a cidade cada vez mais forte, polarizando toda uma região que dela depende, reafirmando a sua centralidade na região e a sua posição de cidade média na rede urbana mineira.

Com essa posição reafirmada e considerando que os esforços da elite local em “alavancar” a cidade em busca de novas sendas, por meio das quais ela pudesse garantir a manutenção do processo, é necessário apontar que no setor social também foram adotadas algumas estratégias nesse sentido. Assim é que o ex-prefeito Múcio Reis salienta a urgência, que se fez presente nos anos de 1990, face à nova conjuntura que se

apresentava, da implementação do que o político denominou de "modificação global do método produtivo", entendendo com isso a necessidade da introdução definitiva dos mais modernos meios que a informática pode fornecer no sentido da modernização dos processos produtivos.

Ora, para o ex-prefeito e, saliente-se essa é uma norma universal, o caminho a ser percorrido para alcançar esses objetivos deve, obrigatoriamente, passar pela educação, na ampliação das redes de ensino fundamental e médio e, principalmente, do ensino superior. A educação, na opinião do Sr. Múcio Reis provê o treinamento numa etapa inicial, para depois, numa etapa posterior, fornecer a capacidade de aprender ao indivíduo. É nesse aspecto que, a partir de agora, algumas considerações podem ser feitas, numa tentativa de análise do processo em andamento na cidade.

Preliminarmente, é preciso salientar que as ações apresentadas aqui constituem, ao mesmo tempo, tanto a condição como o reflexo de estratégias das elites locais que se ocupam do setor educacional em Sete Lagoas, mas também, de estratégias de expansão de redes de ensino de instituições com sede em outros lugares do Estado e fora dele, fato que confirma, novamente a centralidade de Sete Lagoas e seu peso na rede urbana de Minas Gerais.

Como decorrência de sua condição de cidade média, Sete Lagoas atraiu, nos anos de 1990, pelo menos duas importantes unidades de ensino de instituições educacionais numa estratégia de expansão de suas respectivas redes. Trata-se da unidade de ensino do Colégio Anglo, tradicional escola de ensino fundamental e médio, cuja sede encontra-se localizada na capital paulista. Iniciando suas atividades no ano de 1997, a unidade franqueada do colégio Anglo aportou em Sete Lagoas justamente porque a cidade, com sua expressiva classe média representa um mercado muito bem localizado e estratégico na direção da expansão da rede, em nível nacional, da referida instituição.

A segunda instituição de ensino que aportou em Sete Lagoas é o Colégio Promove, tradicional instituição de ensino, cuja sede encontra-se em Belo Horizonte. Inaugurada em novembro de 1998, a unidade Sete Lagoas do Promove representa uma estratégia declarada da instituição belo-horizontina de interiorização de sua marca, conforme depoimento concedido em 2000, por um dos componentes da diretoria local da unidade. Sete Lagoas disputou com outras duas cidades médias em Minas Gerais, Poços de

Caldas e Pouso Alegre, para inaugurar a fase de expansão da rede estadual do Promove. Ganhou Sete Lagoas, justamente em decorrência de sua posição privilegiada diante da sede da instituição, ou seja, em razão da grande proximidade de Belo Horizonte a cidade é estratégica no sentido de facilitar os contatos, uma vez que as interações com a sede são muito intensas.

Aproveitando-se da infra-estrutura existente de uma antiga escola local (Colégio Phôenix), cuja parceria com a instituição Promove já estava estabelecida há algum tempo, porém resumida ao fornecimento de material didático, o Promove chegou a Sete Lagoas oferecendo as seguintes modalidades de ensino: do ensino infantil, maternal II, ao 3º ano do ensino médio. Localizado num bairro nobre da cidade (Mangabeiras), o colégio atende a uma classe média abastada tanto de Sete Lagoas, como de algumas cidades da hinterlândia sete-lagoana, tais como (de acordo com dados recolhidos em 2000 na escola): Caetanópolis e Pedro Leopoldo (embora oficialmente essa segunda cidade pertença à região metropolitana de Belo Horizonte).

Saliente-se que além das modalidades de ensino oferecidas desde a sua inauguração em 1998, para o ano de 2001 estava previsto o início das atividades do ensino de 3º grau. A Faculdade Promove de Sete Lagoas já se encontrava em processo de aprovação pelo MEC (Ministério da Educação e Cultura) de sua 2ª fase, isto é, verificação de corpo docente e instalações físicas e, embora estivesse projetado que nos primeiros semestres ela ocuparia as dependências físicas do Colégio, já estava em andamento a obra de construção da sede própria, cuja inauguração deu-se em 2001.

Os cursos oferecidos restringem-se a três áreas de conhecimento e expressam a percepção aguda da matriz em criar cursos que possam articular-se perfeitamente à estrutura de uma cidade como Sete Lagoas, atendendo a uma demanda bastante peculiar à cidade. Assim sendo, o curso de Administração de Empresas com ênfase em gerenciamento estratégico de negócios visa formar empreendedores que possam movimentar o setor de pequenas e médias empresas locais, principalmente. O curso de Turismo busca adaptar-se a uma demanda local muito importante tendo em vista o potencial turístico da cidade e, finalmente, o curso de Comunicação Social, com ênfase em propaganda e publicidade foi implantado, tendo em vista a expansão do mercado de Sete Lagoas, inclusive a capacidade que a cidade tem em atrair empresas não locais.

No que respeita à reestruturação das instituições de ensino de capital local, deve-se salientar que no ano de 2000, quando do trabalho de campo, estava já em andamento o processo de transformação da Fundação Educacional Monsenhor Messias em Centro Universitário, fato importante no sentido da reafirmação dessa mais antiga instituição de ensino superior na cidade e na região.

Finalmente, importa salientar o papel exercido por um certo segmento da elite local que, visando oferecer e ampliar o setor educacional da cidade, fundou uma cooperativa de ensino, cujo objetivo é, segundo as palavras de um de seus diretores, em depoimento concedido em 2000, prover a cidade de uma instituição de ensino que possa conciliar mensalidades mais baratas com ensino de qualidade superior.

A Cooperativa de Ensino Integral de Sete Lagoas (CEI) nasceu da vontade de um grupo de pais, ex-funcionários e funcionários da ativa do Banco do Brasil, da Caixa Econômica Federal, Embrapa e alguns profissionais liberais, portanto, um segmento muito expressivo da elite local, que insatisfeitos com a ausência de concorrência na cidade, em razão do predomínio de escolas particulares e diante da decadência do ensino público, resolveram criar um entidade que pudesse anular essas condições adversas. Por meio de um convênio, numa espécie de co-gestão com a Campanha Nacional de Escolas da Comunidade (CNEC), entidade presente na cidade há 30 anos, mas sofrendo de uma grande decadência e esvaziamento de suas atividades, a CEI aproveita-se do arcabouço institucional preexistente, reforma as antigas instalações da CNEC e, em 1994, começa a funcionar, oferecendo as modalidades de ensino do ensino infantil ao ensino médio. Por meio do sistema de franquia, o suporte técnico, pedagógico e administrativo é fornecido pelo Colégio Pitágoras, outra tradicional instituição de ensino belo-horizontina.

Assim como o Promove, a CEI logo percebeu o grande filão representado pelo ensino de 3º grau na cidade e, no ano de 2000, de acordo com as informações recolhidas junto ao seu diretor, a cooperativa se encontrava em processo de implantação de sua faculdade, cuja avaliação estava em andamento nessa época no MEC (o processo entrou no ministério em 1998). O projeto da Faculdade Cenecista de Sete Lagoas é oferecer os seguintes cursos, salientando que a escolha de alguns desses cursos tem profunda relação com a demanda mercadológica local, tal qual ocorre com a Faculdade Promove: Administração de Empresas, Turismo e Computação.

Essa seção pretendeu descrever e analisar o processo de reconstrução da centralidade de Sete Lagoas, na atualidade, tendo como pano de fundo as estratégias e as ações dos principais agentes sociais envolvidos, notadamente, o papel exercido pela elite local, na qualidade de alguns notáveis membros de sua classe política. Para sumariar, pode-se apontar que a principal característica desse processo consistiu na mudança da mentalidade da elite, de tal modo que, nos anos de 1990, a cidade conseguiu manter-se numa posição privilegiada na economia e na rede urbana mineira, como decorrência das estratégias e ações daquela elite, a qual por sua vez, teve (e tem) uma percepção bastante aguçada do potencial de Sete Lagoas na direção de seu fortalecimento e na manutenção desse e de si própria. As conseqüências mais diretas de todo esse processo podem ser apontadas na criação de novas atividades econômicas na cidade, atividades essas que serão objeto de análise da próxima seção.

5.2 AS NOVAS ATIVIDADES CRIADAS

O conjunto de características de Sete Lagoas, que dela fazem uma cidade média bastante atraente para alguns investimentos em especial, aliado ao fato de possuir uma elite que sempre valorizou tais atrativos, com a proximidade de Belo Horizonte e sua região metropolitana, o maior mercado consumidor de Minas Gerais, a boa qualidade de vida, com uma classe média expressiva, também um mercado consumidor respeitável, entre outros, constituem fatores cruciais para o processo, ora em análise. Quer dizer, pelo fato de ser o que é, Sete Lagoas pode ser vista como causa e reflexo, ao mesmo tempo, de sua própria condição, ou seja, uma cidade média cujos atributos sempre foram muito bem avaliados tanto por seus dirigentes como por aqueles que lá querem se instalar suas atividades.

No sentido de ilustrar essa condição, pode-se citar dois empreendimentos um pouco mais antigos e um muito recente, que escolheram a cidade, justamente porque ela apresenta tal conjunto de atributos.

Trata-se das unidades industriais da Bombril e do Centro Ótico, fábricas que chegaram à cidade em fins do anos de 1980 e da mais recente unidade de produção da Elma Chips.

Fabricando exclusivamente a tradicional lâ de aço, a unidade Sete Lagoas da Bombril, cuja sede localiza-se em São Paulo, é a menor das três fábricas da empresa (as outras duas localizam-se em Pernambuco e São Paulo). Instalada desde 1988 no Distrito Industrial, a Bombril, que na atualidade pertence ao grupo italiano CIRIO (alimentos, condimentados, massas e molhos, além de material de limpeza doméstica), escolheu Sete Lagoas justamente porque a cidade reúne dois fatores essenciais na visão do empresário, ou seja, a proximidade de Belo Horizonte e o fácil acesso ao restante do país, em direção norte, tendo em vista a expansão do mercado nessa direção e sua proximidade das unidades de produção da Siderúrgica Belgo Mineira de Contagem, cuja matéria-prima é por essa empresa fornecida (arames de aço especial). (Foto 25)

A proximidade da capital estadual também foi o principal fator de atração do Centro Ótico, empresa do setor óptico, cuja sede localiza-se em Belo Horizonte. Constituído a única fábrica fora da sede da empresa, o Centro Ótico permaneceu em Sete Lagoas durante alguns anos, desde o início dos anos de 1980, quando foi comprada por um grupo de ex-funcionários, os quais desde 1998, estão à frente do gerenciamento da fábrica, que passou a denominar-se Sottile Indústria Óptica Ltda. Seus produtos permanecem sendo fornecidos para a rede de lojas do Centro Ótico em todo o estado, não obstante, haja outros clientes em sua pauta de compradores, como em algumas cidades dos estados de São Paulo, Bahia e Rio Grande do Sul

No caso da Elma Chips, multinacional do setor de alimentos com sede nos Estados Unidos, novamente pesou o fator localização na malha viária, a proximidade do mercado da capital estadual, mas também, o fato da cidade oferecer mão-de-obra abundante e barata (a maioria é feminina) e, na opinião dos representantes brasileiros do grupo, tratar-se Sete Lagoas de uma cidade média, cuja qualidade de vida da maioria da população é boa.

Com investimento orçado em R\$ 63.5 milhões e geração de cerca de 700 empregos diretos, a unidade está instalada num terreno de 100.000 metros quadrados do Distrito Industrial. A prefeitura, na pessoa do atual prefeito, como já se tornou tradição, doou o terreno e ofereceu isenção de impostos municipais durante um período de 10 anos. Espera-se que a produção inicia-se, muito em breve, no ano de 2003.



Foto 25: Vista parcial do principal galpão da BOMBRIL-CIRIO, uma das atividades industriais de mais recente instalação na cidade. (Sete Lagoas, Janeiro de 2003, Marly Nogueira)

5.2.1 O SETOR DE AUTOPEÇAS

Não obstante o setor de autopeças já esteja presente em Sete Lagoas há um tempo razoável, se se considerar que a primeira unidade industrial instalada na cidade, ainda nos anos de 1970, foi a Formin tal qual descrito na seção anterior, torna-se necessário avaliar que foi durante os últimos anos, década de 1990, que o setor de autopeças vai conhecer um crescimento muito expressivo, redundando no aumento de seu peso na economia local e na expansão do poder de seus empresários na sociedade sete-lagoana, formando um novo segmento de sua elite.

Portanto, a referência a esse setor no presente deve remeter a um passado um pouco mais distante, mesmo porque as manobras efetivadas que inauguraram o setor na cidade não diferem em nada das estratégias e das ações que caracterizam o processo presentemente.

Em primeiro lugar, deve-se salientar que o setor de autopeças de Sete Lagoas é caracterizado por uma mistura de capitais tanto de origem local, como também, de origem italiana, embora haja um grande predomínio desse último. Esse não é um fato isolado, pois a presença de capital transnacional na cidade guarda profundas relações com a já tradicional presença desse mesmo capital em Minas Gerais, cuja história remonta ao ano de 1973, quando da chegada da Fiat em território mineiro.

Por outro lado, a posição geográfica de Sete Lagoas, tal qual no passado, tem constituído mais recentemente, uma forte razão para que a cidade se apresente atraente aos olhos do capital italiano ligado ao setor de autopeças. De fato, pode-se dizer que a posição da cidade frente à malha rodoviária, sua proximidade de Belo Horizonte, e de Betim, entre outros fatores que serão apontados mais adiante, representa um fator dos mais vitais para atrair esse tipo de atividade, tendo em vista as articulações do setor com a montadora da Fiat. Adicione-se a tais fatores, as estratégias implementadas por certos membros da elite local no sentido de valorizar e salientar essa posição de Sete Lagoas, com vistas à atração do capital transnacional e, assim, perseverar no processo de construção-manutenção da centralidade da cidade.

O setor de autopeças sete-lagoano engloba um total de 5 empresas e, embora esse possa parecer um número reduzido, deve-se salientar o que essas cinco empresas

representam em termos de participação na economia local e o papel que estão representando, por meio das estratégias de seus proprietários nos destinos da cidade, por meio do aumento de sua ascendência na Associação Comercial e Industrial (ACI).

Desse total de empresas, quatro são de capital italiano: a SIVEF componentes Automotivos Ltda., a SADA Forjas Ltda., a OMR e a ASK do Brasil Ltda e, apenas uma, é de capital local: a USIMETAL Industrial Ltda..

O processo que envolve a instalação das empresas italianas em Sete Lagoas, demonstra que os fatores que as motivaram para ali se instalar são bastante semelhantes, para não dizer que são exatamente os mesmos. Em outros termos, como tais empresas possuem profundas articulações com a indústria automotiva, especialmente a Fiat, afinal são suas subfornecedoras, Sete Lagoas se apresentou como a cidade melhor "preparada" para atender suas especificações, no sentido de facilitar essas articulações com a Fiat de Betim.

As histórias da Sivef e da Sada se confundem, uma vez que têm origem numa mesma empresa, ou seja, a Formin Forjados de Minas. Enquanto o processo que envolveu a chegada da Formin em Sete Lagoas já foi descrito na seção anterior, torna-se necessário salientar como se deu o processo que dele se originaram as duas novas empresas.

Em meados dos anos de 1980, o controle da Formin já havia passado para as mãos do empresário italiano Vittorio Simonetti, quando, em decorrência de problemas de ordem familiar, resolve o referido industrial transferir parte de sua empresa para outras pessoas, no caso os irmãos, também italianos, Vittorio e Alberto Mediolí, proprietários de um grupo empresarial italiano (cidade de Parma), do setor de transporte, cuja presença no Brasil já contava cerca de 20 anos. Trata-se do grupo Sada, o qual comprou o setor da forjaria (forjados a quente) da empresa Formin. Dessa negociação restou para a Formin, cuja denominação, a partir de então, passa a ser SIVEF Componentes Automotivos Ltda., o setor da estamparia a frio e à Sada, que iniciou suas atividades em 1988, coube, não somente, a forjaria, com a produção de câmbios e suspensão para veículos de passeio, como também, o setor de usinagem, (motores para furgões, caminhões, ônibus e utilitários), o qual foi adicionado à linha de produção um pouco mais tarde.

Embora a Formin, atual Sivef, detenha o mérito do pioneirismo no que respeita às atividades do setor de autopeças em Sete Lagoas e, por isso, sua representatividade na economia local seja muito expressiva, deve-se salientar que é com relação à Sada Forjas que o setor se vê melhor representado na elite econômica local, na medida em que seus dois proprietários possuem enorme ascendência tanto no setor econômico, como no setor social e, notadamente, no político. É que, após ter sido deputado estadual eleito por duas legislaturas seguidas, Vittorio Medioli permanece na vida pública, uma vez que, muito recentemente, elegeu-se deputado federal, em outubro de 2002. Esse é, de fato, um dos sinais mais evidentes da visibilidade e força alcançada por tais empresários e, mais ainda, um indicativo de como poderá vir a ser caracterizado um mandato de um político que tem a origem que o deputado Vittorio Medioli possui. Afinal, pode-se levantar a hipótese de que ao fazer parte da elite econômica de Sete Lagoas, o deputado encontra-se muito sintonizado com seus problemas e seus potenciais e, é quase certo que, ao nível do parlamento federal, mais uma vez, a cidade poderá ter em seu representante um grande defensor de interesses.

Além do mais, como já referido, no que respeita ao peso dos empresários ao nível do local, o empresário Alberto Medioli não só já presidiu ACI, como permanece mantendo uma grande ascendência sobre os destinos da cidade, por intermédio de suas continuadas ações junto à própria ACI e à sociedade como um todo, se se considerar que esse empresário é encarado como um grande formador de opinião na cidade.

De instalação um pouco mais antiga, datada de 1984, a Usimetal Industrial Ltda. é a única das grandes empresas do setor cujo capital é de origem local. Empresário do ramo da mecânica industrial (fornecimento de peças de reposição dos altos-fornos das siderúrgicas do gusa) e da mineração de calcário, com atividades localizadas em Sete Lagoas, desde 1975, Ildebrando Corrêa Cunha é um daqueles industriais sete-lagoanos que tiveram suas atividades iniciadas por intermédio do capital fundiário, embora ele não faça parte de nenhuma das antigas e tradicionais famílias de fazendeiros da cidade. Ele é, certamente e juntamente com os irmãos Medioli, um dos representantes mais importantes da nova elite local, cuja mentalidade está relacionada, fundamentalmente, ao fortalecimento do setor industrial sete-lagoano.

Para tanto, desde a sua inclusão como membro da ACI, ocorrida em 1992, o Senhor Ildebrando vem trabalhando nesse sentido e, além disso tem procurado, junto ao empresariado local, alertá-lo para as oportunidades de negócio que estão surgindo na cidade, tendo em vista a sua recente expansão industrial. Em depoimento concedido (2000), o empresário chama a atenção para o grande potencial da cidade no que diz respeito ao setor da prestação de serviços (hotelaria, restaurantes, etc). Politicamente engajado, seu trabalho junto à ACI gerou frutos importantes no que diz respeito à sua ascensão dentro da entidade, tanto que, entre maio de 2000 e maio de 2002, o empresário foi seu presidente. Aliás, essa parece estar sendo uma das estratégias mais importantes desse segmento da elite local, uma vez que, como já referido, no biênio anterior, foi o empresário Alberto Medioli quem ocupou esse cargo.

Não obstante haja uma diferença no que tange aos produtos fabricados pelas empresas industriais acima, importa destacar suas articulações com as montadoras de automóveis localizadas no Brasil, tais como a Fiat de Betim (MG), principalmente, a Mercedes Benz de Juiz de Fora (MG), a Volkswagen de São Bernardo do Campo (SP) e a Fiat argentina localizada na cidade de Córdoba. Além disso, como se trata de um setor que envolve as mais profundas inter-relações e articulações com outras indústrias de mesmo tipo, as empresas sete-lagoanas relacionam-se também com muitas outras subfornecedoras das montadoras citadas, mas fundamentalmente com as da Fiat, localizadas em Betim, São Paulo e Córdoba.

A expansão do setor de autopeças sete-lagoano manteve-se nos anos de 1990, especialmente em sua segunda metade, com a chegada na cidade de mais duas outras empresas italianas. Trata-se da AUTOSONIK do Brasil Ltda. (ASK) e da OFFICE MECCANICHE REZZATESI (OMR).

A primeira a chegar, cerca de 1995, foi a ASK, indústria especializada na produção de alto-falantes, auto-cabos e antenas para veículos. Trata-se de uma *holding*, com sede na Itália que em sua expansão mundial possui duas unidades industriais fora da Itália: a unidade de Sete Lagoas e sua similar na Polônia. Em entrevista concedida (2000), o gerente geral da fábrica salienta as razões que levaram a *holding* optar pela localização em Sete Lagoas. No relato pode-se perceber com clareza três fatos que também foram observados nos processos que envolvem a presença das outras empresas na cidade, ou

seja, as profundas articulações com a Fiat de Betim, cuja liderança em todo o processo foi crucial, a singularidade de Sete Lagoas e, finalmente, o papel exercido pelo prefeito na época, por meio da ADSL.

O processo, portanto, pode ser assim descrito: como uma das empresas contratadas pela Fiat, a ASK deveria escolher uma localização que estivesse contida num raio de 100 km a partir de Betim, uma imposição da montadora. Além de Sete Lagoas sete outras cidades de Minas Gerais foram visitadas: Nova Lima, Vespasiano, Esmeraldas, Mateus Leme, Juatuba, Pará de Minas e Lagoa Santa, mas, novamente venceu Sete Lagoas em função de suas características, as quais foram as que melhor se ajustaram às exigências e necessidades da empresa: 1) a existência de mão-de-obra em quantidade suficiente, de bom nível cultural e a um custo bastante competitivo, pois composta em sua maioria por mulheres, cujos salários geralmente são mais baixos, além de não haver nenhum tipo de organização sindical entre elas e 2) a atuação da Agência de Desenvolvimento de Sete Lagoas (ADSL), entidade intermediadora dos contatos entre o poder público municipal e os empresários, juntamente com a adoção de um terreno de 35 mil metros localizado às margens da rodovia MG-238, uma decisão de ordem pessoal do prefeito na época, Múcio Reis.

A última empresa a se instalar na cidade foi a OMR, mais uma subfornecedora da Fiat na Itália e que optou por Sete Lagoas para localizar a primeira unidade industrial no Brasil. Formada por um grupo de cinco empresas italianas, com sede na cidade de Brescia, a OMR é considerada uma importante indústria de usinagem em seu país de origem. Além da Fiat e da Iveco ela fornece seus produtos (peças metálicas) para outras corporações mundiais automobilísticas, tais como, a Ferrari, a Mercedes Benz e a Volkswagen.

As negociações que envolveram a sua implantação em Sete Lagoas foram iniciadas em 1999 e, além de ter como interveniente a Sada Forjas, contou com a ampla consideração e apoio do poder público municipal, por intermédio do prefeito na época, Marcelo Cecé Vasconcelos de Oliveira (mais um membro da elite local, pertencente à numerosa e tradicional família, cuja ascendência remete novamente a Joaquina de Pompéu e que exerceu o cargo de prefeito municipal por dois mandatos: 1983-1987 e 1997-2000).

À prefeitura couberam as obras de terraplenagem e asfaltamento do terreno, cuja localização é justamente ao lado das instalações da Sada Forjas, no Distrito Industrial da cidade - daí o acordo comercial e operacional entre as duas empresas - e a isenção de impostos durante um período de 5 anos. Por tais detalhes é possível argumentar o quão são importantes as decisões tomadas pelo poder público municipal, tendo em vista o ambiente altamente favorável relacionado ao processo de expansão da Fiat no Brasil - Programa de Mineirização da Fiat - e, finalmente, a posição singular de Sete Lagoas em todo esse complexo processo. (Fotos 26 a 29)



26



27

Fotos 26 e 27: Portões de entrada, respectivamente, da SIVEF e da SADA Forjas, dois exemplares importantes do setor de autopeças local. (Sete Lagoas, Janeiro de 2003, Marly Nogueira)



Foto 28: Galpão que abriga as atividades de administração da USIMETAL, a única do setor de autopeças que é de capital local. (Sete Lagoas, Janeiro de 2003, Marly Nogueira)



Foto 29: O importante setor de autopeças sete-lagoano se fortalece com a OMR, mais uma empresa de capital italiano. (Sete Lagoas, Janeiro de 2003, Marly Nogueira)

5.2.2 A MONTADORA DE VEÍCULOS UTILITÁRIOS LEVES

A Iveco, montadora de caminhões do Grupo Fiat, no Brasil, denomina-se Iveco Fiat Brasil e constitui o resultado de uma parceria entre a Fiat Automóveis (FIASA – Betim) e a Iveco (Turim – Itália). Cada uma dessas duas empresas possui 50% de participação na *joint venture* e, juntas, investiram U\$ 240 milhões na constituição da Iveco Fiat Brasil.

Com o lançamento da pedra fundamental em outubro de 1997, iniciaram-se as obras da nova fábrica, a qual localiza-se na rodovia MG – 238 (km 74, na margem esquerda) ao norte do município de Sete Lagoas. Em março de 1998, iniciaram-se as obras de terraplenagem e, findos tais trabalhos, em agosto do mesmo ano, iniciou-se a construção dos primeiros galpões. De um total de 2,35 milhões de metros quadrados de terreno, a fábrica ocupa uma área de 5,5 mil metros quadrados, sendo de 6,0 mil metros quadrados a área construída.

A capacidade da fábrica é de produzir, em média, 27.000 unidades ao ano, na seguinte proporção: 60% *DUCATO* (veículos para transporte de passageiros e cargas: modelos e versões → Ducatos Combinato, Minibus, 15 Vetrato Teto Alto, 15 Vetrato Teto Baixo, 15 e Maxi) e 40% *DAILY* (caminhões, mini-ônibus e furgões: modelos e versões → Dailys 35.10 Chassi-cabine, 35.10 Furgão, 49.12 Chassi-cabine, 49.12 Furgão, 49.12 Scudato e 40.12 Maxi Van). Além dessa planta industrial, deve-se salientar que, constituindo uma primeira fase no complexo processo de produção da Iveco em Sete Lagoas, desde de 1999, entrou em funcionamento uma outra fábrica anexa à planta maior, a qual se destina à produção e montagem de motores, cujos mercados principais são a própria Iveco e outros clientes que, porventura, possam surgir. Sua capacidade de produção chegará às 40.000 unidades por ano. Essa fábrica de motores foi implantada em razão da obrigatoriedade fixada pelo governo federal no sentido de tornar os componentes dos veículos montados no Brasil cada vez mais “nacionalizados”. Ao se considerar que existe o “Programa de Mineirização da Fiat”, uma estratégia do governo estadual em conjunto com a corporação italiana, é possível argumentar que tal fábrica pode estar incluída nesse programa e, assim, determinar o sucesso do próprio programa e da expansão da Fiat em território mineiro.

“A IVECO é 100% Eduardo Azeredo”, assim se expressou o ex-prefeito Múcio Reis, quando se referiu ao papel exercido pelo ex-governador Eduardo Azeredo no processo que culminou com a instalação da montadora de veículos utilitários da Industrial Vehicules Corporation – IVECO – na cidade de Sete Lagoas. Esse processo, pode-se dizer, é certamente dos mais ilustrativos da importância adquirida pela classe política sete-lagoana e suas ramificações em direção à consecução de seus interesses, o que culminou no favorecimento da cidade e na ampliação e reafirmação de sua centralidade em Minas Gerais.

Nas palavras do chefe do projeto e instalação industrial da Iveco em Sete Lagoas, Carlos Roberto de Castro, em entrevista no ano de 2000, as razões que levaram a Iveco a optar por Sete Lagoas relacionam-se ao fato de que a cidade está dentro do que pode-se denominar dos “parâmetros” exigidos por esse tipo de investimento industrial. Em outras palavras, o executivo deixou bastante claro que, ao oferecer energia em abundância, possibilidade de expansão física da unidade industrial e ausência de poluição nas redondezas do lugar onde está instalada a fábrica (essa é uma das exigências mais cruciais, pois a poluição prejudica uma das etapas mais importantes do processo produtivo, que é a fase da pintura dos veículos), Sete Lagoas apresentou-se como a melhor opção em Minas Gerais para a localização da Iveco.

Ora, mas outras cidades mineiras e até fora de Minas Gerais possuem amplas possibilidades de receber tais investimentos, pois também, apresentam essas mesmas características. É nesse ponto que se vai encontrar uma das facetas da singularidade de Sete Lagoas, transvestida no que o executivo da Iveco denominou de “viés político” do processo.

Em verdade, aliada às já tornadas tradicionais iniciativas do governo municipal para atrair investimentos para a cidade, por meio da concessão de terreno e da “preparação” do território via construção de toda uma rede de infra-estrutura básica (redes de água e esgoto, iluminação, coleta de lixo e outras), deve-se ressaltar que, considerando as escolas de ensino médio profissionalizante que possui, garantindo o fornecimento de mão-de-obra qualificada e a propalada qualidade de vida típica de uma cidade média (ausência de violência, de poluição e de gritantes desigualdades sociais), Sete Lagoas já detém uma especial posição para atrair investimentos do porte de uma montadora de veículos. Mas,

novamente, a posição geográfica da cidade, cujo potencial sempre foi, ao longo da história, muito bem explorado por sua elite, especialmente sua classe política, para dela tirar proveito no sentido de favorecimento da economia local, são os fatores que explicam como a Iveco foi, finalmente, instalada em Sete Lagoas.

Em depoimento concedido, em junho de 2000, o ex-governador Eduardo Azeredo expressou seu desejo de realizar por Sete Lagoas aquilo que seu falecido pai não teve tempo de concretizar. Na qualidade de governador de Estado, Eduardo Azeredo sempre teve uma grande parte de suas preocupações voltadas, tanto para as causas da descentralização política, econômica e administrativa, daí a criação das "regiões administrativas", uma estratégia inédita em Minas Gerais, como também, para as causas da retomada do crescimento econômico estadual, via atração de investimentos industriais de grande porte e que, de preferência, fossem localizados nas cidade médias. Seu maior objetivo foi criar uma nova inserção de Minas Gerais no Brasil.

O ambiente político nacional, no período de 1994 a 1998, apresentava-se propício, segundo o ex-governador, para que tais estratégias alcançassem seu devido sucesso. Afinal, com o Plano Real, a inflação foi reduzida drasticamente e, como decorrência de tal fato, o Brasil entrou na "seleta" lista de países sérios do globo, capazes de atrair investimentos estrangeiros, mesmo porque possui um expressivo mercado em potencial.

Essa nova inserção brasileira na economia globalizada do final do século XX, evidentemente, foi amplamente percebida por todos os governadores de Estado no país. Iniciou-se uma autêntica "guerra de lugares", processo esse que foi alvo de muitas e acaloradas discussões no país inteiro, na medida em que a percepção aguçada dos vários governadores fez com que cada um deles adotasse uma estratégia, que na prática, constituíram-se como as mesmas. Assim, dependendo da capacidade de cada um desses políticos de realizar o respectivo *lobby*, seu estado receberia ou não os investimentos.

Em Minas Gerais, Eduardo Azeredo estabeleceu uma série de contatos com vários grupos transnacionais, especialmente, aqueles ligados à indústria automobilística. O *marketing* mineiro funcionou de tal modo que, no mês de abril de 1996, o contrato com a Mercedes Benz para instalar sua montadora na cidade de Juiz de Fora já pôde ser assinado.

No caso da Iveco, segundo suas mesmas palavras, o ex-governador teve que ser "muito duro" com os italianos do Grupo Fiat. Essa "dureza" foi uma decorrência da necessidade das várias intervenções e injunções feitas pelo governo estadual, na pessoa do próprio governador que, não aceitou a primeira decisão da Fiat em localizar a Iveco no Estado do Paraná. O empenho de Eduardo Azeredo foi exaustivo e depois de inúmeras reuniões e empréstimos de helicópteros para viagens de reconhecimento das cidades, num jantar oferecido pelo ex-governador e diante de sua "dureza", não puderam mais os italianos rejeitar a oferta e os benefícios da localização em Minas Gerais. As negociações iniciaram-se em 1996 e arrastaram-se por pouco mais de um ano e, em 1997, a decisão foi oficialmente transmitida à população mineira, sendo comemorada com entusiasmo por toda a sociedade sete-lagoana, especialmente pelo governo local na pessoa do prefeito à época, Múcio Reis, e toda sua equipe, incluindo a ADSL, pois seu papel também foi muito importante em todo esse processo.

Eduardo Azeredo, tal qual seu bisavô há um século atrás, utilizou-se de argumentos lógicos na defesa de sua posição. Essa seria (e foi) a conjuntura ideal para fazer por Sete Lagoas aquilo que seu pai não teve tempo de realizar e, finalmente, levar para a cidade um investimento de peso que fizesse justiça à cidade, transformando-a num pólo da indústria automotiva no país. Os argumentos, portanto, relacionaram-se: a) à excelente posição geográfica da cidade frente à malha viária, facilitando as articulações com a Fiat de Betim e as subfornecedoras ali e em outras cidades próximas localizadas, pois, afinal, a rodovia BR-040 já se encontrava duplicada no trecho Sete Lagoas – Belo Horizonte e a alça rodoviária que liga tal rodovia à Br-381 também já se encontrava em implantação e, além disso, a ferrovia que liga a cidade ao porto de Vitória (de exportação) já era um equipamento presente há muito tempo; b) um meio ambiente adequado (ausência de poluição) ao processo de pintura dos veículos; c) a grande disponibilidade de mão-de-obra qualificada e potencial para a formação de novos técnicos em eletrônica, mecânica e elétrica pela existência das várias escolas de ensino médio profissionalizante na cidade e, finalmente, d) a disponibilidade de infra-estrutura urbanística (redes de água, de esgoto, energia elétrica, etc).

Ressalte-se que esse processo representa um esforço de membros muito especiais da classe política local, que por intermédio de cargos eletivos ocupados em níveis mais

elevados, lançam-se a tais empreitadas, as quais para serem concretizadas, envolvem, uma série de estratégias não somente de cunho social, como também, espacial. Na verdade, se o ex-governador Eduardo Azeredo não tivesse preparado o território de Minas Gerais para receber os investimentos tão almejados, de nada adiantariam suas argumentações de caráter puramente político. O capital necessita de um lugar que seja funcional aos seus propósitos e a cidade de Sete Lagoas possui uma singularidade que, no final das contas, foi construída para esse fim, especialmente se se considerar o ambiente globalizado da atualidade e a ação dos agentes da construção dessa singularidade. Trata-se de uma construção histórica e social e que, evidentemente, envolve o espaço e seus atributos. A preparação do território, por meio da implantação de uma infra-estrutura adequada aos propósitos da expansão do capital é, certamente, uma das formas mais interessantes de todo esse processo. Os interesses da elite associados aos propósitos do capital permanecem fazendo de Sete Lagoas um lugar bastante especial para a sobrevivência, reprodução e ampliação tanto de sua elite, como do próprio capital. (Fotos 30 e 31)

Não obstante o enorme peso exercido pela criação das novas atividades econômicas, acima analisadas, na cidade, é importante salientar que, também as atividades mais tradicionais locais têm sido alvo de um processo de modernização, fato que faz delas uma permanência vital para Sete Lagoas, tendo em vista o seu significado histórico e atual. A análise desse processo é o objetivo da seção seguinte.



30



31

Fotos 30 e 31: Localizada às margens da rodovia MG-238, a IVECO é considerada a empresa mais importante da cidade, símbolo máximo da "modernidade". (Sete Lagoas, Janeiro de 2003, Marly Nogueira)

5.3 A MODERNIZAÇÃO DAS ATIVIDADES TRADICIONAIS

Os setores industriais tradicionais de Sete lagoas, siderurgia do gusa, indústria de laticínios e indústria de tecidos são, na atualidade, alvo de algumas estratégias de modernização, tendo em vista o peso que exerceram no passado e que permanecem, ainda hoje, exercendo na economia local. Afinal, Sete Lagoas persevera na qualidade de pólo guseiro nacional e é sede de duas unidades muito importantes as quais pertencem a dois grupos econômicos de abrangência nacional: a Itambé, 3ª maior indústria de laticínios do Brasil e a Cia. Cedro e Cachoeira, importante grupo do setor têxtil nacional.

Em que pese a importância do setor guseiro sete-lagoano, saliente-se que dos três em análise, ele é o único que não vai apresentar processo de modernização na atualidade, embora, essa estratégia seja um dos objetivos perseguidos tanto por seus empresários, com também, pela Associação Comercial e Industrial (ACI). Trata-se de uma indústria, no sentido mais cru do termo, literalmente tradicional. Anacrônica e ultrapassada, principalmente como decorrência dos danos e prejuízos causados ao meio ambiente, por meio da poluição que gera tanto no espaço intra-urbano como ao longo da rodovia BR-040, onde estão as usinas mais recentes e, também, porque relaciona-se à devastação das áreas de cerrado e de outros tipos de matas tanto em Minas, como mais recentemente na Bahia, Goiás, Tocantins e Mato Grosso, a siderurgia do gusa enfrenta muitos outros problemas, tipicamente econômicos, por causa das flutuações do mercado, notadamente, o internacional, do qual é altamente dependente. Além disso, na percepção de alguns setores da elite local, os mais "modernizados", a associação da produção do gusa (fornecimento de matéria-prima semi-acabada) com a cidade, deixou de constituir, na atualidade, uma conjuntura positiva, pois afinal, na qualidade de simples matéria-prima, o gusa, de fato, não agrega maiores valores a si mesmo, fato que coloca a cidade numa posição econômica inferior.

Uma das estratégias apontadas para que essa situação seja modificada relaciona-se à atração de investimentos que possam agregar um maior valor à produção siderúrgica, tal qual uma aciaria, por exemplo. Esse foi um dos projetos veiculados pela imprensa local, no ano de 1999 e que, dizia-se, seria "a salvação do gusa" (Fatorial, 1999). De fato, noticiou-se que a instalação de uma aciaria da Açopalma (Cia. Industrial de Aços Várzea

da Palma), não somente representaria a redenção do gusa em grande crise nessa época, como também, constituiria uma forma de gerar mais algumas dezenas de empregos na cidade. Entretanto, pelos levantamentos efetuados tanto na bibliografia mais recente, como também, nas entrevistas e depoimentos realizados, o projeto de aciaria não foi em nenhum momento descrito ou citado, do que se depreende, que tal empreendimento não passou de uma intenção formal que, afinal, não se concretizou na realidade. (Fotos 32 a 35)

Mas, com relação aos outros dois setores, o processo de modernização é uma realidade, resultado de uma estratégia que visou seus respectivos fortalecimentos, por meio de uma inserção cada vez mais importante nos mercados regional e nacional.



Foto 32: Pátio de depósito de "pãozinho" de ferro-gusa na SAMA. (Sete Lagoas, Janeiro de 2003, Marly Nogueira)



Foto 33: Aspecto do alto-forno da SAMA; a poluição atmosférica é intensa. (Sete Lagoas, Janeiro de 2003, Marly Nogueira)

5.3.1 A INDÚSTRIA TÊXTIL

A unidade fabril Geraldo Magalhães Mascarenhas, pertencente à Cia. de Fiação e Tecidos Cedro e Cachoeira, foi implantada em Sete Lagoas no ano de 1948 e, por isso, constitui uma das indústrias mais antigas de Sete Lagoas. Especializada na produção de tecidos lisos e estampados, a "Cedro e Cachoeira", como é popularmente conhecida na cidade, é a única unidade da Companhia que possui um setor de estampa, fato que a distingue das demais unidades do grupo que se localizam em Pirapora (norte do Estado, na região do Polígono das Secas, com duas unidades) e em Caetanópolis (berço da Cia. e da indústria têxtil em Minas Gerais, com duas unidades). Sua especialidade é a produção de popelines, brins profissionais e de moda e índigos.

Um fator que pode atestar uma das facetas do processo de modernização que vem se desenvolvendo há alguns anos, remete à aquisição, pela unidade, do certificado de qualificação internacional de produção no setor têxtil, ISSO 9002, desde 1997, certificado esse que foi revalidado no ano de 2000.

Por outro lado, por constituir-se numa unidade têxtil de estampa, a fábrica da Cedro na cidade, em decorrência da mais recente legislação ambiental estadual, está tendo que enfrentar os problemas relacionados aos danos ao meio ambiente, que somente, na atualidade, são alvo de preocupação da empresa. Localizada às margens do mais importante curso d'água do espaço intra-urbano sete-lagoano, a poluição do córrego do Diogo já se tornou um fato histórico, cuja demanda de solução até então não havia sido sequer cogitada nas estratégias da empresa. A bem da verdade, por força da legislação ambiental e alardeada como uma estratégia de sintonia com o meio ambiente, na direção da modernidade que a atualidade exige, a empresa resolveu criar todo um setor voltado para o tratamento dos efluentes que são lançados no córrego. A Estação de Tratamento de Efluentes (ETE), uma parafernália tecnológica das mais modernas, da unidade da Cedro de Sete Lagoas já é uma realidade e promete resolver o problema da poluição do curso d'água.

Um último aspecto a ser ressaltado no sentido da modernização dessa indústria diz respeito à ampliação do mercado consumidor, cujo alvo mais importante tem sido atingir os mercados da Europa, da América do Sul e, principalmente, o dos Estados Unidos.

Saliente-se que, para tanto e para atender ao exigente mercado norte americano em tecidos de alta qualidade, foi feito um grande investimento na aquisição de novas máquinas, no ano de 1999, especialmente, com relação a um tipo específico de “máquina de corda”, cujo objetivo é trabalhar com o índigo, principal item de exportação para os Estados Unidos.

Em razão dos fatores acima apontados, a unidade GMM da Cedro e Cachoeira de Sete Lagoas possui uma posição central no interior do grupo industrial e, embora, a sede desse localize-se em Belo Horizonte, saliente-se que uma boa parte das estratégias implantadas pela Cia. dependem do que acontece em Sete lagoas, ou seja, na mais importante, moderna e maior unidade industrial da Cia. de Fiação e Tecidos Cedro e Cachoeira. (Fotos 36 e 37)



36



37

Fotos-36 e 37: Portão de entrada e prédio da fábrica da Cia Cedro e Cachoeira, GERALDO MAGALHÃES MASCARENHAS, a maior e mais importante da Cia e das mais importantes da cidade. (Sete Lagoas, Janeiro de 2003, Marly Nogueira)

36

37

Fotos 36 e 37: Portão de entrada e prédio da fábrica da Cia Cedro e Cachoeira, GERALDO MAGALHÃES MASCARENHAS, a maior e mais importante da Cia e das mais importantes da cidade. (Sete Lagoas, Janeiro de 2003, Marly Nogueira)

5.3.2 A INDÚSTRIA DE LATICÍNIOS

Tal como a indústria têxtil acima qualificada, a unidade fabril da Cooperativa Central dos Produtores Rurais de Minas Gerais CCPR– Itambé de Sete Lagoas é a outra indústria mais antiga da cidade, cuja data de criação remete ao ano de 1948. Trata-se da maior e da mais importante unidade industrial da Itambé, cujo processo de modernização, nos 4 últimos anos, além de envolver um montante considerável de recursos, mobilizou uma grande parte da classe política local e até estadual e de parcela da elite pecuarista da cidade.

A fábrica da Itambé de Sete Lagoas foi a primeira unidade industrial implementada pela CCPR fora da sede da empresa, Belo Horizonte. Inicialmente a fábrica teve sua produção voltada para o beneficiamento do leite *in natura* para a industrialização de leite em pó, uma grande novidade na época. Por outro lado, na atualidade, além desse tipo de produto, tem-se o doce de leite, sendo que um dos objetivos da modernização foi a inclusão de mais dois produtos na linha de produção: o creme de leite e o leite condensado.

Anunciada na gestão do ex-governador Eduardo Azeredo, no ano de 1997, a ampliação da fábrica da Itambé de Sete Lagoas, além de incluir mais produtos ao seu *mix*, envolveu uma série de outras ações. Como decorrência do expressivo peso que tal indústria sempre teve e permanece tendo na economia local, em termos de geração de empregos e renda para a cidade, por meio da arrecadação de ICMS e outros impostos municipais, a Itambé mereceu da parte da gestão municipal da época (prefeito Marcelo Cecé Vasconcelos de Oliveira) uma atenção especial, refletida na doação de um terreno anexo à planta antiga de 11 mil metros quadrados, para que a nova unidade pudesse ser implantada.

Por seu turno, a CCPR investiu cerca de R\$ 46 milhões, de acordo com informações colhidas em entrevista com um de seus diretores em Belo Horizonte, no ano de 2000. Afinal, Sete Lagoas é considerada pela empresa, a fábrica de laticínios mais importante da empresa. Esse investimento, segundo a mesma fonte, deveria gerar um total de 453 diretos e, aproximadamente, 15 mil indiretos, se se considerar os benefícios colhidos pelos produtores de leite, os quais, aumentaram a produção como decorrência da

maior quantidade de leite processado que a fábrica ampliada passou a demandar. Finalmente, deve-se salientar que, desde 1999, como uma de suas inúmeras estratégias, a empresa tem aumentado o grau de automação na linha de produção, fato que, aliado aos acima apontados, contribui no sentido de renovar o papel central ocupado por Sete Lagoas na rede da CCPR, na atualidade e, porque não dizer, na própria na rede urbana mineira.

Na qualidade de último capítulo desse estudo, pretendeu-se que nele ficasse claro o processo atual de reconstrução da centralidade de Sete Lagoas numa espécie de fechamento de questão cujo início e desenvolvimento, também, foi objeto de análise do capítulo 4, precedente. Assim, como se trata de um processo de construção cuja gênese e dinâmica puderam ser desvendados nesses dois capítulos finais, o fato de tentar resgatar a complexidade das questões envolvidas em tal processo, constituiu por si só um significativo esforço intelectual, cuja principal característica foi justamente montar um quadro inteligível diante da enorme quantidade de informações sobre a realidade de Sete Lagoas e suas mais íntimas articulações com os pressupostos teóricos acerca da temática em tela.

Embora reste a sensação de que realmente os objetivos propostos no início desse longo processo foram plenamente alcançados, algumas questões permanecem sem respostas plenas. A colocação e a análise de tais questões pretende ser o objetivo das Considerações Finais, a seguir.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

O destaque que a cidade de Sete Lagoas possui na região central de Minas Gerais constitui o reflexo de um longo processo de formação e de construção de uma centralidade, a qual por sua vez, reflete-se na atual inserção adquirida pela cidade na rede urbana mineira.

Sua posição geográfica, de contato entre duas notáveis regiões mineiras, de porta de entrada do sertão das *Gerais*, desde sempre foi um fator do mais alto valor, o qual, não passando despercebido pelas pessoas do lugar, constituiu, verdadeiramente, uma base crucial para as argumentações lógicas adotadas por tais pessoas em busca de benefícios para o crescimento e o desenvolvimento da cidade.

Sete Lagoas não é apenas um lugar central, distribuidor de bens e serviços para a sua hinterlândia, mas é também um centro urbano possuidor de uma respeitável capacidade de polarização das cidades de sua região, influenciando e controlando, por intermédio de suas atividades econômicas, políticas e sociais, o território e a vida de tais cidades.

Essa situação, forjada ao longo do tempo, pode ser evidenciada na descrição elaborada no capítulo 1, isto é, no balanço entre os fluxos que partem e os fluxos que chegam à cidade, tornou-se perfeitamente possível averiguar a sua importância regional. Sua influência é mais notável naquelas cidades mais próximas e, embora, em direção ao sul tal atração vá perdendo muito em intensidade, em decorrência do poder crescente exercido pela metrópole belo-horizontina, vale ressaltar, por outro lado, que na direção norte, pelo menos, até as margens da represa de Três Marias, a influência sete-lagoana permanece muito grande. Verdadeiramente, Sete Lagoas é o centro urbano mais importante da região do espigão entre os vales dos rios das Velhas e Paraopeba, desde o limite norte da Região Metropolitana de Belo Horizonte, até a margem oriental do reservatório de Três Marias.

Trata-se de uma cidade média que, nas palavras de Santos e Silveira (2001), tal qual vêm se caracterizando uma boa parte das cidades médias do interior do país, tem uma grande capacidade de concentrar as atividades do trabalho e da técnica, na medida em que, como controla a vida de relações de suas respectivas regiões, dela dependem e por ela passam todos os fluxos gerados pelas atividades regionais,

notadamente, aquelas referentes ao campo. No caso específico de Sete Lagoas, basta observar a sua centralidade no que respeita à pesquisa agropecuária, por meio das atividades da Embrapa e da Epamig, além da presença de escolas de ensino técnico profissionalizante e do grande número de escolas de ensino superior, as quais proporcionam uma qualidade superior às atividades econômicas não somente da região circundante, como pode alcançar outras regiões do estado e do país.

A polarização exercida por Sete Lagoas na atualidade é o resultado da ação de sua elite. Longe de pretender-se homogênea essa elite foi formada pelos mais diversos segmentos da sociedade sete-lagoana, mas pode-se apontar que, dentre os segmentos dominantes, historicamente reconhecidos, aqueles ligados às atividades da pecuária, a classe ruralista, sempre foram os mais importantes, ou pelo menos, o foram durante até muito recentemente, tanto por sua dimensão, como e, principalmente, pelo poder adquirido por seus membros. As estratégias adotadas e as ações empreendidas por tais agentes foram as mais significativas para a construção da centralidade de Sete Lagoas.

Na qualidade de agentes econômicos, uma boa parte dos membros da classe ruralista, também se investiu da roupagem de homens públicos, ocupando cargos políticos (eletivos ou não) nos mais variados escalões do poder. As articulações do econômico com o político representaram uma estratégia fundamental da elite e suas ações construíram a centralidade de Sete Lagoas, além, evidentemente, de garantir a sua própria reprodução enquanto classe econômica e no poder decisório, político.

O domínio quase absoluto da classe ruralista foi longo e frutuoso, durando exatamente o lapso de tempo em que a inserção e a centralidade de Sete Lagoas assim o exigiam. Quer dizer, enquanto a cidade tinha sua economia baseada nas atividades da pecuária, os fazendeiros locais teriam gozado de uma posição socioeconômica e política muito forte, fato traduzido na inserção diferenciada de Sete Lagoas em sua região e relativamente privilegiada na rede urbana mineira. Sete Lagoas foi o berço e sede do único banco agrícola do Estado, que nasceu num lugar e numa época, 1925, fora dos grandes centros econômicos estaduais, ou seja, a região sul cafeeira. Pode-se dizer que essa era uma localização excêntrica. Em razão de possuir o controle de uma grande e destacada produção leiteira, foi a cidade mineira que primeiro recebeu uma unidade industrial da maior cooperativa leiteira de Minas

Gerais ainda nos anos de 1940. Acima de tudo isso, uma boa parte dos mais destacados membros da elite ao ocupar importantes cargos em variadas instâncias do poder político e pertencerem, ao mesmo tempo, a uma elite regional, são fatores que possibilitaram que Sete Lagoas participasse ativamente de acontecimentos que extrapolaram a escala local.

Tal é o caso das interações da cidade com Belo Horizonte. Sete Lagoas beneficiou-se da proximidade de Belo Horizonte, criando uma série de atividades em função da capital, mais tarde tornada a terceira metrópole brasileira, estabelecendo bases sólidas para o seu próprio crescimento, durante um período, até cerca de 1960, antes que a capital mineira pudesse polarizar a região próxima de modo até mesmo excessivo e, assim, concentrar tudo em si mesma.

Esse processo comprova a expressiva competência da elite local sete-lagoana, pois, tirando proveito de Belo Horizonte, enquanto essa não passava de uma cidade de funcionários públicos, um centro urbano somente de consumo, Sete Lagoas pôde construir a sua própria autonomia. Além do mais, saliente-se que, em boa medida, tal qual evidenciado no capítulo 4, o papel político que a capital exerceu até os anos de 1960 foi controlado pela elite regional, em cujos quadros figurou a elite local sete-lagoana.

Não obstante o tipo de interações e articulações entre Sete Lagoas e Belo Horizonte seja outro, de outra qualidade, essas características da elite sete-lagoana permanecem hodiernamente. Mas, sua composição sofreu algumas modificações importantes, não somente porque um tal processo evidencia a inclusão de novos segmentos ocupacionais, como também e fundamentalmente, revela outras estratégias, as quais redundaram em ações diferenciadas no sentido da manutenção da centralidade de Sete Lagoas e o constante reforço de si mesma na condição de elite.

A mudança na mentalidade da elite sete-lagoana pode ser apontada como o aspecto mais importante do processo atual de construção-manutenção de sua centralidade. Para perpetuar sua condição autônoma na atualidade, novas atividades econômicas foram agregadas à base econômica local, tais como o setor de autopeças e a montagem de veículos utilitários leves. Aos olhos desavisados essas novas atividades constituem o resultado da performance da cidade, como se o capital

pudesse por ele mesmo decidir sobre onde atuar para alcançar seus objetivos. Ora, o processo descrito e analisado nesse trabalho tentou mostrar que a visão que considera uma ação como que estruturada sobre uma pretensa "mão invisível do mercado", com agentes imateriais e impessoais no controle do processo, definitivamente, deve ser revista, no sentido do seu total rompimento. Afinal, por detrás de toda e qualquer estratégia e ação empreendida está o homem, com suas ambições e vontades, o agente social concreto da construção do espaço geográfico. Essa desmistificação é necessária e trará como benefício primeiro a elevação da ação humana e sua historicidade à sua real condição, da mais importante categoria do acontecer geográfico, histórico e social.

Na tentativa de procurar dar um significado ao conceito de lugar, o presente estudo procurou estabelecer algumas diretrizes sobre as quais desenvolveu-se a análise da dinâmica funcional de Sete Lagoas que, por seu turno, deveria responder à questão central formulada. Trata-se de um conceito que, tendo em vista o desenvolvimento da própria Ciência Geográfica e diante do ambiente da globalização que caracteriza o mundo na atualidade, deve apoiar-se nas relações existentes entre o local e o global. Ora, o lugar é uma criação humana e por isso tem uma corporeidade, e não está isolado no mundo. O lugar é também relacional, relaciona-se com outros lugares e com o mundo de tal forma que, para continuar existindo, essas relações se tornam infundáveis, constituindo um processo conflituoso e dialético, refletido no embate constante entre mundo e lugar, entre o singular e o universal. Esse processo é de reprodução e de reconstrução e nele podem ser evidenciadas as formas singulares que o lugar adota para adaptar-se aos impulsos gerados exteriormente a ele, isto é, no universal.

O processo de construção da singularidade da cidade de Sete Lagoas mostra que esse lugar esteve e está sujeito às contingências históricas, às condições econômicas, à política, processos que são gerados tanto localmente como também universalmente. No decorrer desse processo maior que, saliente-se, é infundável, a singularidade de Sete Lagoas tornou-se inteligível e pode ser assim sumariada: trata-se de uma cidade média que, localizada muito próxima à metrópole belo-horizontina, conseguiu forjar uma forte autonomia relativa e que, por causa disso possui uma

inserção bastante privilegiada, guardadas as devidas proporções, na rede urbana mineira.

Por outro lado, tal qual levantado anteriormente, respostas completas e acabadas não são, necessariamente, desejáveis, tendo em vista que os processos socioespaciais possuem a sua própria dinâmica, residindo nesse ponto toda a riqueza do debate científico. Assim sendo, pode-se afirmar que restaram alguns questionamentos quanto aos processos analisados que, a partir de agora, devem ser apontados:

- a) considerando que Sete Lagoas construiu sua singularidade, tornada centralidade urbana em sua região, como avaliar a manutenção de sua autonomia diante da expansão da influência de Belo Horizonte em sua direção? Sete Lagoas resistirá ou sucumbirá frente ao poderio da metrópole?
- b) qual deve ser o papel de sua elite, de sua classe política diante dessa realidade, tendo em vista que a mentalidade de boa parte de seus membros é outra, diferindo em conteúdo daquela que, praticamente, durante todo o século XX, foi o principal agente da construção da centralidade de Sete Lagoas? Será esse novo segmento da elite local capaz de manter a autonomia e a conseqüente centralidade da cidade?
- c) diante do quadro geral da globalização como deverão ser encaradas as cidades médias no Brasil? A posição privilegiada conquistada de cidade média é por si só garantia de manutenção da notável inserção na rede urbana mineira ou, Sete Lagoas e outros lugares singulares de mesma categoria terão modificados seus respectivos papéis e inserções num futuro mais próximo?

Tais questionamentos assaltaram a mente à medida que o estudo foi sendo elaborado e, somente novos estudos poderão permitir novas respostas, mesmo porque não se pretendeu esgotar uma temática tão fascinante como essa, cuja primeira semente de investigação, finalmente, se tentou lançar.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- 1 ABREU, Maurício de Almeida. O estudo geográfico da cidade no Brasil: evolução e avaliação: contribuição à história do pensamento geográfico brasileiro. In: CARLOS, Ana Fani Alessandri (org.). *Os caminhos da reflexão sobre a cidade e o urbano*. São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, 1994. p. 199-322.
- × 2 AGÊNCIA DE DESENVOLVIMENTO DE SETE LAGOAS. *Sete Lagoas – Minas Gerais*. Sete Lagoas: ADSL. jul. 1998.
- 3 AMORIM FILHO, Oswaldo Bueno. Cidades médias e organização do espaço no Brasil. *Revista Geografia e Ensino*, Belo Horizonte: Departamento de Geografia/UFMG, v. 2, n. 5, p. 5-34, 1984.
- 4 ————. *Contribution a l'étude des villes moyennes au Minas Gerais: Formiga et le sud-ouest du Minas Gerais*. Bordeaux : Université de Bordeaux, 1973. Tese. (Doutorado em Geografia).
- 5 ————. Um esquema metodológico para o estudo das cidades médias. In: ENCONTRO NACIONAL de GEÓGRAFOS, 2., 1976, Belo Horizonte. *Anais...* Belo Horizonte: AGB, 1976. P. 6-15.
- 6 ————. Patos de Minas: uma cidade média em Minas Gerais e sua região. *Geografia*, Rio Claro (SP):AGETEO, v. 3, n. 5, p. 69-98, 1978.
- 7 ————, BUENO, Maria Elizabeth Taitson, ABREU, João Francisco. Cidades de porte médio e o programa de ações sócio-educativo-culturais para as populações carentes do meio urbano em Minas Gerais. *Boletim de Geografia Teorética*, Rio Claro: AGETEO, v. 12, n. 23/24, p. 33-46, 1982.
- 8 ANASTÁSIA, Carla Maria J. *A Sedição de 1736: estudo comparativo entre a zona dinâmica da mineração e a zona marginal do sertão agro-pastoril do São Francisco*. Belo Horizonte: UFMG, 1983. Dissertação. (Mestrado em Ciência Política).
- 9 ANDRADE, Thompson Almeida. Descentralización de las grandes ciudades hacia las ciudades medias y pequeñas: una visión crítica. *Revista Latinoamericana de Estudios Urbano-Regionales (EURE)*, Santiago (Chile): v. 11, n. 32, p. 57-68, 1984.

- 10 ———, LODDER, Celsius A. *Sistema urbano e cidades médias no Brasil*. Rio de Janeiro: IPEA/INPES, 1979. 146 p.
- 11 ANDRADE, Thompson Almeida, SERRA, Rodrigo Valente. *O recente desempenho das cidades médias no crescimento populacional urbano brasileiro*. Rio de Janeiro: IPEA, 1998. 27 p. (Texto para Discussão nº 554).
- 12 ASSOCIAÇÃO COMERCIAL E INDUSTRIAL DE SETE LAGOAS. *Sessenta anos de lutas pelo desenvolvimento da cidade e da região: 1936-1996*. Sete Lagoas: ACI-SL, 1996 (publicação comemorativa dos 60 anos de fundação da ACI-Sete Lagoas).
- X 13 AVELLAR, Gisela de, SILVA, Arnaldo Ferreira da. *Novas trilhas no Sertão: história da pesquisa agropecuária em Sete Lagoas: das origens à Embrapa*. Sete Lagoas: EMBRAPA Milho e Sorgo, 2000. 181 p.
- 14 AZEVEDO, Guiomar Goulart. *A região de Sete Lagoas: estudo geográfico*. Belo Horizonte: IGC. 1963 a. Tese. (Livre Docência)
- 15 ———. Os primórdios do povoamento e a evolução econômica da região de Sete Lagoas, Minas Gerais. *Boletim Mineiro de Geografia*, Belo Horizonte: AGB, v.6-7, p.15-38, jul., 1963 b.
- 16 AZZONI, Carlos R. *Indústria e reversão da polarização no Brasil*. São Paulo: IPE/USP, 1986.
- 17 BANCO DE DESENVOLVIMENTO DE MINAS GERAIS - BDMG. Ensaio de desenvolvimento regional. In: CONGRESSO BRASILEIRO DE DESENVOLVIMENTO REGIONAL, 1., 1965, Araxá. *Anais...* Araxá, BDMG, 1965. p. 121-132..
- 18 BERNARDES, Lysia Maria Cavalcanti. *O Rio de Janeiro e sua região*. Rio de Janeiro: IBGE. 1964. 164 p.
- 19 BOBBIO, Norberto et. al. *Dicionário de política*. 10 ed. Brasília: Editora UnB, 1997, v. 1.

- 20 BOTTOMORE, Tom. *As elites e a sociedade*. 2 ed. Rio de Janeiro: Zahar. 1974. 135 p.
- 21 CARLOS, Ana Fani Alessandri. O Lugar: mundialização e fragmentação. In: SANTOS, Milton *et al.*(org.) *O novo mapa do mundo - fim de século e globalização*. São Paulo: Hucitec/Anpur,1993. p.303-309.
- 22 —————. *O lugar no/do mundo*. São Paulo: Hucitec, 1996. 150 p.
- 23 CASTRO, Iná Elias. *O mito da necessidade*. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 1992.
- 24 —————. O problema da escala. In: CASTRO, Iná Elias de, GOMES, Paulo César da Costa, CORRÊA, Roberto Lobato. (org.) *Geografia: conceitos e temas*. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 1995. p.117-140.
- 25 CORRÊA Roberto Lobato. Contribuição ao estudo da área de influência de Aracaju. *Revista Brasileira de Geografia*, Rio de Janeiro: FIBGE, v. 27, n. 2, p. 233-258, 1965.
- 26 —————. Corporação, práticas espaciais e gestão do território. *Revista Brasileira de Geografia*, Rio de Janeiro: FIBGE, v. 54, n. 3, p. 115-121, 1992.
- 27 —————. Espaço: um conceito-chave em geografia. In: CASTRO, Iná Elias *et al.* (org.). *Geografia: conceitos e temas*. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 1995. p. 15-47.
- 28 —————. Estudo das relações entre cidade e região. *Revista Brasileira de Geografia*, Rio de Janeiro: FIBGE, v. 31, n. 1, p. 43-56, 1969.
- 29 —————. Os estudos de redes urbanas no Brasil. *Revista Brasileira de Geografia*, Rio de Janeiro: FIBGE, v. 29, n.4, p. 93-116, 1967.
- 30 —————. A geografia urbana no Brasil: uma avaliação. In: ENCONTRO NACIONAL DE GEÓGRAFOS, 3., 1978, Fortaleza. *Anais...* Fortaleza: AGB, 1978. p. 9-12. (Sessões dirigidas).

- 31 —————. Globalização e reestruturação da rede urbana: uma nota sobre as pequenas cidades. *Território*, Rio de Janeiro: LAGET/UFRJ, v. 4, n. 6, p. 43-53, 1999.
- 32 —————. Hinterlândias, hierarquias e redes: uma avaliação da produção geográfica brasileira. In: CARLOS, Ana Fani Alessandri. (org.). *Os caminhos da reflexão sobre a cidade e o urbano*. São Paulo: EDUSP, 1994. p. 323-359.
- 33 —————. *Trajetórias geográficas*. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 1997.
- 34 COSTA, Fernando Nogueira da. *Bancos em Minas Gerais (1889-1964)*. Campinas: IFCH/UNICAMP, 1978. 332 p. Dissertação. (Mestrado em Economia).
- 35 COSTA, Sérgio Emílio Brant de Vasconcelos. *Os passos da esperança*. Belo Horizonte: Armazém de Idéias, 1996. 279 p.
- 36 COX, Kevin R. Spaces of dependence, spaces of engagement and the politics of scale, or: looking for local politics. *Political Geography*, Great Britain: Pergamon, v. 17, n. 1, p. 1-23, Jan. 1998.
- 36 CRUZ, João José da. Esboço da formação histórico-geográfica de Minas Gerais. *Indicadores e Conjuntura*, Belo Horizonte: Secretaria de Estado de Planejamento e Coordenação Geral, v. 6, n. 2, p. 186-208, 1984.
- 37 DAVIDOVICH, Fany. Linhas de pesquisa para a geografia no Brasil: uma contribuição. *Revista Brasileira de Geografia*, Rio de Janeiro: FIBGE, v. 54, n. 4, p. 7-27, 1992.
- 38 DINIZ, Clélio Campolina. Desenvolvimento poligonal no Brasil: nem desconcentração, nem contínua polarização. *Nova Economia*, Belo Horizonte: Departamento de Ciências Econômicas/UFMG, v. 31, n. 11, p. 35-64, 1993.
- 39 DRUMMOND, Joaquim Dias. *O passado compassado de Sete Lagoas*. Sete Lagoas: [s.ed.], 1977. 124 p.
- 40 DULCI, Otávio Soares. *Política e recuperação econômica em Minas Gerais*. Belo Horizonte: Editora UFMG, 1999. 303 p.

- 41 FATORAL. A REVISTA DE SETE LAGOAS. *Sete Lagoas: nossa terra, nossa gente. A história de Sete Lagoas em fascículos mensais*. Sete Lagoas: Márcio Vicente da Silveira Santos, 1998 – 1999. 87 p.
- 42 FERRATER MORA, José. *Dicionário de filosofia*. São Paulo: M. Fontes, 1998. 733 p.
- 43 FERREIRA, Luiz Felipe. Acepções recentes do conceito de lugar e sua importância para o mundo contemporâneo. *Território*, Rio de Janeiro: LAGET/UFRJ, v. 5, n. 9, p. 65-83, 2000.
- 44 FUNDAÇÃO CENTRO TECNOLÓGICO DE MINAS GÉRIAS (CETEC), INSTITUTO DE GEOCIÊNCIAS APLICADAS (IGA). *Estado de Minas Gerais: regiões administrativas*. Belo Horizonte: Fundação João Pinheiro, CETEC/IGA, 1997.
- 45 FUNDAÇÃO IBGE. *Censo Demográfico 2000*. Disponível na INTERNET via <http://www.ibge.gov.br>. Arquivo consultado em 2001.
- 46 ————. *Censo Demográfico de Minas Gerais*. Rio de Janeiro: Fundação Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística, 1991.
- 47 ————. *Divisão do Brasil em regiões funcionais urbanas*. Rio de Janeiro: Fundação Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística, DEGEO, 1972.
- 48 ————. *Divisão regional do Brasil em mesorregiões e microrregiões geográficas*. Rio de Janeiro: Fundação Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística, 1992.
- 49 ————. *Enciclopédia dos municípios brasileiros*. Rio de Janeiro: Fundação Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística, 1957-1963.
- 50 ————. *Regiões de influência das cidades*. (Coordenação: Roberto Lobato Corrêa). Rio de Janeiro: Fundação Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística, Diretoria de Geociências, 1987.
- 51 FUNDAÇÃO JOÃO PINHEIRO. Centro de Estatística e Informação. *Arrecadação de ICMS por município de Minas Gerais, anos de 1996 a 2000*. Belo Horizonte, 2001.

- 52 GEIGER, Pedro Pinchas. *Evolução da rede urbana brasileira*. Rio de Janeiro: Centro Brasileiro de Pesquisas Educacionais. 1963. 462 p.
- 53 ————. Redes: o global e o local. In: CASTRO, Iná Elias, MIRANDA, Mariana, EGLER, Cláudio A. G. *Redescobrimo o Brasil: 500 anos depois*. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, FAPERJ. 1999. p. 381-389.
- 54 ————, CORRÊA, Roberto Lobato. *De Vitória a Belo Horizonte pelo vale do Rio Doce*. Rio de Janeiro: União Geográfica Internacional. Comissão para os Aspectos Regionais. 1971. 84 p. (Livro-guia da viagem de estudos realizada por ocasião do Colóquio sobre Desigualdades Regionais do Desenvolvimento. Vitória/ES. Abril de 1971)
- 55 GEORGE, Pierre. *Précis de géographie économique*. Paris: Presses Universitaires de France. 1958.
- 56 GOMES, Paulo César. A região e o lugar: novos significados na análise geográfica. *Anais...* Rio de Janeiro: Universidade Federal do Rio de Janeiro. O ensino de geografia de 1º e 2º graus frente às transformações globais. A geografia e as transformações globais – conceitos e temas para o ensino. 1995. p. 23-29.
- 57 GOTTDIENER, Mark. Estrutura e ação na produção do espaço. In: *A produção social do espaço urbano*. São Paulo: EDUSP. 1993. p. 195-227.
- 58 GUIMARÃES, Alísson Pereira. *A siderurgia em Minas Gerais: estudo geográfico*. Belo Horizonte: Faculdade de Filosofia da Universidade de Minas Gerais. 1962. Tese. (Concurso para cátedra de Geografia Humana)
- 59 HADDAD, Paulo Roberto (org.). *Economia regional: teoria e métodos de análise*. Fortaleza: Banco do Nordeste do Brasil, ETENE, 1989. 694 p. (Estudos Econômicos e Sociais, 36).
- 60 HARVEY, David. *Condição pós-moderna*. São Paulo: Ed. Loyola, 1994. 349 p.
- 61 HOLZER, Werther. Uma discussão fenomenológica sobre os conceitos de paisagem e lugar, território e meio ambiente. *Território*, Rio de Janeiro: Laget/UFRJ, v. 2, n. 3, p. 77-85, 1997.

- 62 ————. O lugar na geografia humanista. *Território*, Rio de Janeiro: Laget/UFRJ, v. 4, n. 7, p. 67-78. 1999.
- 63 HORTA, Cid Rebelo. Famílias governamentais de Minas Gerais. In: SEMINÁRIO DE ESTUDOS MINEIROS, 2., 1956, Belo Horizonte. *Anais...* Belo Horizonte: Universidade de Minas Gerais, 1956. p. 45-91.
- 64 INSTITUTO DE DESENVOLVIMENTO INDUSTRIAL DE MINAS GERAIS. *Programa de mineirização da Fiat*. Disponível na INTERNET via <http://www.indi.mg.gov.br>. Arquivo consultado em 2002.
- 65 JACOB, Rodolpho. *Minas Geraes no XX^o século*. Rio de Janeiro: Gomes, Irmão & C.. 1911.
- 66 JONES, Katherine T. Scale as epistemology. *Political Geography*, Great Britain: Pergamon, v. 17, n. 1, p. 25-28, Jan. 1998.
- 67 KELLER, Elza Coelho de Souza. As funções regionais e a zona de influência de Campinas. *Revista Brasileira de Geografia*, Rio de Janeiro: FIBGE, v. 31, n. 2, p. 3-39, 1969.
- 68 KOSÍK, Karel. *Dialética do concreto*. 2 ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1976. 230 p.
- 69 LALANDE, André. *Vocabulário técnico e crítico da Filosofia*. Porto: Rés.
- 70 LANZA, Jovelino. *História de Sete Lagoas : subsídios*. Belo Horizonte: Sion. 1967.
- 71 LELOUP, Yves. Tipos de aglomerações e hierarquia das cidades de Minas Gerais. *Boletim Mineiro de Geografia*, Belo Horizonte: AGB, v.4-5, p.15-28, jul. 1962.
- 72 ————. *Les villes du Minas Gerais*. 7.ed. Paris: Institut des Hautes Études de l'Amérique Latine, 1970. 301 p. (Laboratoire Associée du CNRS n. 111)
- 73 LESSA, Renato, SANTOS, Wanderley Guilherme dos. *Dicionário do pensamento social do século XX*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 1996.

- 74 LIMA JÚNIOR, Augusto de. *A capitania de Minas Gerais; origens e formação*. 3.ed. Belo Horizonte: Instituto de História, Letras e Arte, 1965.
- 75 MAMIGONIAN, Armem. Notas sobre a geografia urbana brasileira. In: ENCONTRO NACIONAL DE GEÓGRAFOS, 3., Fortaleza. *Anais...* Fortaleza: AGB, 1978. p. 23-29. (Sessões dirigidas).
- 76 MASSEY, Doreen. A global sense of place. In: BARNES, T., GREGORY, D. (ed.). *Reading Human Geography; the poetics and politics of inquiry*. London: Arnold, 1997. Cap. 18, p. 317-324.
- 77 MATA-MACHADO, Bernardo. O sertão noroeste de Minas Gerais. In: SEMINÁRIO SOBRE A ECONOMIA MINEIRA, 3., 1986, Diamantina. *Anais...* Belo Horizonte: Cedeplar, FACE/UFMG. 1986. p.93-118.
- 78 MATOS, Ralfo E. Aglomerações urbanas, redes de cidades e desconcentração demográfica no Brasil. In: ENCONTRO NACIONAL DA ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA DE ESTUDOS POPULACIONAIS, 12., 2000, Caxambu. *Anais...* Caxambu: ABEP, 2000. 1 CD-ROOM .
- 79 MATTOS, Carlos A. de. Ciudades intermedias y desconcentración territorial: propósitos, alcances y viabilidad. *Revista Latinoamericana de Estudios Urbano-Regionales (EURE)*, Santiago (Chile): v.11, n. 32, p. 7-34, 1984.
- 80 MINAS GERAIS. *Anuário estatístico de Minas Gerais*. Belo Horizonte, 1987.
- 81 ————. Imprensa Oficial *Convívio democrático na concepção e vida de Renato Azeredo*. Belo Horizonte, 1984.
- 82 ————. Secretaria de Estado de Ciência e Tecnologia. Instituto de Geociências Aplicadas. *Monografia do município de Sete Lagoas*. Belo Horizonte, 1988.
- 83 ————. Secretaria de Estado da Fazenda. Diretoria de Informações Econômico-Fiscais/SER. *Arrecadação de ICMS por atividade econômica de Sete Lagoas: anos de 1996 a 2000*. [s. n. t.]

- 84 ————. Secretaria de Estado do Planejamento. *Plano Mineiro de Desenvolvimento Integrado – PMDI*. Belo Horizonte, 1995. 110 p.
- 85 MONBEIG, Pierre. O estudo geográfico das cidades. *Boletim Geográfico*, Rio de Janeiro: FIBGE, v. 7, p. 7-29, 1943.
- 86 MÜLLER, Nice Lecocq. Evolução e estado atual dos estudos de geografia urbana no Brasil. *Boletim Geográfico*, Rio de Janeiro: FIBGE, v. 209, p. 28-64, 1969.
- 87 ————. Taubaté: estudo de geografia urbana. *Revista Brasileira de Geografia*, Rio de Janeiro: FIBGE, v. 27, n. 1, p. 71-109, 1965.
- 88 NECOCHEA, Andrés. Ciudades medias en America Latina. *Revista Latinoamericana de Estudios Urbano-Regionales (EURE)*, Santiago (Chile): v. 11, n. 32, p. 3-6, 1984.
- 89 NOGUEIRA, Marly. A autonomia de uma cidade média: Sete Lagoas – MG. *Geografia*, Rio Claro (SP): v. 24, n. 1, p. 85-104, 1999 a.
- 90 ————. *A espacialidade de uma empresa nacional. A Cooperativa Central dos Produtores Rurais de Minas Gerais Ltda. (CCPR) – ITAMBÉ*. Rio de Janeiro: IGEO/UFRJ, 1997. Trabalho acadêmico.
- 91 ————. *Interação espacial e metropolização: um estudo de caso via modelo potencial: o Vale do Aço (MG) - 1980/1991*. Rio Claro: UNESP/IGCE, 1993. 281 p. Dissertação. (Mestrado em Geografia).
- 92 ————. *Produção do espaço e escala: efeitos diferenciados*. IGEO/UFRJ. 1999 b. Trabalho acadêmico.
- 93 OLIVEIRA SANTOS, Elina. Ponta Grossa, capital regional do oeste do Paraná. *Boletim Paulista de Geografia*, São Paulo: AGB, n. 24, p. 57-80, 1956.
- 94 PAULA, Tanya Pitanguy de. *Abrindo os baús: tradições e valores das Minas e das Gerais*. Belo Horizonte: Autêntica, 1999.
- 95 PEREIRA, Waltrand Kemper Rodrigues. *Cidades médias: uma opção no desenvolvimento urbano*. Brasília: UnB, Departamento de Economia, 1977.

- 96 PEREIRA, Francisco Timóteo. *Entre-Linhas ferroviárias*. Sete Lagoas: Ed. Instante, 1997.
- 97 PRANDINI, Neyde. Aspectos da geografia urbana de Londrina. *Anais da Associação dos Geógrafos Brasileiros*, São Paulo: AGB, v. 3, n. 1, p. 61-80, 1948.
- 98 PRED, Alan. Place as historically contingent process: structuration and the time-geography of becoming places. *Annals of the American Geographers: Association of American Geographers*, v. 74, n. 2, p.279-296, 1984.
- 99 REDWOOD III, John. Reversión de polarización, ciudades secundarias y eficiencia en el desarrollo nacional: una visión teórica aplicada al Brasil contemporáneo. *Revista Latinoamericana de Estudios Urbano-Regionales (EURE)*, Santiago, Chile: v. 11, n. 32, p. 35-56, 1984.
- 100 ROCHEFORT, Michel. Métodos de estudos de redes urbanas. *Boletim Geográfico*. Rio de Janeiro: IBGE, v. 19, n. 160, p. 3-18, 1961.
- 101 SANTOS, Milton, SILVEIRA, Maria Laura. *O Brasil: território e sociedade no início do século XXI*. Rio de Janeiro: Record, 2001. 471 p.
- 102 ————. A cidade de Jequié e sua região. *Revista Brasileira de Geografia*, Rio de Janeiro: FIBGE, v. 18, n. 1, p. 71-112, 1956.
- 103 ————. *Metamorfoses do espaço habitado*. São Paulo: Hucitec, 1988. 124 p.
- 104 ————. Modo de produção técnico-científico e diferenciação espacial. *Território*, Rio de Janeiro: Garamond, v. 4, n. 6, p. 5-20, 1999.
- 105 ————. *A natureza do espaço: técnica e tempo. Razão e emoção*. São Paulo: Hucitec, 1996. 306 p.
- 106 ————. Nazaré, um porto ferroviário do Recôncavo Bahiano. *Anais da Associação dos Geógrafos Brasileiros*, São Paulo: AGB, v. 9, n. 1, p. 305-320, 1957.

- 107 ————. *Por uma geografia nova: da crítica da geografia a uma geografia crítica*. 3. Ed. São Paulo: Hucitec, 1986.
- 108 ————. *Por uma outra globalização: do pensamento único à consciência universal*. 2. Ed. Rio de Janeiro: Record, 2000. 174 p.
- 109 ————. *Técnica, espaço, tempo: globalização e meio técnico-científico informacional*. São Paulo: Hucitec, 1994. 190 p.
- 110 ————. *A urbanização brasileira*. São Paulo: Hucitec, 1993. 157 p.
- 111 SEBRAE-MG (Sistema de Apoio às Micro e Pequenas Empresas de Minas Gerais). *Sete Lagoas: diagnóstico municipal*. Belo Horizonte: SEBRAE-MG, 1995. 124 p. (Sistema de Informações Mercadológicas Municipais).
- 112 SENNA, Nelson de. *A terra mineira*. Belo Horizonte: Imprensa Oficial, 1926.
- 113 SILVA, Hilda da et al. Maceió e sua área de influência. *Boletim Geográfico*, Rio de Janeiro: FIBGE, v. 225, p. 3-76, 1971.
- 114 SILVEIRA, Maria Laura. Totalidade e fragmentação: o espaço global, o lugar e a questão metodológica, um exemplo argentino. In: SANTOS, Milton et al. (org.) *O novo mapa do mundo: Fim de século e globalização*. São Paulo: Hucitec/Anpur, 1993, p. 201-209.
- 115 SILVEIRA SANTOS, Márcio Vicente. *1894-1994: Cem anos de imprensa em Sete Lagoas*. Sete Lagoas: Ed. Instante. 1994.
- 116 ————. *Dr. Márcio Paulino: uma história biográfica*. Belo Horizonte: [s. n.]. 1997.
- 117 SINGER, Paul. *Desenvolvimento econômico e evolução urbana: uma análise da evolução econômica de São Paulo, Blumenau, Porto Alegre, Belo Horizonte e Recife*. 2 Ed. São Paulo: Nacional. 1977.

- 118 SOARES, Beatriz Ribeiro. Considerações sobre a produção de geografia urbana em Minas Gerais. In: CARLOS, Ana Fani Alessandri (org.). *Os caminhos da reflexão sobre a cidade e o urbano*. São Paulo: EDUSP, 1994. p. 145-155.
- 119 ————. Repensando as cidades médias brasileiras no contexto da globalização. *Formação*, Presidente Prudente: FCT/UNESP, n. 6, p. 55-63, 1999.
- 120 UNIVERSIDADE FEDERAL DE MINAS GERAIS. *Roteiro do trabalho interdisciplinar de campo: circuito histórico no Quadrilátero Ferrífero*. V Seminário Nacional Universidade e Meio Ambiente: Belo Horizonte, UFMG, 1992.
- 121 VASCONCELOS, Diogo de. *História média de Minas Gerais*. 4. Ed. Belo Horizonte: Itatiaia, 1974.
- 122 VASCONCELOS, Diogo Pereira Ribeiro de. *Breve descrição geográfica, física e política da Capitania de Minas Gerais*. Belo Horizonte: Fundação João Pinheiro, 1994.
- 123 VASCONCELOS, Agripa. *Sinhá Braba – Dona Joaquina do Pompéu*. romance do Ciclo Agropecuário nas Gerais. Belo Horizonte: Itatiaia, 1999, 373 p. (Série: Sagas do País das Gerais).

ANEXOS

ANEXO 1- ENTREVISTA NA INDÚSTRIA

A EMPRESA

1. Nome completo da empresa- Endereço completo- Ano de fundação e funcionamento
2. Nome dos estabelecimentos – local, gêneros de indústria, ano de fundação ou compra dos estabelecimentos- Local da sede social (matriz ou diretoria)
3. Mudança da sede social da empresa. De onde? Quando?
4. Houve filiais ou estabelecimentos extintos? Onde? Quando? Porque? Quais?

O EMPRESÁRIO

1. Quem fundou a empresa?
2. Local de nascimento dos fundadores
3. Atividades dos fundadores antes da fundação da empresa
4. Nome dos atuais empresários
5. Local de nascimento dos atuais empresários
6. Atividades anteriores e onde as exerciam
7. Outras atividades
8. Origem de capital dos atuais empresários (lavoura, comércio)
9. Os empresários têm outras empresas? De que? Onde? Desde quando? Como? Que ramos?
10. Exercem funções políticas?

A PRODUÇÃO

1. Produtos iniciais
2. Produtos atuais. Especificar linha de produção e épocas de início de produção.
- 3.- Causas de mudanças de linha de produção
4. Volume da produção por produto
5. Evolução da produção – Causas, etc.

AS MÁQUINAS

1. Máquinas do início. Quantas?

Onde as comprou? Empresa e cidade? Usadas ou novas? Idade? Nacionais ou estrangeiras?

2. Máquinas atuais. Idem

3. Setores mecanizados

4. Capacidade ociosa das máquinas

5. Energia elétrica própria, comprada, %, consumo diário.

6. Problemas referentes ao fornecimento de energia

7. Preço e % do custo de energia no custo total de produção.

8. Suprimento d'água

A MÃO-DE-OBRA

1. nº de pessoal ocupado

- no escritório

- na fábrica

2. Razão de sexo e menores

3. Evolução de mão-de-obra

4. No último ano: flutuação de mão-de-obra

5. Teve ou tem técnica na indústria? Nível? Quantos? Em que?

6. Os operários têm curso de especialização? Mantido por quem? Onde?

7. Custo de mão-de-obra no valor da produção

8. Assistência dada a mão-de-obra

9. Dificuldade no recrutamento da mão-de-obra

O MERCADO CONSUMIDOR

1. Mercados iniciais

2. Mercados vendidos

3. Mercados atuais (totais) % de vendas na cidade

4. Produtos vendidos atualmente. Especificar os produtos vendidos para cada mercado.

5. Se perdeu mercados, quais foram as causas. Indicar tipo de concorrência. Quantidade do produto? Problemas de fretes? Preços? Custo de produção?

6. Organização comercial

Como os produtos são vendidos?

Escritórios de vendas?

Representantes?

Viajantes? Onde se localiza a área de ação dos viajantes.

AS MATÉRIAS PRIMAS

1. Matérias primas no início

2. Áreas de procedência por produto.

3. Matérias primas atuais

4. Áreas de procedência por produtos e por volume

5. Diferença de volume de cada produto por qualidade e área fornecedora.

6. Facilidade de matéria prima durante o ano.

7. Como é realizada a compra de matéria prima?

Escritório de compra?

Filial de compra?

Tem atacadistas em outras áreas/ regiões? Em que cidades?

8. Financia a produção? Que produtos?

9. Gastos com a matéria prima no valor total da produção.

PROBLEMAS DA EMPRESA

Crédito? Capital de giro? Outros?

ANEXO 2- ENTREVISTA EM EMPRESAS DE TRANSPORTE

A EMPRESA

- 1.Nome completo da empresa
- 2.Endereço completo
- 3.Ano de fundação
- 4.Onde se localiza a sede
- 5.Se é filial quando foi fundada
- 6.Se há outras filiais (escritório e depósitos) e quando foram fundadas.
- 7.Houve mudança de lugar da sede social: de onde para onde? E quando.

O EMPRESÁRIO

- 1.Quem fundou a empresa? Nome das pessoas.
- 2.Locais de nascimento dos fundadores.
- 3.Local de nascimento do empresário atual
- 4.Ano de nascimento do empresário atual
- 5.Nome completo e origem étnica do empresário.
- 6.Profissão anterior do atual empresário.
- 7.Lugares de residência (municípios, cidades) – por períodos
- 8.Lugar de nascimento dos pais
- 9.Profissão dos pais
- 10.Lugares de residência por períodos (municípios, cidades dos pais)
- 11.Lugar de nascimento dos avós.
- 12.Profissão dos avós
- 13.Se imigrantes, quando chegaram ao Brasil e onde chegaram.
- 14.Origem do capital do atual empresário – Lavoura? Comércio?
- 15.Começou a companhia com quantos caminhões?
- 16.O empresário tem outras empresas? De quê? (comércio, fazenda?) Onde?
- 17.Desde quando? Especificar uma a uma
- 18.Exerce função política?
- 19.Que atividades profissionais exerce ainda?
- 20.É filiado a algum sindicato. Qual? Desde quando? Onde?
- 21.Desde quando mora em Sete Lagoas?

OS VEÍCULOS

- 1.Número de veículos
- 2.Especificações, unidade por unidade
marca, ano de fabricação, tonelagem, outras: líquidos, granéis, ... etc. (adaptado)
- 3.Quando e onde as comprou? Especificar uma a uma.
- 4.Se há algum defeito sério, ou se há falta de alguma peça mais rara ou delicada, que cidades procura para conserto?
- 5.Estão segurados? Em que companhias? Onde?

OS NEGÓCIOS

- 1.Existem linhas regulares entre as cidades da região?
- 2.Se existem, que cidades são?
- 3.Existe contrato para transportar mercadoria de alguma companhia (fazenda, serraria, loja comercial)

4. Que companhia é? (nome, cidade)
5. Para transportar o quê? Para onde? (cidade e empresa)
6. Se não existem, linhas regulares, nem contratos com companhias, quais são as cidades que normalmente serve?
7. Transportando o que (especificação)
8. Para onde (cidade e empresa)
9. O que traz de retorno? (especificação detalhada dos produtos)

ANEXO 3 -ENTREVISTA COM DISTRIBUIDOR ESPECIALIZADO

A EMPRESA

1. Razão Social
2. Ano de fundação e Sede
3. Sede da empresa (atual)
4. Localização e ano de instalação dos estabelecimentos da empresa
5. Ramo e gênero de negócios
6. Quem fundou a empresa?
7. Atividades anteriores à fundação
8. Outras atividades do atual proprietário (s) _ local, tipo, data (econômica, política)

A ATIVIDADE COMERCIAL

1. Onde compra os produtos que vende
2. Como realiza esta compra (telefone, viajante, representante)
3. Com que praças mantém seus contatos para a compra dos produtos
4. Sempre procedeu deste modo? Se houve mudanças, especificar.
3. Para que municípios vende seus produtos
4. Que tipos de consumidores possui (especificar: fazendeiro, profissional liberal, comerciante, etc)
5. Utiliza de publicidade? Onde?
6. Que centros competem com a sua empresa
7. Como se faz esta competição
8. Perspectivas do negócio para um futuro próximo.

ANEXO 4-ENTREVISTA EM SERVIÇO

[hotéis, posto de gasolina, revista]

- 1.Nome completo do proprietário ou responsável
- 2.Nome da firma
- 3.Endereço completo
- 4.Ano de funcionamento na cidade
5. Lugar de nascimento do responsável
- 6.Residências anteriores – por períodos
- 7.Profissões anteriores – por períodos
- 8..O responsável exerce outra atividade?
- 9..Qual, desde quando, e onde?
- 10..Há quanto tempo, o responsável mora em Sete Lagoas?
- 11.Procedência dos usuários
- 12.Quais são as cidades da região onde existem serviços como esse? (exceção para postos de gasolina)
- 13.Saber, conforme cada tipo de serviço:
 - hotéis – anotar para 1999 e 2000, profissão, cidade de residência, firma e destino (para o cliente)
 - posto de gasolina – em que cidades estão localizados os depósitos da distribuidoras de combustíveis
- 14.Em que cidade o responsável procura:
 - automóvel (marca)
 - móveis de luxo
 - aparelho fotográfico
 - livros (romance e especializados)
 - tapetes
 - jóias
 - conserto de relógios
- 15.Costuma viajar com frequência para Belo Horizonte?
- 16.Para fazer o que?
- 17.Costuma viajar com frequência para outras cidades?
- 18.Quais? Para fazer o que?

ANEXO 5- ENTREVISTA EM ESTABELECIMENTOS DE ENSINO

A EMPRESA

- 1.Nome
- 2.Endereço completo
- 3.Ano de funcionamento
- 4.Tipo de ensino
- 5.Quando começou a funcionar cada tipo de ensino
- 6.Número de professores

A ATIVIDADE (para os anos de 1999 e 2000)

- 1.Número de alunos matriculados por série e por tipo de ensino
- 2.Lugar de nascimento dos alunos
- 3.Delegacia de Ensino a que pertence (se for estadual), e/ou localização da inspetoria seccional de ensino a que pertence
- 4.Atividade dos formandos (curso técnico ou superior)

O PESSOAL

- 1.Lugar de formação dos professores
- 2.Lugar de nascimento dos professores

O EMPRESÁRIO

- 1.Quem fundou a empresa
- 2.Nome completo
- 3.Lugar de nascimentos dos fundadores
- 4.Lugar de nascimento dos atuais empresários
- 5.Nome completo
- 6.Lugares de residência (por períodos)
- 7.Origem do capital do atual empresário? (fazenda, comércio)
- 8.O empresário tem outras empresas? Que tipo? Onde? Desde quando?
- 9.É filiado a algum sindicato? Qual? Onde? Desde quando?
- 10.Desde quando mora em Sete Lagoas?
- 11.Onde procura os seguintes bens? (cidade)
 - automóvel (marca)
 - máquina de lavar (marca)
 - conserto de relógio
 - jóias
 - tapetes
 - móveis de qualidade
 - aparelho fotográfico
 - advogado
 - médico de coração
 - médico de olhos, garganta, ouvidos
 - cirurgia
- 12.Costuma ir a Belo Horizonte? Com que freqüência? Fazer o que?

ANEXO 6- ENTREVISTA EM HOSPITAL

A EMPRESA

- 1.Nome do hospital
- 2.Endereço completo
- 3.Ano de instalação e funcionamento
- 4.Tipo de entidade (Governamental, religiosa, de classe, S.A., convênio com SUS)
- 5.Especialidades em que atende
- 6.Número de leitos por especialidade
- 7.Número de médicos por especialidade
- 8.Número de enfermeiras (os)

AS ATIVIDADES

- 1.Número de doentes por municípios de proveniência.
- 2.Quais são as cidades que o hospital costuma indicar no caso de não estar aparelhado para algum procedimento.
- 3.Locais de compra de material de hospital
- 4.Categoria sócio-profissional dos clientes – preços de consulta e diária.
- 5.Qual (is) convênio (s) aceita?

O PESSOAL

- 1.Lugar de nascimento dos médicos
- 2.Lugar de nascimento dos enfermeiros
- 3.Local de estudo dos médicos
- 4.ocal de estudo dos enfermeiros

O (S) EMPRESÁRIO (S)

- 1.Quem fundou a empresa
- 2.Nome completo
- 3.Lugar de nascimento dos fundadores
- 4.Lugar de nascimento dos atuais empresários
- 5.Nome completo
- 6.Lugares de residência (por períodos)
- 7.Origem do capital do atual empresário – lavoura, comércio, sócio?
- 8.O empresário tem outras empresas? Que tipos? (fazenda, comércio, consultório) Onde? Desde quando?
- 9.É filiado a algum sindicato? Qual? Desde quando? Onde?
- 10.Desde quando mora em Sete Lagoas?
- 11.Costuma ir a Belo Horizonte? Com que frequência? Fazer o que?
- 12.Tem casa de campo? Onde? Desde quando?

O ESTABELECIMENTO

- 1.Tipo de construção (madeira, laje, alvenaria)
- 2.Ampliações – tipo e época

ANEXO 7- ENTREVISTA EM ESTABELECIMENTOS DE CRÉDITO

A EMPRESA

- 1.Nome do Banco
- 2.Endereço completo
- 3.Ano de instalação e funcionamento na cidade
- 4.Onde se situa a sede e ano de fundação
- 5.Tipo de entidade (S.A, Limitada, Estatal, Misto)
- 6.A organização bancária tem rede hierarquizada?
- 7.Se tiver como é essa rede (matriz, filial ou sucursal regional, filial?)
- 8.A agência, neste aspecto, é classificada como?
- 9.Quais são os laços de dependência da agência com as filiais (no caso de agência em questão ser uma sucursal regional)
- 10.Quais são os laços de dependência da agência com a matriz ou com a sucursal regional, (limite de crédito?) quanto a questões judiciais, títulos protestados
- 11.Que outras cidades da região de Sete Lagoas (sua hinterlândia) contam com agências dessa organização bancária
- 12.Se existem, quando foram fundadas? Que categorias são (filiais)?
- 13.Se possível, e se for o caso, quais são as sucursais regionais em: Minas Gerais, São Paulo e Rio de Janeiro?

OS NEGÓCIOS

- 1.Área de jurisdição da agência em questão (município por município)
- 2.Se não há área de jurisdição, com que praças e agências mantém mais relações
- 3.Existem na região de jurisdição subagências ou escritórios? Quais os laços de dependência com a agência em questão?
- 4.Transações bancárias
- Empréstimos segundo as atividades
- 5.Variação do crédito durante o ano?
- 6.Quais são as relações de fato existentes entre a agência e as seguintes cidades e outras que, porventura, sejam importantes:

Belo Horizonte

Brasília

São Paulo

Rio de Janeiro

Cachoeira da Prata

Matozinhos

Capim Branco

Fortuna de Minas

Pequi

Maravilhas

Papagaios

Inhaúma

Caetanópolis

Paraopeba

Cordisburgo

Araçá

Funilândia

Prudente de Moraes

Jequitibá

Baldim

Santana de Pirapama

Santana do Riacho

- 7.Procedência dos depósitos segundo os municípios.
- 8.Compra dos produtos rurais

O PESSOAL

1. Número de funcionários

2. Lugar de nascimento

3. Para o gerente: lugar de nascimento

há quanto tempo mora em Sete Lagoas – onde residia antes
onde procura e compra os seguintes bens e serviços

-automóvel (marca, cidade)

-máquina de lavar roupa (cidade)

-móveis de qualidade (cidade)

-médico-parto (cidade)

-médico – olhos, garganta, ouvidos (cidades)

-livros (cidade)

-jóias (colar, relógios, anéis) (cidade)

-tapetes (cidade)

-aparelho fotográfico

Outra atividade exercida (fazenda, comércio); onde?

ANEXO 8- ENTREVISTA EM ASSOCIAÇÃO COMERCIAL

1. Ano da fundação
2. Fundadores (nomes e ramo/gênero de comércio)
3. Importância da cidade como centro comercial anteriormente à criação da Associação Comercial
 - produtos agrícolas comercializados
 - procedência
 - mercados
 - transações comerciais de produtos de consumo com cidades menores (meios de transportes, sistema de venda)
 - transações comerciais de produtos de consumo com cidades maiores (meios de transportes, sistemas de vendas)
4. Situação atual da atividade comercial
 - razões da expansão comercial (data)
5. centros competidores
 - como se realiza esta competição
6. Ação da Associação Comercial em prol do comércio (estradas, leis municipais, etc.)
7. Características do consumo regional (tipos de produtos, efeito de safra, crédito)
8. Relação comerciante antigo x com novo ou rede de lojas "estrangeiros"
9. Observações complementares

ANEXO 9-ENTREVISTA NOS ESCRITÓRIOS DA EPAMIG E EMBRAPA

INFORMAÇÕES GERAIS

- 1.Nome da Instituição.
- 2.Posição na Rede da Instituição.
- 3.Ano da Instalação no local.
- 4.Área de Jurisdição.
- 5.Atributos e funções.

A ATIVIDADE

- 1.Pedir cópia de relatórios técnicos (produção, sistemas agrícolas, comercialização, condições de vida) realizados pela instituição na área que atua.
- 2.Em caso negativo, aplicar a seguinte entrevista (em caso positivo é recomendável que se aplique também a seguinte entrevista).
 - Estrutura agrária da áreaEstrutura fundiária: tamanho das propriedades, condições de acesso e uso da terra, relações da produção, absenteísmo.
Produção - lista de produtos: sua introdução e difusão (agentes e barreiras).
Sistema agrícola (relação entre produto/tempo/espaco/preservação do solo).
 - ComercializaçãoMecanismo de comercialização
Margem de comercialização
Firmas e mercados
 - Condições de vida dos agricultoresacesso à terra/trabalho sazonal
benefícios com a produção
consumo
 - Perspectivas da área rural para um futuro próximo.
 - Observações complementares

ANEXO 10- ENTREVISTA EM COOPERATIVA

A COOPERATIVA

- 1.Razão Social
- 2.Ano de fundação
- 3.Sede
- 4.Fundada por quem e porque motivos?
- 5.Locais onde possui depósitos, postos, agências, escritórios? Desde quando?
- 6.Pertence a alguma Federação de Cooperativas? Qual? Onde? Desde quando?
- 7.Relação dos associados. – área da propriedade e município (distrito)
- 8.Atividades da Cooperativa – assistência técnica, comercialização, consumo, industrialização, etc.
- 9.Relações da Cooperativa com Firms Industriais e ou Exportadoras.
 - Nome das Firms
 - Locais
 - Tipo de Relações
- 10.Papel da Cooperativa na vida regional
- 11.Crédito
- 12.Melhoria da Produção
- 13.Escoamento da produção
- 14.Problemas dos Associados
- 15.Quanto à produtividade
- 16.Quanto a preço
- 17.Outros
- 18.Papel da Cooperativa na melhoria do rebanho
- 19.Papel da Cooperativa na expansão das culturas forrageiras e outras

ANEXO 11- ENTREVISTA EM LATICÍNIOS

A EMPRESA

- 1.Razão Social
 - 2.Sede da empresa
 - 3.Ano de fundação
 - 4.Ano de instalação no local
 - 5.Outros estabelecimentos da empresa – local e data da instalação
- Atividades da empresa
- 6.Grupo a que pertence a empresa – outras atividades dos empresários.

A PRODUÇÃO INDUSTRIAL

- 1.Lista de produtos produzidos no estabelecimento
- 2.Procedência da matéria-prima – especificar por matéria-prima e por município
- 3.Como é adquirida?
produtor
cooperativa
- 4.Relações com os produtores
financiamento em dinheiro
ajuda técnica – qual
sementes e mudas
aval para banco
- 5.Meio de transporte utilizado para a matéria-prima
- 6.Preço de cada matéria-prima
- 7.Modo de pagamento
- 8.Mercado consumidor
- 9.Como é realizada a distribuição – filiais, terceiros, etc.
- 10.Perspectivas para a produção.

A PRODUÇÃO DA MATÉRIA-PRIMA

- 1.Como se processa a criação do gado leiteiro – descrição do sistema de criação.
- 2.Relações de Produção.
(parceria, diarista, arrendamento, etc.)
- 3.Perspectivas para a pecuária leiteira.

Sample:

Date:

12.1.05 1.03

Price:

05 93.00